UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE

MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

ARMAÇÃO BALEEIRA DE SÃO JOAQUIM DE GAROPABA: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DE UM PATRIMÔNIO

JOÃO PACHECO DE SOUZA

Orientadora PROFª. DRª. ROBERTA BARROS MEIRA

Joinville (SC), Janeiro de 2016

JOÃO PACHECO DE SOUZA

ARMAÇÃO BALEEIRA DE SÃO JOAQUIM DE GAROPABA: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DE UM PATRIMÔNIO

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) – como requisito para obtenção do grau de Mestre, sob orientação da Profª. Dr. Roberta Barros Meira.

Joinville – SC
Janeiro de 2016

Catalogação na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

S719a

Souza, João Pacheco de
Armação baleeira de São Joaquim de Garopaba: um olhar sobre a história de um patrimônio/ João Pacheco de Souza; orientadora Dra. Roberta Barros Meira – Joinville: UNIVILLE, 2016.

187 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville)

1. Patrimônio histórico. – Garopaba (SC). 2. Armação baleeira. – aspectos socioeconômicos. 3. Centro histórico. – Tombamento. I. Meira, Roberta Barros (orient.). II. Título.

CDD 363.690981

Termo de Aprovação

" Armação Baleeira de São Joaquim de Garopaba: Um Olhar sobre a História de um Patrimônio"

por

João Pacheco de Souza

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.

Profa. Dra. Roberta Barros Meira
Orientadora (UNIVILLE)

Profa. Dra. Ilanil Coelho
Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Roberta Barros Meira
Orientadora (UNIVILLE)

Profa. Dra. Fabiana Comerlato
(UFRB)

Profa. Dra. Maria Luiza Schwarz
(UNIVILLE)

Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli
(UNIVILLE)

Joinville, 29 de fevereiro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas pessoas que somaram para este resultado, que seria longa a lista para indicar a colaboração nesta pesquisa. A caminhada de busca de fontes, de contatos com instituições e profissionais das diversas áreas envolvendo amigos, colegas, professores, familiares, responsáveis e atendentes dos vários arquivos e bibliotecas e moradores de Garopaba que foram muito importantes que fica difícil nominar a todos. Menciono algumas pessoas e instituições. Agradeço de forma particular a:

À Professora Roberta Barros Meira, orientadora que com muita paciência e orientação com dedicação, atenção e consideração foram de um valor inestimável que muito contribuíram para o resultado desta dissertação;

A Zoe de Souza Farias, companheira que esteve permanentemente presente, foi valiosa em todo o trabalho prestando assistência e apoio. Sua dedicação é imensa;

Á Coordenação, aos professores e aos servidores do Programa de Pós-Graduação, pelos ensinamentos, pela compreensão e gentileza ao longo do curso a nossa gratidão e carinho. A concessão da bolsa fundamental para pudesse frequentar as aulas e desenvolver as atividades de pesquisa;

Aos colegas da turma mestrado pelo companheirismo e afeto como as inúmeras experiências que nos irmanaram numa convivência alegre e respeitosa. Um carinho especial ao Adhemar Tavares, Maria Cristina Dias, colegas que apoiaram nos deslocamentos para a rodoviária de Joinville a nossa gratidão. Ao Renilton pelas horas de convivência nas viagens de ida e volta entre Florianópolis e Joinville fica a lembrança e o aprendizado.

Aos servidores da Biblioteca da UNIVILLE o nosso obrigado pelo atendimento e apoio

À Direção do Campus São José do Instituto Federal de Santa Catarina na pessoa do diretor professor Marcilio Cunha, cujo apoio foi fundamental para a frequência ao curso. O agradecimento se estende à Reitora Maria Clara Kaschny Schneider por apoiar a cooperação Técnica com o Núcleo de Estudos Açorianos e a licença capacitação para a dedicação ao mestrado;

Ao Joi Cletson, Coordenador do Núcleo de Estudos Açorianos, da Universidade Federal de Santa Catarina pelo imprescindível apoio para a efetivação da Cooperação Técnica com o Instituto Federal de Santa Catarina;

Aos servidores do Arquivo Público de Santa Catarina, do setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, da Biblioteca Pública de Santa Catarina; do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em especial ao Professor Nereu do Vale Pereira, membro do Conselho Fiscal; do Memorial da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; da Fundação Catarinense de Cultura; do Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis; da Paróquia São Joaquim de Garopaba; da Prefeitura Municipal de Garopaba; do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro; da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; do Arquivo do Exército do Rio de Janeiro; do Arquivo Público de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Arquivo Histórico Ultramarino que de forma presencial ou a distancia facilitaram muito o trabalho de levantar dados;

A meus filhos Iris Caroline e João Luiz que colaboraram nas diversas etapas do trabalho, ao casal Zenóbio e Célia Farias que me acolheram em sua residência e aos colaboradores Thaini Farias, Tamires Farias, Anna Martins, Melissa Farias Alves, Vilson Francisco Farias, à professora Beatriz Mamigonian que ajudaram de forma efetiva e

A todos que com pensamentos e ações acompanharam esta jornada.

João Pacheco de Souza.

RESUMO

Essa dissertação interpreta as diversas perspectivas da Armação Baleeira de Garopaba ao longo de sua história, ou seja, como uma atividade comercial até a sua reconstrução como um patrimônio cultural. Visando este fim, parte-se de uma abordagem histórica da Armação Baleeira, para oferecer uma ideia sobre o seu significado, suas dimensões, arquitetura, o processo de caça e de beneficiamento das baleias. Assim, procura-se fornecer um panorama do debate bibliográfico sobre as armações baleeiras que existiram no Brasil entre os séculos XVII e XIX e a sua situação nos dias atuais. Considera-se que a atividade baleeira cumpriu importantes funções, entre as quais o fornecimento de óleo de baleia, insumo básico para iluminação e para a construção, dentre outros usos. A proposta é pesquisar a armação de Garopaba, a sua parcial transformação em patrimônio, com o tombamento da Igreja, problematizando as consequências para a área e a população onde a mesma funcionou. Enfim, este trabalho busca sugerir algumas possibilidades para o aproveitamento da Armação Baleeira de Garopaba com o reconhecimento da área como centro histórico.

Palavras-chave: Armação Baleeira; Tombamento; Centro Histórico.

ABSTRACT

This dissertation interprets the diverse perspectives of Whaling Garopaba frame throughout its history, ie as a business activity or its reconstruction as a cultural heritage. Aiming at this end part is a historical approach to the whaler's factory, to offer an idea about its meaning, its dimensions, architecture, the process of hunting and processing whales. So, looking to provide an overview of bibliographic debate on frames Dinghies that existed in Brazil between the seventeenth and nineteenth centuries and their situation today. It is considered that the whaling fulfilled important functions, including the supply of whale oil, basic input for lighting and construction, among other uses. The proposal is to research the Garopaba Frame, its partial transformation into equity, with the toppling of the Church, questioning the consequences for the area and the population where it worked. Finally, this paper seeks to suggest some possibilities for the use of Whaling Garopaba frame with the recognition of the area as the historical center.

Keywords: Whaling frame; Tipping; Historic center.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Área Baleeira no Brasil Meridional, séculos XVII a XIX 25
Figura 2 – Mapa da Área Baleeira Catarinense, séculos XVIII e XIX 26
Figura 3 – Representação de uma Armação Baleeira Obra de Leandro Joaquim Pesca Da Baleia -1785 33
Figura 4 – Armação Baleeira em São Paulo – 1775. 34
Figura 5 – Pesca da baleia. Rio de janeiro. 1780 35
Figura 6 – Baleia morta. Praia de Imbituba/SC – anos 1950 38
Figura 7 – Iluminação com óleo de baleia-1820. 40
Figura 8 – Mapa de localização da Armação Baleeira Garopaba, 2015. 57
Figura 9 – Garopaba no início do século XX. 58
Figura 10 - Imagem do local onde funcionou a Armação Baleeira de Garopaba ano 2000. 58
Figura 11 - Plano de Localização da Armação Baleeira de Garopaba – 1829. 62
Figura 12 – Quadro de Debret retratando a Armação de Garopaba, 1797. 63
Figura 13 – Fotografia de Fernando Bitencourt realizada sobre o Quadro de Debret, Armação Baleeira de Garopaba, 1793. 63
Figura 14 – Recibo de pagamento da pesca das baleias na Real Armação de Garopaba, 1818. 72
Figura 15 – Resumo do dinheiro pesca de baleias. Real Armação de Garopaba 1815 .. 73
Figura 16 - A Igreja São Joaquim Garopaba, década de 1960. 93
Figura 17 - Vestígios do muro no terreno sul da Igreja São Joaquim, Garopaba-SC. . 103
Figura 18 - Local onde funcionaram a Casa dos Tanques e a Casa de Frigir, da Armação de Garopaba - 20/9/2015. 104
Figura 19 - centro histórico - festa de Nossa Senhora dos Navegantes em sua procissão marítima. Garopaba – SC. Data desconhecida. 106
Figura 20 - Oficio do Pe. Cordeiro ao governador da Província, em 1843. 108
Figura 21 - Decreto de 09 de dezembro de 1830. 109
Figura 22 - Foto da área do centro histórico de Garopaba – SC.1924. 113
Figura 23 - Área onde funcionou a Armação Baleeira com destaque para a casa grande, igreja e o conserto das redes – Década de 1950. 114
Figura 24 - população na Praça 21 de abril – Garopaba – SC - festa religiosa. Década de 1970. 115
Figura 25 - Imagem do centro histórico de garopaba – SC, década de 1960. 116
Figura 26 - Casa grande e a Igreja São Joaquim, Garopaba - SC – década de 1960.. 1176
Figura 27 – Casa grande e a Igreja são Joaquim, Garopaba – SC – década de 1980 ...1117

Figura 28 - Praça 21 de abril no centro histórico, Garopaba - SC - década de 1960... 117

Figura 29 - Fotografia de Edificação Luso-Brasileira de 2000.....119

Figura 30 - Edificação antiga na Praça 21 de Abril - Garopaba - SC - 20/9/2015 ..... .146

Figura 31 - Rua Aderbal Ramos da Silva, uma das principais vias de acesso ao centro histórico de Garopaba - década de 1960.....146

Figura 32 – Planta baixa do centro histórico de Garopaba - SC. 2003 e Identificação dos locais indicados. 1478

Figura 33 –Vista aérea da área do centro histórico de Garopaba.....149

LISTA DE SIGLAS

AN - ARQUIVO NACIONAL NO RIO DE JANEIRO

APSC - ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

BCUFSC- BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

BPSC - BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

AEHSC - ARQUIVO ECLESIÁSTICO DE SANTA CATARINA, DO ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, IHGSC - INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA.

FCC – FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA

UNIIVILLE – UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

ICOMOS – CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS

BN – BIBLIOTECA NACIONAL

AHU – ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

IHGB – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL

CEC – CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

COTEATE – COMISSÃO TÉCNICA EXTRAORDINÁRIA PARA ANÁLISE DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS

CIAM – CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA

DGOTDU – DIREÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO

APA – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1. TEMPO ANTECEDENTE DE UM PATRIMÔNIO: A ARMAÇÃO BALEEIRA DE GAROPABA E A SUA HISTÓRIA 21

1.1 As Armações Baleeiras e a Complexidade da América Portuguesa 21

1.2 Controvérsias e Avanços de uma Bibliografia sobre as Armações Baleeiras . 45

1.3 A Armação Baleeira de Garopaba: sua justa dimensão 53

2. A QUESTÃO EM TORNO DA ARMAÇÃO BALEEIRA DE GAROPABA: A REALIDADE DE UM TOMBAMENTO CONSIDERADO PARCIAL 80

2.1 Considerações Iniciais 80

2.2 Um Patrimônio em Debate: O Tombamento da Igreja São Joaquim..... 86

2.3 Transformações da Armação Baleeira de Garopaba e seu entorno 101

3. A REVISÃO DE UM PROJETO FRAGMENTÁRIO: A ARMAÇÃO BALEEIRA DE GAROPABA E O POSSÍVEL RECONHECIMENTO DE UM CENTRO HISTÓRICO. 122

3.1 Considerações Iniciais 122

3.2 Os Centros Históricos como uma Questão Patrimonial..... 124

3.3 Diferentes Olhares sobre os Centros Históricos 136

3.4 O Centro Histórico de Garopaba em Debate 142

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 150

REFERÊNCIAS 153

ANEXOS 166

INTRODUÇÃO

Armação Baleeira pode ter o significado, segundo Saint-Hillaire (1936, p.36), "de armar para a pesca, quanto o nome que é dado aos estabelecimentos de onde partem os barcos que vão à pesca e para onde são trazidas as baleias a fim de ser extraído óleo". As Armações Baleeiras como unidades de produção e beneficiamento de óleo e outros derivados da baleia foram implantadas no Brasil, a partir século XVII, na Bahia, e posteriormente, no Rio de Janeiro, São Paulo e em Santa Catarina, a partir do século XVIII, permanecendo ativas até o século XIX. A utilização do óleo era ampla. Servia para luzes dos engenhos, de casas e fortificações, para a saboaria, curtume, estaleiros e construções. Não restando dúvidas de que era um dos insumos mais utilizados à época. Por outro lado, vê-se facilmente a estreita ligação entre a caça da baleia e a construção naval. Esta fornecia as embarcações necessárias e recebia, em contrapartida, um valioso insumo para a calafetagem dos navios, sem falar de sua própria iluminação. No entanto, a maior aplicação do óleo (designado óleo de azeite) era na iluminação urbana.

As Armações Baleeiras que obedeciam a um padrão geral na sua concepção e funcionamento, muito bem descrito por Myriam Ellis, constituíam espaço de convívio social, de práticas religiosas, de produção e de comercialização de derivados da baleia, entre outras características. Aliás, reunia mão de obra escrava e livre, algo diferenciado para o período colonial no Brasil. Também se vale aqui da definição de Comerlato (1998. p.2), que conceitua as armações "como núcleos populacionais ativos no Brasil Meridional voltados para a pesca da baleia e o beneficiamento das partes economicamente interessantes deste cetáceo" e que compunham uma parte importante na movimentação econômica da Colônia e na ocupação do litoral brasileiro.

Este estudo tem como finalidade reconstituir aspectos da história da armação baleeira São Joaquim de Garopaba, com destaque para o processo de instalação e do seu funcionamento, considerando aspectos gerais comuns às armações baleeiras que existiram no Brasil. Ademais, objetiva-se perceber através de fontes diversas a sua transformação e importância como um patrimônio que se encontra hoje, tombado pelo decreto do governo do Estado de Santa Catarina de nº 2296 de 25 de junho de 1998. Segundo esta ordem de ideias, pretende-se ousar um pouco mais e sintonizar o trabalho com o potencial da armação como patrimônio para a realização de projetos socioculturais que contribuam para o desenvolvimento da região e atuem enquanto um espaço a ser aproveitado de forma mais abrangente buscando a valorização e conhecimento da história de Garopaba.

O projeto que há algum tempo vem sendo amadurecido, resulta da disposição de aprofundar os conhecimentos herdados de familiares e de antigos moradores interessados na história de Garopaba. No mais, destaca-se aqui de antemão que uma parte importante para o conhecimento deste patrimônio encontra-se nos arquivos e nos parcos estudos que mencionam tanto aspectos da armação como atividade econômica de peso, como também a função adquirida com o passar dos anos de patrimônio cultural.

Importante esclarecer que o usufruto de tempo em um projeto de tal abrangência está aliado ao fato do conhecimento prévio da área onde funcionou a armação, de parte de suas instalações ainda existentes, como a casa grande, que servia como sede da administração da armação, da igreja São Joaquim e de vestígios de outras dependências onde se produzia o óleo e outros derivados da baleia. Ressalto aqui que foi o envolvimento com o curso de História na Universidade de Santa Catarina que possibilitou a percepção da importância de novas pesquisas que caracterizassem a caça à baleia como uma atividade importante neste período, não só quando se fala das questões econômicas do município, mas também em relação aos aspectos sociais, políticos e culturais. Lembrando aqui que embora, relevante, esta atividade não teve até hoje a valorização devida enquanto componente dinamizador da comunidade de Garopaba na historiografia regional, indo na contramão da valorização, nos dias atuais, em âmbito mundial dos sítios históricos enquanto elementos potencializadores do desenvolvimento turístico.

Entretanto, parte significativa deste estudo encontra respaldo no fato de que ao observar a área onde funcionou a armação baleeira de Garopaba percebe-se que estruturas tradicionais arquitetônicas, representadas pela igreja São Joaquim de Garopaba; pela casa do administrador, estão conservadas, em pé. Embora, ressalte-se a urgência de processos de restauro, principalmente na igreja.

Não é intenção tratar os resíduos natural-culturais (arqueológicos) e as ossadas de baleias enterradas pela orla da praia de Garopaba - que afloram, quando da ressaca do mar, junto à praia como relíquias. Mas sim, analisar este conjunto de elementos histórico-culturais, arquitetônicos, arqueológicos e natural-paisagísticos (praia/ossadas), como um símbolo da história sociocultural e econômica de Garopaba, valendo-se assim de abordagens que contemplem o seu uso enquanto unidade de produção representativa não só do passado, mas também para a comunidade nos dias de hoje como patrimônio histórico e potencial de desenvolvimento cultural e turístico. Os relatos em documentos, as ossadas de baleias que aparecem nos areais da praia central quando ocorrem tempestades, que escavam a linha da maré, indicam que essa foi uma atividade que deu sustentabilidade à comunidade.

Importa lembrar que Garopaba hoje é uma cidade turística, uma cidade balneária que vive em função deste tipo de atividade econômica, cujo principal potencial de desenvolvimento se concentra em torno das praias e balneabilidade das águas. É nesse sentido, que se defende neste estudo a necessidade de analisar a existência da armação baleeira – ligada à caça e produção de óleo de baleia. Além de contribuir na preservação deste patrimônio cultural: histórico arquitetônico, arqueológico, natural-paisagístico e sociocultural. O incentivo a um maior envolvimento da comunidade pode representar um ganho econômico e promover a valorização à história da cidade.

Não se pretende, portanto, estudar a armação de Garopaba enquanto fato histórico em si, mas sim investigar a sua existência e sua valorização enquanto patrimônio, como um dos importantes fatores no processo de formação desta comunidade, procurando estabelecer os elos entre o passado e a sua herança hodiernamente.

As Armações Baleeiras se configuravam como um tipo de empreendimento com alto grau de sofisticação para a época, pois reuniam no mesmo espaço elevado número de ocupações especializadas e uma significativa força de trabalho, que atuavam no espaço marítimo e em terra, desde o mar aos espaços onde se desenrolavam o conjunto de atividades necessárias ao funcionamento da armação. Tal complexidade implicou na necessidade de aporte expressivo de capital e de número significativo de pessoal para a sua existência e manutenção.

Em Santa Catarina, as armações foram implantadas a partir de 1743 em Ganchos, hoje município de Governador Celso Ramos, e se estenderam para Lagoinha (1772), em Florianópolis, Itapocoroi (1778), município de Penha, Garopaba (1793-95), Imbituba (1796) e Ilha da Graça (1807), município de São Francisco do Sul. A partir de 1765, passaram a ser administradas por um único contrato que detinha o monopólio da pesca da baleia em todo Brasil. Essas armações desempenharam importante papel na ocupação do litoral, contribuindo como elemento estruturante da política da Coroa Portuguesa de ocupar as terras do Brasil Meridional até a Colônia do Sacramento e possibilitando a ocupação de contingentes populacionais na geração de recursos financeiros e na defesa do território.

Os estudos sobre a armação baleeira São Joaquim de Garopaba são raros, existindo um amplo campo de investigação em aberto, com o qual se tem interesse em contribuir com pesquisas em fontes primárias e secundárias, para responder às indagações sobre a instalação, funcionamento, importância social, cultural e política da armação de Garopaba, nos séculos XVIII e XIX, e sobre o potencial existente para a valorização deste patrimônio cultural. Aprofundar os estudos sobre as origens, importância e aspectos das armações baleeiras que

existiram no Brasil e em particular da armação de São Joaquim de Garopaba ajudará a descortinar um novo olhar sobre o conjunto histórico arquitetônico ainda existente, que lembra o período deste equipamento complexo, contribuindo na sua preservação. Vai ainda enriquecer a história deste município.

Como objetivos específicos este estudo se propõe a descrever traços gerais das armações baleeiras que existiram no Brasil e estudar o processo de instalação da armação baleeira São Joaquim de Garopaba, no período de 1793 a 1837, como um dos elementos no processo de formação desta comunidade; identificar através das diversas fontes oficiais a transformação da armação baleeira em um patrimônio em parte tombado pelo decreto do governo do Estado de Santa Catarina de nº 2296 de 25 de junho de 1998; caracterizar a área onde funcionou a armação baleeira de Garopaba e seu entorno como um centro histórico por reunir um conjunto de bens materiais e imateriais, associados ao local onde funcionaram suas instalações e suas adjacências e por agregar importantes componentes da cultura e história de Garopaba e indicar propostas para que o espaço da antiga armação baleeira São Joaquim de Garopaba e o seu entorno, que formam o Centro Histórico da Cidade, para que possam se inserir como elemento significativo na formulação e execução de projetos na área da cultural e do turismo do município de Garopaba.

A Armação de Garopaba tem uma história, o que nos permite levantar dados e fatos da sua existência. Dois conceitos demarcam o seu estudo, sua problemática, o de patrimônio e o de memória. Assim conceituar patrimônio e memória é o ponto de partida para identificar a linha de abordagem teórica que se pretende seguir nos estudos sobre a armação de Garopaba enquanto um patrimônio histórico construído há mais de 200 anos, permanece como marca de um tempo e que precisa ser incorporado ao presente, enquanto símbolo capaz de servir de ponto de apoio a projetos culturais. O conceito de patrimônio que utilizamos tem como referência os autores Olgário Paulo Vogt e José Castillo Ruiz e o de memória têm referencia em Bachelard.

Olgário Vogt (2008, p. 14), um historiador, define patrimônio como:

> O conjunto de todos os bens materiais e imateriais que pelo seu valor intrínseco são considerados de interesse e relevância para a permanência e a identificação da cultura da humanidade, de uma nação, de um grupo étnico ou de um grupo social específico.

O especialista em patrimônio histórico José Castillo Ruiz (1996) utiliza o conceito de patrimônio, no texto “Hacia uma nueva definición del Patrimônio Histórico?”, como o

conjunto de elementos naturais ou culturais, materiais ou imateriais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade.

O filósofo Bachelard utiliza o conceito de memória, definindo que:

> Toda memória está para ser reimaginada. Temos na memória microfilmes que não podem ser lidos senão quando receberem a luz viva da imaginação (...) Pergunta-se então: o que foi terá sido mesmo? Os fatos tiveram o valor que lhes dá a memória? A memória distante não se lembra deles senão dando-lhes um valor, uma auréola de felicidade. Apagado o valor os fatos não se sustentam mais. Existiram? Uma irrealidade se infiltrou na realidade das lembranças. Assim, no limiar de nosso espaço, existem simultaneamente tomadas de ser e perdas de ser. (BACHELARD, 1974, p. 392-3; 469).

O presente estudo busca evidenciar o processo de formação de um patrimônio, fazendo emergir estratégias de memória e esquecimento de uma comunidade como Garopaba. Considerando a natureza do tema, utilizam-se fontes primárias e secundárias para reunir elementos que possam fundamentar o seu estudo.

A base de dados existentes no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, no Arquivo Público de Santa Catarina, no setor de obras raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, da Biblioteca Pública de Santa Catarina, do Arquivo Eclesiástico de Santa Catarina, da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Biblioteca Nacional constituíram fontes em que nos baseamos para produzir uma descrição e análise da instalação e, funcionamento das Armações existentes no Brasil em geral e da armação baleeira de Garopaba em particular.

No Arquivo Nacional encontramos manuscritos referentes ao tema como contratos, inventários, recibos e relações sobre os diversos aspectos do funcionamento das armações baleeiras no Brasil, na caixa 360, em especial. No Arquivo Público de Santa Catarina encontramos documentos relativos às correspondências trocadas entre as diversas autoridades atuantes na época do funcionamento das armações em Santa Catarina, em que destacamos as relacionadas com a armação de Garopaba. Lá encontramos os relatórios dos Presidentes da Província, documentos relacionados à doação e comercialização de terras e inúmeros outros manuscritos que ainda não se conseguiu estabelecer nexos com a armação baleeira e sua relação com a vida social, política e religiosa de Garopaba e região. No setor de obras raras da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina encontramos publicações importantes

como as de Lucas Boiteux, Jacinto Mattos, Afonso de Taunay e de Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão.

Na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina pesquisamos no setor de obras raras e de jornais objetivando encontrar informações sobre fatos que possibilitem perceber o envolvimento da população nas atividades da Armação e o percurso em que a armação baleeira se constitui em patrimônio cultural. Encontramos artigos sobre a pesca da baleia publicados durante o mês de outubro de 1916 no jornal O Estado que tratam sobre vários aspectos da pesca da baleia.

A análise da legislação propiciará o escopo da atuação jurídica dos diversos níveis de governo através de autorizações, contratos, regulamentos, decretos. Buscaremos identificar os temas que emergem com mais frequência na legislação como contratos, autorizações, centro histórico, preservação e promoção do patrimônio.

Trabalhou-se com publicações, como a obra de Myriam Ellis – "A Baleia no Brasil Colonial" e de outros autores sobre a temática baleeira; sobre a história de Garopaba e região, além de outras, que abordam a questão do patrimônio e o seu potencial para o turismo sustentável relacionados nas referências bibliográficas. E diante do exposto organizou-se o texto em três capítulos, das considerações finais, além desta introdução.

No primeiro capítulo, desenvolveu-se uma caracterização geral das armações, destacando conceitos, características que as identificam, sua importância, os requisitos para a sua instalação, uma perspectiva de armação baleeira como um empreendimento, aspectos sobre a arquitetura, uma ideia geral sobre a armação baleeira em operação em que se faz um breve relato como ocorre a pesca das baleias e seu transporte para a praia, o processo de produção dos derivados da baleia e de sua comercialização e uma breve menção sobre o encerramento da manufatura baleeira.

Na sequência se apresentou uma discussão bibliográfica da temática e por fim se descreveu aspectos, buscando apresentar um quadro do que foram a armação de Garopaba tendo em consideração as suas congêneres instaladas no Brasil. Para isso, analisaram-se aspectos de sua implantação, de suas instalações, do seu funcionamento, da sua produção, apoiando-se em dados existentes, buscando encontrar elementos que expliquem as diversas facetas da armação e por consequência inferir a sua importância para Garopaba.

O segundo capítulo tratou do processo de transformação da armação em um patrimônio, ou seja, sua estrutura, sua arquitetura, os bens tombados, seus vestígios, indicando os bens patrimoniais arquitetônicos e artefatos, destacando o seu valor e usos no passado e no presente. A proposta é identificar, relacionar e analisar aspectos da vida social, religiosa,

política e econômica de Garopaba que se desenrolaram na área da armação e seu entorno que evidenciam a transformação da mesma em patrimônio cultural tanto no aspecto material como imaterial.

Considera-se que a arquitetura do lugar, a função de centro político, social, econômico e religioso do lugar constituem elementos que fundamentam o seu reconhecimento como um valioso patrimônio a ser reconhecido, valorizado como parte significativa da história de Garopaba.

Levantaram-se dados sobre o processo de tombamento da igreja São Joaquim e as proximidades e analisaram-se as razões que fundamentaram a edição do decreto do governo do Estado de Santa Catarina, que homologou o tombamento, as implicações do ato de tombamento e as medidas que se tomaram a partir do tombamento em nível municipal e estadual. Verificou-se que o tombamento constituiu algo que contribuiu para a preservação e valorização do patrimônio cultural existente na área. No mais, procura-se estabelecer relação entre os aspectos legais e teóricos da patrimonialização e a sua interface com o patrimônio existente na área onde funcionou a armação baleeira com a finalidade de se discutir a parcialidade deste tombamento.

Por fim, o terceiro capítulo visa problematizar o espaço onde funcionou a armação e seu entorno à luz da legislação pertinente, dos documentos emanados pelos órgãos públicos responsáveis pela gestão do patrimônio cultural, e em especial da legislação emanada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e das Convenções e Recomendações da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura - UNESCO, como também da produção teórica relacionada ao tema para se analisar o potencial para que a referida área possa ser reconhecida como um centro histórico, como já é designado pela população local.

Procuraram-se levantar os dados de forma que se possa estabelecer uma relação com localidades que apresentam características tais que tiveram seu reconhecimento como área de preservação, sendo considerados centros históricos. Ainda se apresentou indicações que possam resgatar e valorizar o lugar nos seus vários aspectos. O intuito, neste caso, é indicar ações que possam estimular os moradores a promover a sua apreciação, que possam estimular os Poderes Públicos e as organizações da sociedade garopabense a adotarem medidas de incentivo, de promoção e valorização do lugar, que possibilite a realização de projetos culturais e assim fortaleçam o desenvolvimento da cidade, gerando renda e emprego para a população local. Por último, como um dos desdobramentos do trabalho, problematizou-se o potencial do espaço onde funcionou a armação para a realização de projetos culturais, de

forma a se responder se a armação baleeira e seu entorno pode ser considerada um elemento constituinte e significativo para Garopaba e se a área considerada por seu valor e potencial pode ser reconhecida como centro histórico.

1. TEMPO ANTECEDENTE DE UM PATRIMÔNIO: A ARMAÇÃO BALEEIRA DE GAROPABA E A SUA HISTÓRIA

1.1 As Armações Baleeiras e a Complexidade da América Portuguesa

A Armação Baleeira São Joaquim de Garopaba, tema deste estudo, fez parte de um empreendimento que envolveu uma rede de armações pelo Brasil, as quais podem ser consideradas como complexas unidades de produção e de beneficiamento de óleo e outros derivados da baleia, bem como espaços sociais que constituíam núcleos populacionais no litoral brasileiro. Foram implantadas no Brasil a partir do século XVII. Primeiro na Bahia e posteriormente no Rio de Janeiro, São Paulo, e em Santa Catarina a partir do século XVIII, permanecendo ativas até o século XIX.

Sabe-se que o início da pesca da baleia no Brasil ocorreu através de Pero de Urecha e mais biscainhos[1] que aqui aportaram em 1602, na Bahia. A introdução da pesca da baleia no Brasil resultou da preponderância espanhola na Península Ibérica, quando Felipe III de Espanha, no trono de Portugal, concedeu aos súditos biscainhos o privilégio exclusivo da pesca das baleias em águas brasileiras. Há indicações bibliográficas de que o aproveitamento da baleia para produzir óleo já ocorria antes, mas com a sua morte no litoral, sem que ainda houvesse a pesca.

A palavra "armação" tem sua expressão originada em armar para a pesca; armar às baleias, ou seja, equipar-se para a pesca das baleias, Ellis (1969, p.59). O termo "armação baleeira" foi uma designação usada não só para explicar o local onde as baleias eram desmanchadas, mas dizia respeito a tudo aquilo que compunha a grande empresa de caça (CASTELLUCCI JUNIOR, 2009, p. 28).

Para Comerlato, armação baleeira pode ser entendida como núcleo de pesca e manufatura de derivados da baleia; como fábrica de azeite de peixe, no caso, de baleia; como local da costa aparelhado para a pesca da baleia, como núcleo populacional ativo no Brasil Meridional, nos séculos XVIII e XIX, voltados para a pesca da baleia e o beneficiamento das partes economicamente interessantes deste cetáceo (COMERLATO, 1998). Eles são responsáveis pela introdução das técnicas e iniciação dos brasileiros na pesca da baleia. Os

[1] Os biscainhos, habitantes de Biscaia responsáveis pela iniciação dos brasileiros na pesca da baleia.

biscainhos teriam aprendido tais habilidades com os normandos durante a Idade Média desde o século IX. A pesca em Biscaia teria se iniciado antes do século XIII. Portanto, "a costa basca, que se estende de Baiona a Bilbao, localizada no Golfo de Gasconha é tida como o berço da indústria, que no passado foi a pesca da baleia" (ELLIS, 1969, p. 26.), ou ainda como empreendimentos coloniais dedicados à pesca da baleia e ao beneficiamento de suas partes (COMERLATO, 2011, p. 481).

Releva notar que as armações baleeiras receberam diferentes caracterizações ao longo do tempo. Segundo Saint-Hilaire (1968, p.161), "armação é o nome que é dado aos estabelecimentos de onde partem os barcos que vão à pesca e para onde são trazidas as baleias a fim de lhes ser extraídas o óleo". Myriam Ellis (1969, p. 64, 59), apresenta alguns conceitos para armação, dos quais se citam: são "entrepostos baleeiros meridionais"; "núcleos ou feitorias de pesca e manufatura de óleo de baleia." É um "termo designativo de aparelhamento permanente em locais apropriados para a pesca litorânea, passou a definir, no Brasil-Colônia, a feitoria baleeira que promovia a captura dos cetáceos e o beneficiamento do óleo de baleia".

Trabalhos mais recentes como os de Fabiana Comerlato (2012, p. 102), apresenta o conceito como "locais da costa aparelhados para a pesca da baleia". Do texto Arqueologia e Patrimônio das Armações, extraímos: "Empreendimentos coloniais dedicados à pesca da baleia e ao beneficiamento das partes econômicas deste cetáceo" ou também que "as armações eram núcleos populacionais, ativos no Brasil Meridional nos séculos XVIII e XIX, voltados para a pesca da baleia e o beneficiamento das partes economicamente interessante deste cetáceo". E acrescenta, "a armação é, sobretudo uma rede de espaços humanizados inserida numa paisagem historicamente localizável." (1998, p.10). Castellucci Junior (2009, p.26), contribui definindo: "designação usada não só para explicar o local onde as baleias eram desmanchadas, mas dizia respeito a tudo aquilo que compunha a grande empresa da caça" e "atividade que vinculava o homem ao mar".

As Armações Baleeiras assim podem ser consideradas como complexas unidades de produção e de beneficiamento de óleo e outros derivados da baleia, e ainda espaços sociais que constituíram núcleos populacionais no litoral brasileiro.

As Armações, no Brasil, existiram na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina como se pode verificar nas figuras 1 e 2, páginas 24 e 25, que indicam a localização das áreas baleeiras no Brasil Meridional e em Santa Catarina, e na figura 3 na página 32, uma ilustração da sua grandiosidade, que as caracterizou como elemento constituinte da política da Coroa Portuguesa, como instrumento de geração de renda, de ocupação do território e expressão da presença do Rei, entre outras funções que desempenharam. Elas são

consideradas como um elemento importante para a Coroa Portuguesa, como fonte de renda, além de sua finalidade especifica que era a produção do óleo de baleia e outros derivados do cetáceo.

Ainda, podem ser entendidas como um modelo de exploração colonial, com especificidades, moldado para servir a uma sociedade monárquica, centralizada, estamental e, em consequência, fortemente dependente de expressões simbólicas de ostentação e de reafirmação do poder real (DURAN, 2007, p. 233). As Armações Baleeiras podem ser enquadradas entre as atividades econômicas vinculadas ao projeto de ocupação do território, em particular no sul do Brasil, se destacando na geração de renda para os contratadores e para a Coroa. Também intermediou as atividades de comercialização de produtos necessários à sobrevivência das populações litorâneas, que dependiam de um comércio com o Rio de Janeiro e mesmo a Metrópole.

Segundo Leandro Domingues Duran (2007, p. 300 e 306), as armações também foram usadas como marco de ocupação territorial, de legitimação da posse da terra; como instrumento de salvaguarda dos interesses territoriais imperiais, como agentes fomentadores da colonização, com interface com o mar; estruturas monumentais relacionadas à época colonial, escravista, católica e imperial. Há ainda o papel da capela, presente em todas as armações, como equipamento do Estado evangelizador. Cristianizar era uma parte integrante e indissociável do processo produtivo colonial e uma obrigação do Estado. Era um instrumento de salvaguarda dos interesses territoriais imperiais (DURAN, 2007, p. 305-306). As Armações atuavam como agentes fomentadores da colonização, como fonte de elemento de atração para novos agentes de desenvolvimento, como autênticas aldeias (ELLIS, 1958, p. 56-57).

Construídas como lugar para o beneficiamento do óleo da baleia, as armações também eram espaços de vivências, de contatos interétnicos, de trabalhadores distintos e de atividades variadas, econômicas, sociais e religiosas, constituindo espaços sociais. Além de ser uma zona de produção mercantil e de subsistência, era a área de uma comunidade litorânea. Um ambiente social com uma gama de trabalhadores transformando seus locais de atuação conforme suas necessidades econômicas, sociais e religiosas. (COMERLATO, 1998, p. 36).

As Armações Baleeiras constituíram importantes núcleos populacionais que tiveram participação efetiva na ocupação de faixas importantes do litoral e serviram de base para a formação de várias localidades que passaram a integrar a população da Colônia. A armação dentro de um contexto geográfico foi ponto de escoamento da produção baleeira e dentro do contexto histórico representou um espaço de trabalho, de produção para outros povoados e

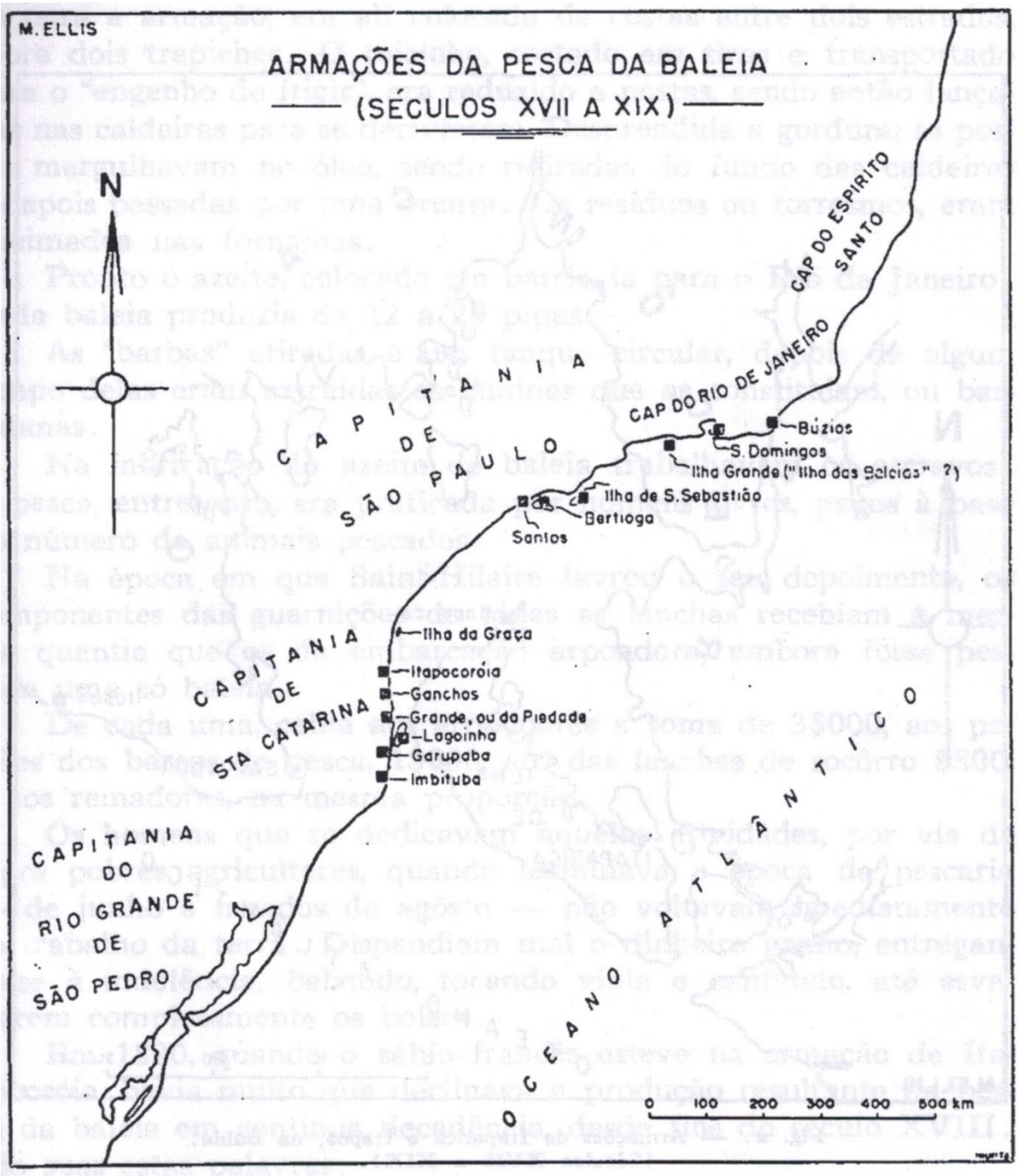
freguesias do litoral brasileiro (COMERLATO, 1998, p.36). Obedeciam a um padrão geral na sua concepção e funcionamento, constituíam espaço de convívio social, de práticas religiosas, de produção e comercialização de derivados da baleia, entre outras características.

Além disso, se configuravam como um tipo de empreendimento com alto grau de sofisticação para a época, pois reuniam no mesmo espaço elevado número de ocupações especializadas e uma significativa força de trabalho, que atuavam no espaço marítimo e em terra, desde o mar onde se operava a pesca das baleias ao espaço onde se desenrolavam o conjunto de atividades necessárias ao funcionamento da armação. Aliás, reunia mão de obra escrava e livre, algo diferenciado para o período colonial no Brasil. Tal complexidade implicou na necessidade de aporte expressivo de capital e de número significativo de pessoal para a sua existência e manutenção.

A pesca da baleia que contribuiu para a expansão marítima e para a melhoria das condições de vida na Europa, nos séculos XVI e XVII, passa a ocupar importante espaço entre os países europeus, em especial Holanda e Inglaterra, que superam os biscainhos e assumem a liderança na produção do óleo de baleia e dos demais derivados envolvendo vultosos recursos financeiros. Por outro lado, vê-se facilmente a estreita ligação entre a caça da baleia e a construção naval. Esta fornecia as embarcações necessárias e recebia, em contrapartida, um valioso insumo para a calafetagem dos navios, sem falar de sua própria iluminação. Mas a maior aplicação do óleo (designado óleo de azeite) era para a iluminação urbana (MENDONÇA, 2004).

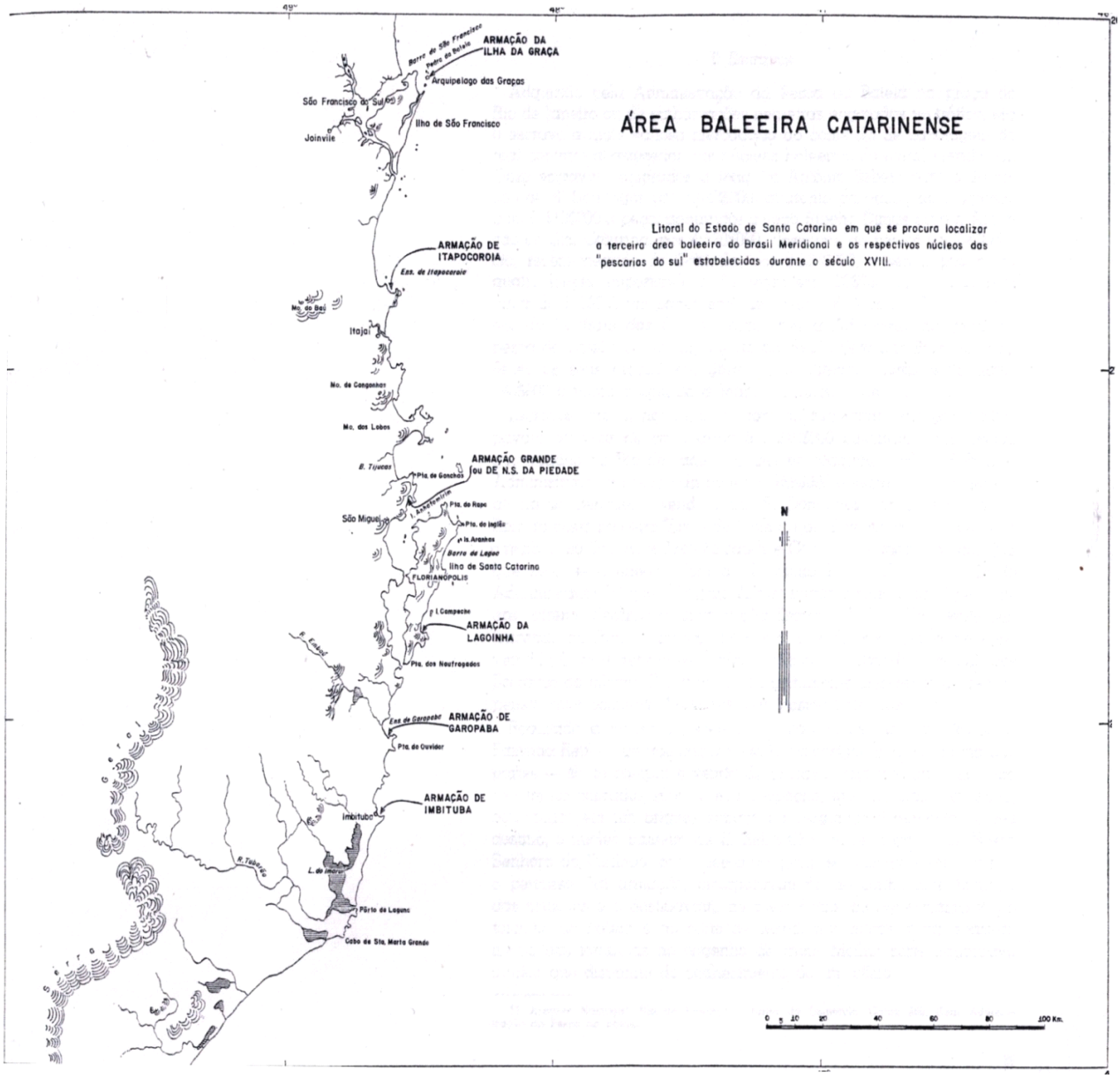
As Armações obedeciam a um padrão geral na sua concepção, constituíram espaços produtivos que tinham interface com o mar. Eram estruturas monumentais destinadas a produzir em larga escala, constituíam monumentos arquitetônicos e apresentavam uma lógica própria em sua estrutura e funcionamento. Foram artefatos náuticos. Conforme assevera Leandro Duran (2007, p.37): “Centro de produção econômica, espaço de exploração escravista, meio de desenvolvimento regional, instrumento de controle estatal, área de conflitos sociais e raciais, a armação foi também e principalmente um artefato náutico”. A pesca das baleias era uma atividade sazonal.

FIGURA 1 – MAPA DA ÁREA BALEEIRA NO BRASIL MERIDIONAL, SÉCULOS XVII A XIX.



Fonte: Myriam Ellis, 1958, p. 161.

FIGURA 2 – MAPA DA ÁREA BALEEIRA CATARINENSE, SÉCULOS XVIII E XIX.



Fonte: Mirian Ellis, 1969, p. 88.

O empreendimento baleeiro era uma ação planejada com claro intuito de criar um ambiente de trabalho extremamente especializado, para que se pudesse dispor de condições de observar os cetáceos, empreender a sua caça, transportar os animais para a praia e nas instalações da armação realizar o processamento, armazenamento e comercialização dos produtos obtidos. Embora não se tenha ainda comprovado é razoável admitir que existisse um plano de engenharia. "São vilas de pesca da baleia que compartilham várias funcionalidades

espaciais", "que implantaram uma nova paisagem na costa brasileira pautada na exploração dos cetáceos e na fixação de contingentes humanos ao território". (ELLIS, 1969, p, 112). Lugar onde se iniciava e terminava a caçada da baleia. Fábrica de azeite de peixe. A Armação Baleeira enquanto artefato e suas relações com o meio constituía um espaço de manufatura; produção de larga escala; com sua complexidade, como integrantes do mar em sua estrutura funcional. Produto do seu tempo e de sua própria missão (DURAN, 2007).

A pesca da baleia era fundamentada em uma visão de mundo: "os oceanos como possessões imperiais integrantes do capitalismo comercial" (DURAN, 2007, p. 307). Neste sentido seus objetivos, seus meios de realização e sua própria estrutura e funcionamento nos falam de um mundo diferente, regido por forças naturais, pela madeira salvadora da quilha do barco e pela água salgada, que a tudo ditava. O mar servia como elemento de estruturação das sociedades humanas (DURAN, 2007, p. 307 e 311).

As relações entre o homem e seus recursos foram elementos no cotidiano baleeiro que permearam o espaço social. A Armação dentro de um contexto geográfico foi ponto de escoamento da produção baleeira e dentro do contexto histórico representou um espaço de vivencia, de trabalho (COMERLATO, 1998, p. 112) e de gerador de produtos para outros povoados e freguesias do litoral. Modelo de pesca sedentário, restrito a um raio de ação local (em torno de 18 a 25 km, em função das limitações do transporte). (DURAN, 2007, p. 254).

Os fatores mais influentes e mesmo determinantes para a definição do local para a instalação das armações levavam em conta as condições marítimas, a existência de água em boa quantidade, disponibilidade de madeira e condições mínimas para o plantio de mandioca principalmente e criação de animais. O clima e as correntes marítimas eram fatores condicionantes. O local onde se instalavam devia atender a certos requisitos como a disponibilidade de água, profundidade mínima do mar nas proximidades da praia para a manobra dos barcos e proteção dos ventos. Certamente, o fator considerado mais relevante para a escolha do local era determinado pela presença das baleias que procuravam anfractuosidades litorâneas para sua parturação e amamentação.

A instalação das armações que era cercada de requisitos geográficos e marítimos dentre outros, provocavam a formação de núcleos populacionais que demarcaram os diversos pontos do litoral brasileiro e que deram origem ou foram determinantes na formação de diversas localidades, atualmente cidades, como são os casos de Armação da Piedade, Governador Celso Ramos/SC; Penha/SC; Itaparica/BA; Búzios/RJ e Garopaba/SC. Da Bahia a SC, em ilhas e no continente, à entrada de baias ou de braços de mar, nas enseadas de águas mansas e de fácil acesso, abrigadas dos ventos sul, alojaram-se as armações sempre vizinhas

de uma ponta de terra, autêntico posto de observação/investigação do mar (ELLIS, 1969, p. 60):

Para tal empreendimento

> Evitavam-se regiões alcantiladas e penhascosas, de mar bravo e praias excessivamente baixas. (...) dezoito palmos de água sobre a areia, no mínimo, eram imprescindíveis às manobras de puxar, virar e içar fora d'água as baleias capturadas.

As Armações Baleeiras foram empreendimentos que envolveram várias dimensões das quais se destacam alguns aspectos. Um deles é que o empreendimento era monopólio régio desde 1614, quando a baleia passou a ser considerado peixe-real, ou seja, uma propriedade da Coroa. O monopólio régio significa o direito exclusivo do Rei de comercializar. Era um privilégio da Coroa. O monopólio era uma prática comum e presente nas diversas colônias, fazia parte da política econômica e possibilitava o deslocamento de capital, recursos financeiros, da Colônia para a Metrópole. O monopólio era uma prática comum dos Estados Absolutistas, conforme Dias (2010). Além de serem eixos de todo sistema econômico (Ellis, 1969). Consistiam na concessão exclusiva para que particulares negociassem determinados produtos. O empreendimento tinha aspectos políticos e econômicos, pois implicava num aporte expressivo de recursos para a sua implementação.

No caso do monopólio da pesca da baleia, a concessão permitia exclusividade da pesca, manufatura do óleo, abastecimento da metrópole e do comércio dos seus produtos. O monopólio se efetivava através de um assento ou contrato em que se estabeleciam as obrigações e privilégios das partes contratantes: a Coroa e o contratador ou contratadores. O acesso ao monopólio se dava de forma regular através da arrematação, que ocorria habitualmente em Lisboa e na qual se ajustavam os valores e as condições de pagamento do monopólio. O contratador adiantava 50% ou metade do valor do contrato e o restante era pago em parcelas anuais.

Os contratos que tiveram seu início em 1614 se estenderam até 1801 e variavam em relação ao período de duração e aos valores e extensão da área abrangida. Entre 1765 e 1801 o monopólio foi arrematado por um único contrato que abrangia as costas do litoral brasileiro e outras regiões do reino. Dentre as obrigações previstas no contrato destaca-se a instalação da armação com todos os requisitos necessários para a realização da pesca e o processamento dos derivados. Findo o contrato todo o patrimônio era incorporado à Fazenda Real. O contrato

incluía também a cobrança dos impostos de compra, venda e deslocamento dos produtos que eram comercializados, cujos preços eram tabelados.

Entre os privilégios estabelecidos nos contratos destaca-se o tratamento diferenciado dado aos contratadores e aos administradores, os quais eram tidos como servidores do Real Monopólio. Tinham isenção de taxas, facilidade para a obtenção de lenha para uso nas armações e de contratação de mão-de-obra para a realização da pesca e processamento das baleias. Como também vantagens na resolução das questões administrativas, que eram tratadas com o provedor da Fazenda.

Outro aspecto a se destacar eram os laços comercias e de sociabilidade que se estabeleciam entre os contratadores e administradores com a elite governante. As relações de compadrio e de casamentos facilitavam a obtenção de benesses que geravam distinções no meio social e também permitiam um maior controle por parte da Coroa. Portanto, a condição de contratador ou administrador gerava condições de distinção e possibilitava ascensão social, eles passavam a integrar a elite, que detinha privilégios e melhores condições para negociar e mesmo ter acesso ao poder (DIAS, 2006).

O conjunto de recursos necessários para a instalação de uma armação era expressivo. Era preciso providenciar a construção de casas, de armazéns, da enfermaria, da capela, de embarcações, fornalhas, tanques, caldeiras, aquisição de terras, compra de escravos e uma gama imensa de utensílios e equipamentos necessários para a moradia da população baleeira e para o desenvolvimento das atividades necessárias para o seu funcionamento. Ainda se deve considerar a necessidade do sítio da fazenda para a produção da lenha, de tijolos e de telhas, móveis e de instrumentos, além da produção de bens de consumo para a manutenção das diversas atividades nela desenvolvidas e para a comercialização do óleo e demais derivados.

Dentre esses bens de consumo destaca-se a farinha de mandioca, o açúcar, aguardente, frutos, tecidos, redes, móveis e cordas entre outros. Bens de consumo como o sal, remédios, embalagens, vestuários, como também ferramentas, equipamentos, imagens, paramentos e moedas entre outros, eram importadas. Portanto, os custos para a implantação e manutenção de uma armação eram expressivos e de responsabilidade exclusiva dos contratadores.

Destacam-se os lucros obtidos por Joaquim Quintela e seus sócios no período de 1765-1777 que atingiram a cifra de 1.006.797$48 (cruzados), o que indica volume expressivo dos lucros obtidos (ELLIS, 1969, p.155). Os contratadores garantiam assim a realização dos seus negócios, a acumulação de riquezas e a aquisição de status junto à elite. Eles habitualmente residiam em Lisboa onde funcionava a administração geral do negócio. Um dos sócios administrava o empreendimento e era seu caixa geral e administrador. O empreendimento

contava ainda com um administrador sediado no Rio de Janeiro subordinado a Lisboa e que coordenava as atividades das armações existentes no Brasil, onde existia um administrador em cada local onde funcionava uma armação.

O administrador geral comandava as ações do empreendimento e certas decisões eram submetidas aos sócios, como as de implantar ou suprimir armações ou de investir na aquisição de embarcações. As decisões relativas à manutenção das armações como a aquisição de gêneros, utensílios de instrumentos de trabalho, compra de escravos e seu transporte era de responsabilidade do administrador do Rio de Janeiro (ELLIS, 1969, p.155). Em Santa Catarina, o administrador da armação da Piedade, que se localizava no atual município de Governador Celso Ramos, coordenava as ações das demais armações e estabelecia a vinculação com o administrador no Rio de Janeiro. O empreendimento contava assim com uma rede de administradores que garantiam a execução das decisões para a sua organização e funcionamento e a obtenção dos lucros. Os contratos eram temporários e sua duração era variável. Os primeiros duraram 3 anos e os últimos duraram 12 anos. Sua vigência tinha início, habitualmente, no dia de São João, 24 de junho, e findava também nesta data **(**ELLIS, 1969).

Os recursos obtidos pela Coroa com os contratos tinham várias destinações e em sua maior parte eram destinados à manutenção das estruturas de governo na Colônia, como o pagamento de pessoal, aquisição de mantimentos, operações militares, expedições ao sertão, enfim um conjunto de ações que tornavam essas atividades de governo viáveis. Portanto, as armações constituíam importante fonte de renda para o funcionamento dos órgãos administrativos da Coroa.

As Armações possuíam um padrão nas edificações, uma organização na distribuição espacial das estruturas. Obedeciam a um plano que estava relacionado ao seu funcionamento. Embora não se tenha conseguido informações precisas, o plano da obra deveria ser de responsabilidade dos engenheiros. Manifestavam um ar de grandiosidade, expressão de poder e soberania. Algumas estruturas localizadas à beira mar garantiam a continuidade das atividades da pesca das baleias iniciadas no mar. Constituíram obras de porte expressivo.

As principais estruturas das armações eram trapiches, cais, rampas, cabrestantes, paredões, engenhos de frigir, engenhos da casa dos tanques, armazéns, depósitos, senzalas, companhas de baleeiros, frota de embarcações, enfermaria, capela, casa dos feitores, casa do administrador. Havia também estruturas para guarda dos barcos e apetrechos, para os efeitos de manutenção e construção e também havia o sítio da fazenda onde se desenvolviam atividades de plantio e criação de gado, além do corte de plantas. O sítio cumpria um papel

importante para o fornecimento de alimentos para a população baleeira além da madeira necessária para a queima do toucinho das baleias e produção de peças de madeira com inúmeras aplicações no cotidiano da população baleeira.

Os engenhos de frigir azeite ou fábricas eram considerados os espaços mais importantes da manufatura, pois lá ocorria o processo de processamento das partes úteis da baleia. Como diz Ellis (1969, p. 60), "era o principal setor da armação, centro nevrálgico que concorria e para o que compareciam os trabalhos cotidianos". A casa dos tanques era destinada para armazenar o óleo (que era produzido na fábrica) e sempre estava a ela ligada. E de lá, da casa dos tanques, era expedido o óleo de baleia para a comercialização local ou transportados para os grandes centros. Junto à fábrica e casa dos tanques, existiam construções destinadas à venda do azeite, armazenamento de barbatanas, depósito de pipas e barris utilizados no acondicionamento do óleo de baleia e também depósitos para guarda do material utilizado na pescaria. Havia também o rancho das lanchas da pesca onde se conservavam, além das lanchas, a aparelhagem destinada ao içamento das baleias para a terra, guindastes e cabrestantes. Portanto, as edificações e estruturas no espaço, que podem ser traduzidos como espaços de manufatura e de armazenamento, expressavam a grandiosidade do empreendimento.

Nas proximidades das estruturas acima mencionadas encontravam-se as edificações destinadas à residência da população baleeira, àquelas dedicadas aos cuidados com a saúde, às práticas religiosas e também as destinadas à administração que também servia como casa de armazém e de hospedagem. As casas destinadas a moradia expressavam uma divisão social, uma hierarquia, presente na população baleeira. As senzalas eram destinadas aos escravos. As companhas de baleeiros serviam para a residência dos baleeiros, em especial, dos remeiros, timoneiros e arpoadores. Na casa dos feitores se hospedavam aqueles que assessoravam o administrador da armação nas atividades, na praia, no sítio, nas fábricas e casas de tanques. Havia também residências para o cirurgião e para o capelão que cuidavam da saúde física e espiritual da população baleeira e a casa do administrador.

Considera-se importante levar em conta a quantidade e diversidade de móveis e utensílios, necessários para as diversas atividades que ali se desenvolviam, e que Ellis descreve de forma brilhante. O que permite dimensionar a complexidade e grandiosidade de uma armação baleeira. As dimensões das edificações e estruturas e a quantidade e diversidade dos móveis e utensílios variavam entre as elas e podem servir como indicadores das dimensões que as mesmas tinham. Portanto, pode se considerar que o conjunto de edificações e estruturas eram núcleos populacionais onde se desenrolavam um conjunto variado e

complexo de atividades que envolviam uma variada gama de habilidades. Desta forma contribuíam para a fixação das pessoas nos diversos locais do litoral brasileiro, e por consequência, contribuíam na consolidação da ocupação e da posse da terra, como intencionava a Coroa (ELLIS, 1969).

No sítio, além de terras para plantio e criação, também se encontravam engenhos de farinha, de cana, casa de olaria para se fazer telhas e tijolos e a casa para armazenagem de carne e farinha. Além da lenha destinada para o fabrico da farinha e, principalmente, para as fornalhas onde se cozinhavam os toucinhos para o preparo do óleo da baleia, além de produção de peças de madeiras com várias finalidades. Vê-se assim que as armações constituíam uma manufatura complexa. Isso decorria de serem compostas de uma estrutura composta de edificações e estruturas como: cabrestante, trapiche, cais, companhas das baleeiras, casa dos feitores, casa de vivenda, casa de hospedagem, casa do cirurgião, enfermaria, capela, casa do administrador, casa dos tanques de azeite e casa de engenho de frigir óleo, e armazéns, principalmente (COMERLATO, 1998; ELLIS, 1969).

Pode-se desta forma perceber que o conjunto de edificações e estruturas obedecia a uma lógica, que atendia aos requisitos necessários para a sua operação, além de combinar com as condições impostas pela natureza. Deduz-se que pela localização das armações havia uma conexão entre a terra e o mar para a captura da baleia, o meio de transporte para puxá-la, o seu despostejamento, processamento e armazenagem e posterior comercialização e exportação para o Rio de Janeiro e/ou para Portugal. Além da disponibilidade de lenha e de água, condições básicas para a sua instalação e funcionamento**.**

Esta descrição sumária das armações que existiram no Brasil pode dar uma ideia da complexidade e grandiosidade do empreendimento, que além de simbolizar a presença e o poder do Rei também expressaram uma dimensão importante da economia colonial por sua produção em escala e por reunir em sua diversidade de ofícios e diferentes tipos de produção que reuniam mão de obra escrava e livre. Desta forma as armações constituíram empreendimentos que estão a merecer maior aprofundamento para que se tenha mais clareza sobre os importantes papéis que as mesmas cumpriram na vida da Colônia. As figuras 3 e 4, nas páginas 32 e 33, representam em parte a dimensão de grandiosidade, por suas instalações e localização.

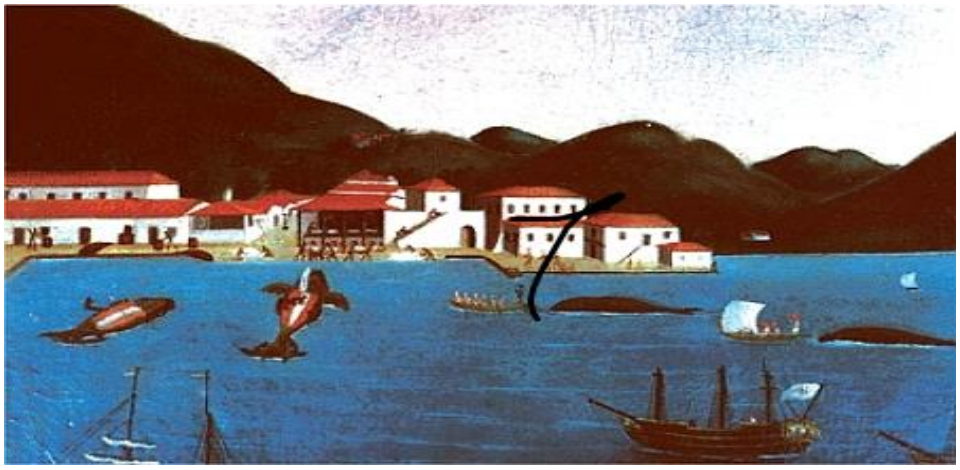
Vamos, portanto, conhecer um pouco desses empreendimentos, com o objetivo de mostrar a complexidade da sua dinâmica. A atividade de caça às baleias era sazonal, ocorrendo no inverno. Extraímos informações de Ellis (1969), Boiteux (1916), Castellucci (2009), Celia e Silva (1992) e Comerlato (1998, 2001) principalmente. Considerando o

período de um ano, pode-se caracterizar o ciclo de atividades realizadas nas armações em duas etapas: a) Período da pescaria das baleias, quando ocorria a pesca propriamente dita, e que durava em média quatro meses, entre junho e outubro de cada ano; b) Período em que se desenvolviam as atividades de manutenção das instalações e dos equipamentos e atividades agrícolas de plantio e corte de lenha, bem como a comercialização do óleo e demais derivados da baleia, que durava o restante do período anual. Este período pode ser considerado como etapa preparatória para a efetivação da pesca das baleias.

O início das atividades do ciclo era caracterizado por atividades religiosas presididas pelo pároco. No dia de Santo Antônio ou São João era realizada uma missa para sinalizar o início das atividades da pescaria. Após a missa, que reunia toda a comunidade da região o padre se dirigia à praia para a benção dos pescadores e dos instrumentos que eram empregados na captura e transportes das baleias caçadas (ELLIS, 1969, p, 59).

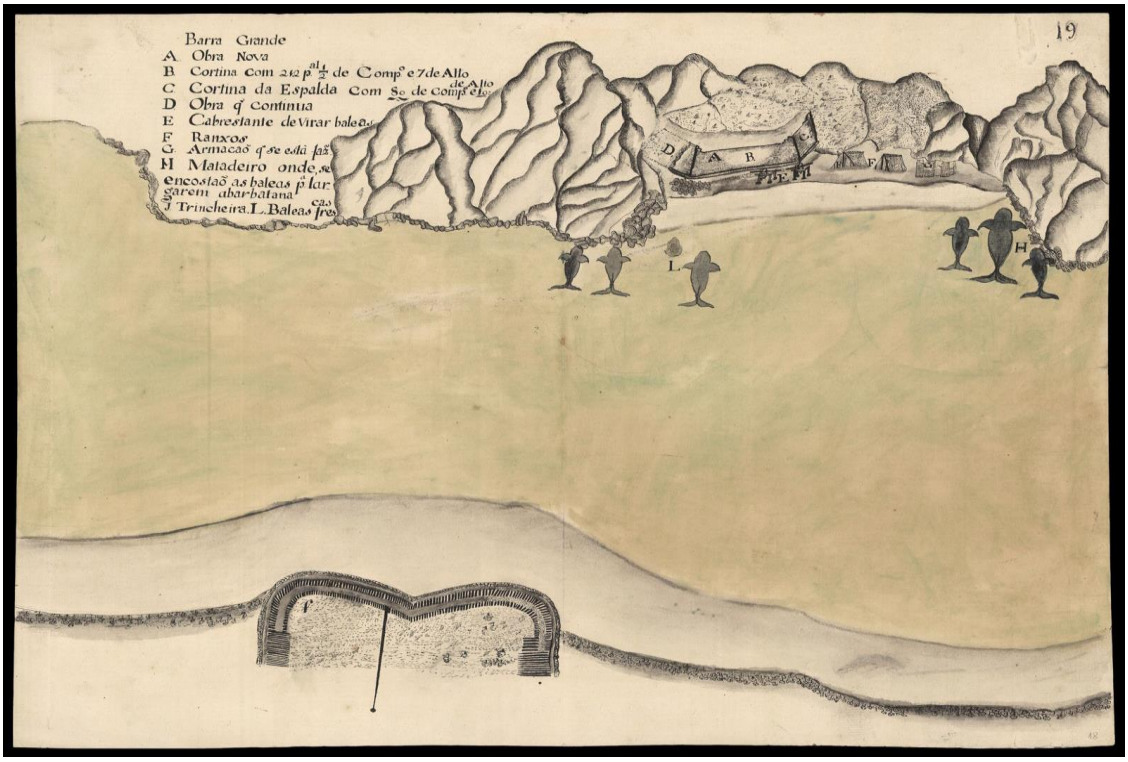
A missa simbolizava a conexão com Deus para que o enfrentamento com os gigantes do mar fosse favorável aos homens e que a força divina estivesse presente nesta labuta e combate (COMERLATTO, 1998, p.39). A religião que também expressava a presença da Coroa na Colônia desempenhou papel relevante na imposição de valores que garantiam a manutenção da ordem e do poder. Como também atuava de forma relevante na promoção de valores que contribuíram para a convivência da população baleeira. A igreja centralizava as atividades religiosas e sociais através dos rituais de batismo, casamento, morte e das festas dedicadas aos santos.

FIGURA 3 – REPRESENTAÇÃO DE UMA ARMAÇÃO BALEEIRA. OBRA DE LEANDRO JOAQUIM PESCA DA BALEIA -1785.



Fonte: Leandro Joaquim (1738-1798) Óleo sobre tela (112 cm x 131 cm) Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro, RJ).

FIGURA 4 – ARMAÇÃO BALEEIRA EM SÃO PAULO – 1775.



Fonte: Obras novas de Fortalezas na Barra de Santos. in: cartas topográficas do Continente do Sul e parte Meridional da América Portugueza: com as batalhas que o Ilmo. e Exmo. Conde de Bobadella ganhou aos índios das missoens do Paraguay, 1775. Depositado na Biblioteca Nacional do rio de Janeiro.

A chegada do inverno demarcava o início das atividades da pesca. A vigilância para identificar a chegada das baleias era montada e a partir daí iniciava-se a pescaria. As baleias procuravam os remansos e reentrâncias das baías e enseadas para sua reprodução e amamentação. A vigilância constituía uma das atividades preparatórias para a pesca e ocorria em locais que permitiam a observação do mar de forma a se enxergar as baleias. A observação da chegada das baleias era comunicada através do sino da capela o que desencadeavam, em ritmo apressado, as ações de embarque e saída para o mar para a caça às baleias.

As atividades da pesca das baleias propriamente ditas envolviam um conjunto de trabalhadores que se distribuíam em diversas embarcações. A figura 5, página 34, busca dar uma amostra da operação de pesca das baleias. As embarcações baleeiras possuíam uma tripulação com funções bem determinadas e equipamentos que eram utilizados no enfrentamento com as baleias visando a sua matança. A tripulação que era chefiada pelo arpoador contava com um auxiliar imediato, o timoneiro, e com os remeiros, em número de

oito (8) habitualmente, que eram os responsáveis pela condução e manobra das baleeiras na luta com as baleias. As baleeiras contavam com velas que eram utilizadas para o transporte das baleias em direção à praia (BOITEUX, 1916, p.435).

FIGURA 5 – PESCA DA BALEIA. RIO DE JANEIRO. 1780

Fonte: Leandro Joaquim. Pesca da Baleia na Baía do Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

A realização da pescaria consistia na aproximação da baleia e na utilização do arpão e lanças que eram arremessados para matá-las. O arpão e as lanças deveriam atingir determinada região da cabeça da baleia para que se efetivasse com mais rapidez a sua morte. Entre os arremessos do arpão e das lanças e a morte do animal, ocorria um período de resistência e lutas que poderia implicar na fuga das baleias e eventualmente na destruição das embarcações e morte dos baleeiros. Havia ocasião em que a luta pendia a favor do cetáceo e não se conseguia a sua morte. Esta etapa da caça exigia perícia e muita agilidade por parte da tripulação para garantir o sucesso na luta (BOITEUX, 1916, p. 439).

Vencida a baleia, a etapa seguinte consistia em transportá-la para a praia, o que exigia uma série de cuidados e presteza, onde ocorria o seu desmanche e processamento. A figura 6,

na página 37, mostra a baleia já morta e na praia em condições de realizar o seu despostejamento, uma das etapas do processamento da baleia. Os trabalhos de despostejamento das baleias envolvia outro conjunto de trabalhadores, em geral escravos, que neles atuavam e no seu transporte para o engenho de frigir. As partes aproveitadas do cetáceo eram o toucinho, do qual se produzia o óleo ou azeite de baleia, as barbatanas, os ossos e a carne.

As atividades de processamento das baleias eram realizadas em sua grande maioria pelos escravos, embora envolvesse também mão de obra livre, em especial os açorianos, que povoaram o sul do Brasil e que participaram de forma ativa destas atividades. Trabalhavam no desmanche, repartimento, colocação do toucinho nas fornalhas, apuro do óleo e seu armazenamento de forma ininterrupta. No despostejamento da baleia se realizavam cortes do toucinho da baleia, que exigiam ferramentas e técnicas apropriadas. Os pedaços de toucinho eram retirados em porções grandes e depois retalhados em porções menores. Assim eram encaminhados para as caldeiras localizadas na casa ou engenho de frigir e submetidas ao cozimento em grandes fornalhas onde se desenrolava o trabalho de produção do óleo de baleia.

O trabalho desenvolvido era estafante e contínuo para que se pudesse aproveitar ao máximo as partes da baleia, que expostas ao ar se decompunham com rapidez, além de exalarem um cheiro muito forte e nauseante. Somava-se, ainda, uma grande produção de fumaça, bem como os elevados riscos que os escravos corriam junto às fornalhas e caldeiras. Evidencia-se desta forma o caráter de exploração a que eram submetidos os trabalhadores nesse processo, em especial dos escravos que constituíam a base da mão de obra das armações e que garantiam os vultosos lucros para os contratadores e para a coroa (SILVA, 1992, p.42).

Além das atividades já relacionadas, destaca-se o processo de armazenamento do óleo em tanques, depois acondicionados em pipas e barris, para serem comercializados na região ou enviados por navio para o Rio de Janeiro ou Portugal. Também se enfatizam as atividades de preparo da lenha para o uso nas fornalhas, e da madeira para a produção e manutenção das embarcações, edificações e dos apetrechos de pescaria. Por fim salientam-se os trabalhos para a fabricação e manutenção das ferramentas utilizadas no desmanche e cozimento das partes da baleia e ainda o conjunto de ações dedicadas à obtenção e preparo da alimentação da população baleeira, o que envolvia uma expressiva população. É possível se ter assim uma ideia da complexidade do funcionamento de uma armação pelo elevado número de atividades, as quais deveriam estar articuladas e coordenadas para que o rendimento obtido pudesse ser efetivo. A sazonalidade da pesca da baleia imprimia concentração de esforços e do ritmo de

trabalho para que se pudesse matar o máximo de baleias e consequentemente obter maior quantidade de óleo e demais derivados.

A produção do óleo ocorria através de técnicas simples, até mesmo rudimentares, aplicadas sobre o toucinho retirado da baleia. Consistiam basicamente na manipulação da gordura e na manufatura do óleo. A manipulação da gordura se dava a partir do despostejamento da baleia que consistia no seu desmanche. Inicialmente procedia-se com cortes no corpo do cetáceo de tamanho grande e na sequência promovia-se a retirada da carne. Após, repartiam-se os pedaços de toucinho em porções menores. Essas porções eram levadas ao fogo, às fornalhas sobre as quais estavam instaladas as caldeiras onde se cozinhava o toucinho. Este processo dava origem ao óleo ou azeite de baleia. Das caldeiras o óleo era direcionado para a casa dos tanques onde passava por um processo de esfriamento e decantação. No processo de fritura do óleo formava-se outro produto chamado borra que tinha uso importante. Apurado o óleo, o mesmo era depositado em barris, pipas e tinas (ELLIS, 1969).

O processo de desmanche das baleias, de retirada das barbatanas e de produção do óleo constituía a atividade principal das Armações Baleeiras. Resultante desta dinâmica que se processava nas armações se tem a produção do óleo, das barbatanas, da carne e da seleção dos ossos que tinham várias aplicações, destacadas a seguir. A produção do óleo gerava uma produção mercantil que tinha impacto em escala local e internacional. Impacto este que se expressava, quer na economia, quer no mundo do trabalho, na demografia dentre outras implicações, conforme podemos deduzir das informações constantes nas tabelas 1, 2 e 3 e nos dados indicados por Simonsen (1937) nas páginas 40 a 43.

FIGURA 6 – BALEIA MORTA. PRAIA DE IMBITUBA/SC – ANOS 1950

Fonte: Imbituba-SC, anos 50 – Foto de João Hipólito do Nascimento (1920-1992). http://wilmarx.blogspot.com.br/2014/11/curiosidade-livro- historiacacabaleiasbr.html acesso 19/01/16

As Armações forneciam o óleo, cuja finalidade principal era a iluminação. Uma necessidade básica na Colônia e na Metrópole. O óleo também tinha outros usos. Estes derivados da baleia constituíram importantes produtos de exportação, em especial o óleo e as barbatanas. O óleo da baleia foi muito importante para a Colônia. A utilização do óleo era ampla. Servia para as luzes dos engenhos, de casa e fortificações, para a saboaria, curtume, estaleiros. Nos estaleiros para calafetagem dos navios e barcos. Não restando dúvidas que era um dos insumos mais utilizados à época, mas a maior aplicação do óleo (designado óleo de azeite) era na iluminação urbana (MENDONÇA, 2004).

Os ossos tinham várias aplicações tais como: objeto de decoração, móveis e assentos dos bancos, mesas, base para lavar roupas e também para a proteção de plantações, como nos indica Castellucci (2009, p. 38-39). A carne da baleia tinha ampla utilização como alimento dos escravos e da população mais pobre, inclusive durante a travessia do atlântico como também assevera Dias (2006, p. 57).

A barbatana ou barba da baleia passava por um processo de limpeza e de secagem e era enfardada para exportação para a Europa, onde era utilizada em várias manufaturas, na confecção de utensílios e de peças da indumentária masculina e feminina (ELLIS, 1969. p, 61).

O óleo ou azeite de baleia era considerado o principal produto extraído das baleias, pois era utilizado principalmente na iluminação pública e particular. Outras aplicações do óleo eram o seu uso para a fabricação de velas, impermeabilização de embarcações, lubrificações de engrenagens e no preparo de couros, de tintas, vernizes e purificação do enxofre. O óleo era empregado para derreter ou adubar o breu e o alcatrão com que untavam as embiras empregadas na calafetagem e impermeabilização das embarcações. Era ainda um aglutinante que petrificava a argamassa e que dava resistência à ação corrosiva da chuva e assim garantia durabilidade e solidez das construções, conforme nos indica Ellis (1969). Também era utilizado como remédio para combater o reumatismo (CASTELLUCCI JUNIOR, 2009, p.37).

O óleo destinado à iluminação era utilizado em velas, archotes, tigelinhas de barro, lamparinas, candeias, candeeiros, lampiões, que eram os aparelhos de iluminação. Como se produzia a iluminação? O óleo alimentava um fio de algodão, chamado pavio, que ao queimar provocava o brilho da chama. O óleo era utilizado para iluminação de engenhos, vias públicas, oratórios, presídios, quartéis, fortalezas, hospitais, barcos, câmaras de vereadores, além das moradias. Portanto, azeite de baleia tinha uma ampla aplicação. Embora não fosse o único tipo de óleo utilizado para a iluminação, era o mais acessível em quantidade e principalmente em preço. Assim sendo, pode se constatar que a utilização do óleo de baleia como base para a iluminação constitui importante fator para viabilizar um conjunto expressivo de atividades dos diversos setores da Colônia, como procura ilustrar a figura 7. Ao mesmo tempo em que contribuiu efetivamente como elemento gerador de melhores condições de vida para a sociedade. Contribuiu de forma expressiva na produção e circulação de riquezas. O óleo permeou de forma significativa a produção do açúcar e da farinha de mandioca que desempenharam um papel de destaque na economia colonial. Desta forma, a iluminação constituiu um fator relevante entre aqueles que motivaram a instalação das Armações Baleeiras (Ellis, 1969).

FIGURA 7 – ILUMINAÇÃO COM ÓLEO DE BALEIA 1820.

Fonte: A aquarela de autoria do Mestre Jean Baptista Debret, http://1.bp.blogspot.com/_Pm7-jSt3kos/R7K8ejIC_DI/AAAAAAAAAbk/2oIxOA8O2Rw/s400/1-debret.jpg acesso em 26/01/2016.

A produção do óleo tinha como destino o comércio local ou era transportada para o Rio de Janeiro, sede da administração do Contrato, onde era redistribuída para as capitanias ou exportada para Portugal. O comércio local era realizado, conforme o contrato, exclusivamente pelo contratador que poderia subcontratar. A comercialização do óleo era feita em canadas. O preço das canadas e demais medidas do óleo eram estabelecidas no contrato. O valor de uma canada para um contrato, em 1765**,** era de 320 réis.

A pipa, outra medida utilizada para o comércio do óleo, equivalia a 70 canadas. Segundo Frei Vicente, citado por Ellis (1969), uma baleia rendia em média 20 pipas que equivaliam a um conto de réis (Mil réis). Uma embarcação, sumaca ou bergantil, transportava entre 200 e 250 pipas. Os dados disponíveis sobre o rendimento do óleo e da barbatana são escassos. Apresentamos a seguir três tabelas 1, 2 e 3 que indicam alguns dados que podem ajudar a formar uma ideia de números e valores envolvidos na atividade baleeira. A tabela 1

trata especificamente da produção baleeira em Santa Catarina, a tabela 2 apresenta alguns números sobre a exportação do óleo e a tabela 3 apresenta alguns dados sobre rendimento da pesca da baleia.

Tabela 1 – Evolução da Produção Baleeira na Área Catarinense, 1748 – 1819.

ANOS		QUANTIDADE DE ANIMAIS		TOTAL EM PIPAS DE AZEITE*	ARMAÇÕES
		MÉDIA ANUAL POR ARMAÇÃO	TOTAL ANUAL		
(I)	1748 – 50	500	500	8.000	Piedade
(II)	1754 – 65	200	200	2.200	Piedade
(III)	1765 – 77	250	500	8.000	Piedade e Lagoinha
(IV)	1785	133	400	6.400	Piedade, Lagoinha e Itapocoróia.
(V)	1793	84	253	4.048	Idem
(VI)	1795	63	254	4.064	Piedade, Lagoinha, Itapocoróia e Garopaba.
(VII)	1796	49	248	2.968	Piedade, Lagoinha, Itapocoróia, Garopaba e Imbituba.
(VIII)	1801	23	163	2.608	Idem
(IX)	1812-15	14	352	5.632	Idem, junto com ilha da Graça.
(X)	1816	39	71	1.136	Idem
(XI)	1817-19	12	73	1.168	Idem

Fonte: SILVA, 1992, p. 52

(I) – SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de Santa Catarina, p. 132.

(II) – SILVA, José Bonifácio de Andrade e. "Memórias sobre a Pesca das Baleias", p. 402, apud ELLIS Myriam, op. cit., p. 175.

(III) – SILVA, José Bonifácio de Andrade e. Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa, 1790, apud LACOMBE, Américo J. Baleias e armações, p. 72.

(IV) – La Perouse, Jean – François G. De. Descrições da Ilha de Santa Catarina. Relato dos Viajantes Estrangeiros nos séculos XVIII e XIX, p. 113.

(V) – BRITO Paulo José Miguel de. Memória Política sobre a Cap
itania de Santa Catarina, p. 104.

(VI) – Idem.

(VII) – BOITEUX, Lucas A. A Pesca da Baleia. Rev. Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1914, p. 7.

(VIII) – ELLIS, Myriam. Op. cit., p. 175.

(IX) – JUNTA DO COMÉRCIO, AGRICULTURA, FÁBRICAS E NAVEGAÇÃO. Administração da Pesca da Baleia. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, caixa 360, pacote 1.

(X) – Média ponderada, a partir de ELLIS, Myriam. Op. cit., p. 175.

(XI) - * Estimativa baseada em Jacintho J. Anjos que afirma: "cada baleia proporciona em média 36 pipas de azeite", apud ARAÚJO, J. de S.A. Pizarro. Op. cit., p. 267.

Tabela 2 – Evolução das Exportações Brasileiras – Derivados da Baleia, 1758 – 1798.

ANOS		PRODUTOS						MERCADOS
		ÓLEO		PREÇO	BARBATANA		PREÇO	
(I)	1758	480	almudes.	420$000...		–.....	–	Biscaia
		15	pipas...	405$000...		– ...	–	Baiona
		440	cântaros...	440$000...		– ...	–	França
		660	almudes.	660$000...		– ...	–	Norte Europeu
		42	cântaros...	42$000...		– ...	–	Norte Europeu
(II)	1777	–	...	820$000...		– ...	25:874$640	Portugal
(III)	1790	370	pipas...	10:360$000...		– ...	–	Lisboa
(IV)	1791	734	pipas...	20:552$000...	176	Quintais	3:520$000	Sem referência
(V)	1793	11.250	pipas...	360:000$000...		– ...	–	Sem referência
(VI)	1796	34.637	almudes.	27:709$600...	388	Quintais	7:760$000	Lisboa
		22	almudes.	17$600...		– ...	–	Porto
		3.418	pipas...		820	Quintais	–	Sem referência
(VII)	1797	5.200	almudes.	4:160$000...	80	Quintas	1:600$000	Lisboa
		15	almudes.	12$000...		– ...	–	Porto
		37	almudes.	29$000...		– ...	–	Viena
(VIII)	1798	19.396	almudes.	19:396$000...	26	Quintais	18:520$000	Lisboa

Fonte: SILVA, 1992, p. 54

(I) – ELLIS, Myriam. A Pesca da Baleia no Brasil Colonial, p. 135.

(II) – SILVEIRA, Alípio. Baleias na Economia Nacional, p. 21.

(III) – ELLIS, Myriam. Op. cit., p. 132

(IV) – Carta do Conde de Resende, apud LACOMBE, Américo J. Baleias e armações, p. 70.

(V) – BRITO, Paulo José Miguel de. Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina, p. 104.* Referente à Exportação Catarinense.

(VI) – ELLIS, Myriam. Op. cit., p. 194, & RIBEIRO, J. A. Miranda. Memória Hist. Sobre SC, 1796;

(VII) – Idem.

(VIII) – Idem.

Tabela 3 – Rendimentos Provenientes da Manufatura Baleeira, 1748 – 1816.

ANOS		RENDIMENTO DO CONTRATO		RENDIMENTO DA COROA		MONOPÓLIO
		ÁREA CATARINENSE	COSTA BRASILEIRA	ÁREA CATARINENSE	COSTA BRASILEIRA	
(I)	1748-50			edificações + 6 escravos	71.000 cruzados e 15.000 réis	Thomé G. Moreira
(II)	1750-53			4.000$000 anuais	–	Idem
(III)	1754-65			10.000$000 anuais	48.000 cruzados e 100.000 réis anuais	Francisco P Souza
(IV)	1765-77		1.066.797$487 réis		80.000 cruzados anuais	Quintella
(V)	1777-89	4.000.000 cruzeiros anuais	–	–	100.000 cruzados anuais	Quintella
(VI)	1789-1801	360 contos de réis	200 a 300 mil cruzados anuais	4 contos de réis	48 contos de réis anuais	Quintella
(VII)	1816-22		**ESTATIZADAS AS ARMAÇÕES**		44:000$000*	Siqueira & Lima

Fonte: SILVA, 1992, p. 55

(I) – ÁLVERES, Wálter. Histórico da Pesca da Baleia no Brasil, p. 415.

(II) – ELLIS, Myriam. Op. cit., p. 151-152

(III) – Doc. do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, cód. 445, v. 17, fls 48-50.

(IV) – Documento da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Ref. I-28-32,5 & Documento do Arquivo Nacional, Caixa 750, pacote 1.

(V) – ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. Memórias Históricas do Rio de Janeiro, p. 264-265.

(VI) – Carta da Câmara Municipal de Desterro encaminhada ao Rei, apud BOITEUX, Lucas. A Pesca da Baleia. Ver. Trimestral do IHGSC, 1914, p.7, & BRITO, Paulo J. Miguel. Memória Histórica sobre a Cap. De Santa Catarina, p. 101-104.

(VII) – BOITEUX, Lucas A. Algumas Achegas. Separata do 1º. Congresso de História Catarinense, p. 06.

* – O dado corresponde aos anos de 1819 (20:000$000) e 1820 (24:000$000).

Roberto Simonsen (1937, p.479), publica alguns dados:

> -> Produção anual de óleo no Brasil: 3530 pipas em média;
>
> -> Preço: 175 libras por pipa;
>
> -> Renda anual: 617.650 libras;
>
> -> Barbatanas: produção anual 2000 quintais. Um quintal rendia 150 libras, rendimento anual: 3000 mil libras;
>
> -> Considerando óleo e barbatana o rendimento estipulado era de 931.950 libras. Pagavam 300.000 libras ao governo e aplicavam 268.750 libras com despesas e tinham como lucro, em média, 362.500 libras por ano.
>
> -> Uma baleia rendia, em média, 16 arrobas de barbatana. E eram vendidas a 5.000 mil réis a arroba.

A respeito da exportação do óleo de baleia do Brasil para Portugal, Ellis (1969, p. 130) nos informa que a escassez de dados, os custos e as dificuldades de transportes tornaram limitadas estas exportações. Outro fator que interferia era a concorrência internacional, pois a qualidade do óleo produzido aqui, comparado com a produção dos americanos e holandeses, principalmente, era de qualidade inferior. Os dados das tabelas 1, 2 e 3 indicam que mesmo modestamente o óleo e a barbatana contribuíram de alguma forma como produtos de exportação gerando renda. Houve tentativas de reexportação por parte de Portugal para mercados da Europa, como França, Espanha e Inglaterra, mas fatores como a concorrência internacional e os custos despendidos para efetuar os negócios tornaram inviáveis a reexportação.

Explicitados alguns aspectos relativos às estruturas e funcionamento das armações, cabe considerar o desperdício e perdas, pela falta de cuidados e aplicação de técnicas para o processamento das baleias. O texto de José Bonifácio, citado por Ellis (1969), é emblemático neste sentido, pois abordou a falta de consciência com que se matavam os filhotes das baleias. O que implicou na redução do número de animais e aproximou de sua extinção. E por consequência diminuiu o número de baleias pescadas. Outra faceta do desperdício é a falta de cuidado com que se processava o desmanche da baleia. A falta de organização e de técnica apropriada para o desmanche da baleia e a separação da carne do toucinho implicava na perda de parte significativa da carne, que estragava e assim se tornava inútil para a produção do

azeite. É certo que esse desperdício aliado a outros fatores contribuíram para a inviabilização das armações baleeiras (ELLIS, 1969; COMERLATO, 1998).

Cabe registrar também os inúmeros acidentes, ocorridos na casa de engenho de frigir e na casa de tanques, que mutilavam ou tornavam inválidos os trabalhadores que exerciam estas atividades. Isso reduzia o escravo à inutilidade e ao sofrimento, gerava prejuízos aos administradores e reduzia ainda as condições já precárias de vida. Este aspecto demonstra a pouca atenção dispensada à segurança e às condições de trabalho que eram oferecidas aos trabalhadores, que indicam o menosprezo com que eram tratados os trabalhadores.

A decadência da indústria baleeira foi determinada, entre outros fatores, pela redução do número de baleias no litoral brasileiro, em decorrência da caça indiscriminada. O que influenciou de forma significativa na capacidade reprodutiva da espécie. O despreparo da mão de obra utilizada no processo de desmanche e na produção do óleo, seu armazenamento e o uso de técnicas que reduziam o melhor aproveitamento das partes úteis da baleia são outros fatores que se somaram. Além disso, o monopólio dificultou avanços técnicos no empreendimento e como fator importante a concorrência com as empresas internacionais presentes já há algum tempo no litoral brasileiro. Por fim, a descoberta do petróleo, em torno de 1859, que barateou as despesas com a iluminação, constituíram os principais fatores que dificultaram a continuidade da pesca das baleias em condições lucrativas, e em consequência, o desenvolvimento da indústria baleeira. A seguir analisaremos as publicações que tratam sobre as armações e na sequencia trataremos sobre a armação baleeira de Garopaba. (ELLIS,1958; CASTELLUCCI JUNIOR, 2009; COMERLATO, 1998, 2002 e BOITEUX, 1916)

1.2 Controvérsias e Avanços de uma Bibliografia sobre as Armações Baleeiras

As discussões em torno das armações e da caça das baleias no Brasil, tratam na sua grande maioria do Período Colonial, abrangendo os séculos XVII, XVIII e início do XIX. Estes estudos caracterizam-se por privilegiar as questões de fundo econômico relacionadas à produção de derivados da baleia, em especial do óleo ou azeite de baleia, fonte de valiosos recursos financeiros nestes séculos para a Coroa Portuguesa.

É natural que os estudiosos que se ocuparam desta temática enfatizem justamente o lado econômico destes empreendimentos, uma vez que elas constituíram importantes núcleos populacionais, ou seja, tiveram participação efetiva na ocupação de faixas importantes do litoral e serviram de base para a formação de várias localidades que passaram a integrar a

população da Colônia. Ademais, os derivados da baleia constituíram importantes produtos de exportação, em especial o óleo e as barbatanas.

Diversos autores abordam estas questões, merecendo especial atenção, o estudo feito por Myriam Ellis[2], (1969). Em sua obra "A Baleia no Brasil Colonial", ela relata de forma abrangente o processo de implantação das armações baleeiras no Brasil, descrevendo os diversos aspectos do processo da manufatura baleeira. A autora discorre de forma ampla sobre os vários temas de relevância para a compreensão do seu universo, enquanto empreendimentos econômicos que exigiam a aplicação de grande volume de capital. Além de tratar das relações políticas para conseguir o Contrato Real desta atividade econômica. Entre os temas abordados destacam-se: as origens da caça à baleia e sua implantação no Brasil, os contratadores e contratos, a linha de tempo da sua implantação, desde a Bahia à Santa Catarina, os critérios utilizados para definir os locais de sua instalação, dados detalhados sobre as estruturas que compunham as instalações baleeiras e sua distribuição espacial, as etapas das atividades de caça, as técnicas utilizadas para o despostejamento e processamento dos derivados da baleia, armazenamento e comercialização da produção e a extinção das armações. Enfim uma obra que permite perceber a complexidade e importância que as armações baleeiras tiveram no Brasil. Uma referência obrigatória sobre o tema, pois confronta com dados concretos as posições de diversos autores, que viram como atividade marginal a importância da manufatura baleeira no Brasil além de reunir uma extensa referência bibliográfica sobre o tema propriamente dito e afim.

O historiador Wellington Castellucci Junior, professor da Universidade Católica de Salvador, publicou em 2009, o livro "Caçadores de Baleia Armações, arpoadores, atravessadores e outros sujeitos envolvidos nos negócios do cetáceo no Brasil". Obra voltada para a pesca da baleia na Bahia, mas que faz uma abordagem ampla sobre a importância da atividade baleeira no Brasil e amplia a bibliografia sobre o assunto. O estudo passa a constituir importante referência a respeito do tema da pesca das baleias pela atualização do debate e a riqueza do tratamento dedicado ao assunto.

[2] Myriam Ellis foi professora na Universidade de São Paulo. Livre Docente da História da Civilização Brasileira (1966); Professora Titular. Diretora do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (1981-1985). Diretora do Museu da Casa Brasileira, da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (1979-1985). Pertenceu, também, à Academia Paulista de História e ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Publicou inúmeras obras, dentre as quais O Monopólio do Sal no Estado do Brasil (1634-1801) - Contribuição ao Estudo do Monopólio comercial português no Brasil no período colonial. (Tese de Doutoramento). São Paulo, 1955. Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII (1961). A Baleia no Brasil Colonial: Feitorias, Baleeiros, Técnicas, Monopólio, Comércio, Iluminação (1969) (Tese Livre-Docência). O Sal no Brasil colonial (1969). A Presença de Raposo Tavares na Expansão Paulista (1970). Comerciantes e contratadores no passado colonial - Uma hipótese de trabalho (1982).

Outros autores vão abordar a temática das atividades baleeiras, ainda que com menor profundidade. Entre as obras que tratam da pesca da baleia, destaca-se a do Monsenhor Araújo Pizarro (1948) em "Memórias Históricas da Capitania do Rio de Janeiro" [3], que apresenta dados importantes sobre a pesca. Além do trabalho de Frei Vicente Salvador (1982) em "História do Brasil"; e Gabriel Soares de Souza (1971) em "História do Brasil", que apresentam citações sobre as armações e a pesca da baleia de forma sucinta, embora relevantes, pelo reconhecimento da atividade baleeira. Os relatos de viajantes e naturalistas também apresentam informações sobre a temática. Abordam o tema com um olhar próprio e mencionam o assunto em suas descrições citando com mais frequência a armação da Piedade, em Santa Catarina por sua proximidade com a Fortaleza de Santa Cruz.

Entre os que escreveram artigos ou memórias sobre o tema destacam-se: José Bonifácio de Andrade e Silva (1977) em "Memória sobre a Pesca das Baleias e Extração do seu Azeite". Em "Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa", algumas reflexões e recomendações a respeito das pescarias da baleia. Luiz Fernando de Almeida e Sá (1900) em "Armações da pesca da baleia"; Walter Álvares (1938), em "Histórico da pesca da baleia no Brasil" e J.F. Tollenare (1956), em "Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil.1816,1817 e 1818". Eles abordam a temática de forma descritiva e destacam informações interessantes sobre os diversos aspectos da pesca das baleias. O artigo "Armações da pesca da baleia" de autoria de Luiz Fernando Almeida e Sá (1900) representa uma fonte sobre os diversos inventários realizados em períodos distintos. Permitindo uma leitura sobre os valores envolvidos nas atividades realizadas nas armações e um dimensionamento sobre aspectos econômicos das atividades relacionadas à pesca das baleias.

No âmbito regional de Santa Catarina, destaca-se nesta mesma linha, Paulo José. Miguel de Brito (1829) em "Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina" [4]. Ele apresenta dados significativos sobre a pesca da baleia em Santa Catarina e reconhece a importância das armações baleeiras. Dante Laytano (1959) em "Corografia de Santa Catarina" apresenta um levantamento bibliográfico do que existia sobre Santa Catarina na Biblioteca

[3] Monsenhor Pizarro ou José de Souza Azevedo e Araújo Pizarro nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1753 e faleceu aos 76 anos durante m passeio no Jardim das Plantas da Lagoa Rodrigo de Freitas, atual Jardim Botânico, no RJ, em 14/05/1830. Foi escritor e autor das "Memórias Históricas do Rio de Janeiro, e das Províncias Anexadas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil", em 1820.

[4] Paulo Jose Miguel de Brito foi ajudante de ordens do governo da Capitania de Santa Catarina (1805/1817), governador e capitão geral de Moçambique e correspondente da Academia Real das Ciências. A Memória Política da Província de Santa Catarina foi escrita em 1816 e publicada pela primeira vez em 1829, reeditada.
em 1932 pela Sociedade Literaria Bibliotheca Catharinense e em 2008 pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Nacional e analisa em detalhes o relatório do governador João Alberto Miranda Ribeiro, elaborado em 1797. Um trabalho importante e contendo dados sobra Santa Catarina da época. Lucas Boiteux (1912), em "Notas para a História de Santa Catarina", Manoel de Almeida Coelho (1877), em "Memória da Província de Santa Catarina" e Joaquim Gomes de Oliveira Paiva (2003), em Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina, descrevem notícias colhidas de autores da época. Osvaldo Rodrigues Cabral (1968), em "História de Santa Catarina" e Visconde de Taunay (1936) em "Santa Catarina Colonial" também são breves em suas descrições sobre a atividade baleeira em Santa Catarina. Nelma Baldin (1979) em "A Intendência da Marinha de Santa Catarina e seu papel na ocupação da Província 1817/1832" dedica um subitem do estudo às armações de Santa Catarina que a partir de 1826 passaram a ser administradas pela Intendência da Marinha de Santa Catarina, indica informações sobre as armações e reforça os dados que indicam para a decadência da atividade baleeira em Santa Catarina. Walter Piazza (1983) em "Santa Catariana, Sua História", dedica uma seção de sua obra para apresentar de forma sintética as armações existentes em Santa Catarina e Augusto Silva (2013) em "O governo da ilha de Santa Catarina e sua terra firme território, administração e sociedade" (1738-1807) apresenta um estudo aprofundado sobre Santa Catarina, reunindo uma ampla bibliografia e estabelecendo conexões com aspectos do Brasil Colônia e com as políticas da Coroa Portuguesa. Foi uma obra de referência para este projeto de pesquisa, incluindo dados de relevo para o presente estudo.

Entre os que escreveram artigos sobre o tema, aparece Lucas Boiteux (1914), reconhecido como um dos historiadores de Santa Catarina com vasta obra, dentre elas um conjunto de artigos sobre a vida marítima foram publicados no Jornal O Estado, entre os dias 10 e 28/10/1916 e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e Miguel de Souza e Alvim (1914) [5], também na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (1914). Escreve uma memória em que aponta a situação existente nas armações baleeiras de Santa Catarina, em 1825. Apresenta, inclusive, proposta visando tornar rentável a pesca das baleias. Contempla dados importantes sobre o pessoal existente nas armações e as condições dos prédios e as medidas adotadas para manter a pesca da baleia. São trabalhos que ajudam a perceber a sua importância.

[5] Miguel de Souza Melo e Alvim foi chefe-de-esquadra, posto correspondente ao de vice-almirante, Intendente da Marinha em Santa Catarina, ministro de Estado da Marinha, de 1828 a 1829, presidente da província de Santa Catarina de 14 de janeiro de 1830 a 22 de abril de 1831. Foi deputado provincial em várias legislaturas, conforme Piazza (1985).

Esses dois autores constituem importantes fontes de informações. Entre os temas abordados nestes artigos encontram-se informações sobre a importância do óleo da baleia para as populações das diversas Vilas e Freguesias, a relação das datas em que ocorreram fatos de importância associadas às armações e aos contratadores, dados sobre medidas e valores, incluindo a produção de barbatanas. Citações de vários viajantes que aportaram em Santa Catarina e de autores que trataram da temática. Boiteux também descreve com detalhes o processo da pesca das baleias, o transporte da baleia para a praia, os riscos que os baleeiros enfrentavam e os diversos afazeres desenvolvidos na praia e no processamento do óleo, com destaque para Santa Catarina. Os relatos de viajantes também constituem importante fonte. Neste sentido destacamos a publicação "Ilha de Santa Catarina Relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX", organizada por Martin Afonso Palma de Haro (1996) que apresenta vários relatos e que inclui informações sobre a pesca da baleia e as armações.

No conjunto destas obras, acima mencionadas, destacam-se as publicações de Boiteux (1914), a de Melo e Alvim (1914) e a de Luiz de Almeida e Sá (1900) pela riqueza da abordagem, tanto pelos dados detalhados, referentes aos processos envolvidos na atividade baleeira, desde a sua população, suas edificações, processo de captura, morte, transporte e processamento dos derivados da baleia e as menções aos inventários realizados sobre as armações. A visão destes autores tem como foco uma história pontual, tratando o tema baleeiro de forma local, mas sem a sua contextualização no processo histórico, embora forneçam importantes informações sobre a temática. Entende-se que esta visão não constitui um problema, embora não seja a posição adotada neste projeto.

No final do século XX e início do século XXI, com o aprofundamento dos estudos sobre a atividade baleeira em projetos de mestrados e doutorados, irão surgir obras com base em documentação até então pouco explorada e com uma abordagem mais abrangente, relacionando a pesca das baleias com a economia local e nacional e com os interesses políticos.

No rol das novas publicações e autores destacam-se: Célia Maria e Silva (1992) com a obra "Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira"; Fernanda Zimmermann (2011), com "De Armação Baleeira a Engenhos Farinha: Fortuna e Escravidão em São Miguel"; Camila B. Dias (2006), com a "Pesca da Baleia no Brasil"; Fabiana Comerlato (1998), com a obra "Análise Espacial das Armações Catarinenses e suas Estruturas Remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica"; Castellucci (2009), em "Caçadores de baleia: armações, arpoadores, atravessadores e outros sujeitos envolvidos nos negócios do cetáceo no Brasil", além de artigos, entre outras publicações.

Estes novos autores trabalham em outra perspectiva historiográfica, aprofundando o enfoque sobre o papel e a importância que a instalação e o funcionamento das armações baleeiras desempenharam nos locais onde foram implementadas. Essas obras evidenciam as implicações políticas, econômicas e culturais da existência destes grandes empreendimentos. Esta é a perspectiva que se pretende adotar.

Entende-se que a visão destes autores em relação ao papel da exploração das baleias vincula a atividade econômica à disputa por ocupação de espaço de poder pela nascente elite mercantil das localidades onde funcionaram as armações. Também consideram as armações como um fator importante na economia regional ao demandar uma maior produção agrícola, com destaque para a farinha de mandioca, a extração de madeira para utilização na produção do óleo, de embarcações, fabricação de inúmeros utensílios, em especial para atender a comercialização do óleo que movimentava a economia, além da carne da baleia e da exportação da barbatana. Outra função relevante destacada por esses autores é a função como fator de ocupação do território, em especial do sul do Brasil.

A dissertação de Camila Baptista Dias (2006) intitulada "A Pesca da Baleia no Brasil Colonial", reitera os dados apresentados por Myriam Ellis e realçam aspectos relacionados à inserção dos contratadores do monopólio da pesca da baleia como membros das redes de negociantes e atuantes no sistema de compadrio, presentes no Antigo Regime. A autora, que é historiadora, menciona a participação dos contratadores em outros contratos, apoiados pelas medidas adotadas por Marques de Pombal, que ensejavam a participação na vida política e da elite mercantil na Praça do Rio de Janeiro, sede da Administração Geral do Contrato Real da Pesca da Baleia no Brasil, a partir de 1765. Destaca ainda o papel do óleo da baleia na iluminação pública das cidades no Período Colonial e os saberes necessários para o exercício das atividades baleeiras. A autora discorre sobre os critérios adotados para a escolha dos locais para a instalação das armações. Ainda, na dissertação citada, ressaltam-se os conceitos e significados dos termos utilizados na bibliografia, fornecendo informações minuciosas sobre aspectos da biologia das baleias e dos requisitos para participar do empreendimento, que era arrematar o contrato da pesca da baleia. A autora reforça os trabalhos que defendem uma posição contrária à historiografia tradicional ao destacar o papel relevante desempenhado pela produção agrícola e pelas armações baleeiras na economia colonial.

No livro "Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção pesqueira", Célia Maria e Silva (1992), geógrafa, cita aspectos importantes da pesca das baleias. Dentre os quais: O papel dos produtos derivados da baleia; as complexas relações humanas que ocorriam no interior das armações; a distribuição das atividades realizadas pelos escravos e

pela mão de obra assalariada; as regras adotadas para definir os valores pagos para cada tipo de atividade e as brechas existentes para determinados segmentos emanciparem-se economicamente, constituindo capitais e se tornando proprietários; a hierarquia existente no interior das armações, apontando aspectos das relações sociais estabelecidas entre os integrantes da população baleeira; dados estatísticos sobre o número de baleias mortas, associando-as a produção do óleo da baleia; os respectivos valores em dinheiro e as funções relevantes desempenhadas pelas armações nos aspectos sociais, econômicos e políticos.

Outra publicação que reitera a importância das armações no sul do Brasil é a dissertação de Fernanda Zimmermann (2011): "De Armação Baleeira a Engenhos de Farinha: Fortuna e Escravidão em São Miguel da Terra Firme – SC: 1800-1860". A autora, que é historiadora, analisa inventários como instrumento para apreender as fortunas dos residentes na Freguesia, estabelecendo conexão com os administradores da armação baleeira de Piedade. Destaca o sistema de compadrio presente nas relações sociais da Freguesia a partir dos registros de batismo e das relações existentes entre a ocupação territorial e o desenvolvimento econômico da região, com destaque para a caça das baleias e a produção e comercialização de gêneros alimentícios, em especial a farinha de mandioca e a utilização de mão de obra escrava.

A dissertação de Fabiana Comerlato (1998): "Análise Espacial das Armações Catarinenses e suas Estruturas Remanescentes: um estudo através da Arqueologia Histórica" constitui outra obra importante sobre a temática das armações, por abordar entre outros aspectos, a concepção de armação desenvolvida em seu trabalho como uma **"**rede de espaços humanizados inseridos em uma paisagem historicamente localizável**"** (COMERLATO, 1998, p.10). Nesta afirmativa a autora utiliza os conceitos de espaço e paisagem como referências. Estabelece a existência dos espaços marítimo e terrestre no interior das armações, ao defender que a mesma existe num contexto geográfico e se constitui em um ponto de escoamento da produção baleeira. Concebe o mar enquanto espaço de luta e de sobrevivência para a sua população, quando aponta que existe uma relação de medo e respeito pelo mar. Revelando, segundo a autora, aspectos simbólicos permeados pela religiosidade na prática da pesca da baleia, o que amplia o papel das mesmas. Aborda a insustentabilidade das armações e sua transformação em sítios arqueológicos e aponta fatores que foram determinantes para o seu fim. Discute estratégias de preservação e gestão do patrimônio arqueológico ainda existente

no espaço das antigas armações de Santa Catarina. A dissertação e os artigos publicados pela autora se constituíram em fontes relevantes para este estudo[6].

Desta forma podem-se constatar duas visões historiográficas expressas nas publicações acima mencionadas. Uma mais vinculada à historiografia tradicional que trata de forma descritiva a temática das armações baleeiras e a outra que procura estabelecer nexos entre as atividades baleeiras e a vida social e econômica nos locais onde foram instaladas as armações. Consideram-se as obras publicadas sobre a temática em foco, importantes contribuições para um conhecimento mais aprofundado sobre o universo das armações baleeiras, e da caça às baleias no Brasil no período dos séculos XVI, XVII e XVIII, as quais permitem um olhar sobre o significado da pesca das baleias. Busca-se dialogar com as publicações que estabelecem uma relação mais abrangente e efetiva entre as atividades baleeiras e a vida econômica e social das localidades onde foram instaladas as armações e mesmo com a economia em nível regional.

A respeito da armação baleeira de Garopaba especificamente, não se encontrou publicação específica que dedique atenção prioritária sobre a mesma. Encontram-se citações de forma dispersa, embora relevantes, em obras como as de Miriam Ellis (1969), Célia Maria e Silva (2002), Fabiana Comerlato (1998), José Artulino Besen (1980), Joaquim Gonçalves dos Santos Silva (2007), Fernanda Zimmermann (2011), Manoel Valentim (2007, 1994), August Saint-Hilaire (1936), nos artigos de Luiz Fernando de Almeida e Sá (1900), de Lucas Boiteux (1912, 1916), Melo de Alvim e Souza (1914), Vilson Farias (1980, 1984), e referências importantes no livro de José Artulino Besen (1980) em "São Joaquim de Garopaba (recordações da Freguesia 1830-1980). O livro de Fernando Bitencourt, (2003) "De Ygara-Mpaba a Garopaba. Sete mil anos de história. “Garopaba” acrescenta alguns dados. A dissertação de Larissa Pacheco (2009), em “Entre “nativo e “de fora” estudo etnográfico sobre nuanças identitárias no Centro Histórico de cidade litorânea no sul do Brasil, Garopaba/SC”, embora sendo um estudo localizado enriquece de forma interessante a carência de dados e a dissertação de Vilson Farias (1980) "A Freguesia de Enseada de Brito Evolução Histórica-

[6] Fabiana Comerlato é graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995), mestrado e doutorado em História, área de concentração Arqueologia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1998 e 2005) e pós-doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2006). Atualmente é professora adjunta do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Vice coordenadora do Mestrado Profissional de História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. Líder do grupo de pesquisas Recôncavo Arqueológico. Secretária da Associação Brasileira de Arte Rupestre (biênio 2014-2016). Contribuiu com preciosas informações além de ter disponibilizado vários textos a quem agradecemos muito.

Demográfica no Período de 1778 a 1807" fornece informações acerca do povoamento e as condições de vida da região no período de sua ocupação e que contribuiu de forma efetiva para este trabalho.

Essa escassez de estudos específicos sobre a armação de Garopaba demonstra a pouca importância que é concedida aos considerados setores marginais da economia colonial pela nossa historiografia. Percebe-se um tema bastante rico de indagações sobre a História de Santa Catarina ainda pouco explorado. Nesse sentido, é de justificar, também, a relevância da pesquisa pela existência de fontes arquitetônicas que passa atualmente por um novo olhar, ou melhor, a importância que lhe é dada também como patrimônio.

1.3 A Armação Baleeira de Garopaba: sua justa dimensão

O nome Garopaba, segundo Boiteux (1912), se origina de nomes indígenas. Ygara significa lagoa e upaba, canoa. Então, lagoa da canoa**.** Segundo Besen (1980) este nome vem grafado – Cahopaba – na Carta de Turim, em 1523, pela primeira vez. Ou assim: Upaua, Upaba, Guarupeba. Muitos veem neste nome o significado de "Enseada das Garoupas". O verdadeiro significado está no Guarani, a língua local: Ygá, Ygara, Ygaratá, que significa barco, embarcação, canoa; mpaba, paba é estância, paradeiro, lugar, enseada. Garopaba então significa "Lugar dos Barcos", "Enseada dos Barcos" (BESEN, 1980, p. 11 e 12). Localiza-se "ao sul da Ilha de Santa Catarina, situada a 27º58 15" de latitude e a 48º39 36, segundo o IBGE. O mapa apresentado na figura 8, na página 55, indica a localização geográfica da armação baleeira de Garopaba e a figura 9, página 56, indica as edificações que ainda se conservam, como a casa grande ou casarão e a igreja São Joaquim e o anexo III indica a localização de Garopaba no mapa de Santa Catarina.

A fundação da armação de Garopaba ocorreu entre os anos de 1793 e 1795, período em que o contrato da pesca das baleias em vigência, havia sido assinado para o período 1789 - 1801, tendo como contratantes principais Pedro Quintela e Luís Sola. O valor do contrato foi de 120 mil cruzados anuais e abrangia todas as armações da Costa Brasileira. Até 1789 existiam em Santa Catarina três armações: A Armação da Piedade instalada em torno de 1743-1745, a segunda teve sua instalação na Lagoinha, na costa leste da Ilha de Santa Catarina em 1772 e a terceira localizava-se onde atualmente é o município de Penha. Aliás, esta armação denominada Itapocoroy foi instalada em 1778, sendo que a principal motivação foi à invasão da Ilha de Santa Catarina, em 1777 pelos espanhóis.

Assim, não seria como um caso isolado que a armação de Garopaba foi erguida. Tendo apenas alguns anos de diferença das suas congêneres foi construída e funcionou, em seu período inicial, durante o contrato com Quintela e associados que administravam todas as armações do Brasil Meridional. Demais, este contrato pode ser considerado como um elemento integrante da política da Coroa Portuguesa e como parte da organização da economia portuguesa para enfrentar a recessão econômica com que se deparavam na época.

Pelas provas documentais no período que se ocupa, como a correspondência enviada pelo Rei de Portugal ao Governador do Rio de Janeiro em 1717, percebem-se as intenções da Coroa para a ocupação da região. Assim se requeria informações que possibilitassem examinar as qualidades do litoral e, consequentemente, a segurança das embarcações, a abundância de peixes, a possibilidade de pesca de baleias e se o povoamento do dito distrito poderia ser de valia para a nova colônia.

Pode-se considerar que o projeto de ocupação do Brasil Meridional se concretiza com a criação da Colônia do Sacramento em 1638, com a criação da Capitania de Santa Catarina em 1738, com a vinda de Silva Paes para a Ilha de Santa Catarina para estabelecer as bases militares e condições para a vinda dos açorianos entre 1748-1754, principalmente para o povoamento da região.

Neste sentido, a instalação das armações de Piedade, em 1743, de Lagoinha do Leste em 1772, de Itapocoroy em 1778 e a de Garopaba e seu complemento em Imbituba, entre 1793 e 1796 podem ser consideradas como empreendimentos que contribuíram para a ocupação e povoamento da região. Mais ainda, era uma parte estruturante do projeto de iniciativas que atendiam a necessidade de geração de renda para a Coroa. Existe também outro lado da questão que não se pode esquecer, ou seja, a necessidade de promoção de atividades econômicas locais para fortalecer o próprio processo de ocupação e povoamento. Seria lícito supor nesse quadro que a armação de Garopaba cumpriu importantes funções para atender a estratégia de ocupação e posse do Brasil Meridional além de promover condições no sentido de fortalecer a economia local.

É de se lembrar de que o período de 1793-1795 faz parte da consolidação do projeto de colonização de Santa Catarina com a vinda dos açorianos para o sul do Brasil, iniciado em meados do século XVIII. Garopaba nesta época fazia parte da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, criada em 1750, e se constituía em um ponto importante para a guarda e repouso para as tripulações e viajantes que ali transitavam para Laguna ou Rio da Prata ou no sentido contrário para Desterro ou Rio de Janeiro, tendo em conta que os acessos por terra eram precários.

Garopaba se insere no processo de ocupação do litoral catarinense a partir do século XVII, com a expansão do Império Português em direção ao Rio da Prata, quando são instalados os primeiros núcleos de povoamento. Ao ser criada a Vila de Desterro, em 1726, é citada (Garopaba) como limite ao sul com a Vila de Laguna. O Povoamento de Santa Catarina foi iniciado com os vicentistas que aqui buscavam índios e riquezas minerais. Destaca-se a presença de Brito Peixoto que pelo que se sabe se instalou onde atualmente é a Enseada de Brito, cujo nome seria uma homenagem a ele, conforme nos indica Paulo Brito (1829, p.18) e Boiteux (1912, p. 229). Domingos de Brito Peixoto teria permanecido por um período em Enseada de Brito, de onde se deslocou para fundar Laguna. A sua estada na Enseada teria sido providencial para garantir meios para o seu deslocamento para a fundação de Laguna. Enseada de Brito foi elevada à Freguesia[7] em 1750. A seguir transcrevemos uma descrição da Freguesia escrita por Paulo José Miguel de Brito:

> Freguesia que oferece um bom ancoradouro e abrigo aos navios é situada na costa da Terra firme defronte do canal da barra do sul da capital. Foi seu fundador Domingos de Brito Peixoto, que no ano de 1652 veio de Santos, daí chamar-se Enseada de Brito. O local é plano e vistoso e perto se eleva a serra do Cambirela da qual se precipitam cachoeiras de excelente água potável. É farta de peixe, cultiva-se aí cana-de-açúcar, mandioca, café e legumes. Suas matas encerram boas madeiras de construção e marcenaria. Povoação pequena situada na terra firme à beira-mar sobre a costa fronteira à ponta de Caiacangoassu, na Ilha, e quase leste-oeste com a mesma ponta. A igreja é pequena e antiga, dedicada à N.S. do Rosário, e tem um vigário. O limite desta Freguesia pelo Norte chega a duas léguas, até o rio Aririú, por onde extrema com a Freguesia de São José; e pelo Sul avança a seis léguas até o lugar chamado Páo da Rainha, nos matos de Garopaba. A sua população compunha-se de 1511 almas, distribuídas em 555 homens brancos, 569 mulheres brancas, escravos homens 289 e mulheres 98 (BRITO, 1829, p. 91).

A vida econômica na Freguesia era basicamente agrícola, de sobrevivência, que se expressava pela produção de farinha de mandioca e outros produtos e pela pesca artesanal principalmente. A vida social era centralizada pela Igreja Católica. Os batismos, os casamentos, as festas religiosas e os atos relativos à morte constituíam o centro da vida social em que ocorria o convívio social, o namoro, os negócios e também os espaços para o exercício das lideranças (FARIAS, 1980). A direção da vida espiritual pela igreja implicava na imposição de valores que garantiam a convivência e a submissão ao poder estabelecido. A grande maioria da população vivia na pobreza e os poucos que detinham uma melhor

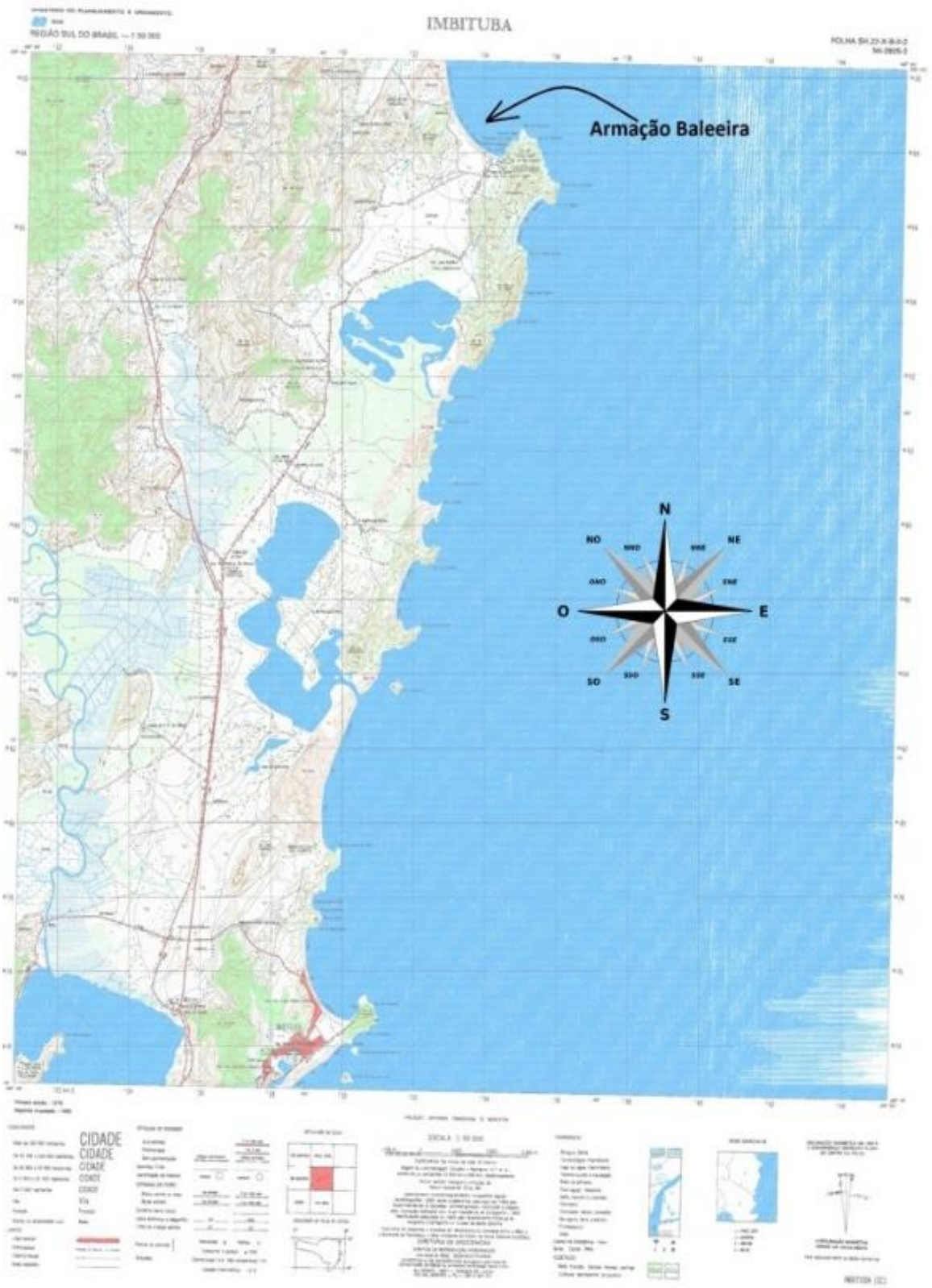
[7] A elevação à Freguesia pode ser comparada nos dias atuais com a criação de um Distrito dentro de um município na época denominado Vila, em o Vigário desempenhava atribuições religiosas e politicas. A expressão freguesia é trazida de Portugal.

condição, assumiam a liderança, seja na vida religiosa como padrinhos, festeiros, dirigentes das confrarias, seja na vida civil como juiz de paz, subdelegado de polícia ou militar graduado das forças militares, conforme nos indica Farias (1980). Neste contexto é que Garopaba vai ser povoada.

A instalação da armação de Garopaba, e seu complemento em Imbituba, ocorrem por razões gerais que se indicou acima, mas não se tem uma versão que explique os motivos dos contratadores para a sua fundação. Possíveis razões podem estar relacionadas à manutenção dos lucros perdidos pelos contratadores com a invasão espanhola à Ilha de Santa Catarina, em 1777. Assim como se pode considerar plausível a necessidade de ampliação da área de pesca para fazer frente a questões como a redução crescente do número de baleias no litoral catarinense. Soma-se a essas hipóteses, a concorrência enfrentada com as companhias estrangeiras em especial americanas, que além de atuarem na pesca das baleias e de seu processamento em alto mar passaram a desenvolver atividades no litoral (FARIAS, 1980).

A imagem que consta da figura 9 na página 57 oferece uma perspectiva sobre o local onde foi instalada a armação. A fotografia é dos primórdios do século XX em que se destaca a Capela São Joaquim e a Casa Grande, dentre outras edificações.

FIGURA 8 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ARMAÇÃO BALEEIRA GAROPABA, 2015**.**



Fonte: www.ibge.gov.br

FIGURA 9 – GAROPABA DO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Fonte: Autor desconhecido https://www.flickr.com/photos/marlope/3704136607, acesso em 10/07/2015.

FIGURA 10 - IMAGEM DO LOCAL ONDE FUNCIONOU A ARMAÇÃO BALEEIRA DE GAROPABA ANO 2000.

Fonte: Autor desconhecido https://www.facebook.com/gmidia/photos_stream acesso em 10/07/2015.

Outro aspecto que se conjuga com o projeto de defesa e ocupação do território no Brasil Meridional é a condição de Garopaba e Imbituba como pontos estratégicos do litoral. Estes locais possibilitavam acesso a terra em boas condições, pois eram os únicos pontos, além de Laguna entre a Ilha de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul que ofereciam condições propícias para embarque e desembarque de embarcações para reparos, aguada e descanso das tripulações (BRITO, 1816, p. 85).

As informações disponíveis a respeito do processo de instalação e funcionamento da armação baleeira de Garopaba são poucas, raras e imprecisas. Do que os autores abaixo relacionados discorrem sobre o tema constatam-se indicações de que a mesma foi instalada em 1793. Há outras menções que apontam o ano de 1795. Desta forma, não há consenso quanto à data precisa desta instalação. Entre os autores que mencionam a data de fundação da armação de Garopaba encontram-se Araújo (1948) e Paiva (2003) que indicam o ano de 1793. Almeida Coelho (1877), Augusto Silva (2013), Fabiana Comerlato (1988), Celia Maria e Silva (1992), Paulo Brito (1952), Dante Laytano (1959), Vilson Farias (1980), Fernanda Zimmermann (2006) e Besen (1980) indicam 1795. Lucas Boiteux (1914) no mesmo texto cita as duas datas, 1793 e 1795, e por fim Myriam Elis (1969), Osvaldo Rodrigues Cabral (1968) e Walter Piazza **(**1983**)** indicam entre 1793 e 1795, Saint-Hilaire (1936) que lá passou em 1820 cita o ano de 1795.

Entre a documentação consultada encontram-se alguns manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino, o documento 405 do AHU [post, 1799, novembro, 6, ilha de SC]. Dentre os manuscritos mais expressivos para esse trabalho encontra-se o intitulado: "Memória sobre a notícia das Armações de baleias que até o fim do ano de 1794 havia na Ilha de SC, terra firme, costa do Brasil e sobre o estado da pescaria das baleias até 1798", cujo autor não é identificado. O referido documento apresenta um relato sobre a situação das armações da Ilha de Santa Catarina até 1794. Menciona as armações da Piedade, da Lagoinha e de Itapocoroy, destacando aspectos de cada uma. Faz uma longa digressão para descrever e apontar várias questões relacionadas à criação e a instalação da armação de Garopaba. Além das informações acima afirma que João Marcos Vieira foi o responsável pela decisão e sua implantação.

Este manuscrito torna-se ainda mais relevante na medida em que o seu autor, desconhecido, se posiciona de forma contrária à construção da armação de Garopaba e indica como causa para a sua instalação os interesses escusos de João Marcos Vieira. Argumenta que o local, no caso Garopaba, era impróprio e prejudicial às demais armações. Comenta que em

1798 ocorreu redução do número de baleias pescadas e a redução de remeiros e arpoadores na pescaria. As indicações do autor apontam para o ano de 1793 como o início das obras e 1795 como o período para sua conclusão, em vista da ida de João Marcos Vieira para o Rio de Janeiro. Apesar deste posicionamento a armação de Garopaba e seu suplemento de Imbituba foram construídos e se incorporou à rede baleeira.

Reproduz-se a seguir alguns trechos do documento acima mencionado:

> Até o anno de 1794 havião naquele destricto, somente três Armaçoens: duas da parte de Leste, na Costa da Terra firme, e huma da parte de Leste na contra costa da Ilha. Este hera o estado em que se achavam as três Armaçoens, no fim do anno de 1794 tendo João Marcos Vieira Administrador da primeira Armação passado já por acesso em 1793 para a Capital do Rio de Janeiro, a servir de segundo Caixa e Administrador Geral, de todo o mesmo Contracto [...] Agora se fará menção da Armação de Garupaba, e Fábrica de Imbituba, obra inteiramente innutil, e feita maliciosamente por João Marcos Vieira, como abaixo se expoem: O mau caráter deste homem é sumamente raro, [...] João Marcos Vieira já antes de partir para o Rio de Janeiro tinha falado em huma Armação, no lugar de Garupaba, que fica na Terra firme [...] que mais hera para estender seu nome, do que para interessar o contracto, ou para até fazer ponto, para o que lhe fosse útil, como he o seu constume [...] Até que João Marcos passou para o Rio de Janeiro, em fins do mês de Agosto de 1793, ficando isto em silêncio até o fim do anno de 1794, e só no anno de 1795, he que até se vencerão impossíveis para fazer a Armação de Garupaba, mas he porque esta obra, hera para outro fim [...].AHU Doc. 405 [post, 1799, novembro, 6, ilha de SC].

O autor discorre sobre a apreensão de um navio de propriedade de João Marcos Vieira, por parte do Provedor da Fazenda, o qual foi posteriormente confiscado, e também teria o envolvimento do Governador Manoel Soares Coimbra. O provedor com o apoio do Comandante da Fortaleza de Santa Cruz, Manoel Alves Varela declarou o confisco do navio. Um exemplo de tal querela pode ser visto na citação de um segundo trecho do referido documento [..]

> João Marcos Vieira apetrestos de vir passar a Santa Catharina, para o fim de fundar, a Armação de Garupaba, tão innútil e prejudicial, que para pescar alguma cousa, lhe foy percizo fundar mais para o sul della, huma Feitoria, no lugar de Imbituba e a vista do referido, parece que ao pagamento de semelhantes obras, não deve ser obrigada a Fazenda de sua Alteza Real, não obstante as condiçoens 7ª, 8ª e 9ª do Contracto, que não devem comprehender, as obras feitas por malícia, ou interesse particular, como já foy decedido, em semelhante cazo, pelo Provizão Régia de 1773. AHU Doc. 405 [post, 1799, novembro, 6, ilha de SC].

Segue o documento discorrendo sobre a apreensão do navio e prisão de Marcos Vieira, que por ser administrador do contrato das baleias, obteve autorização para vir para Santa Catarina para a conclusão da armação de Garopaba. Além disso, relata as medidas prejudiciais à pesca das baleias nas outras armações existentes em Santa Catarina devido à transferência de caldeiras, lanchas e escravos para Garopaba. Outra medida prejudicial foi a redução do salário dos baleeiros "remeiros e arpoadores" que redundou na diminuição do pessoal na pescaria e em consequência reduziu o número de baleias pescadas. O autor ainda cita que as despesas realizadas e reivindicadas por Marcos Vieira devem ser avaliadas pela metade do que o mesmo solicita. Diante dos dados, é possível estimar que a obra de instalação da armação de Garopaba tenha se iniciado em 1793 e concluída em 1795 sob o comando de João Marcos Vieira.

Dispõem-se dessa forma de um documento que poderia explicar algumas circunstâncias que influenciaram na decisão pela fundação da armação e seu complemento. É oportuno notar que as publicações oficiais que tratam de autorizações e nomeações como as provisões, alvarás, avisos, decretos utilizados com frequência pela coroa portuguesa poderiam constituir um indicativo sobre o período de fundação da armação de Garopaba. No caso de Garopaba não se encontrou.

João Marcos Vieira é citado por autores como Osvaldo Rodrigues Cabral (1972), Lucas Boiteux (1912) e Jorge Gonçalves Santos Silva (2007), e em vários documentos do Arquivo Histórico Ultramarino. Os registros referem-se a nomeações de Marcos Vieira para ocupar cargos militares em São Miguel e em São José. O autor Santos Silva acrescenta-lhe a condição de administrador da armação da Piedade e ainda sócio e Caixa do Contrato das Baleias no Rio de Janeiro.

São fontes primárias a planta de localização da armação de Garopaba, figura 10, e a pintura de Debret retratando aspectos da armação e do seu entorno, figuras 11 e 12, abaixo publicadas, as quais constituem documentos que permitem uma visão da mesma bem como sua localização espacial. Permitem também a identificação das edificações e outras estruturas. O inventário realizado em 1816, anexo I, apresenta a relação das edificações como também dos equipamentos e utensílios, além dos terrenos e da relação dos escravos pertencentes à armação. O quadro de Debret e a planta de localização da armação possibilitam uma visualização da localização das dimensões e disposição espacial das edificações. A planta foi elaborada no governo de Miranda Ribeiro e contém uma legenda relacionando e identificando as estruturas.

FIGURA 11 - PLANO DE LOCALIZAÇÃO DA ARMAÇÃO BALEEIRA DE GAROPABA – 1829.

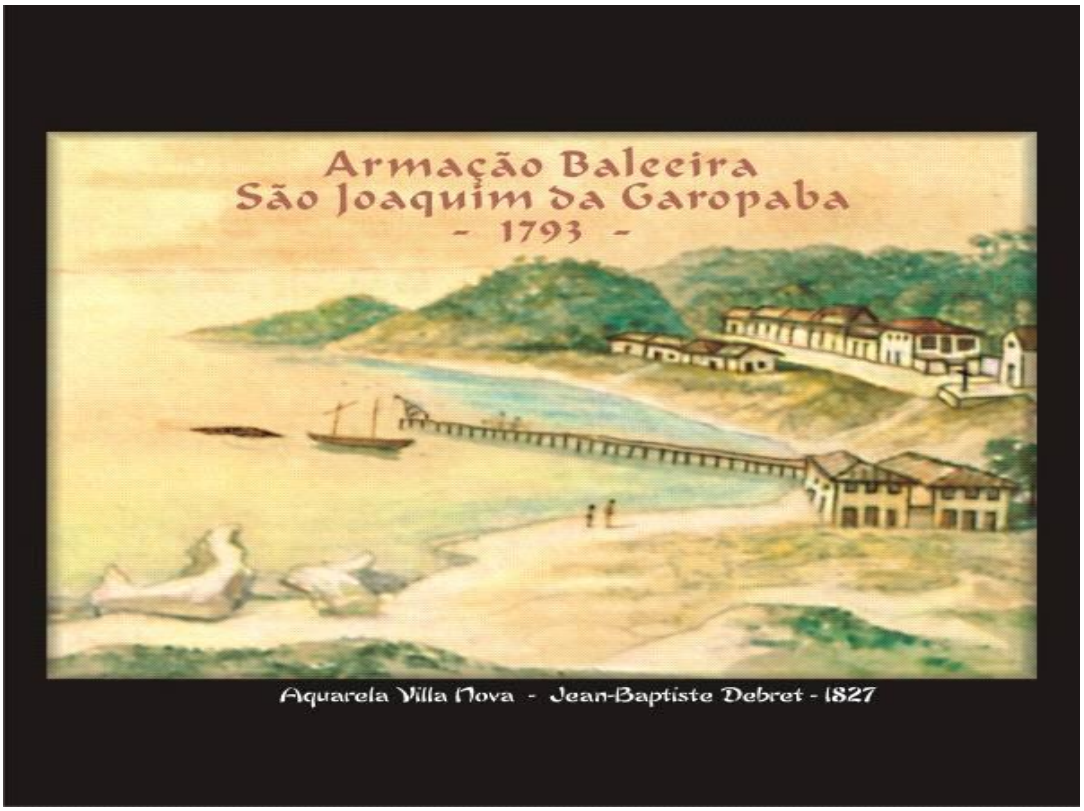
FONTE: ARQUIVO DO EXÉRCITO. RIO DE JANEIRO, 2014.

O quadro de Debret (Figura 12) se refere à Villa Nova, localizada em Imbituba, mas que retrata efetivamente Garopaba. A pintura de Debret permite uma visualização das estruturas da armação, a partir de outro ponto de observação.

FIGURA 12 – QUADRO DE DEBRET RETRATANDO A ARMAÇÃO DE GAROPABA, 1797.

Fonte: Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

FIGURA 13 – FOTOGRAFIA DE FERNANDO BITENCOURT REALIZADA SOBRE O QUADRO DE DEBRET, ARMAÇÃO BALEEIRA DE GAROPABA, 1793.



Fonte: Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

A descrição das estruturas e dos equipamentos que constituíram a armação baleeira de Garopaba embasa-se na Planta de Localização da Armação, na pintura de Debret, no inventário de 1816, localizada no acervo do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro e nas indicações de Ellis (1958), de Comerlato (1998) e de Saint-Hilaire (1936). A planta da

armação datada de 1799, cuja cópia de 1829 pertence ao Arquivo do Exército, Rio de Janeiro, indica a sua localização e relaciona suas edificações. Como se pode perceber na figura 11, ela possibilita uma visão do espaço ocupado pela armação.

Considerando as informações da planta e das demais fontes, em especial do Inventário de 1816 as edificações e as estruturas da armação baleeira de Garopaba eram:

Quadro 1 – Inventário da Armação Baleeira de Garopaba - SC realizado de 1816.

Edificações e Estruturas	Equipamentos e utensílios
Capela	Lanchas e Canoas
Casa do Capelão, Cirurgião e Enfermeiro.	Barris
Armazém	Caldeiras
Casa de Hospedagem	Ferragens e ferramentas
Senzala dos escravos	Terrenos
Casa dos Feitores	Peças do açougue
Casa do Engenho de Frigir baleias	Alfaias, castiçais e outros utensílios da Capela.
Casa dos tanques	
Companhas dos Baleeiros	
Paredes, Cais de pedra e Trapiche	
Casa de residência do Administrador	
Casa do Engenho de farinha	

Fonte: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Caixa 360.

Como se pode identificar na descrição do quadro 1, o conjunto das instalações era numeroso e cumpriam funções importantes para a realização das finalidades da armação. As edificações como a Casa de Engenho de Frigir Baleias, Casa dos tanques, Campanhas das Baleeiras, Paredes e Cais de Pedra e seus respectivos equipamentos e ferramentas eram destinados ao trabalho de despostejamento da baleia e processamento do óleo, atividade central da armação. A Capela, Casa de Hospital, constituíam espaços para as práticas religiosas e de saúde. A Casa de administrador, Senzala dos Escravos, Casa dos Feitores, Companhas de Baleeiros eram espaços destinados à residência da população baleeira. O Armazém, as casas cobertas de palha eram utilizadas para depósito de alimentos e demais

recursos necessários para atividades cotidianas e as casas cobertas de palha abrigavam as embarcações e seus apetrechos utilizados na faina marítima. Ainda havia o sítio da fazenda e o cemitério como espaços importantes da armação.

O inventário apresenta ainda uma relação de escravos, além de revelar detalhes como medidas de comprimento, altura e largura das edificações e seus respectivos valores avaliados por pedreiros e por carpinteiros. A mencionada relação possibilita dimensionar a complexidade e a grandiosidade da armação baleeira. Pode-se deduzir, portanto, que a armação de Garopaba, embora de dimensões menores que a de Itapocoroy e da Piedade apresentava dimensões consideráveis e certamente suas instalações e o seu funcionamento provocaram impacto no local onde funcionou. Impacto este em termos de população, de atividades sociais, econômicas e religiosas que tiveram importante repercussão para a fixação da população e que contribuiu significativamente na formação do que atualmente é Garopaba.

Destaque-se que ainda se encontram em pé a casa do administrador e a igreja São Joaquim que constituíram edificações que constituíam as instalações da armação de Garopaba. Em relação ao seu funcionamento, os dados que se conseguiu acessar são escassos, raros, e precários para que se possa ter uma noção mais precisa em relação à sua dinâmica, à população baleeira, à produção de óleo e barbatanas e em relação ao comércio local do óleo e mesmo em relação ao número de baleias mortas ou pescadas. Os esforços para apresentar um quadro sobre os fatos do cotidiano na armação deparam-se com a escassez de informações, o que torna difícil a possibilidade de atingir o objetivo de se fazer uma reconstituição sobre os aspectos do seu cotidiano. O que a bibliografia pesquisada demonstra são alguns fatos pontuais e dispersos que dificultam inferir como se conduzia ali o dia a dia da armação até 1816.

Dos anos de 1816 e 1817 reuniram-se dados que possibilitam uma perspectiva sobre as atividades desenvolvidas em Garopaba neste período. Também se conta com o depoimento de August Saint-Hillaire que passou por Garopaba em 1820. Reproduz-se mais a frente parte do seu relato. A respeito do período de 1795 a 1816 destacam-se alguns dados que indicam alguns acontecimentos na armação. São eles:

Da obra de Silva, extraímos:

> Fevereiro 25 – Compradas por Manoel Marques Guimarães para a fundação da Armação da pesca de baleias em Garopaba 924 braças de frente com 1500 de fundos de terras, a 500, 800 e 1200 réis, termo médio de braça de frente 1073 réis, ou pouco mais de dois por três braças quadradas, ou ainda por

> uma braça quadrada 0,7 do real. Manoel Marques Guimarães. (SILVA, 2007, p. 90).

A citação acima como indica Silva (2007) é de autoria de Manoel Marque Guimarães que teria sido incumbido de adquirir as terras para a instalação e desenvolvimento das atividades da e na armação baleeira de Garopaba. As pesquisas realizadas junto a cartórios e Tribunal de Justiça e Arquivo Público de Santa Catarina ainda não possibilitaram comprovar esta aquisição a que o autor se refere na citação e de grande importância para a reconstituição da sua história.

Outra citação importante do mesmo autor refere-se à "Provisão do Excelentíssimo D. José Joaquim Justiano Mascarenhas Castelbranco", Bispo do Rio de Janeiro, concedendo aos contratadores gerais do contrato da pescaria de baleias em Garopaba um Oratório particular, por um ano inteiro, em Desterro, em 11de fevereiro de 1896 por Chagas (talvez Vigário da vara). Visitada em 21 de março de 1796 pelo vigário, encomendado da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito – Ignácio Francisco Xavier dos Passos: em três de agosto de 1796 visitado pelo visitador Mendes (SILVA, 2007, p.110). Esta informação indica que o Bispo do Rio de Janeiro dá uma provisão em 9/12/1795 concedendo aos contratadores gerais do contrato da pescaria de baleias em Garopaba um Oratório particular por um ano**,** o que atesta o seu funcionamento.

As citações como a do benzimento dos paramentos da Capela em 02/03/1796 (SILVA, 2007, p. 102); da Provisão para Vigário em 30/01/1796 (SILVA, 2007, pp. 102 e 103) e várias citações referentes a visitas realizadas pelos Vigários da Freguesia da Enseada de Brito e Freguesia de Sant'Ana, localizada em Vila Nova, atualmente Imbituba, à capela da armação de Garopaba, citadas em várias passagens da obra, constituem indicativos das atividades religiosas e, portanto, podem ser tidas como fontes que nos remetem ao funcionamento da armação. Destacamos ainda outra citação extraída de Santos Silva que se entende ser significativa:

> 1799 - Abril 6 - Carta do Governador a Manuel Marques Guimarães, Capitão de Infantaria de Milícias e Administrador da Armação de Garopaba: Pela Régia Provisão de 12 de dezembro de 1798, que Sua Majestade foi servida dirigir-me pelo seu Tribunal da junta de Administração da Real Fazenda da cidade do Rio de Janeiro, de que remeto uma cópia verá Vmcê. O arbítrio que se tomou na referida Junta para evitar o extravio que faz de escravos novos para se não pagarem deles os direitos sobre eles impostos; por cujo

> motivo deve Vmcê, formalizar a relação das embarcações, que entram neste porto, seguindo em tudo o espírito da referida Provisão, como Sua Majestade determina e as mais circunstancias do formulário junto à mesma; que também remeto incluso; havendo eu por recomendado a Vmcê. Esta diligência; e de cuja execução Vmcê. Será absolutamente responsável pelo que diz respeito a este porto. No fim de cada mês deverá Vmcê. Enviar-me a relação que lhe for respectiva; e não havendo em algum mês embarcações que entrarem, deverá vir sempre a relação com esta mesma nota, de que não entrou embarcação no referido mês. Deus Guarde Vmcê. Desterro da Ilha de Santa Catarina a 6 de abril de 1799 - João Alberto de Miranda Ribeiro - Senhor Manoel Marques Guimarães. (Documentos originais em poder de Manoel Marques Guimarães, Filho). (SILVA, 2007, pp. 122 e 123).

Outra referência que se entende como importante da obra de Santos Silva é a que se refere à presença de Manoel Marques Guimarães em Garopaba, em 25/02 de 1795, para aquisição de terras para a Armação Baleeira (SILVA, 2007, p. 100). Santos Silva ainda nos indica que no período compreendido entre 1808 e 1827 a armação de Garopaba foi utilizada com frequência como base de apoio para idas e vindas de tropas, comandantes e mesmo repouso de autoridades.

Destacamos algumas citações extraídas da obra de Santos Silva (2007):

> 1808 - Outubro 9 - Chegara aqui (Garopaba) 3 Companhias do Regimento da Terra (Santa Catarina) em marcha para o Rio Grande, continuando em 10 a marcha para Imbituba receberam ordem do Brigadeiro Curado em Maldonado para a suspenderem e se recolheram a esta Armação (de Garopaba) onde estiveram até 18, seguiram para Laguna, donde voltaram, chegaram aqui em 7 de novembro e em 8 seguiram para Ilha. Manoel Marques Guimarães (SILVA, 2007, p. 156).

> 1815 - Janeiro 3 - Chegou aqui (Garopaba) a tropa de São Paulo, que segue para Porto Alegre constando de 630 praças, comandadas pelo Tenente Coronel Lázaro José Gonçalves, Sargento-Mor José Pedro Galvão, Mandante Antonio César da Silva e 10 oficiais, acompanhavam 18 cofres com 24 contos pertencentes Fazenda Real e 10 cofres pertencentes ao Regimento; seguiram em 4. Manoel Marques Guimarães (SILVA, 2007, p 237).

> 1816 – Julho 8 - Chegou (a Garopaba) as 3 horas da tarde a 2ª Coluna de Cavalaria, 300 praças comandadas pelo Tenente Coronel João Vieira Tovar de Albuquerque (depois Coronel Governador de Santa Catarina em 1817) e seguiram em 9. Manoel Marques Guimarães (SILVA, 2007, p. 246).

> 1820 - Outubro 18 - Chegou a Garopaba 3 Coronéis, que vão para o sul, um deles, Antonio José da Silva Paulete, que é engenheiro, andou marcando e mapeando esta costa. Manoel Marques Guimarães (SILVA, 2007, p. 273).

O autor cita outras passagens sobre a movimentação militar da época em que mencionam Garopaba como ponto de apoio e menciona a passagem de D. Pedro I por Garopaba, em 01 de dezembro de 1826. As informações acima mencionadas nos indicam que a armação também foi utilizada como base de apoio para os deslocamentos de tropas militares na região desempenhando desta forma função relevante como ponto estratégico para a defesa do território. Estas citações, portanto, podem ser indicadas como uma confirmação ou atestação de atividades que ali se desenvolveram.

No livro de José Artulino Besen (1980) é citada uma visita de Bento Corte de Toledo, em 1799, "Visitador do Continente Sul", a serviço do Bispo do Rio de Janeiro, do qual se transcreve um trecho:

> O Visitador Apostólico Pe. Bento Cortes assim se refere à Freguesia de Enseada de Brito: 'Ereta em 1775, com 208 fogos e com 1021 almas de confissão e comunhão. Esta Igreja só tem a Irmandade do Santíssimo, sem compromisso. Tem a Capela da Armação de Garopaba, de invocação de São Joaquim, distante 4 léguas (BESEN, 1980, p. 26).

Este breve relato permite inferir que a capela, visitada pelo padre Bento, pertencia à armação baleeira e foi esta edificação a que veio a se tornar a matriz da Paróquia de Garopaba, criada em 1830 e, que documenta a existência da referida armação.

Transcreve-se um trecho do relato da visita de Semple Lisle que passou por Garopaba em 1797:

> Após uma marcha muito difícil e cansativa, alcançamos uma região de pesca de baleias, a cerca de onze ou doze léguas da Ilha de Santa Catarina, pouco depois do pôr de sol.
> Ali fomos amavelmente recebidos pelo superintendente, que parecia ser um homem inteligente e que habitava uma ótima casa, a melhor que eu já havia visto na zona do campo. Ele nos mostrou todos os engenhos e prédios que pertenciam àquele lugar. Das queixas que ele fez contra os baleeiros Britânicos, pareceu-nos que ali se faziam sentir grandemente os efeitos do empreendimento e da atividade dos nossos companheiros.
> Seguindo os conselhos dele, concordamos em prosseguir dali até a Ilha de Santa Catarina a bordo de um dos seus baleeiros, já que nos sentimos bastante desencorajados de continuar a cavalo, pela descrição dos caminhos que ele nos fez, os quais se nos afiguraram ainda mais difíceis que aqueles por nós percorridos. Saímos da pescaria de baleias de manhã cedo e, por volta das duas da tarde, alcançamos o nosso destino (ILHA DE SANTA CATARINA, 1996, pp. 123 e 124).

Lisle não menciona, mas é provável que o superintendente a que se refere seja Manoel Marques Guimarães. O relato evidencia a presença das companhias estrangeiras no litoral catarinense que concorriam com amplas vantagens na pesca das baleias.

Os livros de registro de batismo, óbito e de casamento do Arquivo Histórico-Eclesiástico de Santa Catarina contêm um rico manancial de informações sobre a população de Garopaba que foram analisados no desenvolvimento da pesquisa. Do registro de batismo realizado em 03/08/1795, na Igreja Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, se deduz a existência do Oratório e a presença do Capelão na armação de Garopaba, o qual foi autorizado a realizar o batismo. Estas citações objetivam indicar, segundo as fontes, algumas atividades que ali se faziam presentes. Portanto, uma reiteração de sua existência e funcionamento.

Por sua presença na trajetória da armação de Garopaba destacamos alguns dados sobre a pessoa de Manoel Marques Guimarães. Ele pode ser considerado um importante personagem na sua história. Indica-se que ele teria chegado a Santa Catarina por volta de 1791 quando foi nomeado para comandante militar na Freguesia do Ribeirão da Ilha. Em 1795 já se encontra na Freguesia da Enseada de Brito, como capitão e administrador da armação de Garopaba e seu suplemento em Imbituba. A sua carreira militar prossegue até 1816, quando é reformado no posto de Sargento-Mor. Foi proprietário de escravos e tinha intensa participação na vida social e religiosa da Freguesia da Enseada e mesmo na Ilha de Santa Catarina. O artigo de Vilson Farias, menciona que Manoel Marques Guimarães é citado em inúmeros batizados e casamentos segundo consta nos livros de registro da Igreja da Enseada (FARIAS, 1984). Walter Piazza no livro Santa Catarina Sua História, faz alusão às "Memórias" de Manoel Marques Guimarães, de onde extraiu dados sobre a população de Santa Catarina de 1797 e dados dos movimentos portuários, das embarcações que deram entradas e saídas do porto do Rio de Janeiro para os portos catarinenses (2003, pp. 308-309). Refere-se mais uma vez a uma "Memória", escrita em 1818, e da qual extrai mais dados sobre a população de Santa Carina, cujo total indicado era de 42.604 almas em 3.194 fogos ou casas, sem precisar o ano (PIAZZA, 1983, pp. 308, 318 e 319). Henrique Boiteux, citado por Farias (1984), em sua obra "Vida Marítima" faz menção a Manoel Marques Guimarães como cronista e administrador da armação de Garopaba. Na obra de Jorge Gonçalves Santos Silva (2007), Manoel Marques Guimarães é citado como colaborador das informações publicadas no livro em vários trechos. Na mesma obra é veiculada a data em que Marques Guimarães deixa a administração da armação de Garopaba, 28 de setembro de 1919, e publica a informação sobre o seu falecimento e sepultamento na capela da armação em 18/12/1824. Reproduzimos a citação de Santos Silva:

> 1824 – Dezembro 17 – Faleceu o escritor destes apontamentos, Manoel Marques Guimarães que em parte foram continuados por seu filho do mesmo nome, a quem devo a fineza de m'os ter emprestado e deixado extratar o que tem referência à história da Província. Gonçalves santos Silva (SILVA, 2007, p. 312).

As informações ainda que insuficientes permitam inferir que Manoel Marques Guimarães permaneceu como administrador da armação de Garopaba de 1795 a 1819. Embora não cite de forma precisa, considera-se que é a Manoel Marques Guimarães que Saint-Hilaire se refere em sua visita a Garopaba.

Destacam-se duas informações que se consideram relevantes. A primeira refere-se aos esforços realizados junto à Presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, na tentativa de localizar os manuscritos das "Memórias" de Manoel Marques Guimarães, em vista da publicação de um artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, do ano de 1913, atribuído ao administrador da armação de Garopaba. A outra informação refere-se à menção que Myriam Ellis (1958) faz a respeito das correspondências existentes no Arquivo Nacional entre Manoel Marques e o Administrador Geral do Contrato no Rio de Janeiro em 1817, no seu artigo. Portanto, Manoel Marques Guimarães ocupou lugar de destaque na vida social e política em Garopaba e região.

O final do Contrato de pesca das baleias em 1801 também marcou o fim do monopólio da pesca das baleias no Brasil e como não houve arrematação ou venda das armações, incluindo a de Garopaba, as mesmas ficaram sob a administração da Fazenda Nacional até 1816, de cujo período dispõe-se de uma ou outra informação superficial. No que se refere à Garopaba, dispomos de citações mencionadas na obra de Santos Silva, que trata das nomeações para cargos militares e da presença de tropas. Dados sobre a pesca das baleias nas Armações de Santa Catarina e mesmo nas demais são citados nas tabelas 1, 2 e 3.

Destaca-se que no período entre 1816 e 1817 ocorrem fatos significativos relacionados às armações baleeiras existentes, em especial as de Santa Catarina. São desenvolvidos esforços para reativar a atividade baleeira através de um contrato. As atividades relacionadas à pesca da baleia no Brasil recebem um impulso visando o seu reerguimento. A empresa Siqueira e Lima estabeleceu um contrato com o Governo para administrar as armações, do Rio de Janeiro à Santa Catarina, inclusive Garopaba. Outro fato relevante foi se ter conseguido reunir um conjunto de documentos que permitem um olhar mais abrangente sobre atividades que se realizaram na armação de Garopaba, relativas ao

período mencionado, as quais revelam um esforço para reativar as atividades baleeiras e dados que possibilitam esboçar uma ideia da dinâmica ali empreendida. As medidas iniciais tomadas que se conseguiu registrar foi a realização do inventário das armações.

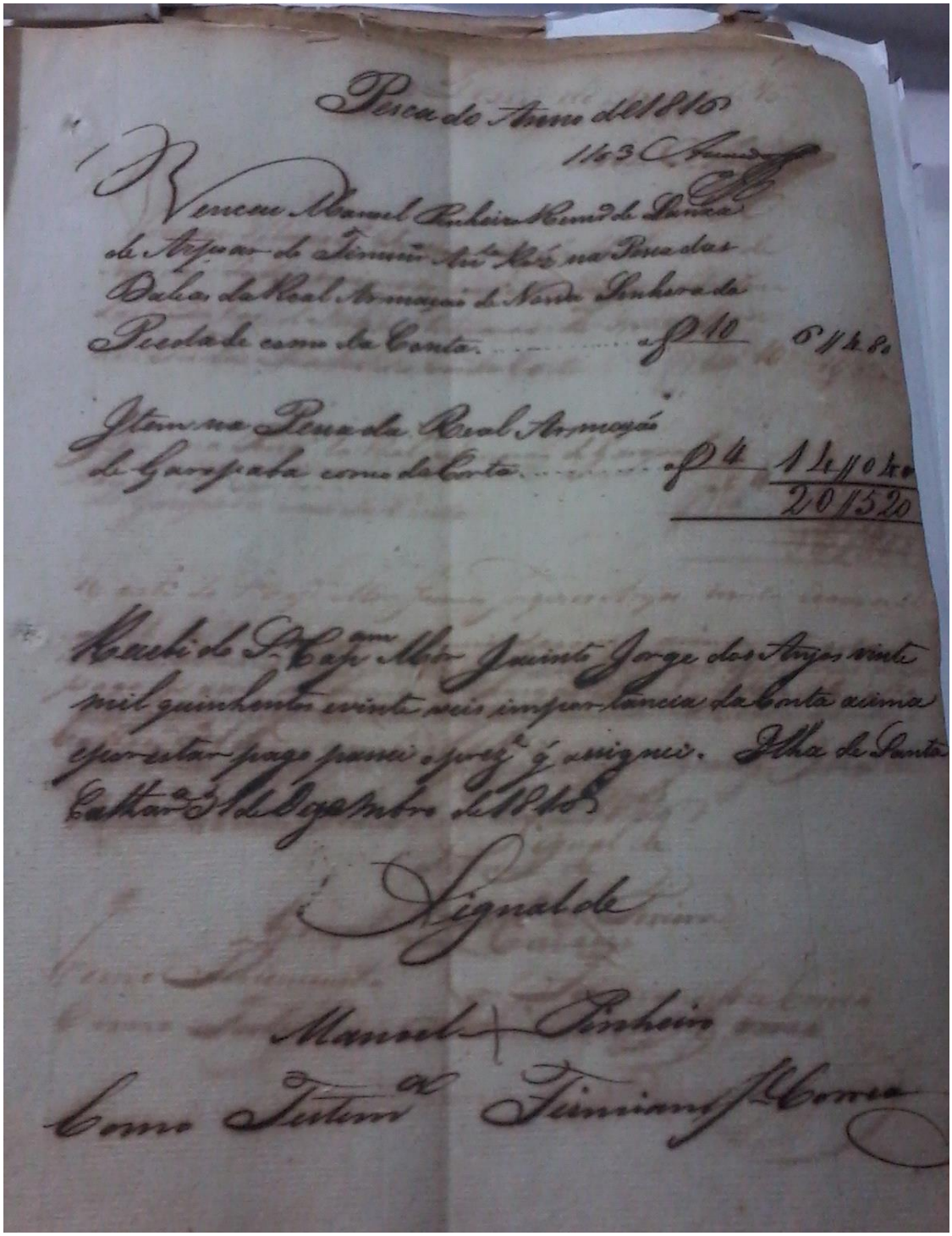
O inventário da armação de Garopaba, anexo I, constitui um importante documento para que se tenha uma ideia da sua amplitude e complexidade. Tratar-se-á a seguir de um conjunto de documentos do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, cujas informações se referem à armação baleeira de Garopaba e que podem indicar, em parte, o que se sugere acima como uma época de clímax da pesca das baleias. Esses documentos são: recibos; conta de despesas; conta e número de baleias que foram mortas; documentos relacionados com propostas para a arrematação do contrato e uma cópia do contrato das baleias que teve vigência entre 1789 e 1801.

Os documentos analisados, em número de 126, foram assim distribuídos:

- Recibos: 56;
- Relação de pessoas que andaram nas lanchas: 15;
- Relação de baleias mortas: 4;
- Documentos relacionados à arrematação do contrato: 19;
- Contrato da pesca de baleias: 22.

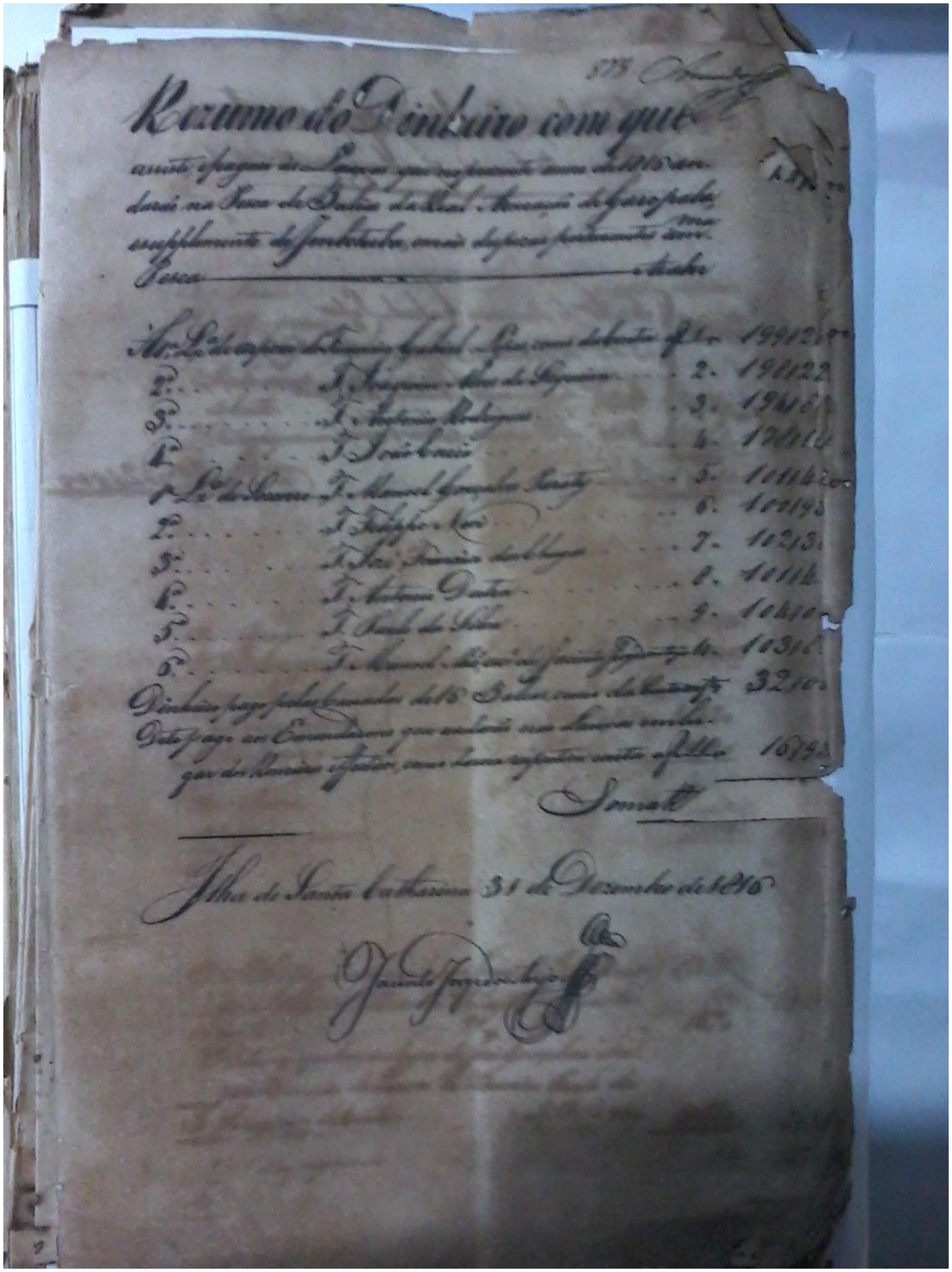
Os recibos contém na sua descrição a indicação do ano da pesca da baleia, o nome da pessoa que recebeu os valores, o tipo de atividade realizada, o local onde ocorreu a atividade, os valores recebidos e a assinatura atestando o recebimento. Todos os recibos são datados de 31/12/1816. Parecem indicar que eram pagamentos relativos a débitos acumulados. As atividades mencionadas nos recibos eram principalmente as de: Remeiro (48); Timoneiro (7) e Arpoador (4). Entre os Remeiros são identificados 11 escravos. Na grande maioria dos recibos os pagamentos se referem às atividades realizadas na armação de Garopaba e na armação da Piedade de forma conjunta.

FIGURA 14 – RECIBO DE PAGAMENTO DA PESCA DAS BALEIAS NA REAL ARMAÇÃO DE GAROPABA, 1818.



FONTE: ARQUIVO NACIONAL. CAIXA 360, RIO DE JANEIRO.

FIGURA 15 – RESUMO DO DINHEIRO DA PESCA DE BALEIAS NA REAL ARMAÇÃO DE GAROPABA NO ANO DE 1815.



FONTE: ARQUIVO NACIONAL. CAIXA 360, RIO DE JANEIRO.

Os documentos designados como relação de baleias mortas, ao que parece são utilizados para relacionar as baleias mortas por cada tipo de lancha, em que tipo de armação,

os valores que foram pagos e a relação das pessoas que receberam para que assim fosse possível exercer um maior controle das despesas. Este conjunto de documentos, ao que parece, está relacionado ao período que antecedeu a vigência do contrato firmado pela empresa Siqueira e Lima.

Os manuscritos revelam que houve intensa atividade nas armações e que envolveram um expressivo número de pessoas nas lidas da pesca da baleia. Indicam valores em números que devidamente sistematizados podem fornecer uma ideia sobre a produção ao tempo que permite perceber uma dimensão relativa à movimentação financeira, sua distribuição entre os trabalhadores e inferir a avaliação da contribuição da atividade baleeira para a economia local, para a melhoria das condições de vida da população e também o fortalecimento das finanças da Coroa, do fortalecimento na ocupação e defesa do território do Brasil Meridional como parte do projeto de garantir a posse do território até a Colônia do Sacramento como se sabe. Os recibos reúnem valiosas informações para se ter uma ideia sobre a dinâmica das armações baleeiras e assim contribuem para se dimensionar o papel econômico e social das Armações.

A cópia do Contrato das Baleias, anexo II, detalha as condições estabelecidas para a pescaria das baleias e do seu comércio, as obrigações da Coroa e dos contratantes, os privilégios, constitui uma fonte valiosa, fornece um quadro geral da atividade baleeira bem como a importância que era vista pela Coroa, como fonte de renda para o custeio de inúmeras atividades. O Contrato expressa o reconhecimento da importância da pesca das baleias.

Os documentos relacionados às propostas de arrematação das armações são documentos emitidos após 1801, ano em que foi extinto o monopólio real da pesca da baleia, entre os que foram possíveis a sua leitura revelam as dificuldades dos ocupantes dos cargos da burocracia do Reino em colocar em prática o fim do monopólio que se deduz da leitura dos mesmos e que revelam pelas manifestações, resistências para que as propostas apresentadas pudessem ser aceitas e assim viabilizar a pesca das baleias de forma livre e concorrente. As propostas apresentadas não foram aceitas e as armações passaram a ser administradas pela Fazenda Real, cujos resultados foram a decadência da pesca das baleias e dilapidação do seu patrimônio.

Podemos concluir, mesmo que não se tenha realizado uma análise mais detalhada da documentação reunida, que se dispõe de fontes valiosas para o aprofundamento da pesquisa para se aquilatar a importância da atividade baleeira em todo o espaço onde se desenvolveram a pescaria das baleias.

Obteve-se, ainda, acesso a outro conjunto de documentos obtidos no Arquivo Nacional e disponibilizados pela Professora Beatriz Mamignoniam, da Universidade Federal de Santa

Catarina, os quais constituem um expressivo acervo. Estão relacionados na quase totalidade com a armação de Garopaba. Os documentos agrupam-se da seguinte maneira:

1- Inventário da Real Armação de São Joaquim de Garopaba, que consta do anexo I, conforme avaliação dos mestres pedreiros Francisco Gonçalves e João Gomes e mestres carpinteiros Joaquim dos Santos e Teixeira Brasil. Descritos em 14 folhas, descrevem de forma detalhada o conjunto de bens da armação, inclusive os bens do suplemento da fábrica de Imbituba.

2 - Conjunto de trinta e sete (37) documentos os quais reúnem recibos dos mais variados tipos que totalizam trinte e cinco (35), um documento que especifica a conta de um feitor e outro documento que trata da relação do que foi enviado para a armação de Garopaba. Os recibos podem ser agrupados em dois tipos considerando o responsável pela assinatura dos mesmos. Os recibos que foram assinados por Jacinto Correa, como administrador geral das armações de Santa Catarina, e os que foram assinados por Manoel Marques Guimarães como administrador da armação de Garopaba. Estes recibos apresentam uma rica variedade de informações que colaboram para se formar uma ideia do conjunto de atividades desenvolvidas. Os recibos referem-se ao fornecimento de carne, de lenha, de farinha, de sal, a pagamentos do cirurgião, do capelão, e cujos valores ajudam a dar uma dimensão do montante de dinheiro que ali circulava.

3 - Um conjunto de cinquenta documentos extraídos dos jornais existentes na Biblioteca Pública de Santa Catarina, em Florianópolis, referentes à segunda metade do século XIX e que tratam de notícias relacionadas à Garopaba.

Os dados acima mencionados retratam em parte as atividades da empresa Siqueira e Lima que objetivavam retomar e dinamizar a pesca das baleias. Foram investidos recursos na contratação de pessoal, na compra de embarcações para que se tornasse viável a pesca das baleias e o seu processamento, como nos indicam os recibos e a relação de material enviado para a armação de Garopaba e os recibos que demonstram as diversas atividades exercidas para a reativação da pesca da baleia.

Após a reativação ou incremento nas atividades na armação de Garopaba, a partir de 1816 acima sinalizadas, não se conseguiu localizar outras informações que evidenciem a dinamização que se buscou. O que se conseguiu foi a informação a respeito da saída de Manoel Marques Guimarães da sua administração, em 28 de setembro de 1819 e a chegada do novo administrador em 1820, como indica Santos Silva **(**SILVA, 2007, p. 273**)**.

Naquele ano passava por Garopaba o naturalista francês August de Saint-Hillaire que deixou um relato interessante. Reproduzem-se alguns trechos do relato que Saint-Hilaire fez de sua passagem.

> Ao chegar a Santa Catarina eu havia pedido a D. Diogo que me arranjasse uma lancha para me levar até a Armação de Garupava ou Garupaba". Prossegue no seu relato: (depois de termos atravessado a barra eu me estendi no fundo do barco e dormi, só acordando quando chegamos, às duas horas da manhã, à Armação de Garupava) do guarani "ygacupa", enseada dos barcos).
> O barco foi atracado ao trapiche. O patrão me convidou para descer a terra e passar o resto da noite em sua casa. Como estivesse fazendo muito frio, aceitei o convite. Sua mulher colocou uma esteira no chão, para mim, e eu me deitei. Levantei-me ao romper do dia e fui providenciar o desembarque de minhas coisas. O administrador da armação, ao qual eu havia sido recomendado, achava-se ausente. O seu substituto alojou-me num quarto grande e muito ruim, desprovido de móveis e cheio de goteiras. Perguntei se os carros de boi que deviam levar-me à Paróquia de Vila Nova já tinham chegado. Ninguém ouvira falar neles. Em consequência, resolvi ir à fazenda do Sargento-mor Manoel de Sousa Guimarães, a meia légua de Garupava, a fim de levar-lhe uma carta de recomendação. Este sargento tinha sido encarregado de me arranjar um meio de transporte. (SAINT-HILLAIRE, 1936, p. 190-191)

O autor prossegue descrevendo a caminhada até a fazenda do sargento-mor, identificando e comentando sobre as plantas que encontrou no percurso realizado com destaque para o butiá, as plantações de mandioca e de laranja. Prossegue o relato descrevendo a fazenda:

> Ela ficava situada numa elevação de onde se podia ver ao mesmo tempo um braço de mar e uma vasta planície coberta de matas, que é a continuação do que acabei de mencionar". A fazenda constitui também para mim uma raridade, pois em Minas e Goiás é nas baixadas que elas geralmente são construídas.
> O sargento-mor me disse que plantava principalmente mandioca e que essa planta era a mais indicada para a região, já que prefere os terrenos arenosos. Acrescentou que quando o plantio era feito imediatamente após a derrubada da mata virgem, a terra era deixada em descanso durante dois anos depois de feita a colheita, mas se o plantio fosse feito em capoeira era preciso esperar quatro ou cinco anos para tornar a plantar no mesmo lugar, sendo esse o tempo necessário para que os arbustos e o mato rasteiro voltassem a crescer o suficiente para serem cortados e queimados.
> Meu hospedeiro prometeu-me que no dia seguinte eu teria à minha disposição três carros-de-bois para ir à Paróquia de Vila Nova, situada a apenas 6 léguas de Garupava.
> De volta à armação, fui visitar o administrador geral, que tinha chegado durante a minha ausência. Mal entrei na sua varanda todos se puseram a rezar, e muito edificado fiquei com a devoção e a humildade do administrador. No dia seguinte ele assistiu a duas missas, e antes da segunda,

> à qual também compareci, ele recitou preces em voz alta, e durante o decorrer da missa comportou-se sempre com extrema humildade. Como já tive ocasião de dizer, os brasileiros encaram muito levianamente as práticas religiosas, as quais muitas vezes constituem para eles toda a religião. Assim, surpreendeu-me grandemente essa mostra de devoção, da qual pela primeira vez eu era testemunha desde que chegara à América. Desejei que ela fosse o reflexo de virtudes reais; contudo, entre as que têm a satisfação de atribuir a esse homem não posso incluir a da hospitalidade. De fato, a acolhida que ele me fez foi muito fria, para não dizer desdenhosa, e embora o tempo não estivesse quente ele não me convidou para entrar em sua casa, nem me fez a menor amabilidade.
> Embora a Armação de Pesca de Garupava não fosse destituída de importância, os prédios que a compunham eram bem menores do que os de Itapocoróia e a vista ali bem menos aprazível. A armação fica localizada no fundo de uma enseada estreita e comprida, cercada dos dois lados por morros cobertos de matas de um verde sombrio. A paisagem, de um modo geral bastante monótona, é, entretanto, enfeitada por algumas colinas situadas no continente, mas que, por uma curiosa ilusão de óptica, parecem duas ilhas separadas por um canal. A armação não ficava localizada exatamente no meio da enseada; a igreja, o prédio da administração e os alojamentos do capelão e dos feitores tinham sido construídos a meia-encosta de um morro cujo topo era coberto de matas; o engenho de frigir, os reservatórios e os alojamentos dos negros ficava situado à beira da água. Parti de Garupava no dia 21 de maio, com minhas três carroças. (SAINT-HILLAIRE, 1936, p. 190-191)

O depoimento de Saint- Hillaire, considerando a sua importante contribuição na descrição de aspectos diversos da vida e da paisagem brasileira no século XIX, constitui uma rica fonte de informação sobre Garopaba daquele período. O valor do depoimento se traduz pela riqueza e pela raridade de informações disponíveis sobre Garopaba naquela época. Os dados reforçam a ideia de que Garopaba ainda era uma pequena localidade, cujas condições de vida eram limitadas, como também proporcionar uma descrição sobre a armação. Neste período como se pode constatar do relato, Manoel Marques Guimarães já não mais administrava a armação.

As atividades da pesca da baleia em Garopaba de acordo com a pesquisa realizada se estendem até 1824. Os dados que indicam as atividades desenvolvidas na armação de Garopaba se referem ao número de baleias mortas no período, conforme os dados apresentados na tabela 1 e 3. As informações levantadas sobre a armação após a sua devolução para o governo, em 1826, são escassas. As indicações encontradas são pontuais. Destaca-se do texto de Ellis (1958, p.389) que em 1827, o coronel João Xavier de Souza ficou como depositário da armação e que em 1837 ela foi arrematada por Manoel Francisco de Souza Medeiros. Outra informação colhida, consta da Memória, escrita por Melo e Alvim

(1914) que apresenta, após descrever a condição de abandono das armações existentes em Santa Catarina, uma proposta de criação da Freguesia de Garopaba, como alternativa para o aproveitamento das instalações da armação de Garopaba. A proposta, apresentada em 1827, se concretiza em 1830. Os dados acima mencionados sinalizam possibilidades de ampliação do estudo e o aprofundamento das pesquisas.

Considerados os dados extraídos do Arquivo Nacional e do depoimento de Saint-Hillaire, que nos fornecem informações significativas, o que se dispõe no mais ainda são informações pontuais e dispersas, as quais dificultam uma sistematização que possibilite formular um olhar acerca da dinâmica da armação de Garopaba. O aprofundamento da pesquisa poderá levantar mais elementos que possibilitem elencar dados para uma análise de forma a se conhecer os usos que foram dados às suas instalações e desta forma se reconstituir com mais consistência aspectos da sua história.

A criação da Freguesia da São Joaquim de Garopaba em 1830 e sua efetiva instalação em 1846 constituiu fato relevante para a população local e contou com parte das instalações da armação para o seu funcionamento, como é o caso da capela que passou a ser a sede da Paróquia São Joaquim e da casa grande. Defende-se que a armação contribuiu de forma significativa no processo de ocupação e formação de Garopaba. Destaca-se:

- Ocupação do território de Garopaba e região;
- Fixação e aumento da população;
- Produção e circulação de bens;
- Ampliação e dinamização das atividades religiosas e sociais;
- Ponto de conexão com outras do litoral para aguada, repouso e desenvolvimento da pesca e seu escoamento e produção agrícola (farinha de mandioca e pescado em especial), em especial Laguna e Rio Grande do Sul e Ilha de Santa Catarina;
- Local de passagem e de repouso para viajantes e tropas militares.

Pode-se então afirmar que a armação constituiu um importante fator na ocupação e formação do que atualmente é o município de Garopaba.

Pretende-se na sequência, no segundo capítulo, tratar do processo de transformação da armação baleeira de Garopaba e seu entorno em patrimônio cultural determinado pela edição do decreto 2996, de 25 de junho de 1998, do Governo do Estado de Santa Catarina que homologou o tombamento da edificação religiosa, no município de Garopaba, constituída pela igreja São Joaquim de Garopaba, o cemitério anexo a praça fronteira ao adro da igreja, que

definiu como entorno da área protegida a faixa contida nos 100m metros tomados de cada uma das extremidades do bem.

2. A QUESTÃO EM TORNO DA ARMAÇÃO BALEEIRA DE GAROPABA: A REALIDADE DE UM TOMBAMENTO CONSIDERADO PARCIAL[8]

2.1 Considerações Iniciais

Os pesquisadores que escolhem trabalhar com as questões patrimoniais deparam-se com inúmeros desafios. Dentre eles, o abandono ou a perda dos usos desses espaços e dessas culturas pela população. Os rastros do passado, sejam eles fontes ou resquícios arquitetônicos, apontam para a importância da armação baleeira de Garopaba como um dos principais baluartes de crescimento da região. Ao se consolidar como um centro onde os fatores trabalho, lazer, religiosidade e capital se concentravam, a armação tornou-se um importante pilar por um longo período de tempo. Este aspecto é relevante, pois este conjunto complexo de funções é retomado pelos pesquisadores e pela população que discutem a importância de salvaguardar esse patrimônio histórico.

Embora determinada por ser parte da História de Garopaba, esse patrimônio se ressignifica de acordo com as novas demandas da população. Nesse sentido, prossegue se fazendo presente no cotidiano de Garopaba de forma variada, pelos seus vestígios que se expressam por ruínas e edificações ainda em pleno uso na atualidade e na presença de sítios arqueológicos. As ruínas podem ser identificadas, em especial, nos muros ainda existentes e em vários pontos do entorno da praça. Também indicam vestígios onde funcionaram o engenho de frigir e a casa de taques, como indica Comerlato (1998). Dentre as edificações ainda em uso, destacam-se a casa grande, ou sobrado, como é designada pelos moradores mais antigos e a capela São Joaquim, que se transformou na igreja São Joaquim.

Pode-se constatar que a armação de Garopaba continua a ter uma presença ativa em Garopaba, desempenhando outros papeis que foram se transformando pela ação do tempo e do homem. As transformações por que passou a referida armação e seu entorno constitui tema do presente capítulo. O objetivo principal aqui é discorrer sobre a patrimonialização de parte da armação, expressa pelo tombamento da igreja São Joaquim e proximidades através do Decreto 2.996 de 25 de junho de 1998. Pretende-se abordar as transformações ocorridas na

[8] A expressão parcial pretende indicar que o tombamento da igreja São Joaquim não considerou a sua relação com a história do lugar onde está inserida e que faz parte do conjunto de bens existentes na área onde está localizada e de forma alguma pretende desqualificar o tombamento da igreja que reiteradamente ao longo do trabalho se reconhece o tombamento como fator relevante para a preservação da edificação e ampliou o seu significado. Assim sendo não se pretende reduzir o seu valor pelo contrário ressignificar o seu sentido.

área ocupada pela armação de Garopaba e seu entorno, e, assim, discutir o processo de tombamento.

Ao trazer essa discussão, considera-se que as transformações ocorridas no referido espaço e o seu reconhecimento como patrimônio não se limita ao reconhecimento oficial. Considera-se fundamental analisar a construção de um patrimônio cultural ainda não formalizado por instituições oficiais, expressos em valores arquitetônicos, históricos, paisagísticos, culturais e arqueológicos. Busca-se perceber, nesse sentido, a memória dos grupos humanos que ali viveram e deixaram marcas de identidade no decurso do processo de formação e constituição do que hoje é o município de Garopaba. As transformações que serão tratadas serão precedidas de uma abordagem a respeito do tombamento da igreja São Joaquim, tomando-se como base os conceitos de patrimônio cultural, patrimonialização e tombamento.

O processo de "Patrimonialização do Patrimônio" pode ser descrito simplesmente como a instituição de mecanismos de proteção do chamado patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial (DA CRUZ, 2012, p. 96). De certo modo, o impacto que se apresenta hoje pelo movimento paralelo de patrimonialização não só do patrimônio material, mas igualmente, da cultura imaterial, propiciam novas reflexões sobre a necessidade de uma maior identificação nos processos de tombamento, registro e salvaguarda com a população. Nesse sentido, o conceito passa por constantes releituras na medida em que o terreno da expansão do campo patrimonial se torna mais vasto. Assim, o termo também passa a ser empregado para designar todo o processo de constituição de patrimônios a partir da seleção e atribuição de valor referência cultural a bens e práticas culturais de determinados grupos de identidade. "O ato de patrimonializar refere-se, assim, à ação de identificar os valores culturais de um dado bem, de reconhecê-los socialmente e assim constituir patrimônio" (NOGUEIRA, 2014, p. 52-53).

A patrimonialização também pode ser pensada como uma forma de categorizar, valorizar e "converter em signo identitário" bens considerados de valor; ou seja, atuar "como um mecanismo de afirmação da identidade de um grupo, com atribuição de valores, sentidos, usos e significados voltados para um processo de ativação de memórias passíveis de caírem no esquecimento" (PEREIRO, 2006). Segundo Xerardo Perez (2003, p. 4-5), a patrimonialização "é um processo de atribuição de valores que certifica o valor dos elementos culturais dignos de serem patrimônios", o que está relacionado ao trabalho de conservação. Entende-se que a

patrimonialização também pode ser entendida como uma forma de musealização, pois são formas de seleção e de atribuição de valor, operações que ocorrem na escolha de bens para constar de um acervo de um museu.

Mendes (2009) enfatiza que os processos de patrimonialização são objeto de interesse de diversos autores, produzindo uma variada gama de discussões e abordagens: Bourdin (1984) trabalha com a questão da "reinvenção do patrimônio"; Segundo Harvey (1989) a patrimonialização é o "fetichismo do patrimônio"; Para Urry (1990) é a "indústria da herança ou tradição"; Para Choay, (1992) é "alegoria do patrimônio" e Abreu (1998) denomina-a "síndrome". Estes processos podem também ser agrupados de outra forma. Peixoto (2005) os agrupa como reactivação, reinvenção e idealização. A complexidade das relações entre a Cultura, a Sociedade e o Estado nos diferentes espaços estudados por estes autores aponta para a ampliação dos limites das questões patrimoniais. Parecem sugerir, igualmente, uma exploração exaustiva da área do Patrimônio, o que gera uma necessidade maior de estudos interdisciplinares na tentativa de dar conta das suas constantes mudanças e apropriações.

Entende-se que dos conceitos de patrimonialização acima apresentados os de Nogueira (2014) e o de Perez (2003) são os que guardam uma relação mais próxima com a realidade de Garopaba. Percebe-se uma identificação com os valores culturais existentes na área reconhecida não oficialmente como centro histórico pela comunidade. Decorrente da importância histórica da armação na formação de Garopaba, mantem-se fortemente presente uma visão integrada, social, cultural e econômica deste espaço como um todo. Embora, atualmente, só a igreja São Joaquim esteja tombada, se observa a manutenção das relações entre os bens culturais existentes na área onde funcionou a armação e a população residente, como se destaca ao longo deste trabalho.

O conceito de patrimônio cultural é amplo e complexo. A palavra património vem do latim *patrimoniu* (*patri*, pai + *monium*, recebido). O termo está, historicamente, ligado ao conceito de herança[9]. Patrimônio, desta forma, pode ser tido como tudo aquilo que nos pertence. É também o que herdamos do passado e o que construímos hoje. Este sentido de propriedade ao que parece sempre existiu desde os primórdios da humanidade. A noção de patrimônio, no sentido que se dá na atualidade, deriva do conceito de patrimônio histórico e artístico que surge vinculado a ideia de nação e tem como marco a Revolução Francesa. Na

[9] "Património" vem do [[latim]] "patrimoniu"<ref.>FERREIRA, A. B. H. "Novo dicionário da língua portuguesa". 2ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986. p. 1 282.</ref.> ("patri", pai + "monium", recebido).

França, um dos berços da formação deste conceito, o Estado assumiu, no século XIX, a proteção legal dos bens culturais como documentos da nação em nome do interesse público e da função pedagógica para formação do cidadão. O sentido amplo e plural que patrimônio cultural tem na atualidade é expressão da "diversidade cultural consubstanciada em manifestações tangíveis ou intangíveis, consagradas ou não consagradas e tem se revelado importante fonte de conhecimento sobre a relação passado/presente" (NOGUEIRA, 2014, p. 3). O sentimento de pertencimento que enuncia a ideia de nação, a comunidade imaginada, na acepção de Benedict Anderson (1989), "ganharia materialidade sob a mediação do patrimônio histórico e dos valores a ele atribuídos, localizando-a, agora, no espaço e no tempo". Ciente de sua capacidade simbólica de representar a nação, vários países criaram políticas públicas de preservação e salvaguarda do patrimônio (NOGUEIRA, 2014, p. 7).

Pode-se afirmar que Patrimônio Cultural é o conjunto de bens materiais e/ou imateriais que contam a história e são portadores da memória de um povo e da sua relação com o meio ambiente. É o legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras. Ou ainda, o conjunto de bens, materiais ou imateriais, que traduzem a história, a formação e a cultura de um povo, uma comunidade ou um país, como se pode depreender quando se estuda a área onde funcionou a armação de Garopaba e seu entorno. [10]

É certo que com o passar do tempo, torna-se cada vez mais nítida uma ampliação constante do conceito de Patrimônio Cultural. Essas mudanças podem ser vistas em dois exemplos abaixo apresentados, escolhidos em função de sua representatividade e importância. São eles: a Convenção de Paris de 1972 e a Constituição Federal do Brasil de 1988. Deve-se relembrar que, embora, as condições diferem suficientemente em países distintos, ou melhor, nos espaços global, nacional e local, a produção de políticas e atitudes mestras norteia o campo patrimonial já há algum tempo. Ressalta-se que os debates e documentos pensados globalmente sobre o Patrimônio servem de base para a discussão sobre a possibilidade de se reconhecer a área onde funcionou a armação de Garopaba e seu entorno como um centro histórico. Nesse sentido, a Convenção de Paris, de 1972, define:

[10] A sua abrangência é ampla e entre seus temas destacam-se: bens móveis e imóveis, tomados isoladamente; conjuntos arquitetônicos, urbanísticos, históricos e paisagísticos; paisagens culturais que revelem uma combinação da ação do homem com a natureza; paisagem associada a fenômenos religioso-simbólicos; patrimônio documental ou arquivístico; patrimônio cultural imaterial (formas de expressão, modos de criar, fazer e viver); patrimônios paleontológicos (fósseis) e espeleológico (grutas e cavernas); sítios arqueológicos; áreas vizinhas a bens culturais. Portanto, uma abrangência elevada de bens que se amplia.

> Para os fins da presente Convenção são considerados patrimônio cultural:
> - os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
> - os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
> - os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza assim como áreas, incluindo os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (CONVENÇÃO DE PARIS, 1972).

A Constituição Federal do Brasil, no seu art. 216, define o que constitui o patrimônio cultural do país da seguinte maneira:

> Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
>
> §1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Aliás, a partir da década de 1970, na gestão de Aloísio Magalhães, já se percebe uma noção mais ampla[11], que aponta para o chamado patrimônio cultural em sua versão atual. Nota-se que seu sentido passou a ter uma concepção marcada pela diversidade do significado de Patrimônio Cultural, fazendo-se presente uma concepção antropológica de cultura (FONSECA, 1997). Assim, em oposição a um sentido de Patrimônio indissociável da ideia de culto e de sagrado atribuído aos bens e monumentos carregados de excepcionalidade, encontra-se a valorização do Patrimônio Cultural entendido como um fator de memória das sociedades (RODRIGUES, 2001, p. 17).

Neste sentido, o patrimônio passou a ser visto não apenas como remanescente de uma memória histórica informadora de uma identidade nacional que pouco diz à maioria da

[11] Essas ideias já se faziam presentes no anteprojeto de Mário de Andrade para a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

população, mas como um importante testemunho das temporalidades que compõem as múltiplas experiências vividas, individual ou coletivamente (NOGUEIRA, 2014). Portanto, torna-se, progressivamente, um campo privilegiado na reelaboração das novas identidades coletivas e instrumento fundamental para o reconhecimento dos grupos sociais que as constroem (NOGUEIRA, 2008). Esta perspectiva do conceito de Patrimônio Cultural poderia ser adotada para se interpretar o conjunto patrimonial existente no "centro histórico" de Garopaba. Além de ser peça-chave na análise das formas de reconhecimento e valorização deste espaço complexo que abarca edificações, resquícios arqueológicos e documentos que atestam os vários aspectos da vida da população que habitou e habita o local. Dessa feita, as mudanças no espaço da armação tornam-se fundamental para perceber uma parte da identidade de parcela expressiva de habitantes de Garopaba, ou melhor, testemunha de épocas distintas das vivências de uma população que ali conviveu, ou nela transitou - em um passado que ainda se faz presente.

A construção do Patrimônio Cultural da nação percebido como prática social evidencia um campo de conflito material e simbólico no processo de constituição da memória coletiva ou de grupos. A centralidade do inventário na reorientação e o fomento das políticas públicas diferenciadas em relação ao campo patrimonial têm rompido com aquela ideia igualmente cristalizada no imaginário de que preservação era sinônimo de tombamento. Apropriado por instituições culturais, associações comunitárias, universidades, escolas, o inventário vem potencializando o exercício da educação patrimonial e contribuído para a valorização das memórias e histórias locais (CLAUDINO, 2013 e RODRIGUES, 2001). A consciência do novo sentido do patrimônio como um lugar de memória não mais restrito a uma ideologia nacionalista de legitimação dos Estados-nações revelou um campo simbólico de conflitos e disputas, dimensionando a prática preservacionista para a inclusão de novos tipos de patrimônios, como é o caso do patrimônio intangível ou imaterial.

A potencialidade desta nova perspectiva está na possibilidade de os diferentes segmentos sociais se apropriarem de sua herança cultural e reivindicar a valorização e o reconhecimento de qualquer tipo de patrimônio como um direito à memória e ao pleno exercício da cidadania (NOGUEIRA, 2014; FONSECA, 1997). Ao se pensar, em uma noção de Patrimônio Cultural que se torna cada vez mais integradora das categorias material e imaterial, a falta de ligadura e de reconhecimento por parte da comunidade de um tombamento que se restringe a igreja São Joaquim torna-se cada vez mais visíveis e problemáticos. Desta forma, faz-se necessário discutir a possibilidade de revisão no

tombamento da igreja e nas futuras políticas patrimoniais para o entorno da armação. Com o intuito de preencher os espaços vazios do que consideramos um tombamento parcial, desenvolve-se na sequencia uma apresentação e análise do processo de tombamento da igreja São Joaquim.

2.2 Um Patrimônio em Debate: O Tombamento da Igreja São Joaquim

O tombamento da igreja São Joaquim de Garopaba ocorreu através da edição do Decreto 2996/98, que homologou o processo de número 0373, de 12 de julho de 1994. A iniciativa da proposição do tombamento foi da Fundação Catarinense de Cultura, cujo processo teve seu início em 1994 e se efetivou com a inscrição no livro do tombo em 1998. O processo consta de um conjunto de documentos dos quais se destacam: a justificativa, as notificações - em número de duas, o parecer favorável do Conselho Estadual de Cultura, os ofícios emitidos pela Fundação Catarinense de Cultura para Prefeitura de Garopaba e para o Cartório de Registro de Imóveis, as fotografias da igreja e seu entorno e as correspondências acerca de reformas da igreja.

O tombamento, que se tornou símbolo de proteção patrimonial, está hoje em toda parte. É nesse sentido que antes de se discorrer sobre o processo de tombamento da Igreja, se torna importante pensar sobre a sua influência nas diversas esferas de atuação. O termo "tombamento" - que tem sentido de "classificação", de "registro", de "catálogo" e de "inventário" - tem sua origem ligada à Torre do Tombo, em Portugal (RABELO, 2009, p.16). Ainda, conforme a tradição portuguesa da Torre do Tombo, o IPHAN adotou a inscrição dos bens em 'Livros de Tombo', com vistas a efetivar a sua salvaguarda. No Brasil, o decreto-lei 25/37 instituiu o tombamento. Além disso, estabeleceu a proteção dos bens, através do órgão do Executivo - que passou a ter a competência para escolher e julgar o valor de determinado bem, alguns aspectos do processo administrativo e os efeitos que irão operar a partir da determinação da tutela especial do Estado. Efeitos esses que criam obrigações tanto para o titular do bem, quanto para os cidadãos em geral. Trata-se, portanto, de ato do poder Executivo: "ato administrativo decorrente do seu poder de polícia administrativa, já que, por ele, a administração pública restringirá direitos de particulares, com o fim de resguardar o interesse público geral da preservação" (RABELO, 2009, p. 46).

O tombamento, como ato do Poder Executivo tem como finalidade a imposição de delimitação a propriedades, pública ou privada, tornando-as tuteladas pelo poder público em virtude de seu valor cultural (RABELO, 2009, p. 46 e 99). Assim como tem por finalidade salvaguardar bens culturais, cujos valores histórico-sociais são considerados de interesse à memória e identidade nacional ou mesmo regional, - como é o caso da igreja São Joaquim de Garopaba.

Nos processos de tombamento, os bens são reclassificados e "deslocados" do contexto de seus usos cotidianos para o contexto institucional e ganham nova historicidade (GONÇALVES, 2007), pois adquirem uma nova representatividade. O tombamento implica em uma mudança valorativa, "é um processo de construção de narrativas nacionais" e "reafirma os elos identitários nacionais que unificam todos em uma 'comunidade imaginada' como afirma Anderson em uma historicidade nacional" (PEREIRA, 2009, p.18). No entanto, esta reafirmação de elos identitários requer ações de manutenção e, especialmente, de adaptação aos novos usos e significados dos bens tombados.

A negação dos elos de reconhecimento ou de significado de um patrimônio no processo de tombamento de alguma forma contribui para maiores dificuldades na sua conservação. No caso do tombamento da Igreja São Joaquim, parece que ao privar a população das suas funções habituais com a suspensão dos serviços religiosos por razões de segurança, impõe-se um afastamento da comunidade[12]. Por outro lado, a igreja passou a também ser percebida como uma edificação que está ligada à imagem da cidade, sendo considerada, por muitos como um dos pontos de referência de Garopaba, uma espécie de cartão postal. É preciso que se atente que esforços para a sua restauração e a utilização de sua imagem como símbolo da cidade não compensaram inteiramente a sua desvinculação com a cultura religiosa e de sociabilização local. Demais, não se constatou ainda políticas patrimoniais para se promover junto à população residente e aos visitantes, ações de valorização, manutenção e, em especial, de fruição do bem tombado, - o que contradiz na prática o valor atribuído pelo tombamento.

Como aclara Pereira (2009, p.14), os bens tombados, entendidos como documentos que expressam valores culturais de uma comunidade "subsidiam a construção de narrativas através da atribuição de sentidos, significados e historicidade nacionais aos bens culturais

[12] As atividades religiosas na igreja São Joaquim estão suspensas em decorrência de riscos para a segurança das pessoas desde o final da década de 1990.

realizadas pelo tombamento". No Brasil, o tombamento tornou-se um meio de conferir autenticidade dos bens e "consolidou o barroco como testemunho da presença portuguesa ao longo dos séculos de colonização" no Brasil. Embora, herdeira de um processo de seleção de bens culturais preferencialmente religiosos e ligados ao período colonial, a igreja São Joaquim e seu entorno carregam uma carga simbólica que extrapola o religioso.

Ao fazer parte de um Patrimônio Histórico que se liga à armação baleeira e ao processo de dinamização da Freguesia São Joaquim de Garopaba, esses bens precisam de um tratamento como patrimônio cultural não dividido em material e imaterial, - assim como gestado e gerido pela sua própria comunidade. O desuso da igreja é responsável em parte pelo seu abandono, colocando em risco tanto o valor simbólico vinculado à religiosidade da população quanto a sua estreita relação com a História do município.

Conforme consulta ao portal do IPHAN [13], tombamento é o ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual e municipal com o objetivo de preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens". Mas, segundo Pereira (2009, p. 53), tombamento também "constitui um processo que ressignifica os bens através da atribuição de novos valores e sentidos". Ou nas palavras de Kersten (200, p. 49-50) o processo de tombamento pode ser percebido como uma "ação ritualizada que retira o bem do cotidiano e o reveste de significações, participando de outra narrativa e cronologias". No caso de Garopaba, essa forma de atuação em relação ao processo de patrimonialização se traduz, entre outras formas, pela necessidade de se consultar a Fundação Catarinense de Cultura para qualquer interferência no bem. Ao mesmo tempo em que pelo reconhecimento do seu valor enquanto testemunho do processo de ocupação do litoral catarinense, conforme consta da justificativa do processo. É um patrimônio que se legitima como uma referência histórica da ocupação de Garopaba. Demais, ressignifica o bem ao lhe atribuir novos valores ao valorizar principalmente a sua arquitetura e o seu vínculo com a colonização do sul do Brasil, como se percebe na fala de Pereira (2009).

Entende-se que o conceito presente no portal do IPHAN também se aplica ao caso de Garopaba, pois se reconhece que o tombamento se constituiu em medida de proteção. Dessa forma, vem garantindo a sua preservação, impedindo, ao menos até o presente, a sua

[13] Portal http://portal.iphan.gov.br/ Consulta realizada em 01/12/2015.

destruição. Embora, a dificuldades representadas pela falta de acesso ao bem e pela não realização de atos religiosos implique, igualmente, em um distanciamento da população do bem tombado. Há que se ter em conta que algumas reações se esboçam periodicamente através de manifestações pela restituição do bem para uso da população. Assim, como pelo desconforto pela falta de divulgação das ações de restauro, cuja demora se arrasta por um longo período. Percebe-se também certa paralisia por parte da Paróquia São Joaquim de Garopaba em fomentar os usos da capela Bom Jesus, existente na Praça 21 de Abril, o que poderia estimular a mobilização em torno da restauração da igreja. Quando se pensa na conservação deste patrimônio, percebe-se a necessidades que medidas sejam tomadas no sentido de manter e dar uso à edificação da Igreja seja para as práticas religiosas seja para atividades consoantes com a configuração que o bem assumiu a partir do seu tombamento. A gestão do bem cultural patrimonializado vincula-se fortemente com a sua comunidade.

A legislação sobre o tombamento, no Brasil, tem como principais normas o Decreto-lei 25/37 e a Lei 6.292, de 15 de dezembro de 1975, que fez inserir na processualística do tombamento a necessária manifestação do Ministro de Estado da Cultura - dando-lhe competência para homologação do "parecer" do Conselho Consultivo do IPHAN. Além do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial,- concebido com o objetivo de implementar o inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio. É uma legislação que inovou e ampliou a concepção e o campo de ação em relação ao patrimônio cultural.

Em Santa Catarina o tombamento é regulado através da Lei 5846, de 22 de dezembro de 1980, alterada pela lei 9342, de 14 de dezembro de 1993, que define que o tombamento será promovido pela Fundação Catarinense de Cultura, ouvido o Conselho Estadual de Cultura e posterior homologação pelo Governador do Estado (ALTHOFF, 2008). No município de Garopaba não se encontrou uma lei específica que trate de tombamento ou mesmo que disponha sobre o tema, mas conta com vários dispositivos, como: Lei Orgânica do município, lei 309, de 1990, Código de Obras, lei 1468, de 2010, o Código de Posturas, lei 1469, de 2010, lei do uso do solo, lei 1465, de 2010 ao Plano Diretor, lei 1463, de 2010. Além de leis que alteram questões pontuais destes dispositivos podem ser encontradas na base legal para ações de preservação do Patrimônio Cultural (www.garopaba.sc.gov.br). Note-se que esta legislação, com exceção da lei orgânica, é do ano de 2010, no qual foi atualizada toda esta legislação. Aponta-se como uma das causas a entrada em vigência da lei 10257, de 2001,

a lei do Estatuto das Cidades, que impõe aos entes federativos brasileiros a adoção de medidas de planejamento urbano, além da evidente necessidade de atualizar a defasada legislação municipal de Garopaba nesta área.

A referida legislação, em especial o Plano Diretor, estabelece os parâmetros para que os demais códigos sejam regulamentados no que diz respeito a aspectos específicos conforme sua natureza. Entende-se que a legislação aprovada em 2010 representa um avanço se comparada à legislação que estava em vigência ou que não existia. Principalmente, pela constatação de medidas adotadas para regularizar a autorização de novas construções; para estabelecer parâmetros para a cobrança de impostos [14]; na exigência de mão de obra qualificada para a elaboração de projetos e responsabilidade técnica das construções e reformas das edificações. Enfim, por estar legislação em apreço em consonância com as exigências legais, segundo se afirma no setor responsável da prefeitura.

Entende-se que esta legislação sozinha não é suficiente para provocar mudanças. Como por exemplo, a implementação de medidas para a valorização e reconhecimento do setor histórico como uma área com características próprias. Pois, estas medidas deveriam depender além da decisão das autoridades municipais, das reivindicações e participação da sociedade. Mesmo que a legislação estabeleça a proteção do patrimônio histórico por meio da regulamentação dos mencionados códigos de posturas, de obras, ainda não regulamentados, só a ação do Poder Público Municipal e a mobilização social podem tornar estas medidas mais efetivas em uma longa duração. Reconheça-se que de alguma forma, a legislação representa um avanço, pois, institui dispositivos legais que permitem a adoção de medidas que possam ampliam a preservação da área do centro histórico, entre outros. Da mesma forma, o Poder Público Municipal e a população de Garopaba podem se valer desta legislação para que o patrimônio cultural do município, incluindo o centro histórico, receba a atenção devida.

O Tombamento se constituiu em um dos principais dispositivos do Estado na preservação do patrimônio. Embora, por um longo tempo, como afirma Pereira (2009, p. 14), "contribuiu na definição de um conceito fechado de patrimônio cultural, legitimando uma narrativa que preconizava um passado comum e consagrava valores e ideologias dos grupos hegemônicos". Nesse período, se sacralizou a pedra e cal como se diz, como a expressão por excelência do que era o patrimônio histórico e artístico nacional nos termos que definia o

[14] Em especial do Imposto Territorial Urbano – IPTU passasse a ocorrer de forma mais equilibrada e com utilização de tecnologia para a medição dos terrenos.

decreto 25/37. A arquitetura era considerada a principal expressão do patrimônio cultural e em consequência desta concepção, os tombamentos se efetivaram nas edificações ou nos seus conjuntos em si mesmos sem levar em conta o seu entorno (FONSECA, 1997**).** A partir da década de 1970, em especial na gestão de Aloisio Magalhães, ocorrem mudanças em que a concepção de patrimônio passa a considerar os processos e não os produtos, ampliando a abrangência dos tombamentos, em especial o seu entorno que passou a receber maior atenção (PEREIRA, 2009). No caso de Garopaba, embora o entorno da igreja São Joaquim esteja incluído no tombamento, não se considerou o ambiente em torno da igreja como área que deve ser preservada pelo seu significado. Esse tipo de fracionamento na escolha dos bens passíveis de tombamento ou registro tem gerado sérios problemas, como se busca evidenciar neste trabalho e que permite afirmar que o tombamento considera um bem, a igreja são Joaquim e por esta razão se considera parcial.

O espaço onde se localiza a edificação tombada como se sabe tem uma relação muito expressiva com a formação e constituição do que nos dias atuais é Garopaba. A igreja, como já se destacou neste trabalho, foi construída como integrante da armação de Garopaba. Portanto, integrante de um empreendimento realizado com a anuência da Coroa Portuguesa. Sendo que, a partir de 1830, vai ocupar lugar de destaque como sede da Freguesia São Joaquim de Garopaba, integrando a organização de uma instância administrativa e de governo. Entende-se que a instalação da armação baleeira e a elevação da localidade à condição de Freguesia constituem etapas que se relacionam com a formação e fundação de Garopaba. Portanto, pode-se deduzir que a importância da igreja São Joaquim como símbolo da ocupação do litoral de Santa Catarina certamente é relevante, mas o seu tombamento isolado deixa incompleta etapas significativas do processo de formação do Patrimônio Histórico do município.

É de lembrar que ainda que a partir de 1890[15] até o início da década de 1960, o local em que se encontra o bem tombado se constituiu como sede política, econômica e administrativa - enfim, como centro principal de Garopaba. Assim sendo, sustenta-se que a igreja faz parte de um complexo de bens oriundos de uma história comum. Tal postura é um indicativo do que foi a decisão de tombar a Igreja e não se ter definido nenhuma medida em relação aos demais bens. Importa destacar que esses bens, como, o conjunto de edificações, a praça, a praia e os demais componente urbanísticos que guardam informações sobre a forma

[15] Ano que Garopaba é elevado à condição de Vila, ou seja, equivalente a município.

de ocupação e de se viver nas diversas épocas se vinculam à memória e à história das populações que viveram e que continuam a viver naquela área.

Destacam-se ainda as atividades relacionadas à pesca, que se constituiu por longo período como principal base da economia do município, engendrou formas de ver e de viver a vida que ainda se mantém. Um exemplo ilustrativo seria a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, que ainda estabelece um vínculo entre a igreja São Joaquim e os pescadores, cuja simbologia constitui uma marca dos bens que ali se expressam.

No processo de tombamento da igreja São Joaquim, entende-se a justificativa como uma das peças mais relevantes do processo, posto que apresente um arrazoado que fundamenta a decisão da Fundação Catarinense de Cultura de encaminhar a proposta de tombamento. Os fundamentos apresentados para embasar o processo de tombamento estão respaldados no escrito de Dalmo Vieira,[16] que era dirigente da Fundação entre 1991 e 1994. Percebe-se que as razões apresentadas tratam fundamentalmente da arquitetura religiosa do litoral catarinense, em que se destacam entre seus elementos constitutivos, a visão dos militares que ocupavam os postos de comando em consonância com a situação econômica da população residente na Capitania. Constata-se que o arrazoado que constitui a justificativa buscou fundamentar o tombamento do conjunto das igrejas e capelas do litoral de Santa Catarina - selecionadas como expressão arquitetônica luso-brasileira para simbolizar a ocupação do litoral de Santa Catarina - como expressão de uma época, do processo de ocupação da região e das técnicas utilizadas para a construção das edificações.

Demais, se considerou o papel importante que a Igreja desempenhava para a propagação da religião católica e na defesa dos interesses da Coroa Portuguesa. As edificações religiosas constituem os principais símbolos selecionados para identificar as memórias por sediarem freguesias ou assentamentos menores, denominadas arraiais. Esses espaços cumpriam funções relevantes como batismos, casamentos e óbitos - que por um período constituíram registros que se utilizavam na vida civil. Além das funções religiosas, o Pároco das Freguesias atuava como representante de instâncias governamentais superiores e

[16] Os trabalhos de Dalmo Vieira Filho utilizados para fundamentar a justificativa dos tombamentos das Igrejas do litoral de Santa Catarina foram "Notas Para o Estudo das Primeiras Praças e Implantações Urbanas de Santa Catarina" e "Notas Para O Estudo Da arquitetura Religiosa Tradicional Brasileira". Dalmo Vieira Filho foi o responsável pela implantação da Representação do IPHAN em Santa Catarina a partir de 1980. Em 1991 assumiu a Diretoria de Patrimônio da Fundação Catarinense de Cultura e coordenou o processo de levantamento de bens culturais do Estado de Santa Catarina que culminou com os tombamentos em 1994, tendo prestado valiosa contribuição aos trabalhos da Fundação Catarinense de Cultura. Na Representação do IPHAN se destaca na criação do Museu do Mar sediado em São Francisco do sul e os tombamentos dos centros históricos de Laguna e de São Francisco do Sul. As obras foram disponibilizadas por Fabiano Teixeira a quem agradecemos.

desempenhavam várias atribuições como informantes e como lideranças do respectivo território. Lembre-se que a Igreja fazia parte da administração pública. Centralizando a vida social onde se desenrolavam as principais atividades econômicas e políticas daquele território. Assim, expressava um nível de poder político que reunia a elite local e a vinculava aos Representantes da Coroa. Outro aspecto a se considerar, de acordo com o que afirma Dalmo Vieira é que as edificações, embora modestas, eram as que reuniam o que de mais expressivo se encontravam na região em termos de arquitetura.

A figura 16 apresenta a igreja São Joaquim de Garopaba já com a torre. Nela se pode observar a arquitetura da capela construída quando da instalação da armação baleeira e elevada à condição de matriz da Paróquia quando da elevação à Freguesia em 1830, e, efetivada em 1848 com a nomeação do Vigário. A fotografia possibilita observar os detalhes da edificação da capela descrita de forma minuciosa por Dalmo Vieira na obra "Notas Para O Estudo Da arquitetura Religiosa Tradicional Brasileira".

FIGURA 16 - A IGREJA SÃO JOAQUIM GAROPABA, DÉCADA DE 1960.

Fonte. Arquivo de Manfredo Hubner. : http://www.hierophant.com.br/arcano acesso em 15/01/2016.

Dalmo Vieira afirma que as primeiras povoações catarinenses nasceram de modo a definir o espaço comunitário. O autor considerou que a ocupação da região tinha como intenção "assegurar a continuidade do 'continente português' até o que se considerava como sendo um limite material: o Rio da Prata". Reproduz-se citação que Dalmo Vieira apresenta no texto "Notas Para o Estudo das Primeiras Praças e Implantações Urbanas de Santa Catarina", a respeito das praças, como a Praça 21 de Abril, em Garopaba,

> As praças acolhiam, desde o início, muitas das principais atividades dos núcleos urbanos; realizavam-se neles reuniões religiosas, cívicas, recreativas e atividades de comércio [...]. As povoações mais humildes [...] reunidas em torno de modestas igrejas isoladas, desenvolviam grande parte de suas funções nas praças as quais, por isso mesmo, eram sempre local de maior importância e muitas vezes origens das próprias populações (Apud. REIS FILHO, s/d).

A justificativa do tombamento se fundamentou em considerar que "em Santa Catarina, as igrejas e capelas distribuídas ao longo do litoral são documentos de suma importância para a compreensão histórica da ocupação do sul do Brasil pelo elemento luso-brasileiro". A Arquitetura Religiosa, segundo Dalmo, é que melhor representa a arquitetura popular no Brasil. Ele considera que esta arquitetura foi a "representação mais fiel do conjunto da comunidade que a constrói e a mantém". Para o autor, "as pretensões, realidades concretas, origens, ideais, possibilidades, influências, trocas e poder expressam-se na igreja de uma comunidade" (VIEIRA FILHO, s/d)**.** Assim, descreve a Igreja de Santa Catarina como sendo:

> formada por volume compacto, encimado por frontão reto desprovido de base, porta central única e óculo situado entre o frontão e o corpo principal. A torre limita-se a uma primeira lateral de pequenas dimensões correspondendo a esta simplicidade de formas, a planta será sempre de nave única, com a sacristia lateral à Capela-Mor. (VIEIRA FILHO, s/d).

O mencionado estudo indica que por todo o litoral de Santa Catarina, de norte a sul - de São Francisco do Sul, Armação de Itapocoróia, Camboriú, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Ilha de Santa Catarina, Garopaba, até Laguna - são vários os exemplos de igrejas que marcam o início das Vilas e Cidades. Dalmo Vieira entende como fundamental "a proteção e valorização deste acervo para garantir sua permanência às futuras gerações". Para ele, é de "suma importância e imprescindível a ação de tombamento sendo até mesmo de responsabilidade moral desta Fundação a jornada destas primeiras marcas da ocupação do Estado" (VIEIRA FILHO s/d). A arquitetura deste tempo é compreendida como um documento perene para a história de Santa Catarina. Como anexo à justificativa do processo de tombamento, também se encontra um texto que apresenta uma cronologia de eventos relacionados à igreja São Joaquim.

A existência no processo de tombamento de duas notificações pode ter ocorrido devido à suspensão na tramitação dos processos de tombamento em razão da transição de

governos e mudança nos quadros dirigentes da Fundação Catarinense de Cultura. Percebe-se que entre as notificações houve um intervalo de três anos, o que indica certo grau de dificuldades para as ações de proteção ao patrimônio cultural catarinense. Althoff (2008) relata a criação da Comissão Técnica Extraordinária para Análise dos Tombamentos Estaduais – COTEATE, composta por várias instituições ligadas à preservação do patrimônio, tinha como finalidade analisar os processos de tombamentos aprovados pela Fundação Catarinense de Cultura no governo anterior e dar um parecer. A Comissão desenvolveu suas atividades e apresentou um relatório a respeito dos referidos processos. A partir deste documento os processos de tombamento foram oficializados. Outro documento considerado relevante, que consta do processo, é o Ofício da Fundação Catarinense de Cultura, de 08 de maio de 2000, dirigido ao titular do cartório de registro de imóveis de Imbituba. O ofício informa sobre a decisão da Fundação de tombar bens de valor histórico/arquitetônico, cujo processo teve seu procedimento legal com a notificação dos proprietários e publicação no Diário Oficial do Estado.

O processo de tombamento se referencia na Lei Estadual 5846, de 22 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do estado, e o Decreto de tombamento como ato do governador estadual, sendo que os imóveis abrangidos deverão ser averbados no registro imobiliário e o ônus administrado. Prossegue o ofício, informando que remeteu a relação dos bens e móveis constantes nos decretos anexos, que deverão ser averbados no registro imobiliário correspondente, a fim de cumprir o procedimento exigido por lei para o tombamento. Este ofício é respondido em 29 de setembro de 2000, através do Ofício 133/2000, o qual informa que remete em anexo cópia da matrícula, número 445, na qual é averbada sob número av.2-445 do Livro 2-C, folhas 045, em 24 de maio de 2000, o tombamento do referido imóvel, bem como da edificação religiosa constituída por igreja de São Joaquim da Garopaba, formada pelo terreno, o cemitério e a praça fronteira ao adro da igreja (PROCESSO 0373, 1994).

Os demais documentos constantes do processo detalham dados sobre o terreno, medidas, localizações, as edificações da igreja da casa paroquial e do salão paroquial. Destacam-se ainda, dentre os documentos do processo, o ofício 2302/012 da Fundação Catarinense de Cultura, dirigido ao prefeito de Garopaba, Quirino Lopes. O ofício reitera que já era do conhecimento do prefeito que o Estado tombou “no Centro Histórico de Garopaba, a antiga igreja matriz de São Joaquim e Praça 21 de Abril em frente à edificação religiosa. Destacando novamente que qualquer obra realizada no bem tombado ou no seu entorno

deverá ser analisada pela Fundação, a quem cabe a aprovação de projetos de novas edificações na praça e adjacências, a solicitação da vigilância da prefeitura, embargando obras irregulares e o envio dos respectivos projetos para aprovação. Outro Ofício, que consta do processo, foi dirigido ao titular do cartório Joaquim Roque Pacheco nos mesmos termos do Ofício enviado ao cartório de Imbituba.

O Decreto 2996/1998, que homologa o tombamento, apresenta em sua ementa a expressão "homologa tombamento de imóveis". O caput do Decreto relaciona o embasamento que dá fundamento legal ao ato editado pelo governador do Estado, identificados pelo inciso III do artigo 71 da Constituição do Estado que dá competência privativa ao governador, pela Lei 5846 de 22 de dezembro de 1980, alterada pela Lei 9342 de 14 de dezembro de 1993 e o processo da Fundação Catarinense de Cultura de número 0373 de 12 de julho de 1994. O corpo do Decreto apresenta em seu artigo 1º:

> que fica homologado o tombamento nos termos do artigo 4º da lei 5846, de 22 de dezembro de 1980, alterada pela Lei 9342, de 14 de dezembro de 1993, da edificação religiosa, no município de Garopaba constituída pela igreja São Joaquim de Garopaba, localizada na Praça 21 de abril, s/n (DECRETO 2996/1998).

No parágrafo único deste artigo define: Que a área protegida pelo presente decreto constitui-se do terreno que contém a edificação religiosa, o cemitério anexo e a praça fronteira, a área da igreja, quando houver. Entende-se que a expressão "quando houver" é destituída de sentido, pois o parágrafo tem a finalidade de definir a área protegida e não estabelecer condicionante.

O artigo 2º do Decreto define como entorno da área protegida a faixa contida nos cem metros tomados de cada uma das extremidades do bem tombado, para os efeitos do artigo 16 da lei acima citada. O artigo 3º do Decreto define que os imóveis serão inscritos no livro do tombo histórico da Fundação Catarinense de Cultura. Finaliza, definindo a data de 25 de junho de 1998 como a data de vigência do decreto. Cabe esclarecer que a lei 5846 de 22 de dezembro de 1980, alterada pela lei 9342, de 14 de dezembro de 1993, dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do estado e dá outras providências (DECRETO 2996, 1998). Um documento obrigatório do processo de tombamento é o parecer do Conselho Estadual de Cultura, o qual consta no processo onde está manifesto o de acordo do conselheiro relator. De acordo com a lei, o tombamento da igreja São Joaquim se enquadra como voluntária nos termos do artigo 6º, inciso II, alínea b. Encontram-se, também, outros documentos relacionados a solicitações de reforma.

Caracterizados os principais documentos que constam do processo, pretende-se indicar alguns elementos que procuram explicar as possíveis motivações e as circunstâncias em que se processa o tombamento da igreja São Joaquim. O tombamento da igreja São Joaquim homologado através do Decreto 2996, de 25 de junho de 1998, teve seu início no processo de número 0373, de 12 de junho de 1994. Portanto, o processo de definição do tombamento foi iniciado, certamente, antes de 1994 e concluído em 1998. Tem-se desta maneira uma breve descrição dos elementos constituintes do processo de tombamento da Igreja de Garopaba cuja cronologia envolveu a gestão de dois governos. Ou seja, direções distintas da Fundação Catarinense de Cultura, em que se destaca a atuação de Dalmo Vieira Filho na coordenação dos estudos e na elaboração dos processos. Pode-se considerar que a legislação que fundamentou o processo, em especial a lei 5840, de 1980, atendeu e continua a atender as bases legais para a efetivação do tombamento. A seguir busca-se ilustrar o contexto em que ocorreu o tombamento.

Betina Adams (2001) apresenta um histórico do processo de formação dos órgãos relacionados à cultura em Santa Catarina. O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, a Academia Catarinense de Letras e a Comissão Catarinense de Folclore podem ser considerados como precursores da existência de uma política cultural. Com a realização do Congresso de História de Santa Catarina tomou impulso e se traduziu, entre outras medidas, como a criação do Conselho Estadual de Cultura e do Departamento de Cultura vinculados à Secretaria de Educação. Esse processo vai culminar com a criação da Fundação Catarinense de Cultura em 1979, - órgão responsável pela política cultural do Estado de Santa Catarina a partir de então. Os trabalhos de implantação da Fundação Catarinense de Cultura a partir 1980, contam com a parceria de Dalmo Vieira Filho, que foi contratado pelo governo do Estado para atuar na implantação da representação do IPHAN em Santa Catarina. Essa parceria fortaleceu a ação do Estado na área de preservação.

A partir de 1991, Vieira viria exercer a diretoria do patrimônio implementando um projeto de trabalho que constou do programa de governo que venceu as eleições em 1990. No programa de trabalho da Fundação Catarinense de Cultura constavam projetos como os de levantamento de inventário, reativação do CEC, projetos de identidade das cidades catarinenses, além dos projetos executados em parceria com o IPHAN. Os inventários foram realizados no período de 1991 a 1993, culminando, em 1994, com o relatório e a decisão de realizar o tombamento de 93 bens. Neste conjunto de tombamentos se insere o tombamento da igreja São Joaquim. O tombamento da igreja foi concebido como uma ação de preservação da

memória da ocupação portuguesa no litoral catarinense. Ação que vai se embasar no trabalho. “Notas para o estudo da arquitetura religiosa tradicional brasileira”, e “Notas para o estudo das primeiras praças e implantações urbanas de Santa Catarina”, (VIEIRA FILHO, s/d).

O processo de tombamento foi efetivado através da notificação do tombamento número 187/94, emitido em 29 de dezembro de 1994, pelo diretor da Fundação Catarinense de Cultura, nos últimos dias do governo. Ante o elevado número de processos de tombamento e as reações dos proprietários, o Governo decidiu suspender os processos e criar uma comissão para proceder a uma reavaliação dos procedimentos e indicar novas medidas. Desta análise, os processos relacionados à arquitetura religiosa foram todos mantidos. Assim, foi emitida uma segunda notificação de tombamento, número 015/97, dirigida à Mitra Metropolitana de Florianópolis, comunicando o processo de tombamento da igreja São Joaquim, nos termos da lei 5846, de 22 de dezembro de 1980. Como não houve impugnação, o processo foi encaminhado ao Conselho Estadual de Cultura - que deu parecer favorável - e foi registrado no livro de tombamento histórico sob o número 78. Foi homologado com a edição do Decreto 2996, publicado no Diário Oficial do Estado com efeitos a partir de 25 de junho de 1998.

Temos, assim, um lapso de quase quatro anos, entre o início do processo que resultou do levantamento iniciado em 1992, em 12 de julho de 1994, e sua homologação em 25 de junho de 1998. O tombamento da igreja São Joaquim, que se insere no Projeto Identidade das Cidades Catarinenses, consta do conjunto de tombamentos que se efetivou em vários municípios do litoral catarinense, abrangendo um número expressivo de 18 edificações religiosas. Pode-se assim deduzir que o tombamento da igreja São Joaquim ocorreu em um período de afirmação da Fundação Catarinense de Cultura como órgão responsável pela política cultural do Estado de Santa Catarina.

Os encontros com os governadores realizados em Brasília (1970) e Salvador (1971) realizado pelo Governo Federal, sob a coordenação do IPHAN, contribuíram para fortalecer a ideia de criação de órgãos estaduais e municipais na área da cultura. Foi, em grande parte, uma resposta às demandas crescentes de preservações, se alinhando ao processo coordenado de valorização do patrimônio cultural. A repercussão das ações e liderança de Dalmo Vieira na iniciação do executivo do IPHAN em Santa Catarina, em 1980, e sua atuação à frente da Diretoria de Patrimônio Cultural podem ser consideradas aspectos relevantes. Soma-se a isso,

a equipe de servidores especializados e a estruturação da Fundação Catarinense de Cultura como fatores para efetivação do tombamento da igreja São Joaquim (ALTHOFF, 2008).

Nota-se que não houve envolvimento da população de Garopaba, como também da prefeitura municipal de Garopaba, no processo de tombamento da igreja São Joaquim. Os contatos informais realizados com pessoas que atuaram na igreja e na prefeitura, no período entre 1994 e 1998 e atualmente, indicam que a decisão pelo tombamento foi comunicada por oficio à Mitra Metropolitana de Florianópolis para dar ciência da notificação de tombamento, datado de 10 de outubro de 1997, e, de outro ofício enviado ao prefeito de Garopaba, datado de 2001. Entende-se que o tombamento da igreja São Joaquim tenha sido definido a partir de elementos históricos relacionados à ocupação do litoral catarinense, - sendo a arquitetura religiosa importante referência e expressão da presença portuguesa no sul do Brasil, iniciado no século XVII. Por outro lado, ao fazer parte de um projeto maior da Coroa Portuguesa de ocupação e posse do território do Brasil Meridional, que tinha as armações baleeiras como elemento fundamental, entende-se que o tombamento da igreja São Joaquim foi e continua sendo um tombamento que se considera como parcial de um Patrimônio Histórico.

Nesse sentido, se considera parcial porque não levou em conta a existência da armação baleeira como uma instituição que se compreende como fator importante para viabilizar e fundar o assentamento português. Foi parcial por não levar em conta o conjunto de atividades relacionadas à vida religiosa, à vida econômica, à vida político-administrativa, à vida social e cultural que marcam este espaço. Ainda mais, por não considerar a opinião da população residente e dos turistas que frequentam Garopaba. Não se levou em consideração o apreço e o vínculo afetivo que liga os moradores ao lugar, como chama a atenção Pacheco (2010). Por fim, entende-se que o processo de tombamento continua sendo parcial, porque a Fundação Catarinense de Cultura, a Prefeitura Municipal de Garopaba outras instituições e, em especial, a população residente podem reavaliar este processo de forma a reconhecer o significado do espaço na sua integridade. Além de definir medidas que ampliem a proteção do patrimônio desta área.

Releva notar que o tombamento da igreja São Joaquim, por ter se constituído em uma ação a partir do Governo do Estado, teve pouca repercussão junto à imprensa escrita. Encontrou-se apenas uma nota publicada no jornal O Estado, na edição de 13 e 14 de junho de 1998, antes da publicação do decreto de homologação do tombamento. A nota informa a respeito das medidas tomadas. Não se encontrou menção ao tombamento nos demais jornais

da região, pesquisados na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catariana. Buscou-se informação junto à Paróquia de Garopaba e à Arquidiocese de Florianópolis. A resposta que se obteve é que não existem documentos arquivados sobre a questão, o que em si não diminui o valor do tombamento. Consta do processo de tombamento um Ofício de 30/11/2004 do Pároco de Garopaba, Pe. Pedro, solicitando providências junto a Fundação Catarinense de Cultura para a restauração da igreja. Além de um ofício subscrito por Fernando Bittencourt, justificando uma intervenção na edificação para a sua manutenção, em atenção ao pedido de explicações requeridas pela Fundação. Assim se pode deduzir que o tombamento da igreja São Joaquim teve pouca divulgação junto aos diversos segmentos da sociedade de Garopaba. Do período que estende da data da homologação do tombamento até os dias atuais, o que se constatou foi a ausência de ações ou projetos que objetivem tratar da prevenção, conservação ou mesmo educação da população para um maior conhecimento e envolvimento na preservação do bem tombado e seu entorno.

Demais, considera-se que o tombamento da igreja São Joaquim por não ter levado em conta a sua conexão com a História local, em que a mesma está inserida poderia ser complementado. Entende-se que este tombamento se expressa também na decisão monocrática da Fundação Catarinense de Cultura, sem o envolvimento da Igreja local, do Poder Público Municipal e especialmente da população local, os quais não foram envolvidos no processo decisório e mobilizados para a manutenção da edificação da Igreja. Entende-se que a preservação de um bem se fundamenta nos valores que esse mesmo bem representa. Neste sentido, a preservação da igreja São Joaquim como um bem cultural de abrangência estadual, encontra fundamentos que se estendem além do valor arquitetônico manifesto na justificativa do processo. Mesmo que imbricado com a ocupação e posse do território, bem como da formação espiritual da população, os diversos papéis desempenhados, seja pela própria edificação que sediou a capela e depois igreja Matriz de Garopaba, seja como instituição que exercia destacada liderança na vida da população, constituem elementos que deveriam figurar no processo de tombamento como elemento da justificativa do mesmo e elemento para a sua ampliação.

Deve-se levar em conta a presença ativa da Igreja na instalação e funcionamento da armação de Garopaba, na instalação e no funcionamento da Freguesia São Joaquim de Garopaba. A Igreja foi um dos componentes relevantes na formação de valores espirituais, de convívio social, de espaço importante na constituição dos laços familiares e sociais. A sua atuação ocorria através dos rituais de batismo, crisma, casamentos e óbitos e espaços de

convívio e sociabilidade em diferentes momentos. A igreja São Joaquim por sua presença primordial e contínua na História local reforça a necessidade de novas abordagens sobre os objetos já considerados como Patrimônio, sem uma devida contextualização com o seu entorno.

A Igreja - como componente importante do cotidiano da armação baleeira, como elemento principal do funcionamento da Freguesia, como matriz da Paróquia São Joaquim da Garopaba e como instituição presente e atuante na vida espiritual e material da população - integra de forma significativa o conjunto do patrimônio cultural existente no centro histórico, seja como expressão material seja como manifestação imaterial. É preciso não esquecer que além de não levar em conta a construção da igreja como parte do complexo da armação como condição de relevo para o seu tombamento, desconsiderou o que se reputa de mais significativo que é o conjunto de bens que integram a área do centro histórico de Garopaba.

Chama-se a atenção para os vestígios da armação baleeira ainda presentes, que se transformaram em sítio arqueológico, o conjunto de edificações que representam um conjunto arquitetônico de valor histórico, com especial destaque para o sobrado ou casa grande onde funcionou a sua administração, sediou importantes instituições e atividades como clube social, escola, delegacia, cadeia, coletoria, cartório, residência do Padre, sede da Prefeitura. É a edificação, depois da igreja São Joaquim, que se considera a mais expressiva da paisagem do centro histórico. O tombamento da casa grande seria uma medida importante para a preservação desse patrimônio. No mais, a Praça 21 de Abril, as vias públicas que permitem a circulação no centro histórico e o cemitério constituem-se em elementos integrantes, que demarcam a área, bem como simbolizam aspectos identificadores do espaço. Ou melhor, constituem peças importantes que oferecem suporte para se olhar o caso da armação com uma forma de pensar o Patrimônio Urbano de uma forma mais inclusiva e total.

É importante reconhecer que além da igreja, os demais elementos que compõem a paisagem, constituem um conjunto. Assim, devem ser levados em conta como um todo quando se pensa em políticas patrimoniais. Defende-se assim que importa pensar a paisagem que envolve o centro histórico para uma melhor gestão e identificação da comunidade com esse patrimônio.

2.3 Transformações da Armação Baleeira de Garopaba e seu entorno

Pretende-se descrever um conjunto de dados que indicam ações e transformações que se processaram na área onde funcionou a armação de Garopaba e seu entorno. Por seus significados culturais e históricos, essa área forma uma parte importante da memória e do Patrimônio de Garopaba. As ações e eventos que serão descritos são informações colhidas em instituições como: o Arquivo Público de Santa Catarina, a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, o Memorial da Assembleia Legislativa, o Arquivo Eclesiástico de Santa Catarina, a Paróquia São Joaquim de Garopaba e a Prefeitura de Garopaba, dentre outras instituições. Os dados a respeito destas transformações foram escolhidos de forma a discutir a necessidade de um novo olhar para este conjunto de bens culturais e a sua relação com a comunidade. Procura-se trazer à tona a discussão hoje presente da representatividade social de um Patrimônio frente o não reconhecimento oficial do poder público. Os valores mencionados se fazem presente na paisagem do lugar onde se encontra a igreja São Joaquim e nos espaços onde funcionou a armação baleeira de Garopaba. Nesse caso, podem ser agrupados em valores históricos, sociais, econômicos e culturais. A área em apreço constitui uma paisagem considerada por muitos como de uma beleza única, e que se reveste de sentido e valor para cada habitante que ali transita ou habita.

O declínio da pesca da baleia no litoral de Santa Catarina, em especial, em Garopaba, provocou a desativação da armação baleeira, gerando transformações e reutilização da área. As mudanças nesses espaços urbanos provocaram alterações físicas e destruição nas edificações destinadas ao processamento e depósito do óleo das barbatanas, das senzalas destinadas aos escravos e de outras edificações e equipamentos existentes nas proximidades da praia. A destruição da armação decorreu de agentes naturais como a chuva, o vento, o mar e pela ação humana - que agiu para reaproveitar o espaço para atividades como a pesca. Recorre-se à dissertação de Fabiana Comerlato para fundamentar a transformação da armação de Garopaba em sítio arqueológico. A autora afirma que "as armações são sítios arqueológicos, com estruturas remanescentes de alta visibilidade que podem ser conservadas enquanto ruínas e seus extratos arqueológicos soterrados podem ser mantidos na superfície" (COMERLATO, 1998, p.37).

Os tanques destinados para armazenar o óleo foram soterrados e pelo que se indica estão embaixo da Praça 21 de Abril. Os restos de ossos das baleias também foram sendo soterradas na praia pela ação marítima e ressurgem quando da ocorrência de marés fortes que revolvem a praia. Constatam-se também alguns vestígios de muros em alguns locais da área mencionada que se procura ilustrar através da figura 17.

FIGURA 17 - VESTÍGIOS DO MURO NO TERRENO AO SUL DA IGREJA SÃO JOAQUIM, GAROPABA-SC.

Foto da década de 1990 Foto de 2015

Fonte: Fabiana Comerlato Registro do autor

A figura 18 permite visualizar o local onde funcionaram a Casa de Tanques, a Casa de Frigir e a sua proximidade da casa grande de onde se observava todo o processo de pesca da baleia em terra e na beira do mar. A Armação de Garopaba, como as demais, passaram de "espaço vivido para inativos na sua finalidade", daí o seu abandono foi transformando-se em arquivo do solo. Considera ainda que a "estrutura remanescente das armações é um documento arqueológico na superfície, testemunho de uma época e de um tipo de espaço construído no Brasil Colônia" (COMERLATO, 1998, p.139). Comerlato destaca ainda a importância de se trabalhar com sítios arqueológicos como elementos que possam contribuir na gestão da preservação do patrimônio, além da sua contribuição científica. A autora apresenta na publicação referenciada um conjunto de medidas, que se pode adotar para a preservação e gestão dos sítios arqueológicos, incluindo o da armação de Garopaba.

FIGURA 18 - LOCAL ONDE FUNCIONARAM A CASA DOS TANQUES E A CASA DE FRIGIR - ARMAÇÃO BALEEIRA DE GAROPABA. 20/09/2015.

Fonte: Registro do autor.

As propostas que Comerlato apresenta devem merecer atenção, pois ressaltam a necessidade de impedir a degradação material do patrimônio arqueológico, a promoção da sua valorização dotando os seus bens de novos usos e significados; a divulgação de informações sobre os mesmos. Ademais, articula a gestão deste patrimônio ao desenvolvimento do turismo cultural como "vetor de conhecimento e espaço para socialização de memórias da comunidade sobre as baleias e suas relações com a população da área no passado e no presente" (COMERLATO, 1998, p.37). Portanto, estas e outras medidas podem ser adotadas para que o sítio arqueológico que se constituiu a partir da desativação da armação possam valorizar a área e contribuir em sua transformação na direção indicada. Outra publicação de Comerlato, "Arqueologia e Patrimônio nas Armações Baleeiras Catarinenses" [17], na qual apresenta as armações baleeiras como testemunhos arqueológicos históricos do litoral de Santa Catarina, reitera a necessidade da preservação das armações, enquanto "territórios culturais múltiplos". Indica, ainda, as consequências, caso medidas não sejam adotadas, entre as quais "o esquecimento e soterramento das estruturas com novas construções e novos aparatos públicos" (COMERLATO, 2011, p. 111).

[17] Publicado na REVISTA TEXTOS ACADÊMICOS. DOSSIÊ. – ARQUEOLOGIA HISTÓRICA, Nº 10, 2012. CRICIÚMA/SC

A autora ainda pondera sobre as possibilidades de se produzir conhecimentos sobre o passado a partir dos sítios arqueológicos podendo os mesmos contribuírem como elementos da identidade cultural. Portanto, a transformação da armação baleeira de Garopaba em sítio arqueológico representa a transformação em bem cultural, em vista do que estabelece a Lei 3.924, de 1961 – que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos (BRASIL, LEI 3924, 1961). Desta forma o sítio arqueológico[18] existente na área onde funcionou a armação está a merecer ação da sociedade e do governo para a sua adequada preservação. A preservação se faria através de instrumentos de proteção e participação engajada da população residente, pois o sítio se constitui em um elemento que pode agregar valor ao espaço urbano, integrando o conjunto de bens culturais designado pela população como centro histórico[19]. O centro histórico é retratado de forma parcial na figura 19. que é uma fotografia da década de 1960 que mostra parte da igreja São Joaquim no canto esquerdo inferior, a Praça 21 de Abril, a praia onde se devolviam atividades importantes para a população com destaque para a pesca e a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, que ocorre na data deste registro fotográfico e de várias edificações que caracterizam o referido espaço.

[18] Todo o espaço em que se encontram estruturas remanescentes está registrado como sítio arqueológico no CNSA/IPHAN como (SC01161) Sítio Armação de Garopaba. Protegido pela lei 3924/61.

[19] A expressão centro histórico é nome utilizado designar o lugar onde funcionou a Armação Baleeira. É explicado por Larissa Pacheco em sua dissertação. Afirma que a designação centro histórico, mesmo não oficializado, é atribuída pela população local para identificação. Larissa Pacheco (2010, p. 13) cita na dissertação que o "bairro" do centro histórico de Garopaba é a "Região onde está situado o bem tombado e os imóveis compreendidos nos 100 (cem) não é oficializada como centro histórico, mas é assim entendida pela população local e usuários do lugar". Considera-se que a área é mais abrangente conforme mapa publicado nesta dissertação.

FIGURA 19 - CENTRO HISTÓRICO EM DIA DE FESTA DE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES EM SUA PROCISSÃO MARÍTIMA. GAROPABA – SC. DATA DESCONHECIDA.

Fonte: Arquivo de Manfredo Hubner http://www.vipgaropaba.com.br/wp-content/uploads/2015/01/garopa3.jpg acesso em 10/12/2012

As transformações pela qual passaram a área onde funcionou a armação de Garopaba e o seu entorno, além da sua conversão, em parte em sítio arqueológico, foram inúmeras e variadas. O encerramento das atividades da pesca da baleia provocou o desuso de parte de suas instalações, ocasionando a sua destruição e a substituição por outras construções. Enquanto outras áreas e edificações continuaram a ter usos diversificados, evidenciando a sua reutilização. Destaca-se a destinação da então casa grande e da capela para a instalação da Freguesia São Joaquim de Garopaba, que também incluiu o espaço plano que separava a capela do mar e que veio a se transformar na Praça 21 de Abril. Constatam-se, nos dias atuais, que restaram como edificações da armação de Garopaba: a casa grande, ou sobrado como passou a ser denominada a edificação onde funcionou a administração da armação, já descrita, a capela que passou a integrar as instalações da igreja São Joaquim e ainda a área denominada quadrado que passou a fazer parte da Freguesia, atualmente denominada Praça 21 de abril. Também permanece a existência de vestígios em vários locais da área e na praia onde funcionou a casa de tanque e o engenho de frigir.

Em verdade, a dificuldade da proteção desses bem culturais relaciona-se em parte a falta de informações sobre os diversos proprietários da armação. As informações disponíveis a respeito são escassas e imprecisas.[20] Encontrou-se informação que a empresa Siqueira e Lima devolveu ao Governo todas as armações com seus bens e escravos as quais passaram à administração da Intendência da Marinha a partir de 1826 (ALVIM, 1914).

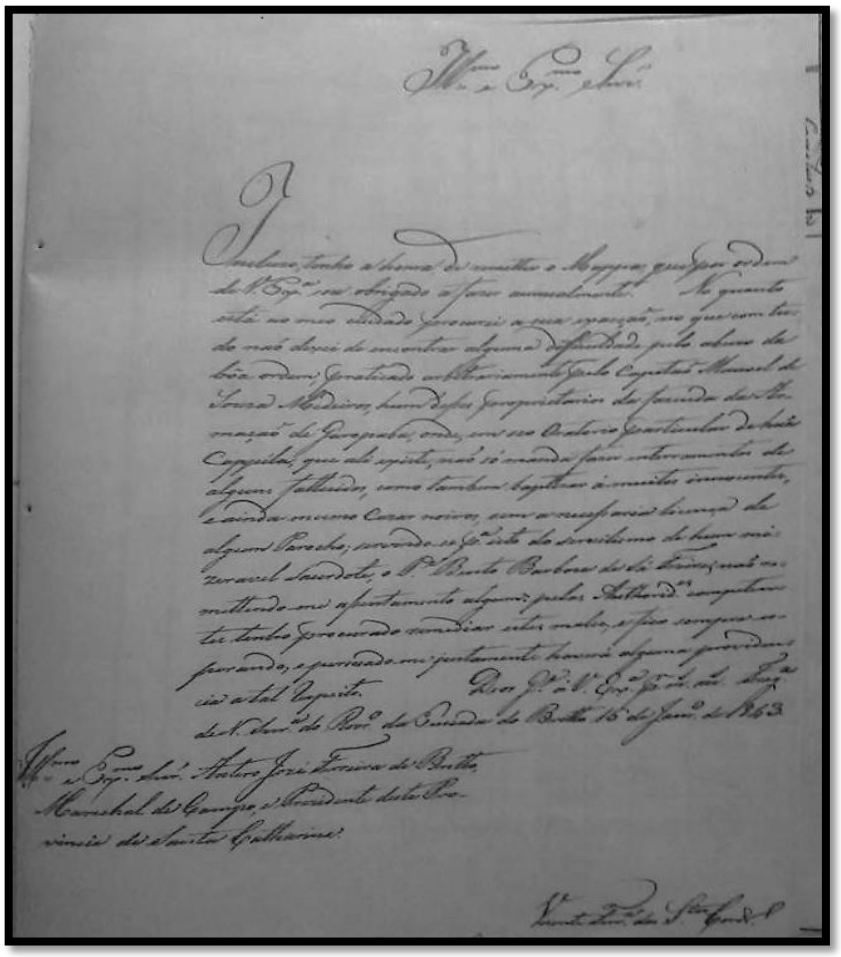
Na memória escrita por Melo e Alvin com a finalidade de dar um quadro da situação das mesmas (das finanças, do patrimônio existente e da situação dos escravos), já se identifica propostas para o seu aproveitamento. O autor propõe que as armações existentes, Piedade e Lagoinha, fossem aproveitadas pelo Governo para continuar a pesca da baleia. Partes das instalações da armação da Piedade serviriam para uso da Marinha e as terras da armação da Lagoinha poderiam ser aproveitadas para a fabricação da farinha de mandioca. Alvim sugere que as armações de Garopaba e Itapocoróia fossem transformadas em Freguesias. Dos seus bens, poderiam ser recolhidos os escravos, embarcações e os demais recursos, pois as edificações e terrenos poderiam ainda gerar algum rendimento para o governo. No texto de Almeida e Sá (1900) se encontram alguns dados como os valores de cada armação indicados por um inventário realizado em 1826, no qual o valor da armação de Garopaba era de 31.765$505. O texto indica que as armações eram administradas por Antônio Mendes de Carvalho, mas que a partir de 30/12/1828, por arrendamento ficou como depositário da armação de Garopaba e suplemento de Imbituba o capitão João Xavier de Souza. O autor ainda afirma que em 1841, o capitão Manoel Francisco de Souza Medeiros deixava de pagar uma letra da arrematação realizada em 1837. Informações estas reiteradas por Myriam Ellis (1958).

Outra fonte que trata deste tema afirma que a armação da Garopaba foi arrendada, em 1829, por Antônio Mendes de Carvalho e comprada por Antônio Claudino e Manoel Francisco de Souza Medeiros por 30 contos, em 1837 (BESEN, 1980, p. 17). Considera-se como uma informação relevante e que de certa forma confirma a compra acima citada, a que consta do ofício enviado ao Governador da Província pelo padre Vicente Cordeiro, vigário da Paróquia da Enseada de Brito, que abrangia Garopaba, no qual o Pároco reclama que o capitão Manoel Francisco de Souza Medeiros realizava atos religiosos sem a devida autorização do vigário na Capela da antiga armação. Pode-se deduzir desta informação que

[20] Não se localizou a documentação que comprove de forma adequada a destinação dos bens, em especial da Casa Grande, da Capela e dos terrenos que constituíram a Armação Baleeira de Garopaba.

Manoel Francisco de Souza Medeiros foi um dos compradores, mesmo que não se tenha conseguido comprovação documental. O oficio acima citado é reproduzido em parte na figura 20.

FIGURA 20 - OFICIO DO PE. CORDEIRO AO GOVERNADOR DA PROVÍNCIA, EM 1843.



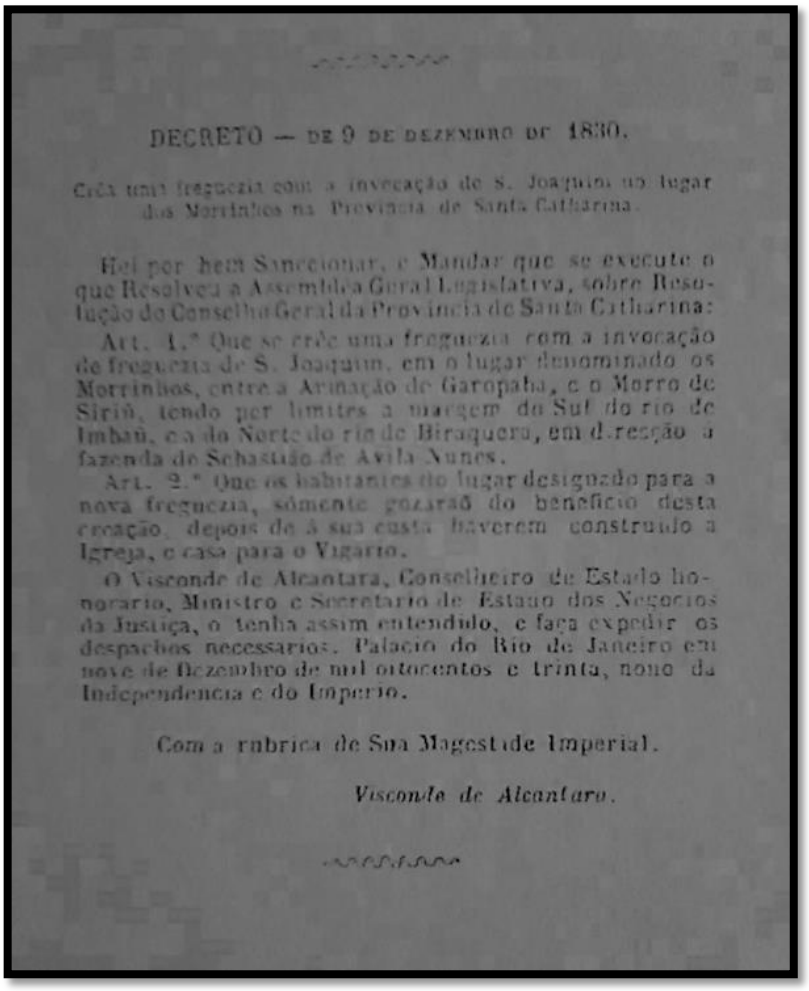
Fonte: Arquivo Público de Santa Catarina

Destaca-se aqui um trecho do oficio que menciona o capitão Manoel de Souza Medeiros como um dos proprietários da armação.

> Ilmo. e Exmo. Sr. :
>
> Incluso tenho a honra de remeter um mapa, que por ordem de V. Excia. sou obrigado a fazer anualmente. No quanto está no meu cuidado, procurei a sua equação, e no que, contudo não deixei de encontrar alguma dificuldade, pelo abuso da boa ordem, praticado arbitrariamente pelo Capitão Manoel de Souza Medeiros, um destes proprietários da Fazenda da Armação de Garopaba, onde, em seu oratório particular de uma Capela, que ali existe, não só manda fazer enterramentos de alguns falecidos, como também batizar a muitos inocentes, e ainda mesmo casar noivos, sem a necessária licença de algum Páraco (BESEN, 1980, p. 31- 32).

As informações acima expostas podem sinalizar para pesquisas que esclareçam como se processou a mudança das mãos de um ou mais proprietários da armação. Ainda a respeito da proposta de Melo e Alvim de transformação das armações de Itapocoróia e a de Garopaba em Freguesia, o que se sabe é que em 1830 ocorre a criação da Freguesia[21] de São Joaquim de Garopaba. O ato que criou a Freguesia São Joaquim de Garopaba é o Decreto de 09 de dezembro de 1830, publicada no Diário da Assembleia Geral[22], reproduzida na figura 21.

FIGURA 21 - DECRETO DE 09 DE DEZEMBRO DE 1830.



DECRETO — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1830.

Crêa uma freguezia com a invocação de S. Joaquim no lugar dos Morrinhos na Provincia de Santa Catharina.

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute o que Resolveu a Assembléa Geral Legislativa, sobre Resolução do Conselho Geral da Provincia de Santa Catharina:

Art. 1.º Que se crêe uma freguezia com a invocação de freguezia de S. Joaquim, em o lugar denominado os Morrinhos, entre a Armação de Garopaba, e o Morro de Sirihú, tendo por limites a margem do Sul do rio de Imbaú, e a do Norte do rio de Biraquera, em direcção a fazenda de Sebastião de Avila Nunes.

Art. 2.º Que os habitantes do lugar designado para a nova freguezia, sómente gozarão do beneficio desta creação, depois de á sua custa haverem construido a Igreja, e casa para o Vigario.

O Visconde de Alcantara, Conselheiro de Estado honorario, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Dezembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade Imperial.

Visconde de Alcantara.

Fonte: Diário Assembleia Geral in: www2.**camara**.leg.br/ acesso em 26/10/2015.

Sua leitura indica que a criação da Freguesia atendia a proposta do Conselho Geral da Província de Santa Catarina[23], que aprovou uma petição dos moradores do arraial de Garopaba, enviado em 1829. Destaca-se que a elevação de Garopaba à condição de Freguesia

[21]Segundo Jali Meirinho (1966, p. 253) a denominação Freguesia "era um misto de organização religiosa e politica. Correspondia, na estrutura municipal, o que hoje se denomina distrito".
[22] Órgão Legislativo criado no Império do Brasil com funções assemelhadas da atual Câmara de Deputados.
[23]Arquivo Público de Santa Catarina. Livro Propostas do Conselho Geral da Província 1829-1832.

também foi uma proposta apresentada por Melo e Alvim (1914) ao analisar a situação das armações baleeiras de Santa Catarina. Conforme o Decreto de 09 de dezembro de 1830, a instalação da Freguesia estava condicionada à existência de uma Igreja Matriz e Casa para o Padre, à custa da população. A instalação da Freguesia só ocorre a partir de 1846, com sanção da Lei 231 de 03 de maio de 1846 (anexo IV), aprovada pela Assembleia Legislativa Provincial.

A referida lei autorizou a contratação de uma empresa para a instalação da Freguesia. Para a sua instalação foi efetivado um contrato com Manuel Marques Guimarães Filho, (BESEN, 1980, p. 31-37). Ante o fato de não se ter encontrado a documentação pertinente a este contrato é de se concluir que as medidas acertadas no contrato para a instalação da Freguesia foram pelo menos em parte executadas. A afirmação que se faz tem como base a nomeação em 1848 do Pároco da Igreja São Joaquim de Garopaba, o Padre Vicente Cordeiro, designado vigário - que acumulou a direção da Paróquia São Joaquim com a Paróquia da Enseada de Brito[24]. A Freguesia tinha no vigário a sua expressão maior. Os vigários se constituíram em lideranças influentes para a organização das atividades da Freguesia e em consequência também para a organização da população. Os padres eram os responsáveis pelos registros de batizados, de casamentos e de óbitos, além de presidir aos atos relacionados à vida religiosa e civil da população. Representavam a população junto às autoridades, respondiam por informações acerca das necessidades, a produção. Enfim, constituíam a maior autoridade da Freguesia, cujos registros das correspondências trocadas com o governador e outros setores do governo evidenciam a sua importância.

Das correspondências estabelecidas entre o governo da Capitania e os vigários e vice-versa, no período entre 1750 a 1889, destaca-se como principais temas tratados os mapas de registro de batismo, casamento e óbito, tratativas acerca de obras na igreja, nomeação de autoridades em geral, cuidados com o cemitério, situação das estradas e medidas para superar os problemas, providencias para a realização do recenciamento da população entre outros. Percebe-se, assim, que os vigários se constituíam em uma liderança importante e cumpriam atribuições religiosas e civis de ampla repercussão junto à população. O livro de registro dos vigários, referentes à Garopaba, datado de 1856, contém as declarações de propriedade de terra para obtenção do título de propriedade referente ao território pertencente à Freguesia de São Joaquim da Garopaba, são todas subscritas pelo Padre Vicente Cordeiro, então vigário da

[24]Arquivo Público de Santa Catarina. Livro de Correspondências do Presidente da Província de Santa Catarina para Arcipreste e Vigários 1848.

Enseada de Brito, é uma expressão da importância do papel do vigário. No caso da Freguesia São Joaquim da Garopaba, os vigários foram vários, entre os quais se destaca o padre Rafael Faraco, que atuou em Garopaba de 1862 a 1915, deixando marcas ainda lembradas por muitos moradores, que se constituem em uma importante liderança de Garopaba[25].

A área de abrangência da Freguesia de São Joaquim de Garopaba, definida pela lei 231/46 teve seus limites várias vezes alterados, incluindo a criação da Freguesia de Garopaba em 1877, - que não se efetivou. Tinha como limites ao norte o Rio Embau, ao sul a Lagoa da Ibiraquera, a oeste o Rio Duna e a leste o Oceano Atlântico. Destaca-se neste período, que se estende até 1890, quando Garopaba é elevada à condição de vila, que a pesca e a agricultura, em especial, a produção da farinha de mandioca e o pescado eram as principais atividades econômicas. Ressalta-se também a criação de uma escola, em 1848, conforme consta do Livro de Registros Gerais do Governo da Capitania[26], no qual consta, a nomeação do capitão Manoel Francisco de Souza Medeiros como professor de primeiras aulas.

Os relatórios e falas dos governadores deste período dão conta que as atividades desenvolvidas pelo governo eram destinadas basicamente para a abertura e manutenção de estradas, construção e reconstrução de pontes - com destaque para alguns locais, como era o caso da estrada do Siriú, Rio Linhares e a Estiva em que as dificuldades de transitar, ocasionadas pelas chuvas, tornavam o acesso muito difícil, para não dizer inviável. As tentativas em torno das reformas e ampliação da Matriz e da residência do vigário constituem talvez o principal tema que motivou o envio de correspondências entre os vigários e o Governador da Província, seja pela premência de dotar a igreja de condições de uso, seja pela importância do papel desempenhado pela Igreja, na época. Data desde período e que ainda se mantém em pleno uso, o cemitério construído pelo que se sabe em 1852. A Praça 21 de Abril já era utilizada durante a instalação da armação de Garopaba e foi melhorada quando da instalação da Freguesia em 1846. A capela São Joaquim se transformou em sede da Paróquia e Matriz São Joaquim e a casa grande foi utilizada como residência para os Padres, e tantos outros usos indicados neste trabalho.

[25] O Padre Faraco teve atuação religiosa e política destacada em Garopaba. Atuou como padre de 1862 a 1917, quando faleceu. Foi deputado estadual por três legislaturas tendo atuado como representante da Paróquia de Garopaba junto ao governo estadual e autoridades eclesiásticas defendendo melhorias para a população, em especial as estradas e as reformas infindáveis que eram necessárias para manter a Igreja em condições de uso. O padre Besen escreveu uma biografia do Padre Faraco e outra do Padre Rossi que também teve uma longa e significativa atuação em Garopaba.

[26] Arquivo Público de Santa Catarina: Livro de Registros Gerais do Governo da Capitania de Santa Catarina – 1748-1804.

Esses usos sofreram alterações em razão do crescimento da cidade decorrente principalmente das atividades em torno do turismo que suscitou a ampliação de estabelecimentos relacionados aos serviços de alimentação, hospedagem, entretenimento, entre outras. Essa nova realidade provocou a criação de outros espaços e instituições em outros locais da cidade, embora não tenham interferido na manutenção das atividades da pesca. Essa atividade se mantém ativa no local e se preservou em condições de se perceber e se vivenciar uma paisagem que guarda relação com o passado de Garopaba. Assim, como é parte do seu Patrimônio Cultural.

Na área onde funcionou a armação ou centro histórico, dentre outras funções que cumpriu, destaca-se a de ter se constituído local onde ocorreram os processos de decisão desde que sediou a sua administração a partir de 1793 – 1795. Essa edificação, que ainda se mantém, centralizou um conjunto relevante de atribuições e papéis, incluindo a de ter sido sede provisória da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 1961. O centro histórico foi palco principal da vida econômica de Garopaba devido em grande parte à atividade pesqueira, chegando a funcionar como porto [27] por um determinado período. A praia e o porto constituíram importantes recursos para as pessoas, pois nestes espaços ocorriam e ainda ocorrem trocas e o comércio de produtos na praia. O local foi sede de atividades religiosas, que ocorriam com frequência, e continua sendo de forma restrita em decorrência da mudança da sede da igreja Matriz para outro local na cidade. Destacam-se as festas do Divino, de Nossa Senhora dos Navegantes, de São Joaquim, entre as principais, os casamentos, batizados, cerimônias realizadas à morte, as visitas pastorais dos bispos, entre outros aspectos da religiosidade da população. Essas atividades sociais e religiosas constituem marcas características que se entrelaçam na vida cotidiana dos moradores do centro histórico e de toda Garopaba e que assim realçam o significado do lugar na memória e na história de vida das pessoas que ali continuam a residir, trabalhar ou mesmo passear.

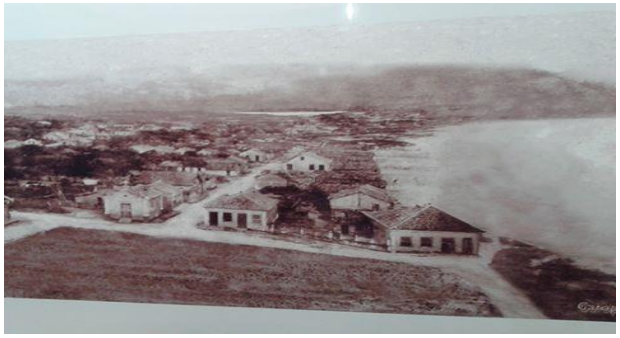
O centro histórico se destaca por ter sido por longos períodos: o centro político-administrativo do hoje município de Garopaba, por ter sediado o funcionamento da armação, por ser o local de atividades religiosas e econômicas, por continuar sediando estabelecimentos de hospedagem, alimentação, ranchos e equipamentos dos pescadores, por ter sido sede e

[27] A menção ao porto de Garopaba é feita em publicações como o Álbum de Santa Catarina, de 1908, p. 5; Lei 382, de 25 de agosto de 1899 autoriza despender 8 contos para a construção de um trapiche no porto de Garopaba e a Lei 861, de 26 de outubro de 1910 que autoriza construir um trapiche em Garopaba, que pelo visto não foi construído.

palco de vários serviços públicos[28] e de estabelecimentos comerciais e industriais[29]. Essa movimentação comercial, administrativa e cultural indica a importância desse espaço que reuniu um conjunto de edificações que demarcam períodos do processo de formação e consolidação do que hoje é Garopaba. Assim, a antiga área apresenta um conjunto de bens que retratam e simbolizam memórias que se relacionam com aspectos da identidade de Garopaba. As ruas atualmente existentes no "centro histórico" datam do período da armação e da Freguesia. Assim sendo, pode-se considerar que o período entre 1830 e 1890[30] foi um período de consolidação de Garopaba, deixando marcas que permanecem no tempo e podem ser caracterizadas, dentre outras formas, pelos bens culturais acima mencionados.

Apresenta-se a seguir algumas fotografias que exemplificam alguns dos aspectos que se procurou evidenciar nas transformações ocorridas na área onde funcionou a armação baleeira. A figura 22 mostra uma imagem parcial da atual Praça 21 de abril, na época apenas um quadrado. As edificações localizadas nas proximidades da praça são características da paisagem local que se mantém, embora tenham sofrido algumas modificações. Os traçados das vias públicas são os mesmos na atualidade. A fotografia, segundo a fonte é data de 1924 e revela um agrupamento de casas já expressivo.

FIGURA 22 - FOTO DA ÁREA DO CENTRO HISTÓRICO DE GAROPABA – SC.1924.



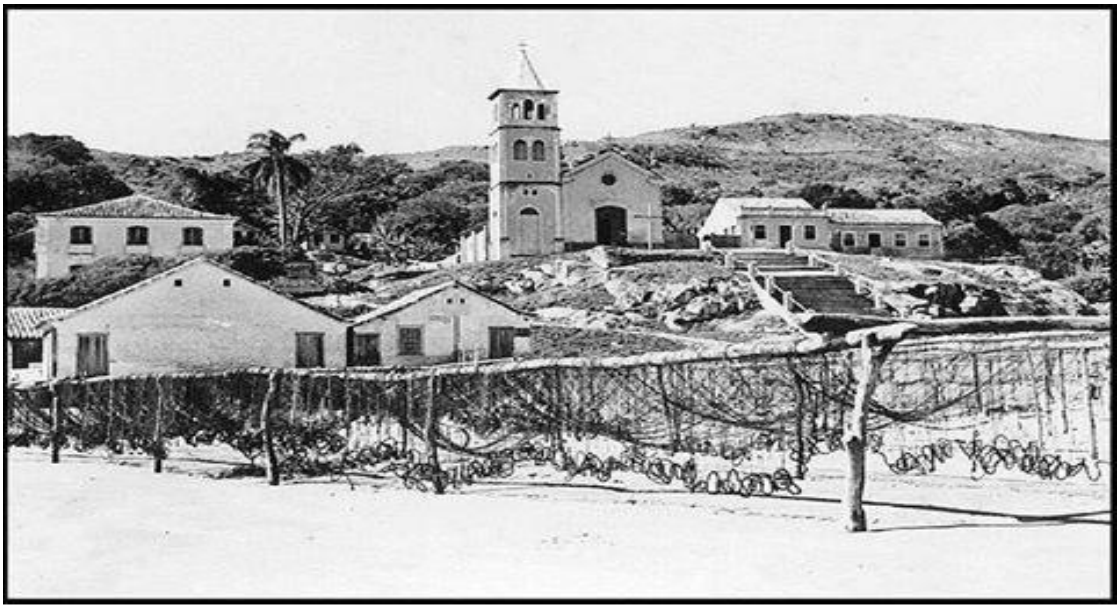
Fonte: Autor desconhecido Disponível em http://www.garopabamidia.com.br/noticias/titulo/7339/1890-a-1923-um-perashyodo-da-histasup3ria-de-garopaba-a-ser-mais-valorizadocidade/album/3/ecologia Acesso em 2/12/2015.

A figura 23, datada, segundo a fonte, da década de 1950, retrata uma paisagem a partir de quem se coloca na praia. Constata-se a presença das redes dispostas nas estruturas

[28] Como correio, telégrafo, coletoria, delegacia, escola, cartório, distrito de paz, trapiche, cemitério.
[29] Como lojas, padaria, serraria, açougue, mercado, fábrica de gelo, além de cinema e o clube social.
[30] Período em que existiu a Freguesia.

para manutenção e se destaca a igreja que já conta com a torre e a escadaria, inauguradas em 1937 e a casa grande. Ainda mostra algumas edificações à beira da praia que também sofreram modificações. No mais, realça a pesca como uma das principais atividades de Garopaba, responsável em grande parte pela renda da população.

FIGURA 23 - ÁREA ONDE FUNCIONOU A ARMAÇÃO BALEEIRA COM DESTAQUE PARA A CASA GRANDE, IGREJA E CONSERTO DAS REDES – DÉCADA DE 1950.



Fonte: Arquivo Manfredo Hubner. Disponível em http://www.vipgaropaba.com.br/wp-content/uploads/2015/01/garopa1.jpg, acesso em 02/12/2014.

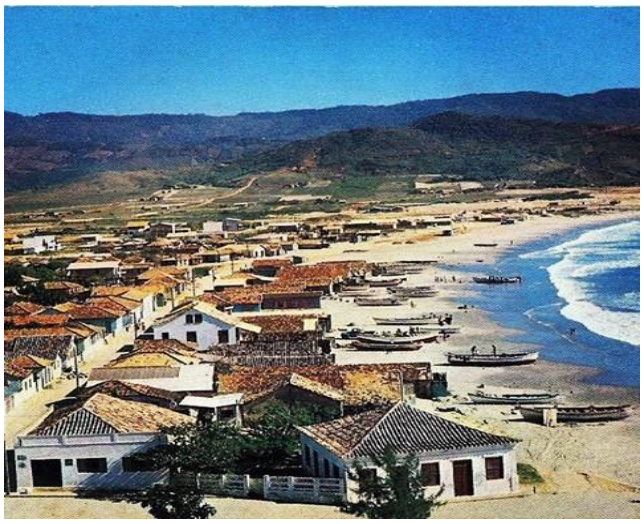
A figura 24 retrata outro traço típico da área do centro histórico, local de atividades religiosas. Data de 1970, segundo a fonte, a imagem retrata a população na Praça 21 de Abril em dia de festa religiosa. A figura traz alguns traços característicos da religiosidade da população, presentes desde a sua formação e que vai aos poucos desaparecendo. Focaliza principalmente a Praça 21 de Abril e as edificações localizadas em suas proximidades. Destaca a capela Bom Jesus, construída em 1876, segundo registro do padre Besen (1980). A Praça 21 de Abril se constitui em um dos principais espaços da área por sua representatividade na vida das populações que ali viveram e vivem. Local de encontros sociais, de negócios, de comércio, de práticas sociais, religiosas, culturais, enfim espaço da convivência, das trocas e também de fruição da paisagem. Espaço público que possibilitou e possibilita no presente o desenvolvimento do turismo e atividades dos pescadores como características que se destacam entre outras.

FIGURA 24 - POPULAÇÃO NA PRAÇA 21 DE ABRIL – GAROPABA - SC - FESTA RELIGIOSA. DÉCADA DE 1970.

Fonte: Arquivo Manfredo Hubner. Disponível em https://lh3.googleusercontent.com/f8lZLL7V4brQpzq0ReMzsi4TO38R70QhBrs_Gq5W-D9E1LnXwdKZxhxOEWirpLk0N3bL=s114, acesso 10/12/2012.

A figura 25, datada de 1960, segundo a fonte, retrata uma parte da área residencial do local e parte da praia com embarcações. A imagem mostra a expansão da ocupação residencial e comercial da beira mar como um dos indicativos do que viria a ser o local como um dos principais pontos turísticos de Garopaba. A expansão se consolidou e se ampliou deixando em segundo plano o espaço do local que se denomina centro histórico. Segundo a descrição de Saint-Hillaire (1936) a área da encosta onde se percebe uma via pública teria sido o local onde funcionou o sitio da Armação Baleeira, área residencial e onde se localiza um hotel, um dos primeiros a se instalar na cidade.

FIGURA 25 - IMAGEM DO CENTRO HISTÓRICO DE GAROPABA – SC, DÉCADA DE 1960.



Fonte: Autoria desconhecida. Disponível em https://br.pinterest.com/pin/498070040009446855/ Acesso em 04/03/2015.

A figura 26, data da década de 1980, coloca em evidencia a casa grande ou sobrado, uma das principais edificações do local, a igreja São Joaquim, em bom estado de conservação e também a rua São Joaquim. A ênfase nas duas edificações visa enfatizar ambientes que se destacaram nos diversos períodos da vida político-administrativo de Garopaba desde sua fundação até início da década de 1960. Pois nessa época, a sede da municipalidade e os principais estabelecimentos públicos foram deslocados para outro local da cidade. A beleza e a riqueza das edificações expressam o valor das mesmas e do local.

FIGURA 26 - CASA GRANDE E IGREJA SÃO JOAQUIM, GAROPABA - SC – DÉCADA DE 1960.

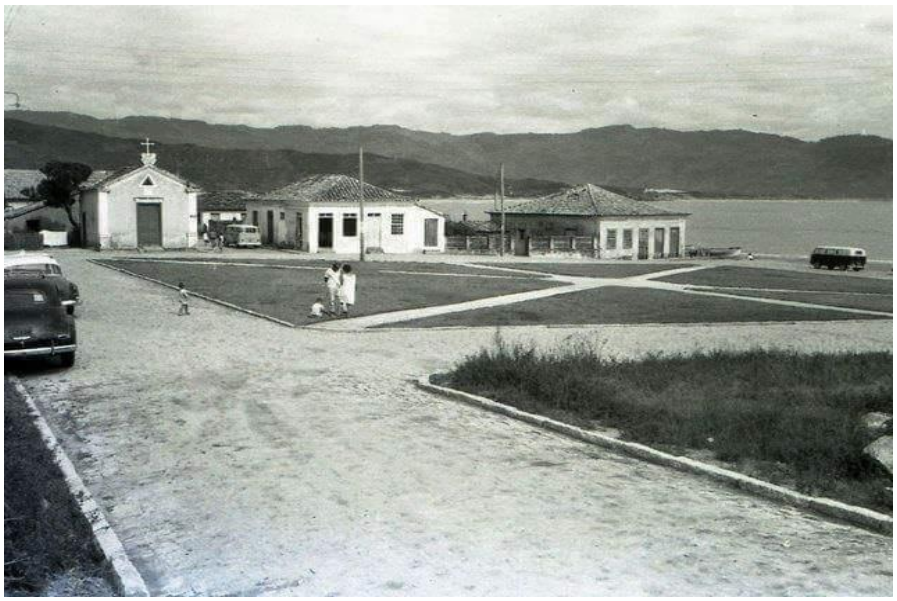
Fonte: Arquivo Manfredo Hubner. Disponível em https://lh3.googleusercontent.com/tyO4ygYtuDTkSz22pLT0fWyymUnBvmlfCyDJ173Mbq8K2S7O2zoGV0qCKBL3IQgU0nB4A=s114, acesso em 2/12/2012.

FIGURA 27 - CASA GRANDE E IGREJA SÃO JOAQUIM, GAROPABA - SC – DÉCADA DE 1980.

Fonte: Autor desconhecido Disponível em https://lh3.googleusercontent.com/QMNJYnMUqf9qgInLEdbzuNznQ3_AjZT3TXtD3g0r3vghLDhc3IX2fz3WzRFTXEsQ6Gq9=s127. Acesso em 05/05/2014.

A figura 28 mostra a Praça 21 de Abril em que se percebe um início de melhorias na praça e três edificações que algumas modificações ainda se fazem presentes na paisagem. As edificações ligadas à vida religiosa, industrial e comercial constituem uma representação de um período recente e que faz parte do passado e a presença ainda tímida de veículos que já circulavam em Garopaba. A fotografia permita a visualização da paisagem de um ângulo de quem olha para o oeste e revela uma perspectiva do lugar.

FIGURA 268 - PRAÇA 21 DE ABRIL - CENTRO HISTÓRICO, GAROPABA - SC. DÉCADA DE 1960.



Fonte: Arquivo Manfredo Hubner https://lh3.googleusercontent.com/f8lZLL7V4brQpzq0ReMzsi4TO38R70QhBrs_Gq5W-D9E1LnXwdKZxhxOEWirpLk0N3bL=s114, acesso em 02/12/2012.

Passamos a seguir a tecer algumas considerações acerca do período em que Garopaba foi elevada à condição de Vila, o que atualmente equivale a município, período que ocorreu entre os anos de 1890 a 1923. A elevação de Garopaba à condição de Vila pode ser considerada como um período marcado por inúmeros avanços. Em especial, pelos serviços públicos, que passaram a existir em Garopaba. O significado de sua elevação à condição de Vila se constituiu em um reconhecimento do potencial e representatividade da Freguesia.

A condição de Vila proporcionou a instalação da Intendência[31] e do Conselho da Intendência, instituições que cumpriram as atribuições do Poder Executivo Municipal e Poder Legislativo Municipal, respectivamente. Essas instituições representaram uma autonomia para a população, pois passaram a governar sobre determinados assuntos, mesmo que de forma limitada. A condição de Vila permitia que os órgãos de governo acima mencionados tomassem decisões sobre questões que afetavam o cotidiano das pessoas, como: elaborar e decidir sobre orçamento municipal, valor de taxas e impostos, estabelecer o código de posturas que definia regras para uso dos recursos naturais, do exercício de atividades profissionais, para construção de casas, de ruas, entre outras regras comuns, - ensejando organização de usos e costumes. Portanto, a condição de Vila representou um novo estágio na vida da população de Garopaba.

Data deste período um conjunto de serviços que foram instalados e estiveram na área do centro histórico. Destaca-se a instalação de instituições neste período, como: a coletoria, o telégrafo, o correio, o cartório, o comissariado de polícia, a ampliação de escolas e de professores. Enfim, a condição de Vila propiciou uma maior estruturação dos serviços públicos. Lembre-se que o conjunto dos serviços que se estabeleceu na área que se denomina centro histórico pode ser tido como fator de relevo atualmente pelo seu valor histórico.

Parte das edificações que permanecem no entorno da atual Praça 21 de Abril e área adjacente simbolizam este período que elevou a situação política de Garopaba. Destaca-se, entre outras edificações, a casa aonde funcionou o correio e o telégrafo[32] e a edificação onde atualmente está estabelecido o Hotel Garopaba - que se constituía em importante centro comercial e de hospedagem de autoridades, como bispos em visitas pastorais. Data deste período a construção da edificação que se localiza nas proximidades da praia e que teria sido sede da Intendência, sede do comércio e residência do senhor Bernardino Guimarães e do

[31] Besen (1980) apresenta a relação dos intendentes e membros do Conselho da Intendência de Garopaba, no período de 1890 – 1923.
[32] Já demolida.

senhor Enéas Guimarães - que desempenharam funções públicas em Garopaba. A edificação que se caracteriza como luso-brasileira compõe a paisagem da área e fornece com outras edificações símbolos que apontam indícios de um período de certo "fausto" da vida econômica de Garopaba. A figura 29 apresenta uma vista da edificação.

FIGURA 29 - FOTOGRAFIA DE EDIFICAÇÃO LUSO-BRASILEIRA DE 2000.

Fonte: autoria desconhecida. Disponível em

http://smimoveisgaropaba.com.br/regiao. php#img/galeria/stones.jpg.Acesso em 05/15/2015.

Os dados indicam que a partir da década de 1930, a dinâmica social estabelecida com a condição de vila se mantém no centro histórico. Pois, na casa grande funcionou a delegacia e a cadeia. A edificação também sediou uma banda musical e o clube social, escola, o cartório, a coletoria e uma padaria, - sendo também a principal edificação área. É neste período que a igreja recebe uma ampla reforma. Durante sete anos, foram construídas as escadarias, a torre e o passal, a residência do Pároco. Essas modificações na arquitetura passaram a compor a paisagem, dotando a igreja de uma nova configuração e destaque. As modificações implementadas na paisagem e no cotidiano das pessoas ampliaram o significado do que representava o centro histórico, que reunia em torno daquele espaço as práticas e processos que sinalizavam o que demais significativo transcorriam na localidade.

Neste espaço ocorriam os principais eventos da vida espiritual, traduzidos pelos cultos semanais, os batismos, os casamentos, os sepultamentos e outras solenidades que abrangiam a quase totalidade da população. Neste mesmo espaço - na praça, na praia e nos ranchos dos pescadores - se fazia presente através das trocas cotidianas da pescaria, dos cuidados com as embarcações e equipamentos e com o comércio do pescado[33], a mobilização de forma geral do conjunto da população. Neste espaço, também estavam localizadas as casas de comércio, que forneciam produtos para uso diário das famílias e demais mercadorias para a sobrevivência e reserva. Portanto, o lugar era o centro do comércio e da vida econômica em geral. Como também sediava os serviços públicos, representados pela intendência, correio, telégrafo, delegacia de polícia, escola e coletoria. Ou seja, considerados no seu conjunto, esse espaço sediava os principais processos da vida cotidiana e, assim, reunia um conjunto de memórias e de histórias que trazem um passado ainda presente.

A partir do início da década de 1950, com a construção do que é hoje a Escola Básica José Rodrigo Lopes, os serviços públicos iniciam um deslocamento para outros espaços da cidade. Essa mudança vai culminar na transferência da matriz para a Praça Ivo Silveira, em cujo local vai se tornar o centro político e religioso do município. O Centro Histórico de Garopaba sediou a armação baleeira, a sede da Freguesia São Joaquim da Garopaba, a Paróquia São Joaquim, a Vila de São Joaquim da Garopaba, a Intendência do município de Palhoça e foi sede do município de Garopaba, quando da sua elevação a município, em 1961. Foi o centro político-administrativo por um período que se estendeu de 1793 a 1962. Ou seja, o centro histórico foi por mais de cento e sessenta e sete anos, a sede onde as principais decisões políticas acerca dos diversos interesses da população foram tomadas e encaminhadas. Constitui desta forma um dos traços marcantes da vida dos garopabenses, que percebem no lugar uma referência relevante das suas memórias e histórias.

O centro histórico continua a desempenhar e centralizar as atividades relacionadas à pesca, mas perde gradativamente a condição de centro político, religioso e econômico de Garopaba. No entanto, a própria atividade pesqueira vai reduzindo a sua importância como fonte de trabalho e de renda. A partir da década de 1970[34], o eixo econômico pende cada vez mais para o turismo, que encontra na "temporada" do verão novos recursos e usos do lugar,

[33] Principal fonte de alimento e de renda da população. Destaca-se a atuação dos "pombeiros", que diariamente saiam por estradas e caminhos para comercializar peixes e outros alimentos junto às localidades mais afastadas de Garopaba.

[34] A partir da década de 1970, o centro passa a ocupar funções relacionadas ao turismo, que passa a se constituir na principal atividade econômica de Garopaba.

como: local para alimentação, para hospedagem, circulação e estada dos turistas. Tendo reduzido sua presença e atuação como centro político e cultural da vida dos garopabenses. Percebe-se, atualmente, que são poucas as iniciativas que demonstrem o reconhecimento do valor do centro histórico como espaço de expressiva representação da memória e da História de Garopaba. A medida mais relevante foi o tombamento da igreja São Joaquim pela Fundação Catarinense de Cultura oficializado pelo Decreto 2996/1998.

O centro histórico como é denominado por seus moradores ainda apresenta estabelecimentos comerciais relacionados às atividades da pesca, mas carece de melhorias em vários aspectos como iluminação, equipamentos de saúde, lazer, para atividades culturais, entre outras. No capítulo que se segue se apresenta um rol de propostas, que adotadas poderiam criar os meios para a realização de projetos que conectados aos planos de cultura e turismo poderiam ampliar as possibilidades de geração de renda e de trabalho. A adoção de medidas por parte do poder público com ampla participação da população local é uma forma de atuação importante para uma melhor gestão do centro histórico. Cabe registrar que entre os autores que desenvolveram estudos sobre Garopaba destaca-se o trabalho de Larissa Magliavacca Pacheco (2010). A autora elaborou, um interessante estudo sobre a população residente e visitante na área do centro histórico, além de apresentar explicações para o termo centro histórico. Aliás, Pacheco defende que centro histórico é uma expressão definida pela própria população, consagrada após o tombamento da Igreja São Joaquim (PACHECO, 2010, p. 13). A autora também considera relevante "a preservação da área como um todo, fazendo menção ao conceito de sitio histórico urbano que consta da Carta de Petrópolis como base para o seu reconhecimento" [35].

Enfim, buscou-se identificar e descrever aspectos que evidenciem parte dos acontecimentos e das transformações na área em que funcionou a armação baleeira. Local de memória da cidade, a área reflete e divulga o reconhecimento da comunidade de um espaço patrimonial como seu, mas considerado ainda parcial pela escolha de um tombamento oficial restrito à Igreja.

[35] No mais, Fernando Bitencourt publicou obras sobre o município, das quais se destaca "De Igara-mpaba a Garopaba: Sete mil anos de História" Publicada em 2003, a obra é uma contribuição para a divulgação de Garopaba. Assim, como a dissertação de Fabiana Comerlato (1998) foi uma referência essencial neste estudo por analisar as armações baleeiras que existiram em Santa Catarina.

3. A REVISÃO DE UM PROJETO FRAGMENTÁRIO: A ARMAÇÃO BALEEIRA DE GAROPABA E O POSSÍVEL RECONHECIMENTO DE UM CENTRO HISTÓRICO.

3.1 Considerações Iniciais

O tombamento da igreja São Joaquim de Garopaba enquanto um ato do Governo do Estado de Santa Catarina é uma medida de proteção de um bem cultural, o qual pode ser analisado de ângulos diversos. A concepção de tombamento utilizada para no caso da igreja guarda relação com a concepção de patrimônio cultural que se expressa fundamentalmente na arquitetura das edificações, enquanto expressões humanas que representam uma época. Nesse caso, o tombamento se coloca como o meio de proteger, de reconhecer e classificar os bens que adquiriram a condição de conter e manifestar valores que guardam relação com a história e memória nacional ou regional, conforme se pode perceber na redação do decreto 25, de 1937, que instituiu a preservação do patrimônio cultural no Brasil (PEREIRA, 2009).

O tombamento da igreja São Joaquim, de acordo com esta visão de patrimônio cultural, cumpre um papel que é avaliado pela Fundação Catarinense de Cultura-FCC como significativo por assegurar a preservação de um bem. No entanto, a dificuldade de se considerar a imaterialidade das estruturas arquitetônicas ou se valer de uma memória histórica para uma construção mais integradora dos bens culturais que compõe um determinado espaço pode levar a sua transformação, mas do que a sua proteção. No que se refere aos centros históricos, o distanciamento da população gera frequentemente uma decadência generalizada ou um quadro de especulação imobiliária, que acaba promovendo mudanças profundas. Algumas vezes, esses bens culturais são conservados de forma precarizada, sem um plano de ação para a sua manutenção e prevenção e, muito menos, para dar uso social ao patrimônio. Portanto, há de considerar que o tombamento da igreja São Joaquim cumpre funções importantes na preservação do patrimônio cultural. Embora, não há como negar uma dinâmica própria presente nos espaços patrimoniais, que escapa das chancelas oficiais e vincula a Igreja com a área onde funcionou a armação de Garopaba e o seu entorno.

Por outro lado, o reconhecimento da pluralidade de patrimônios presentes no antigo espaço traz à tona as novas abordagens e visões que incluem novos atores e a necessidade cada vez maior da sua atuação no campo patrimonial. Isto posto, o processo de tombamento da igreja de forma isolada nos faz indagar sobre o silêncio imposto à memória dos homens

ligados à atividade da caça das baleias em Garopaba, mesmo sendo por um longo período a principal atividade econômica. Têm-se assim uma espécie de efeito reverso na proteção do Patrimônio, pois ao quebrar a estrutura complexa da armação apaga memórias específicas que são fundamentais para as leituras do passado e do presente.

Devem-se perguntar os motivos desse silêncio. Assim, como quem são realmente os atores e a quem pertence essa História e esse Patrimônio. As razões que poderiam explicar este silêncio, entre outras, estariam na própria forma como se escolheu por um longo período os chamados objetos historicamente consagrados como patrimônio cultural. Sendo o patrimônio arquitetônico religioso um dos principais focos de atuação do Estado. Assim, o processo de legitimação do tombamento da igreja São Joaquim se faz ressaltando a representatividade do conjunto das edificações religiosas do litoral de Santa Catarina no contexto da ocupação do território e da identificação de sua arquitetura como representativa de uma época.

A escolha por ignorar que a capela, depois igreja São Joaquim, foi construída no âmbito da armação baleeira - que ocupou ao largo de mais de 160 anos posição de destaque no cotidiano da população garopabenses, alterou o espaço para se adaptar aos fundamentos como monumentalidade e excepcionalidade que sustentaram por longo período os tombamentos realizados pelo IPHAN. Nesse caso, priorizavam-se os monumentos em detrimento do seu entorno e de sua vinculação com a História local. Esta perspectiva também se alinha à ideia de se valorizar os grandes acontecimentos e os grandes homens ligados à elite dominante. O que explicaria em parte as razões que levaram a desconsiderar os pescadores e a população em geral como agentes ativos na construção, escolha e manutenção do patrimônio da cidade.

Por tudo isso, pode-se criticar aspectos do processo de tombamento como: o não envolvimento da população na decisão do tombamento, a falta de medidas de prevenção e manutenção - em especial de educação patrimonial - e a promoção de projetos que possam despertar uma maior troca entre a população e os bens culturais da sua região. Também se percebe a falta de preocupação com medidas de apoio e estímulo para a geração de renda e de trabalho, que pudessem contribuir para aumentar a autoestima da população residente na área. Entende-se que o envolvimento ativo dos moradores da área e mesmo dos visitantes seria um importante princípio norteador das políticas patrimoniais. Essa participação pode ser organizada a partir das entidades existentes no local, além dos vários Conselhos Municipais -

os quais contam com representação de segmentos da população entre os seus membros. Dessa forma, seria viável uma maior inclusão da comunidade no processo decisório em todas as suas etapas: concepção, elaboração dos projetos, execução, fiscalização e avaliação. Essa maior visibilidade na construção patrimonial herdado de seus antepassados presentes na área da antiga armação deixaria de se restringir a sua interpretação como um símbolo religioso, possibilitando a manutenção e o revigoramento com o Patrimônio Cultural que existe no local.

É exatamente esse passado, ainda restrito a chancela oficial concedida somente à igreja São Joaquim, que acrescenta a esse capítulo a preocupação em pensar as possibilidades de um reconhecimento do entorno da armação como centro histórico. As construções, ruínas e resquícios da armação somam-se para contar uma história e formar um patrimônio ainda em construção.

3.2 Os Centros Históricos como uma Questão Patrimonial

Desenvolver-se-á na sequencia um arrazoado a respeito do tema centros históricos, em que se abordam temas como o histórico da conceituação, conceitos, características, importância e valorização, desafios e medidas que podem ser adotadas para a preservação e valorização do patrimônio. Dessa forma, esse subitem contribui como fundamento para se discutir a possibilidade de se pensar os benefícios e malefícios do reconhecimento da área em estudo como um centro histórico.

Cristina Meneguello (2005) no texto "O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos" afirma que a conceituação de "centro histórico" possui uma genealogia bastante recente. A autora apresenta várias observações a respeito da preservação de centros históricos, em que indica a importância, a sua complexidade e a genealogia sobre a conceituação de centro histórico. Meneguello enfatiza que a Recomendação de Nairóbi – 1976 foi a primeira carta patrimonial a tratar expressamente sobre a preservação de "conjuntos históricos". Demais, defende que o VIII Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM, realizado em Hoddedon, próximo a Londres, que em 1951 teve como tema central o centro, definido como "coração da cidade" se constituiu em momento importante para a conceituação de centro histórico. Nesse congresso

se aviva a ideia centro histórico como “centro cívico", comercial, e, especialmente como repositório e expressão física de experiências coletivas. (MENEGUELLO, 2005, p. 2).

O tema também é tratado em outro texto cujo título é “A Cidade Antiga nos CIAM”, de Lia Mayuni (2005). Trabalho que procura analisar, no âmbito do universo das discussões teóricas dos CIAM, o surgimento de uma conscientização sobre a importância do caráter dos centros antigos das cidades, na contramão do esforço que os próprios CIAM vinham empreendendo, desde a década de 1930, para a implantação do ideário urbanístico expresso na Carta de Atenas. Mayuni afirma que o conceito de centro histórico surge e se generaliza a partir dos anos 1960, especialmente a partir de 1962, quando a Lei Malraux, na França, codifica a preservação de áreas urbanas em termos legais. Demais, aclara que com a Carta de Restauro de Veneza, as áreas urbanas são elevadas à categoria de patrimônio. A autora discorre sobre as temáticas tratadas nos diversos CIAM. Assim, como aponta que o tema dos centros históricos resulta dos destinos que estavam sendo dados aos velhos centros destruídos, em grande número com a Segunda Grande Guerra. Também é resultado da crítica que se começava a fazer ao modelo racionalista, que ditava a concepção de arquitetura a partir da hegemonia do movimento modernista. Segundo Mayuni, o tema centros históricos não era consenso entre os arquitetos, sendo que a defesa da valorização dos mesmos passou a ser defendido pelos arquitetos da nova geração[36].

A autora entende Viena como sede do primeiro centro histórico a ser reconhecido. Segundo ela, a visão que passou a valorizar os centros históricos se contrapunha à visão de cidade então prevalecente, que era a visão funcionalista, a qual percebe a cidade por sua funcionalidade. No seu texto, a autora identifica e relaciona os participantes dos congressos do CIAM que contribuíram para fortalecer a ideia da valorização dos centros históricos. Entre eles menciona Samoná, (1978), que defendia olhar a cidade inteira e Rossi (1968), que entendia o monumento e a cidade histórica como testemunhos documentais de épocas passadas, sendo–coerente assim tratar as cidades antigas como cidades museus (MAYUNI, 2005).

Os textos acima citados, o de Meneguello (2005,) e o de Mayuni (2005) constroem uma linha do tempo sobre os debates que tratam dos centros históricos e as modificações que ocorrem com o decorrer do tempo na sua conceituação. Outra contribuição dos textos das

[36] Mayuni cita: Rogers (1965), Gideon (1956), Zevi (1983) e Samoná (1978) entre outros, como arquitetos que se dedicaram a estudos que defendiam a importância dos centros e das cidades históricas, de testemunhos documentais de épocas passadas.

autoras foi a sinalização para a importância das cartas patrimoniais como fontes de grande valia para um estudo sobre os centros históricos e os temas que com eles se relacionam. Para outros autores, como Queirós (2007) o centro histórico é visto como "um livro de memórias, materiais e imateriais, que possuem importantes referências e indicativos de identidades dos povos que aí habita e habitaram ao longo do tempo". Assim se percebe a mudança que o conceito de centro histórico sofre com o passar do tempo. Para José Pessôa e Piccinato (2007), o conceito de centro histórico nasce na Europa ligado à ideia de cidade europeia. A cidade antiga com a sua arquitetura colonial atuava como o centro histórico atual. Leticia Nardi (2009) conceitua centro histórico como as áreas urbanas protegidas por legislações federais, estaduais ou municipais.

Constata-se assim que o processo de construção do conceito de centro histórico está em permanente reconstrução, estando diretamente inserido nas mudanças que as questões relativas ao patrimônio cultural tomaram nos últimos anos. A necessidade do envolvimento crescente de diversas áreas de conhecimento com a expansão do campo patrimonial coloca em destaque a atuação de agências de articulação em nível internacional e nacional, em especial através das cartas patrimoniais.

A seguir se desenvolve uma abordagem a respeito do que algumas das cartas patrimoniais[37] trazem a respeito de centros históricos e temas conexos, as quais constituem uma das principais fontes que embasam este estudo. Selecionaram-se cartas que têm como principal foco o tema em estudo. São elas a Recomendação de Nairóbi, a Carta de Veneza, a Carta de Washington, o documento aprovado no Colóquio sobre a Preservação dos Centros Históricos para o Crescimento das Cidades Contemporâneas, realizado em Quito e a Carta de Petrópolis. Soma-se a isso, uma tabela que visa ilustrar a amplitude do tema no âmbito da UNESCO e de órgãos a ela vinculados.

A Recomendação de Nairóbi pode ser considerada uma das mais importantes para essa discussão por sua contribuição com a ampliação e valorização da questão dos conjuntos

[37] As chamadas cartas patrimoniais são documentos – em especial aquelas derivadas de organismos internacionais – cujo caráter é indicativo ou, no máximo, prescritivo. As Cartas Patrimoniais, como instrumento teórico, não têm a função de legislar sobre o Patrimônio, mas fornecer embasamento filosófico para que os órgãos competentes possam legislar. Servem, dessa forma, de referência mundial para que os diversos países adotem métodos e ações convergentes para a preservação do patrimônio. In: Malthus Oliveira de Queiroz; Plínio Santos-Filho; Carla Andrade Reis; Demilson Malta Vigiano Andréa Mota Silveira; Pedro Campelo Cavalcanti; Antônio dos Santos Filho; Euma Décia Leônidas Laboratório Escola CERPO Papel - Agência de Estudos e Restauro do Patrimônio – AERPA. Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação - ARC - Vol. 2 - Edição Especial Copyright © 2011 AERPA Editora Curso de Introdução à Conservação e Restauro de Acervos Documentais - CICRAD Convênio AERPA - Ministério da Justiça.

históricos. Analisando-se o texto da Recomendação de Nairóbi, constatam-se algumas das considerações apresentadas realçam o valor dos conjuntos históricos. Afirma, ademais, que os mesmos constituem presença viva do passado, por se constituírem em testemunhos tangíveis da diversidade das criações da humanidade. Manifesta que a salvaguarda e a integração dos conjuntos históricos são elementos importantes no planejamento urbano e defende a necessidade de estudos desses conjuntos e de sua ambiência como parte do planejamento em todos os níveis de governo **(**RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI**,** 1976, p.1-2). Destaca-se ainda que a Recomendação em foco apresenta um conjunto de princípios gerais e de recomendações que tornam o documento uma referência importante para as instâncias de Governo e as organizações da sociedade na preservação e valorização dos seus centros históricos.

A Recomendação de Nairóbi é considerada relevante por apresentar pela primeira vez, entre as cartas patrimoniais, uma definição de conjunto histórico assim definida:

> Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e palenteológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto-de-vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1986).

Esta definição inicial de centro histórico ocorreu em um período em que o conceito de patrimônio cultural passava por uma ampliação decorrente dentre outros fatores das destruições geradas pela 2ª Guerra Mundial. Percebe-se uma transição do conceito de monumento restrito até então às edificações para áreas do seu entorno. Essa postura adquire relevo com a publicação da Carta de Veneza – 1964 **(**MAYUNI, 2005). Na definição acima transcrita de conjuntos históricos estão citados expressamente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como conjuntos monumentais homogêneos.

A Recomendação ainda define a "ambiência" dos conjuntos históricos ou tradicionais, como:

> o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica destes conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976).

Deduz-se que este documento reúne conceito e princípios que não estão especificamente direcionados para os centros históricos, mas consolida uma concepção ampliada de patrimônio cultural que já se faz presente em outra carta, como no caso da Carta de Veneza.

A Carta de Veneza, de 1964, que resultou do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, e que se intitula Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, reexaminou os termos da Carta de Atenas, de 1931, atualizando e ampliando os conceitos de monumento histórico, conservação e restauração.

> O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo (Carta de Veneza, 1964, p.1).

Destaca-se aqui que a definição considera monumento histórico como sendo não só a edificação, mas também o seu entorno. Reconhece, igualmente, que o ambiente em torno dos monumentos históricos deve ser considerado como parte integrante do patrimônio, ampliando assim o conceito de patrimônio cultural e reconhecendo como importantes os centros históricos em sua inteireza. O Documento também trata da conservação, da restauração, dos sítios monumentais, entre outras questões. É um documento sucinto, mas que apresentou temas inovadores para a época e que ainda se mantém como referência. Segundo Augusto Teles (1988), a Carta de Veneza é um documento pioneiro, em que a valorização do bem cultural no sentido social contribuiu para a valorização dos cetros históricos. Nesse caso, um exemplo ilustrativo da importância da Carta seria o trecho, que trata do monumento histórico:

> O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo. (CARTA DE VENEZA, 1964, p.1).

Nesta citação se percebe que o reconhecimento e a valorização do meio que envolve o monumento se estenderam gradativamente para o espaço onde existissem bens culturais - sinalizando o que viria a ser reconhecido como centro histórico, por levar em conta todo o ambiente onde está inserido um determinado bem cultural. A Carta de Veneza é considerada como marco oficial do reconhecimento das áreas do entorno dos monumentos como parte integrante do patrimônio cultural. Mesmo que em 1931, a Carta de Atenas já sinalizasse para a importância das áreas próximas aos monumentos como relevantes, entende-se que a carta de Veneza constitui um marco importante no processo de construção do conceito de centro histórico.

Outro documento considerado relevante para o estudo dos centros históricos é a Carta de Washington, de 1987. Intitulada carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas, essa Carta resultou da 8ª Assembleia Geral do ICOMOS - realizada em Washington, em 1987. A sua importância se dá nesse caso por complementar a Carta de Veneza, de 1964. Principalmente, quando trata da salvaguarda das cidades históricas e realça a necessidade de que a salvaguarda integre uma política de desenvolvimento econômico e social. A Carta define princípios, objetivos, métodos e instrumentos de ação adequados à salvaguarda das cidades históricas no sentido de perpetuar o conjunto dos seus bens que constituem a memória da humanidade. Pode-se deduzir a importância deste documento na reafirmação da importância dos centros históricos. O texto define os princípios, os objetivos e os métodos necessários para a conservação das cidades históricas e das áreas urbanas históricas. Além disso, objetiva promover a harmonia entre a vida privada e a vida comunitária nessas áreas, assim como estimular a preservação destas propriedades culturais que constituem a memória da humanidade, mesmo que modestas em escala. Cita-se um trecho desta carta para ilustrar a sua importância como documento de referência em questões atinentes a conservação:

> A conservação numa cidade histórica ou numa área histórica exige prudência, abordagem sistemática e disciplina. Deve ser evitada a rigidez, uma vez que os casos individuais podem apresentar problemas específicos (Carta de Washington, 1987).

Outro documento que resultou das conclusões do Colóquio sobre a Preservação dos Centros Histórico para o Crescimento das Cidades Contemporâneas, realizado em Quito, em 1977, destaca de forma explícita pela primeira vez uma definição de centro histórico. O

documento que compõe as recomendações de Quito reconhece os centros históricos como um valor cultural social e econômico e recomenda uma política de conservação integral dos centros históricos apresentando um conjunto de recomendações.

> Centros históricos são todos esses assentamentos humanos vivos, fortemente condicionados por uma estrutura física do passado, reconhecido como representativo da evolução de um povo (UNESCO, 1977).

Dispõe-se assim de um conceito de centro histórico formulado por uma instituição de âmbito internacional, a UNESCO, que proporciona elementos para a discussão sobre o que é um centro histórico. A definição de centro histórico que resultou do Colóquio pode ser entendida como o reconhecimento da importância dos centros históricos, considerados como testemunhos vivos de épocas passadas e que assim ser utilizado como indicativo para a sua conceituação. Importa perceber que o assunto ganhou relevância e exigiu formulações mais claras e precisas sobre as questões que afetam as cidades e os centros históricos, ampliando e fomentando o debate sobre a questão. Pode-se citar a Recomendação sobre Paisagens e Sítios, de 1962, e a Carta do Restauro, de 1972, que apresentam relação próxima com o tema centro histórico. O que demonstra a produção de uma ampla documentação emitida pelos órgãos oficiais a respeito do assunto.

No Brasil, a Carta de Petrópolis, publicada em 1987, ocupa lugar de destaque entre os documentos emanados pelo IPHAN e que se aplica ao tema dos centros históricos. A Carta resultou do 1º Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros históricos, realizado em Petrópolis – Rio de Janeiro, em 1987. A carta define vários aspectos da importância da preservação dos sítios históricos como pressuposto do planejamento urbano, cujo "objetivo último é a manutenção e potencialização de quadros e referências necessárias para a expressão e consolidação da cidadania". Lembra que o sítio histórico "é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, processo dinâmico de transformação".

O documento também considera que a cidade é "socialmente pré-fabricada" e que o espaço edificado resulta de "um processo de produção social". A Carta recomenda que a "preservação dos sítios históricos deva incluir "os universos do trabalho e do cotidiano" onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural". Reitera a necessidade de integração de esforços entre os órgãos dos diferentes níveis de governo e a

participação da comunidade envolvida, considerando fundamentais mecanismos que garantam uma gestão democrática da cidade. A carta considera o inventário como ferramenta necessária para o conhecimento do acervo cultural e material e o estabelecimento de veículos com o patrimônio (IPHAN, 1987, p.1-2). Neste sentido, reforça o reconhecimento da importância dos centros ou sítios históricos.

> como espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Esse sítio histórico urbano deve ser entendido em seu sentido operacional de área crítica, e não oposição a espaços não-históricos da cidade, já que toda cidade é um organismo histórico (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987).

O documento utiliza o termo sitio histórico urbano para indicar núcleo ou centro histórico. Considera que "o sitio histórico urbano é parte integrante de um contexto amplo que comporta a paisagem natural e construída", onde convivem os habitantes num espaço "de valores produzidos no passado e no presente". A carta afirma que as transformações são uma constante e os novos espaços que se formam devem "ser entendidos na sua dinâmica de testemunhos ambientais em formação" (CARTA DE PETRÓPOLIS, de 1987).

O documento ainda afirma que "todo espaço edificado é resultado de um processo de produção social" e que a preservação deve ter como objetivo "a manutenção e potencialização de quadros sociais de referenciais necessários para a expressão da cidadania". Também considera "os universos de trabalho e do cotidiano" em que a moradia deve ser considerada como função relevante do espaço edificado e pressuposto do planejamento urbano (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987, p.1,2 e 3). Portanto, reforça importância da preservação dos centros históricos, assim como a incorporação e participação dos diversos atores da sociedade.

A Carta defende a ação integrada entre os órgãos públicos e a "participação da comunidade interessada" no processo decisório e aponta o inventário como "ferramenta básica" para se obter informações sobre o espaço do sítio. Assim como insiste que a proteção legal deve ocorrer através dos vários meios oficiais como: o tombamento, o inventário, as normas urbanísticas, as desapropriações, entre outras. No mais, o valor social deve predominar sobre a propriedade. A Carta de Petrópolis constitui, portanto, uma significativa referência a respeito da importância da preservação dos centros históricos. A mobilização e participação efetiva da população na preservação dos centros históricos torna-se cada vez

mais condição básica para a efetiva proteção dos ambientes formadores de cada centro histórico. Certo é que muitas vezes a feitura dessa documentação não significa uma aplicação efetiva dos princípios ali apresentados. Mas, por outro lado, ocorre através delas o reconhecimento das constantes mudanças culturais da sociedade, permitindo novas formas de pensar e interagir com o patrimônio. Por fim, apresenta-se uma tabela em que se pretende oferecer um quadro da amplitude com que o tema é tratado nas cartas patrimoniais.

TABELA 04 CARTAS PATRIMONIAIS E RECOMENDAÇÕES 2005

Cartas Patrimoniais – UNESCO – século XX				
Período		Local	Especificação	Observações/Conteúdo
Anos 30	1931	Atenas	Carta de Atenas Escritório Internacional dos Museus	Foco para o reconhecimento de uma ação interdisciplinar na conservação dos monumentos. Responsabilidade dos Estados de inventariar os seus bens (documentação internacional).
	1933	Atenas	Carta de Atenas CIAM – CongressoInternacional de Arquitetura Moderna	Análise dos problemas e sugestões para a cidade, baseadas nas 4 funções do urbanismo: habitar, trabalhar, recrear-se e circular.
Anos 50	1956	Nova Delhi	Recomendação que define os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas Conferência Geral da UNESCO – 9ª sessão	Responsabiliza o Estado quanto à proteção do seu patrimônio arqueológico, com indicações para criação de coleções, ações educativas. Quanto à pesquisa: o pesquisador estrangeiro seria regido pelo mesmo regime que o pesquisador nacional. Reforça abertura para a colaboração internacional.
Anos 60	1962	Paris	Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios Conferência Geral da UNESCO – 12ª sessão	Proteção, salvaguarda e controle não apenas aos sítios isolados, mas aos territórios aos quais eles pertençam. Estímulo à criação pelos Estados de órgãos governamentais e apoio a não-governamentais de proteção. Enfoque na questão educativa.
	1964	Veneza	Carta de Veneza Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios II Congresso internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos	Foco na necessidade de um "plano internacional" de conservação e restauração dos monumentos. Definição de monumento histórico e sua conservação e restauração como atividade interdisciplinar (ciências e técnicas). A consevação depende de sua "função útil à sociedade", mas com limites nas adaptações. Não se deve deslocar o monumento, apenas sob perigo de perda.
	1964	Paris	Recomendação sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais Conferência Geral da UNESCO – 13ª sessão	Definição de "bens culturais". Recomenda o controle sobre as exportações dos bens. Medidas: Identificação e inventário dos bens, instituições de proteção, acordos bilaterais e multilaterais, colaboração internacional, restituição ou repatriação de bens, publicidade em caso de desaparecimento de bem, direito dos adquirentes de boa fé e ação educativa.
	1967	Quito	Normas de Quito Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico	Alerta sobre a situação de urgência dos bens e responsabilidades dos governos da América. Ampliação do conceito de monumento ao espaço. Exposição do perigo da perda dos monumentos da região Ibero Americana por falta de "política oficial" que alie a valorização do patrimônio ao benefício econômico. Solução: "política de planejamento urbano" que valorize o patrimônio. Apresentação dos monumentos como recursos econômicos. "Os monumentos em função do turismo."
	1968	Paris	Recomendação sobre a conservação dos	Os "bens culturais" diante da problemática do crescimento das cidades. Medidas

			bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas Conferência Geral da UNESCO – 15ª sessão	de preservação e salvamento: legislação; financiamento; medidas administrativas; métodos de preservação e salvamento dos bens culturais; sanções; reparações; recompensas; assessoramento; programas educativos.
Anos 70	1970	Brasília	Compromisso de Brasília 1º Encontro dos governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais	Minsitro Jarbas Passarinho. Resumo de recomendações expostas em cartas patrimoniais anteriores. Enfatizando a responsabilidade de governos e secretarias (estados e municípios) com a conservação, preservação, catalogação e políticas educativas dos bens culturais. Determina criar órgãos de defesa onde ainda não existam, em conformidade com os Conselhos Estaduais de Cultura. Especificações educativas como inclusão no currículo escolar de História da Arte no Brasil. Encaminhamento para a criação do Ministério da Cultura. Carta anexa assinada por Lúcio Costa.
	1971	Salvador	Compromisso de Salvador II Encontro de governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil	Realizado pelo Ministério da Educação e Cultura e pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Recomenda-se a criação do Ministério da Cultura e secretarias ou fundações estaduais. Outras recomendações sobre o plano urbanístico com valorização dos sítios históricos; solicitada a parceria entre Estado e universidades.
	1972	Itália	Carta do Restauro Ministério da Instrução Pública Governo da Itália	Orientações técnicas sobre o processo de restauro em diferentes suportes/categorias: objetos arqueológicos, arquitetônicos, pictóricos e escultóricos; instruções para a tutela dos centros históricos (reestruturação urbanística, reordenamento viário e revisão dos equipamentos urbanos).
	1972	Estocolmo	Declaração de Estocolmo Declaração sobre o ambiente humano	Recomendações para a melhoria da qualidade de vida e meio ambiente.
	1972	Paris	Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural Conferência Geral da Unesco – 17ª sessão	Definições do patrimônio cultural e natural e sua proteção nacional e internacional. Criação de um comitê intergovernamental. Criação do "Fundo do Patrimônio Mundial". Definição para as condições para assistência internacional. Programas educativos.
	1974	São Domingos	Resolução de São Domingos I Seminário interamericano sobre experiências na conservação e restauração do patrimônio monumental dos períodos colonial e republicano	Recomendações no plano social e econômico e proposta operativas: resgate de informações nos arquivos; plano educacional; valorização do turismo; criação de uma Associação Interamericana de Arquitetos e Especialistas na Proteção do Patrimônio Monumental; criação de um fundo de emergência;
	1975	Amsterdã	Declaração de Amsterdã Congresso do patrimônio arquitetônico europeu	Firma o patrimônio arquitetônico europeu como patrimônio mundial (construções isoladas, conjuntos, bairros, cidades e aldeias). Necessidade de incentivo financeiro e programas de educação. O patrimônio como um dos objetivos do patrimônio urbano. Políticas para conservação integrada.

	1975	Amsterdã	Manifesto de Amsterdã Carta européia do patrimônio arquitetônico	Em referência ao "Ano europeu do patrimônio arquitetônico". Promoção de uma política de conservação integrada, passando pelo planejamento urbano e regional.
	1976	Nairóbi	Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea Conferência Geral da Unesco – 19ª sessão	Definição de conjunto histórico ou tradicional, sua importância como "patrimônio universal insubstituível" e medidas de salvaguarda (jurídicas, administrativas, técnicas, econômicas e sociais). Recomendações para pesquisa, ensino, informação e cooperação internacional.
	1977	Machu Picchu	Carta de Machu Picchu Encontro internacional de arquitetos	Revisão da Carta de Atenas, revisão e ampliação de conceitos e recomendações: cidade-região, cresciemento urbano, conceito de setor, moradia, transportes na cidades, disponibilidade do solo urbano, recursos naturais, preservação, tecnologia, projeto urbanístico e arquitetônico.
Anos 80	1980	Austrália	Carta de Burra	Realizado pelo ICOMOS – Conselho internacional de monumentos e sítios. Definições do documento: bem, significado cultural, substância, conservação, manutenção, preservação, restauração, reconstrução, adaptação, uso compatível. Recomendações quanto a: conservação, preservação, restauração, reconstrução, adaptação e procedimentos.
	1981	Florença	Carta de Florença	Realizado pelo ICOMOS e Comitê internacional de jardins e sítios históricos. Definição e objetivos e recomendações para manutenção, conservação, restauração, utilização, proteção legal e administrativa de jardins históricos e sítios.
	1982	Nairóbi	Declaração de Nairóbi Assembléia mundial dos Estados	Realizado pela UNEP – Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Revisão da conferência de Estocolmo. Recomendações para proteção e melhoramento do meio ambiente.
	1982	México	Declaração de Tlaxcala 3º Colóquio interamericano sobre a conservação do patrimônio monumental Revitalização das pequenas aglomerações - ICOMOS	Sobre os perigos e ameaças do patrimônio arquitetônico na América. Recomendações: revitalização com pesquisa e prática interdisciplinar; responsabilidades do serviço público quanto aos prejuízos causados; comunicação das experiências de preservação; valorização das soluções tradicionais; responsabilidade das escolas de arquitetura em criar mestrados e doutorados em restauração.
	1985	México	Declaração do México Conferência mundial sobre as políticas culturais	Conceito de cultura, identidade cultural e patrimônio cultural. Discussão sobre a "Dimensão cultural do desenvolvimento", cultura e democracia; relação entre cultura, educação, ciência e comunicação. Recomendações para a cooperação cultural internacional.
	1986	Washington	Carta de Washington Carta internacional para a salvaguarda de cidades históricas	Definição de cidade histórica. Princípios e objetivos da salvaguarda de bairros e cidades históricas. Métodos e instrumentos: estudo multidisciplinar com observância à Carta de Veneza e desta.
	1987	Petrópolis	Carta de Petrópolis	Definição de "sítio histórico" e recomendações para ações de preservação. Proteção

			1º Seminário brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos	legal a partir instrumentos: tombamento, inventário, normas urbanísticas, isenções e incentivos, declaração de interesse cultural e desapropriação. "Valor social" considerado maior que o valor de mercadoria.
	1989	Cabo Frio	Carta de Cabo Frio Vespuciana – Encontro de Civilizações nas Américas	Encontro em homenagem ao navegador Américo Vespúcio, apresenta 10 recomendações em defesa da "identidade cultural".
	1989	Paris	Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional popular Conferência Geral da UNESCO – 25ª Reunião	Definição da cultura tradicional e popular. Recomendações para identificação, conservação, salvaguarda, difusão, proteção e cooperação internacional.
Anos 90	1990	Lausanne	Carta de Lausanne Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico	Continuação da Carta de Veneza. Definição de patrimônio arqueológico. Políticas de conservação integrada; Legislação e economia; Inventário; Intervenções no sítio; Preservação e conservação; Qualificações profissionais.
	1992	Rio de Janeiro	Carta do Rio Conferência geral das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento	Reafirma a Declaração de Estocolmo, apresenta 27 princípios sobre questões ambientais e desenvolvimento sustentável.
	1994	Nara	Conferência de Nara Conferência sobre autenticidade em relação a convenção do Patrimônio Mundial	Considera a diversidade cultural e de patrimônio. Discussão sobre "valores e autenticidade", amparados na Carta de Veneza.
	1995	Brasília	Carta de Brasília Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade	A necessidade de discutir a questão da "autenticidade", diante da realidade regional "de uma cultura sincretista e de uma cultura de resistência". Autenticidade e identidade; Autenticidade e mensagem; Autenticidade e contexto; Autenticidade e materialidade; Graduação da autenticidade; Conservação da autenticidade.
	1995		Recomendação nº R (95) 9 Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas	*Adotada pelo comitê de ministros em 11 de setembro de 1995, por ocasião do 543º encontro de vice-minsitros. Conselho da Europa – Comitê de Ministros.* Faz referência a outros documentos patrimoniais (alguns não listados aqui). Traz em anexo: definição de paisagem e paisagem cultural. Recomendações. "Implementação de políticas de paisagem" incluindo paisagem cultural.
	1996	Sofia	Carta internacional do ICOMOS sobre proteção e gestão do patrimônio subaquático	Recomendações gerais sobre o uso, salvaguarda e exploração do "patrimônio subaquático" compreendido em "águas interiores, costeiras, mares e oceanos".
	1996	Sofia	Declaração de Sofia XI Assembléia Geral do ICOMOS	Defende o "pluralismo cultural". *"Sejamos convocados a considerar o patrimônio cultural em função do contexto geral, levando-se em conta a diversidade e a especificidade das culturas".*
	1997	Mar del Plata	Documento do Mercosul Carta do Mar del Plata sobre o patrimônio intangível	Aponta a "integração cultural" como prioridade. Recomendações para o registro, catalogação, estudo e difusão do patrimônio intangível.
	1997	Fortaleza	Carta de Fortaleza Patrimônio imaterial: estratégias e formas de proteção	*"Em comemoração aos 60 anos do IPHAN."* Responsabilidades do IPHAN: "idenficar, documentar, proteger, fiscalizar, preservar e promover o patrimônio cultural brasileiro."
	1999	Colômbia	Decisão 460 Sobre proteção e recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleantológico e artístico da comunidade Andina	*"A presente decisão tem por objetivo promover políticas e normas comuns para a identificação, registro, proteção, conservação, vigilância e resituição dos bens que integram o patrimônio cultural dos países da Comunidade Andina e também para conceber e pôr em prática ações que impeçam sua importação, exportação e transferência ilícita entre países-membros e a terceiros."*

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil) CURY, Isabelle (Org.) ***Cartas Patrimoniais***. 2ª Ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

Com a contribuição da Carta de Veneza, a importância da Recomendação de Nairóbi, a ampliação do debate que a Carta de Washington, Carta de Petrópolis, do Colóquio sobre a Preservação dos Centros históricos para o Crescimento das Cidades Contemporâneas passa-se a dispor de um conjunto de documentos de âmbito internacional e que influenciam os debates e as políticas nacionais de preservação do patrimônio. Naturalmente, isto não significa a aplicabilidade completa ou efetiva das posturas presentes nessa documentação,

principalmente quando se fala no âmbito local. Mas é preciso que se considere um processo de circulação de ideias que acaba por afetar o patrimônio na sua variedade e especialização local.

Este conjunto documental formado pelas cartas patrimoniais reúne um expressivo rol de conceitos, recomendações, metodologias e normas em nível internacional. Entende-se que são instrumentos teóricos que resultam de encontros de natureza técnica e científica e podem servir como referências mundiais, em especial em relação à conceituação dos termos utilizados no campo do patrimônio cultural. A forma como estas cartas são redigidas constitui fator que facilita a sua compreensão, mas impõem recursos teóricos para a sua adaptação às diversas realidades nos diversos países. É inegável a contribuição destes documentos ao estabelecerem conceitos, princípios e metodologias como referências teóricas por sua credibilidade resultante da participação de representantes dos vários países. Portanto, são documentos que resultam de debates e visões culturais diversas, mesmo tendo em conta que sempre existem interesses em disputa.

Embora se reconheça como inegável a importância das cartas patrimoniais, entende-se que estes documentos não são suficientes para resolver situações específicas. Em verdade, servem como um importante instrumento de apoio, e devem ser vistas como subsídios importantes para se estudar ou mesmo definir normas relacionadas ao patrimônio cultural em qualquer nível de governo. O conhecimento necessário para se promover a preservação do patrimônio cultural deve levar em conta cada realidade em que se pretende atuar. Ou melhor, a necessidade de estudar a realidade local como condição básica para se projetar e implementar medidas de defesa do patrimônio, o que inclui os centros históricos. Assim é preciso que se tenha presente que as cartas patrimoniais precisam ser vistas como um dos componentes a serem levadas em conta ao se estudar as ações de preservação e conservação do patrimônio cultural.

Constata-se assim que o processo de construção do conceito de centro histórico está em permanente reconstrução por estar inserido na ampla discussão a respeito da ampliação das questões relativas ao patrimônio cultural nos últimos anos. Além de envolver de forma crescente áreas de conhecimento e agencias de articulação em nível internacional e nacional. A seguir busca-se tratar a respeito das características dos centros históricos.

3.3 Diferentes Olhares sobre os Centros Históricos

A discussão sobre as características dos centros históricos traz questões relevantes para a formulação de alternativas para a preservação do patrimônio urbano. Esses bens, muitas vezes de diferente natureza e em constante readaptação, contribuem para estimular a participação de grupos visíveis ou ainda invisíveis na sociedade, bem como repensar as formas de consagração e gestão desses centros históricos.

O texto "Centros Históricos: evolução de paradigmas e desafios futuros", da Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, (DGOTDU, 2005) apresenta uma seção que trata dos centros históricos, na qual aborda conceitos e desafios dos centros históricos. O DGOTDU defende que os centros históricos "constituem-se conjuntos urbanos com interesse histórico cuja homogeneidade permite considerá-los como representativos de valores culturais, nomeadamente históricos, arquitetônicos, urbanísticos ou simplesmente afetivos, cuja memória importa preservar" (DGOTDU, 2005, p. 129).

Percebe-se um primeiro conjunto de adjetivos que contribuem para se estabelecer uma relação entre os centros históricos com lugares que guardam vínculos com o passado, com a memória coletiva e a história daquele lugar em que os mesmos se inserem. O mesmo texto enfatiza outras características como "espaços urbanos muito identificáveis, de alta qualidade representativa, cheios de elementos emblemáticos" (apud. DGOTDU, 2005, p. 21) e que estes espaços podem ser vistos como "livros de memórias materiais e imateriais que possuem importantes referências e indicações de identidades dos povos" (QUEIROS, 2007, p. 3).

Os centros históricos são considerados como um lugar de intercâmbio, de convívio, de criação de sociabilidades, de lazer, "constituem ou constituíram o eixo gravitacional das cidades", e que desempenharam um conjunto de atividades econômicas e sociais, cívicas, habitacionais e patrimoniais, desde as pequenas aglomerações urbanas às atuais metrópoles globais num processo continuo (DGOTDU, 2005, p. 21). Certo é que muitas vezes esses espaços ainda são dotados de centralidade, pois em algum período, "os centros históricos sediaram os maiores e melhores estabelecimentos e residências" (apud. DGOTDU). Portanto, os centros históricos podem ser considerados como locais com uma gama variada de qualificativos por atenderem a uma abrangência significativa de traços de ampla extensão,

entre os quais se identificam como: lugares para passeio, comércio, residência, cultos religiosos, dentre outros.

Recorre-se à obra de Pessôa e Piccinato (2007) para se discorrer sobre alguns aspectos relacionados às cidades históricas. De acordo com os autores "a cidade histórica é um lugar digno de conservação não só pelos monumentos, mas também por seu valor ambiental". O que justifica seu valor, principalmente pelo seu "valor de testemunhos do passado". Consideram que o interesse pela cidade histórica é resultante de pesquisas que contribuem para tornar evidentes as características e os testemunhos de uma época "que são importantes para a sociedade contemporânea como indicativo das condições de vida da uma época" (2007, p. 12). Nesse sentido, o valor como testemunhos de épocas passadas talvez possa constituir um dos aspectos mais relevantes também dos centros históricos.

A ideia de conservação dos centros históricos, segundo os autores, é tentativa de responder às agressões que os mesmos sofrem com o surgimento da cidade industrial, que alterou o sentido e a função da cidade. A partir destes esforços de conservação, ocorreu um reconhecimento cultural por parte da sociedade. Este reconhecimento estaria ligado ao processo de afirmação da própria identidade cultural ao se perceber que a história do passado, nestes espaços, se expressa no presente (PESSÔA e PICCINATO, 2007). As considerações colhidas da obra referenciada reforçam a ideia da importância dos centros históricos como testemunhos de uma ou várias épocas.

A respeito das características dos centros históricos destacam-se as contribuições de Nardi (2005). Ela entende que o centro histórico possibilita a "permanência de diversos tempos na cidade e que concilia passado, presente e futuro". A autora considera que o centro histórico constitui uma categoria patrimonial com definições próprias e especificidades institucionais, pois ao centro histórico "é atribuído o encargo de guardião de marcas de identidade e da memória coletiva de um grupo". A autora concorda com Arantes (2008) que afirma que o centro histórico "configura uma atribuição de valor identitário" e que se deve se proteger "os bens que representam simbolicamente a identidade de uma nação, de um grupo". Para Nardi, os centros históricos foram eleitos como importantes a partir dos anos 1980, quando ocorre o despovoamento destes centros. Ou seja, são decorrentes de sua degradação progressiva ao mesmo tempo em que os mesmos passam a ter reconhecimento porque "narram a história dos habitantes, que a herdaram, construíram e modificaram" (NARDI, 2005, p. 26-28).

Outro texto de que vale para caracterizar os centros históricos é o trabalho de Ana Filipa Queirós (2007). Na publicação sobre reabilitação dos centros históricos, a autora apresenta um interessante histórico sobre os centros históricos e menciona várias características deles. Considera que o centro histórico corresponde ao "núcleo da cidade onde durante longo tempo se construiu edifícios e monumentos que refletem as relações entre os humanos que aí habitam". Devem ser vistos como "portadores de herança material e como elemento fundamental" para se entender os hábitos, tradições, relações sociais, enfim, se entender o valor daquele espaço, onde foram se desenvolvendo ao longo do tempo. A autora argumenta que na atualidade quando se fala em centro histórico de uma cidade "associamos, quase que instintivamente, a um local da cidade onde predominam edifícios antigos - alguns bastantes degradados; onde a população residente é maioritariamente envelhecida". Queirós conclui: "que o centro histórico coincide com o espaço urbano que outrora equivalia à totalidade da cidade, onde coabitavam classes sociais distintas e todos os meios urbanos" (QUEIRÓS, 2007, p. 9). Observa-se que a autora reitera a relação entre o centro histórico e a representação do passado. Mas, acrescenta aspectos que vinculam os centros históricos com a totalidade da cidade. Pontos fundamentais quando se pensa a área que se estuda em Garopaba, pois se compreende a necessidade de se entender os centros históricos como parte integrante de suas cidades tanto no passado quanto no presente.

Essa vinculação dos centros históricos com a sua comunidade se faz cada vez mais presente. Um exemplo ilustrativo seria um trecho retirado do Colóquio sobre a Preservação dos Centros Histórico para o Crescimento das Cidades Contemporâneas, de 1977, realizado em Quito:

> Os Centros Históricos, por si mesmos e pelo acervo monumental que contêm, representam não somente um inquestionável valor cultural sim também econômico e social. Os Centros Históricos não só é patrimônio cultural da humanidade sim que pertencem em forma particular a todos aqueles setores sociais que os habitam (COLÓQUIO DE QUITO, 1977).

A ideia esposada aqui é de que os centros históricos apresentam um conjunto de caraterísticas que tornam possíveis formar uma ideia mais totalizante do patrimônio urbano. A sua valorização passa principalmente pela importância de se conservar aspectos significativos da história da cidade, que por seu valor turístico vem merecendo atenção crescente. É preciso que se tenha em conta, que tanto o patrimônio material quanto imaterial dos centros

históricos, sofrem alterações ao se adaptarem ao mercado turístico. Sendo que muitas vezes, esse patrimônio é expropriado da própria população local. É necessário manter os centros históricos devido aos valores culturais que expressam os testemunhos vivos de épocas passadas. Assim, como deve ser manifesta a preocupação em entender os seus moradores como peças-chaves na proteção dos centros históricos.

Para Meneguello (2000, p.5), a "compreensão de patrimônio está atrelada à ideia de monumento histórico", que o monumento é uma "interpelação da memória", que "faz o passado vibrar dentro da existência do presente", cuja função é "mobilizar a memória coletiva e afirmar a identidade coletiva". Segundo Pessôa e Piccinato (2007, p. 22), no Brasil, também já é aceito o princípio segundo o qual a proteção deve ser estendida ao centro histórico em sua totalidade. Conforme os autores, as cidades ou centros históricos existentes Brasil "traduzem parte da história de ocupação do território brasileiro pelos portugueses, nos quais se conservam os processos de urbanização". Ainda de acordo com os autores, monumentos como igrejas, conventos, casas de câmara e cadeia e os fortes tiveram papel importante na estruturação dos assentamentos urbanos no Brasil e desempenharam função importante na formação das praças e ruas.

Questões como a precariedade habitacional, a dificuldade de trafegar, a falta de estacionamento, a ausência ou redução do sistema de saúde, a diminuição das escolas, de lazer são fatores que influenciam a desvalorização e o abandono dos centros históricos (Queirós, 2007). A valorização das cidades, dos centros e dos núcleos históricos pode ser vista como uma tomada de posição no sentido de reabilitar estes espaços, que por seu abandono e despovoamento passaram por um processo de degradação, marginalização cultural e social - ocasionando a perda de valor de testemunho da história de um povo, de um grupo.

Conforme indica Pessôa e Piccinato[38] (2007) "reconstruir as histórias das cidades, das sociedades e das culturas que as produziram fornece a chave para se entender as características funcionais e culturais dos lugares onde a História se condensou e sugere possíveis percursos futuros" (PESSÔA e PICCINATO, 2007, p. 17). Para além de se criar

[38]Os autores que organizaram o Atlas dos Centros Históricos do Brasil (2007) agrupam os centros históricos tombados pelo IPHAN, em que adotam como critério agrupamento os temas a que se relacionam. (Segundo esta classificação, os centros históricos são agrupados em cinco (5) tipos diferentes, assim distribuídos: a) As Capitais da Administração Colonial; b) As Cidades de Mineração; c)Os Centros Agrícolas para Exportação; d)As Cidades de Conquista e Povoamento e e)As Cidades Novas do Século XIX. Bárbara Freitag ((2003) no texto "A Revitalização dos Centros Históricos das Cidades Brasileiras" [38] apresenta outra forma de agrupar os centros históricos brasileiros, distinguindo cinco (5) tipos de cidades tomando como referencia a sua formação histórica. A autora agrupa as cidades históricas em: a) Cidades históricas abandonadas; b) Cidades históricas esquecidas; c) Cidades históricas em sua origem; d) Cidades sem história e) Cidades utópicas.

uma intervenção física de recuperação e valorização do patrimônio, a reabilitação urbana além de limitar a deterioração da paisagem, pode fomentar a cidadania, fixar a população residente e dinamizar o comércio. Além de promover o turismo no local, que pode possibilitar uma restituição aos habitantes o apreço pelo seu espaço (PESSÔA e PICCINATO, 2007).

O IPHAN[39], em seu portal, refere-se a "Conjuntos Urbanos Tombados (Cidades Históricas)" em que "as cidades e os núcleos históricos representam as referências urbanas do Brasil", em que é possível vivenciar "os processos de transformação do país, por meio da transformação de expressões próprias de cada período" (PESSÔA e PICCINATO, 2007). Segundo o texto do portal, "são lugares especiais de uma nação e sua valorização deve ser assumida pela sociedade e governo". São setenta e sete conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN em todo o território nacional, considerados "lugares que fazem parte da história do país e constituem a base do patrimônio cultural brasileiro que precisa ser preservado para que as gerações futuras possam vivenciá-los". Estes conjuntos são agrupados por região do país (IPHAN, 2015).

Concorda-se com o pensamento de Meneguello (2000, p. 5), de que "o reconhecimento da transformação de todos os objetos do passado em testemunho histórico deu origem a que todo artefato humano pode ser investido de uma função de rememoração, de uma vontade de escapar à ação do tempo". Ainda de acordo com a autora, pode-se ter o "perigo de transformar os monumentos históricos como ícones ou representações de um passado atemporal como possíveis consequências desta exagerada valorização". Pelo fato de se viver em uma época, na qual desponta a valorização dos centros históricos como estratégia de preservação e revalorização de áreas degradadas das cidades, pode-se correr "o risco de transformação destas áreas em simulacros da vida tradicional". Essa é uma tendência que é reforçada pela ideia se atrair turistas, em que a imagem da cidade passa a ser importante como elemento do desenvolvimento econômico. Neste sentido os centros históricos correm o risco de serem utilizados para se conferir sentido ao lugar "empacotando o patrimônio e identidade como parte significativa das campanhas promocionais de vender as cidades" (DGOTDU, 2005, p. 33).

[39] O texto do portal do IPHAN apresenta uma síntese sobre o tema, do qual se destacam "que cada um dos núcleos urbanos históricos são cidades tradicionais", marcadas por cenários urbanos diferenciados, "relacionados com manifestações culturais, eventos históricos e ambientam personagens que marcaram a história brasileira", como Tiradentes e Anita Garibaldi.

Ante os diversos riscos que os centros históricos enfrentam, em parte citados acima, levantam-se alguns desafios, para que os centros históricos recebam o tratamento mais adequado. E assim o passado possa ser reconhecido como processo que tenha como base uma definição ampla de patrimônio cultural e o "trabalho com o passado possa ser entendido como um processo" (MENEGUELLO, 2000). Ao se considerar os cuidados indicados no texto da DGOTDU (2005, p. 37) para que os centros históricos tenham um tratamento adequado, deve-se ter em conta como diretriz básica um planejamento em que as políticas públicas sejam integradas com a capacidade de conciliar a recuperação física das áreas históricas com apoio social. A integração que se recomenda deve considerar os diversos aspectos envolvidos: social, territorial, articulando os investimentos, as empresas, os moradores, os turistas em que se possa construir um ambiente urbano de qualidade, através de uma gestão articulada.

Os componentes urbanísticos dos centros históricos definidos pelo DGOTDU (2005) são: Habitação; Edificado; Patrimônio; Espaço Público e Ambiente Urbano; Comércio, Serviços e Equipamentos e Infraestrutura e Mobilidade. Estes elementos vistos de forma conjunta e articulados podem possibilitar a elaboração de planos de gestão que possam atender aos quesitos de manter os centros históricos com suas caraterísticas próprias e em condições de ali se habitar, circular, fruir, enfim possa se viver e se conviver. Aponta-se como condições necessárias para que o centro histórico receba a atenção devida medidas como: a manutenção da sua funcionalidade residencial, a recuperação das habitações de valor histórico, a conservação e restauração do conjunto edificado como suporte de habitações, comércio, serviços, enquanto elementos constituintes da paisagem.

A revitalização do patrimônio é importante para a sua manutenção e aproveitamento para uso social e se configura como importante atração. Os cuidados com os espaços públicos onde ocorrem as atividades de circulação, comercialização e interação humana dos mais variados tipos constituem desafios estratégicos para que os centros históricos cumpram com suas finalidades, pois são nestes espaços que a vida cotidiana se desenvolve se representa se recorda (DGOTDU, 2005, p. 48). Proporcionar condições apropriadas para a realização de passeios e a fruição do espaço público é componente social importante. O comércio, os serviços e equipamentos se configuram como elementos importantes para a dinâmica dos centros históricos ao proporcionar a troca, o convívio, à interação social, enfim, estruturam a organização social destes espaços. Outro componente fundamental para se dotar os centros históricos de condições adequadas para o seu funcionamento se refere à infraestrutura que

inclui a rede viária, rede de abastecimento, saneamento, escoamento de águas, transporte, acessibilidade e estacionamento, entre outros componentes.

Assim, apontam-se medidas de promoção de condições apropriadas para que os centros históricos sejam dinamizados e integrados à vida da cidade, através de uma gestão participativa e correspondam a espaços que sejam identificados como lugares de memória, de identidade e de vida ativa em permanente reconstrução. Portanto, a viabilidade dos centros históricos como se pode perceber depende da conjunção de políticas oficiais, investimentos, regulamentações de zoneamento, de mecanismos de proteção, do controle do comércio e da expansão imobiliária, da divulgação dos valores que se expressam nos centros históricos junto às escolas, habitantes e visitantes, para que a preservação seja uma realidade como recomenda Meneguello (2005, p. 1). É preciso que se considere a população residente nos centros históricos como seu melhor guardião, onde os bens culturais estão ligados por laços de identidade, memória e história. Freitag (2003) recomenda ser preciso tratar os conflitos latentes entre os grupos que residem e convivem para salvar a cidade e seu patrimônio.

3.4 O Centro Histórico de Garopaba em Debate

Considerando-se a relevância das medidas acima mencionadas como importantes para a manutenção dos centros históricos, apresenta-se a seguir sugestões que podem ser adotadas em Garopaba, em especial na área que é tema deste estudo. O propósito das sugestões é contribuir com a ampliação das possibilidades de geração de renda e de emprego e está relacionado à visão da necessidade de valorização do patrimônio local.

Entende-se que as ações devem estar articuladas com o plano de turismo, em especial do turismo cultural em vigência no município. Cabe chamar a atenção que a promoção de atividades e projetos direcionados para o turismo cultural precisa levar em conta certos cuidados para evitar a descaracterização do lugar de tal forma que destrua suas características de referência identitária e de memória. E assim deixar de atender às caraterísticas de um centro histórico. As proposições aqui apresentadas têm objetivo provocar a reflexão sobre o potencial do lugar e evidenciar oportunidades que ali se oferecem.

Como diretrizes para a formulação e realização de projetos de valorização da área considera-se relevante estabelecer um planejamento integrado, criando-se um órgão gestor do centro histórico que articule a elaboração de planos de ação com a efetiva participação da

população residente. As medidas, entre outras, que podem ser adotadas para melhorar as condições básicas e para a dinamização do local têm como ponto de partida a instituição de uma lei municipal que normatiza da preservação do patrimônio cultural e natural de Garopaba. Essa lei deve incluir um tratamento diferenciado para o centro histórico, pois a municipalidade não dispõe de uma lei própria para a área da cultura. Embora tenham sido estabelecidas normas na lei orgânica e no plano diretor do município entende-se que elas são insuficientes para a importância deste tema.

Além disso, podem-se estabelecer parcerias através dos diversos instrumentos que a legislação possibilita, sendo medida já preconizada na legislação federal e estadual e mesmo na lei orgânica municipal. Inicialmente a parceria com a Fundação Catarinense de Cultura, órgão responsável pelo tombamento, e com a Mitra Metropolitana de Florianópolis, órgão proprietário do bem tombado, sem excluir outras instituições, para firmar ações conjuntas em torno da manutenção e uso da Igreja São Joaquim poderia ser a base para o desenvolvimento de ações que concretizem medidas de proteção, de fomento e pesquisa sobre o bem tombado. Além da realização de atividades de divulgação e educação patrimonial que promovam a ampla participação dos habitantes e dos turistas, viabilizando atividades que promovam o espaço e ao mesmo tempo possibilite a geração de renda e de postos de trabalho com o devido cuidado para não se destruir o patrimônio e sua representatividade.

Estas medidas podem constituir uma base de ações que se estenda para toda a área. Outra medida que é condição necessária para que desenvolva projetos de forma consequente é a realização de um inventário dos bens culturais existentes na área do centro histórico por uma equipe multidisciplinar, em parceria com órgãos como IPHAN e Fundação Catarinense de Cultura, entre outros, e com participação efetiva da população ali residente. O inventário é um instrumento fundamental para que faça um diagnóstico do que existe no local e a partir deste levantamento estabelecer um plano de ação para se explorar de forma consequente todo o potencial identificado. Seria profícuo firmar parceria com o Instituto Chico Mendes, órgão responsável pela gestão da Área de Proteção Ambiental - APA Baleia Franca e com órgãos relacionados ao turismo. A parceria para ações na área da APA deveria abranger todo o litoral do município de Garopaba e áreas vizinhas. Também se faz necessário promover de forma articulada o plano de manejo da área em apreço, em especial em relação às ações relacionadas aos estudos e proteção das baleias que buscam o local para a sua reprodução e amamentação. O local que sediou uma importante armação baleeira pode se constituir em um lugar diferenciado para a execução de ações de educação ambiental e cultural.

Releva destacar que algumas organizações já atuam na região e contribuem com várias atividades de proteção e educação, como o Movimento de Resgate Açoriano-MARE, que tem atuado de forma propositiva e contribuído com ações concretas em defesa da valorização da área, do Núcleo de Estudos Açorianos-NEA que tem promove estudos e encontros pertinentes a presença e atuação dos açorianos, os quais tiveram presença ativa nas atividades da pesca da baleia, o Projeto Baleia Franca-uma ONG que desenvolve atividades de pesquisa e de educação visando a proteção das baleias na área da APA Baleia Franca. Demais, foi formado o Conselho Gestor da APA que reúne representação de vários segmentos e define medidas relacionadas à gestão da Área de Proteção Ambiental. Além de regularizar as atividades de empresas que promovem passeios marítimos, as Colônia de Pescadores e a rede escolar na região. Defende-se, então, uma maior articulação entre as instituições federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade que poderiam atuar como força mobilizadora na defesa e valorização do patrimônio natural e cultural de Garopaba.

Para a gestão do centro histórico, entende-se ser muito importante a implantação de um espaço cultural no local que possibilite a realização de atividades de pesquisa, formação de pessoal, educação patrimonial, entre outras, destinados à população local e aos turistas. O objetivo seria dinamizar o turismo cultural através de informações, visitas guiadas, exposições e outras atividades culturais em parceria com a população local e de instituições afins;

Outro ponto essencial do projeto seria tombar a edificação que sediou a administração da armação baleeira. Destaca-se a importância desse bem por sua representatividade para os moradores locais, o seu valor histórico e arquitetônico para a memória e História de Garopaba. A casa grande também foi sede de inúmeros serviços públicos como escola, delegacia, cadeia, cartório, coletoria, sede da Prefeitura, clube social, entre outras. Pode-se considerar esse como um espaço impar para sediar o espaço cultural acima sugerido. Ainda seria possível agregar o funcionamento de um museu e de uma biblioteca.

A definição de medidas de proteção das edificações de valor arquitetônico e histórico, da Praça 21 de Abril e das ruas que configuram a área por seu valor urbanístico e histórico se constituem em ação que se fazem necessárias para a preservação do patrimônio ali existente. Bem como medidas de estímulo e apoio para restauro, conservação e uso dos bens considerados de valor com as ações acima mencionadas entende-se como condição importante a implantação de um plano de melhorias e de manutenção da rede viária, das calçadas, iluminação pública, saneamento, escoamento de águas, regras de trânsito, de estacionamento, de instalação de equipamentos que facilitem o fluxo de pessoas e de mercadorias. Essas ações

estimulariam o comércio, os serviços, o lazer - otimizando o deslocamento a circulação das pessoas e a fruição dos espaços públicos.

Estas e outras sugestões, como as apresentadas na dissertação de Comerlato[40], (1998) são algumas propostas que poderiam ser colocadas em debate com a população residente. Poder-se-ia assim estabelecer um planejamento que indique o norteamento para uma gestão participativa e em condições de mobilizar e articular pessoas e recursos.

Considera-se a área onde funcionou a armação baleeira de Garopaba e entorno um espaço diferenciado que reúne um conjunto de bens culturais, os quais expressam valores históricos, arquitetônicos, arqueológicos, urbanísticos e intangíveis, presentes na sua paisagem. As diversas edificações existentes na área em foco transmitem memórias, história e técnicas construtivas de épocas passadas. A Praça 21 de Abril é um local de convívio, de tramas da vida dos diversos grupos que ali conviveram e desenvolveram grande número de atividades de cunho social, econômico, religioso. Enfim, das diversas dimensões da vida social que ali agiram e continuam interagindo. As edificações religiosas da área, a capela Bom Jesus e a igreja São Joaquim, são espaços "carregados" de memórias, de valores espirituais e sociais que se imbricam com a formação de Garopaba; Além do mais, o traçado das ruas juntamente com a Praça 21 de Abril, guardam características do processo de ocupação e formação do lugar. As imagens das figuras 30, 31, 32 e 33 que visam destacar alguns dos bens e da paisagem a que se fez referência e propiciar uma localização da área em que dar uma perspectiva espacial. A figura 30 representa uma edificação ainda existente no local que mantem as características arquitetônicas do período em que Garopaba foi elevada à Vila no final do século XIX. A figura 31 é uma representação de uma das principais vias de acesso ao centro histórico que mostra edificações ligadas à vida social, as duas primeiras edificações com significados para a população. A primeira edificação à esquerda foi uma importante casa comercial nas décadas de 1950 e 1960, a primeira edificação à direita foi onde funcionou um cinema na década de 1960 e clube social por vários anos após o fechamento do cinema e a segunda edificação à esquerda se observa o local onde por um longo período funcionaram o telégrafo e os correios, desde os idos de 1890 até a década de 1970 e que já foi demolida.

[40] A professora Fabiana Comerlato (1998), em sua dissertação propõe estratégias de gestão. Destacamos a implantação de usos contemporâneos dos sítios arqueológicos aplicadas ao patrimônio arqueológico para propósitos científicos; criação artística; educação; recreação, turismo entre outros, como também o desenvolvimento do turismo cultural e a transformação dos sítios em museus ao ar livre.

FIGURA 3270 - EDIFICAÇÃO ANTIGA DE GAROPABA NA PRAÇA 21 DE ABRIL 20/9/2015

Fonte: Foto do autor

FIGURA 31 - RUA ADERBAL RAMOS DA SILVA, GAROPABA - SC UMA DAS VIAS PÚBLICAS PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO AO CENTRO HISTÓRICO – DÉCADA 1960.

Fonte: Coleção de Djalme Filho.

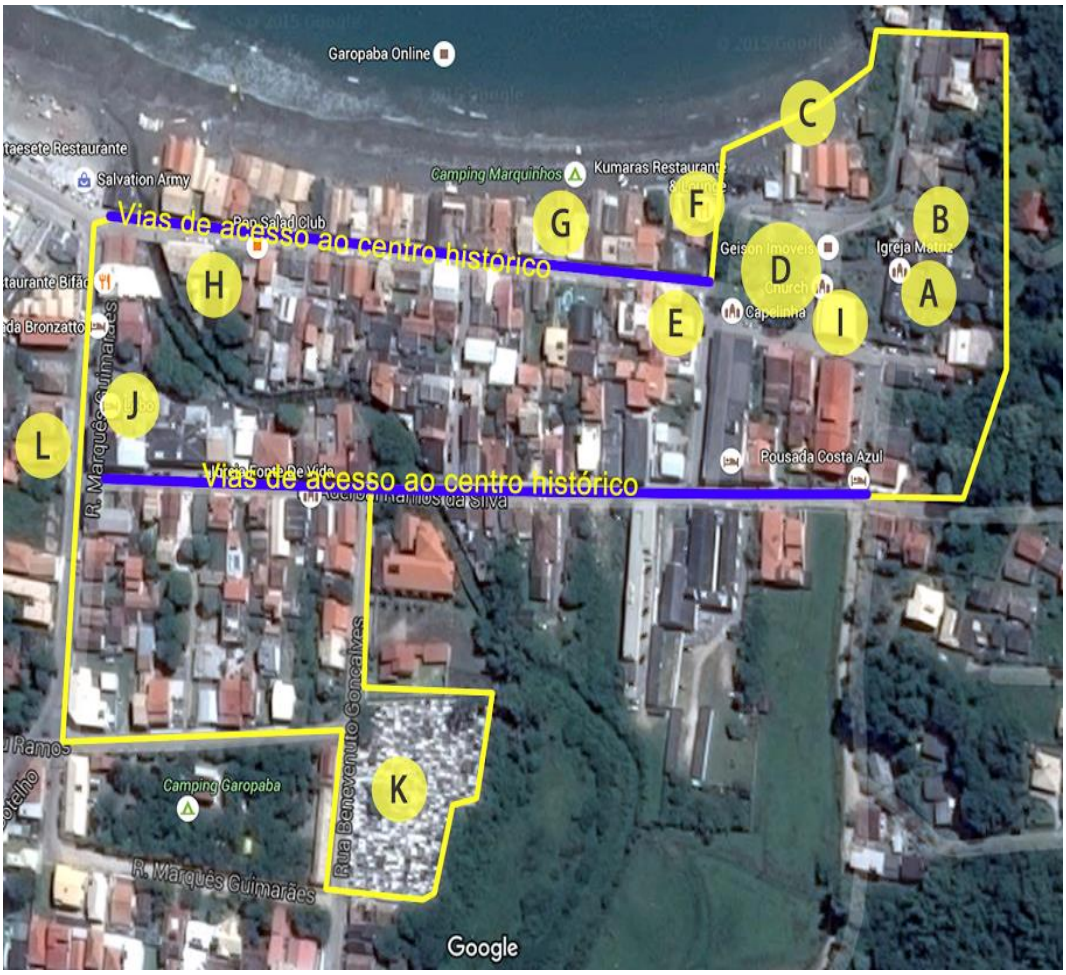
As figuras 32 e 33 São representações do espaço que se considera como centro histórico. A figura 32 que tem duas imagens apresenta um trabalho de Fernando Bitencourt em que busca localizar e relacionar locais considerados de interesse histórico. Na primeira imagem identifica os locais como edificações, vias públicas com as antigas designações, caminhos antigos, casas comerciais, industriais, destinadas ao serviço público e curiosidades que descrevem de forma sintética um pouco da História de Garopaba.

FIGURA 328 – PLANTA BAIXA DO CENTRO HISTÓRICO DE GAROPABA - SC. 2003 E IDENTIFICAÇÃO DOS LOCAIS INDICADOS.

Fonte: Fernando Bitencourt. in: "De Igara-mpaba a Garopaba: Sete mil anos de História". Gráfica São Joaquim de Garopaba. 2003, p. 18-19.

A figura 33 objetiva oferecer uma perspectiva espacial do ponto de vista aéreo delimitando a área que se considera relacionado ao centro histórico. A legislação que instituiu o setor histórico, lei que revisou o Plano Diretor do Município relaciona ruas somente. Destacou-se através da indicação de letras de a até k alguns dos locais que são expressões dos bens culturais que ali se encontram.

FIGURA 293 - IMAGEM AÉREA DO CENTRO HISTÓRICO DE GAROPABA - SC.



Fonte: Trabalho elaborado por Agnaldo Citadin.
https://www.google.com.br/maps/search/centro+hist%C3%B3rico+de+garopaba+sc/@-28.030581,-48.6384067,14z/data=!3m1!4b1 acesso em 25/01/2016.

Legenda: imagem: A – Igreja São Joaquim; B – Casa Grande; C – Local onde funcionavam o engenho de frigir e a casa de tanques da Armação Baleeira; D – Praça 21 de abril; E – Capela Bom Jesus; F – Edificação luso-brasileira; G – Edificação luso-brasileira; H – Acesso ao centro histórico e onde funcionou um porto; I – Edificação antiga; J – Hotel Lobo Edificação antiga; K – Cemitério e L – Edificação luso-brasileira.

Considerou-se durante toda a feitura dessa dissertação, que a armação baleeira de Garopaba, constitui um testemunho vivo de um passado. Os seus bens simbolizam referenciais de identidade e de memória de parte significativa da população de Garopaba. A área pode ser vista como um documento de épocas passadas, como um referencial do lugar, onde se formou o que atualmente é Garopaba. Assim, por constituir um marco significativo no processo de formação de Garopaba, entende-se que o local onde funcionou a armação de

Garopaba e seu entorno, ao se estabelecer uma relação com as características discutidas neste trabalho, pode ser reconhecido como um centro histórico. Reconhecimento que deve se traduzir na revisão do processo de tombamento da Igreja São Joaquim de forma a incluir toda a área da Armação. Por ser, principalmente, um reconhecimento da área da antiga armação como centro histórico que já foi chancelado pela população residente no lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levantar dados que articulados possam oferecer condições para se estabelecer um olhar interdisciplinar sobre a história da armação baleeira de Garopaba, proporcionando condições de conhecer a sua trajetória, foi motivação que permeou esta dissertação que se finaliza. Tal intenção teve que caminhar de mãos dadas com a análise do tombamento da Igreja São Joaquim. O silêncio sobre os bens culturais da antiga Armação e a sua progressiva destruição acaba por fazer pensar as possibilidades de proteção provenientes do reconhecimento oficial como um centro histórico desse espaço como um todo - legitimando um título já outorgado pela comunidade.

A busca pelo entendimento da importância da armação baleeira remeteu para um estudo sobre as armações que existiram no Brasil, as quais cumpriram relevantes funções ainda que colocadas em um segundo plano por parte da historiografia. A existência dessas armações provocou impactos ainda pouco dimensionados no processo de ocupação do litoral do Brasil Meridional, em especial pela produção do óleo de baleia, insumo básico para a iluminação, entre outros usos.

Procurou-se oferecer assim uma perspectiva das diversas dimensões das armações discorrendo sobre a sua implantação no Brasil, no século XVII, sobre as condições e recursos necessários para a sua instalação - passando por suas estruturas e operação, comercialização e o encerramento das atividades, indicando a sua importância para a economia e a relação com os projetos de ocupação e posse do território da Coroa Portuguesa. Como também se destacou as implicações na formação de assentamentos gerando a condições para o surgimento de várias localidades no litoral brasileiro. As armações constituíam espaços em que se entrelaçavam a pesca, a produção e a comercialização dos derivados da baleia, o convívio social, as práticas religiosas, de saúde e um organizado sistema de produção para a sobrevivência da população baleeira e para produção e manutenção de instrumentos, ferramentas, embarcações, apetrechos para a pesca e para as várias edificações existentes. Pode-se afirmar que constituíram um ambiente social com uma gama diversificada de ofícios e de trabalhadores, transformando seus espaços de acordo com suas necessidades e aptidões.

A Armação Baleeira de Garopaba deve ser considerada justamente enquanto uma das unidades complexas destinada à caça e ao processamento da baleia que se espraiaram pelo litoral do Brasil. Mas, por outras razões já expostas anteriormente, importa lançar um olhar

mais detalhado sobre os impactos locais desses empreendimentos. Certo é que a armação desempenhou a partir de sua instalação e funcionamento um papel relevante no processo de ocupação e formação de Garopaba, principalmente quando se considera o conjunto de edificações, de atividades e de uma população ali fixada. Certamente, possui aspectos de particular interesse para essa História Regional: o processo de ocupação do território em Garopaba e região com a implantação da Armação; a fixação e o aumento da população local após 1793-95; a produção e circulação de bens relacionados direta e indiretamente com a pesca da baleia; a ampliação e dinamização das atividades religiosas e sociais no seu entorno; o fortalecimento do lugar como ponto de conexão com outras regiões para aguada, repouso e desenvolvimento da pesca e seu escoamento e produção agrícola (farinha de mandioca e pescado em especial), em especial Laguna, Rio Grande do Sul e Ilha de Santa Catarina; e como local de passagem e de repouso para viajantes e tropas militares para a defesa do território.

De fato, pode-se considerar que a criação da Freguesia da São Joaquim de Garopaba em 1830 e, sua efetiva instalação em 1846, vinculou-se diretamente à movimentação social, religiosa e econômica existente na armação baleeira. Como já foi discutido, para além das referências ao contexto de vinculação das armações ao Império Português, elas incitaram obras de toda sorte, um processo de diversificação econômica, um aumento populacional expressivo, dentre outras mudanças no contexto local, que acabaram por ensejar questões que extrapolaram o fornecimento de óleo de baleia. Ora, nesse sentido, a formação e o desenvolvimento de núcleos populacionais e suas conexões com a atividade baleeira devem ser consideradas por seus traços originais. Ou melhor, a sua análise possibilita compreender as particularidades e similitudes de uma complexa rede de atividades econômicas que fomentaram processos de ocupação e, igualmente, o comércio interno de gêneros diversos na Colônia Portuguesa.

Como uma unidade complexa encobre um universo de questões que ainda estão latentes até os dias atuais. A existência de uma dinâmica própria da armação que integravam tanto o político, o, cultural, o religioso e o econômico parecem dar uma antevisão da quebra do conjunto com um processo de tombamento restrito à igreja São Joaquim. Com o intuito de verificar essa problemática, o estudo da relação entre a instalação da armação e o tombamento da igreja São Joaquim implicou em um levantamento de dados a respeito do processo de tombamento em que se detalharam os principais documentos constantes do referido processo, entrelaçados com os conceitos de patrimonialização, patrimônio cultural e de tombamento. Descreveu-se e analisaram-se os fundamentos teóricos que embasam o tombamento e se

apontou a nosso ver os problemas existentes para se considerar como parcial o tombamento da igreja. O argumento arrolado para fundamentar esta ideia apoia-se no estudo que se fez sobre as transformações que correram na área onde funcionou a armação. Também se estabeleceu relação entre a concepção de tombamento que se percebe no processo de tombamento e a decisão de se proteger legalmente a igreja em detrimento de um conjunto de bens culturais que se constata existirem no local.

Discorreu-se sobre fatos, eventos, acontecimentos, tidos como relevantes, que ocorreram naquele espaço, em épocas distintas, que articulados e cuja abrangência refletiu-se na vida política, econômica, social, religiosa e que relacionados com aspectos arquitetônicos, urbanísticos forjaram uma paisagem que reúne elementos que se entrelaçam com a memória e a História de Garopaba. A convicção do significado do valor do conjunto de bens que ali se comprova corrobora o posicionamento que considera parcial o tombamento como fundamenta o discurso que propõe o reconhecimento de toda a área como um centro histórico.

A defesa do reconhecimento do valor da área em apreço está referenciada, além do estudo sobre a armação e suas transformações citado acima, no estudo realizado sobre os centros históricos. Por ter um recorte e uma abordagem que passa pela chancela do Estado, o modelo de reconhecimento e gestão dos centros históricos ainda passa ao largo a questão fundamental da participação da sociedade. A identificação de um patrimônio é um processo sempre em construção que deve considerar o contexto histórico, econômico, político e cultural quando seus diversos atores reivindicam estabelecer projetos de seleção e gestão de bens culturais. Finaliza-se o trabalho com a apresentação de propostas que poderiam ser pensadas para a dinamização da área que se debate.

Fica o desafio de se prosseguir o trabalho de desvendar novas perspectivas sobre os temas tratados neste estudo e outros aspectos de Garopaba.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Ed. DP e A. 2003.

ADAMS, Betina. O patrimônio de Florianópolis: trajetória da gestão para sua preservação. Florianópolis, 2001. Mestrado em Geografia. UFSC. 218p.

AFONSO, João. Mar de Baleias e de Baleeiras. Angra do Heroísmo, 1998.

ÁLVARES, Wálter. Histórico da pesca da baleia no Brasil. Revista Mensário Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, v. 2, t. 3, p. 411-417, 1938.

AGUIAR, L. B. O IPHAN e o desenvolvimento turístico nos conjuntos urbanos preservados. In: Anais da oficina de pesquisa: a pesquisa histórica do IPHAN. Rio de Janeiro: Copedoc, 2008.

ALTHOFF, Fátima. Politicas de Preservação do Patrimônio Edificado Catarinense: A Gestão do Patrimônio Urbano de Joinville. UFSC. 2008.

ALVIM, Miguel de Souza Mello. A pesca da baleia em Santa Catarina. Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis: Typ da Escola dos Artíficies, v.3, p. 86-93, 1914.

ANDRADA, Laércio Caldeira de. Introdução à história do comércio catharinense: 1500-1808. Florianópolis: Livraria Cysne, 1920.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. Publicações SPHAN, 38.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro de (Monsenhor Pizarro). Memórias históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

Arquivo Público de Santa Catarina. Livros de Registros Gerais do Governo da Província de Santa Catarina: 1748-1804.

Arquivo Público de Santa Catarina: Livro de Correspondências do Governador da Província para o Arcipreste e Vigários, 1848.

_____. Livro Propostas do Conselho Geral da Província 1829-1832.

_____ Livro de correspondências dos Vig. para o Pres. Da Prov., Arquivo Público de Santa Catarina. Livro Propostas do Conselho Geral da Província 1829-1832.

ASSMANN, Aleida. Espaços de Memória: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BACHELARD, Gaston. A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço / Gaston Bachelard; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; traduções de Joaquim José Moura Ramos (et al.). — São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BALDIN, Nelma. A Intendência da Marinha de Santa Catarina e seu papel na ocupação da Província 1817/1832. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em História da UFSC, 1979.

_____. A Intendência da Marinha de Santa Catarina e a questão da Cisplatina. Florianópolis: FCC, 1980.

BESEN, José Artulino. São Joaquim de Garopaba (recordações da Freguesia 1830-1980). Brusque: Gráfico Mercúrio, 1980.

BITENCOURT, Fernando. De Igara-mpaba a Garopaba: Sete mil anos de História. Garopaba: Gráfica Garopaba, 2003.

_____. Versos do Moriço. Garopaba. 2007.

BOITEUX, Lucas Alexandre. Notas para História Catarinense. Florianópolis: Typ. Da Livraria Moderna, 1912.

_____. A vida Marítima Catarinense. Cap. XV: A pesca da baleia. O Estado. 10/10/1916, n°429.

_____. A pesca da baleia. Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis: Typ da Escola dos Artificies, v.3, p. 4-16, 1914.

_____. A Pesca em Santa Catarina. A Enciclopédia de Santa Catarina. Florianópolis: Federação das Colônias Cooperativas de Pescadores do Estado de Santa Catarina, vol. 5, 1934.

_____. A vida Marítima Catarinense. Cap. XV: A pesca da baleia. O Estado. 12/10/1916. n° 431.

_____. A vida Marítima Catarinense. Cap. XV: A pesca da baleia. O Estado. 17/10/1916. n° 434.

_____. A vida Marítima Catarinense. Cap. XV: A pesca da baleia. O Estado. 18/10/1916. n° 435.

_____. A vida Marítima Catarinense. Cap. XV: A pesca da baleia. A partida das velas. O Estado. 20/10/1916. n° 437.

_____. A vida Marítima Catarinense. Cap. XV: A pesca da baleia. A pesca. O Estado. 22/10/1916. n° 439.

_____. A vida Marítima Catarinense. Cap. XV: A pesca da baleia. Na Armação; O Despostejamento. O Estado. 27/10/1916. n° 443.

_____. A vida Marítima Catarinense. Cap. XV: A pesca da baleia. Na Armação; Preparo do Azeite; Outros productos; O Estado. 28/10/1916. n° 444.

BRITO, Paulo José Miguel de. Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina. Escrita no Rio de Janeiro em o anno de 1816 por... Lisboa: Typ. Da Academia Real das Sciencias, 1829, reimpresso pela Sociedade Literaria Biblioteca Catarinense, liv. Central, Florianópolis, 1952.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto – Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br.ccivil_03/decretolei/del10025.htm. Acesso em: 24/11/ 2012.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultura brasileira, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/legislac/decreto3551. Acesso em: 24/11/ 2015.

_____ Assembleia Geral. Decreto de 9/12/1830. Autoriza a criação da Freguesia de São Joaquim de Garopaba. Disponível em www2. camara.leg.br/ acesso em 26/10/2015.

_____. Lei n. 6.292, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1975. Dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3924-26-julho-1961-353715-norma-pl.html acesso em 11/08/2014.

_____ Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3924-26-julho-1961-353715-norma-pl.html acesso em 11/08/2014. Acesso em 11/08/2014.

BRITTO, Marcelo. Pressupostos da reabilitação urbana de sítios históricos no contexto brasileiro. In: Seminário Internacional: Reabilitação Urbana de Sítios Históricos. Brasília, dez. 2002.

CABRAL, Oswaldo R. Laguna e outros ensaios. Imprensa Oficial do Estado, 1939.

_____. Os Açorianos. Florianópolis, - Imprensa. Oficia1, 1950, 88p. Separata do CONGRESSO DE HISTORIA CATARINENSE, 1, Florianópolis, 1950. Anais. p 10 - Florianópolis, 1950. v.2.

_____. História de Santa Catarina. Florianópolis: Secretaria de Educação e Cultura, 1968.

_____. As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colonial. Rio de Janeiro, CFC, Departamento de Imp. Nacional, 1972.

CAMPOS, Fábio Israel Vieira de. A mão-de-obra utilizada para a caça da baleia no litoral catarinense - Armação Grande ou de Nossa Senhora da Piedade, 1746-1836. 2002.

CANCLINI, Nestor G. O patrimônio cultural e a construção do imaginário do nacional. Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, rio de Janeiro, n 23, p. 94-115, 1994.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Caçadores de baleia: armações, arpoadores, atravessadores e outros sujeitos envolvidos nos negócios do cetáceo no Brasil. 1ª. ed. São Paulo: Annablume, 2009, 210 p.

CASTRO, Sônia Rabello de. O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

_____, Sonia Rabello de. O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

CERTEAU, Michel de. Invenção do Cotidiano 1: artes de fazer. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. CHAGAS, Mário S. Museu, Memórias e Movimentos Sociais. Revista Museu**,** mar. 2014.

_____. A Escrita da História. 2 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAGAS, Mário S. Museu, Memórias e Movimentos Sociais. Revista Museu, mar. 2014.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. S. Paulo: Ed. da UNESP, Estação Liberdade, 2001. [ed. original: 1992].

_____. Françoise. A Alegoria do Patrimônio. 3 ed. São Paulo: Unesp, 2006.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In Revista do Patrimônio, nº 34/2012. Rio de Janeiro: IPHAN (organização: Márcia Chuva).

_____, Márcia. Patrimônio Imaterial: práticas culturais na construção de identidades de grupos. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Reflexões e contribuições para a educação patrimonial. Belo Horizonte: SEE/MG, p. 81-90, 2002.

COELHO, Manoel Joaquim D'Almeida. Memória Histórica da Província de Santa Catharina. Santa Catharina: Typ. de J. J. Lopes. 1877.

CLAUDINO, Creusa Aparecida. O Conceito de Patrimônio e Patrimonialização da Cultura: Considerações sobre educação patrimonial no âmbito dos museus. RETC – Edição 13ª, outubro de 2013.

COMERLATO, Fabiana. Análise Espacial das Armações Catarinenses e suas Estruturas Remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica. Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

_____. As Armações Baleeiras na Configuração da Costa Catarinense em Tempos Coloniais. Ver. Tempos Históricos. Vol. 15 – 2º semestre – 2011 – p. 481 – 501.

_____. Análise Espacial das Armações Remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica, UFSC-Núcleo de Estudos Açorianos, 1998.

_____. Análise Espacial das Armações Catarinenses e suas Estruturas Remanescentes: Um Estudo Através da Arqueologia Histórica In: SAB 2001: a arqueologia no novo milênio, 2001, Rio de Janeiro. Anais da SAB 2001: a Arqueologia no Novo Milênio, 2001, p.1 – 11.

_____. A Instalação de armações e núcleos populacionais coloniais em Santa Catarina, Brasil. In: Anais: I Fórum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana. Salvador: Fast Design, 2009, p.107-126.

_____, A baleia como recurso energético no Brasil In: Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, 2010, Florianópolis. Anais do Simpósio Internacional de História e Migrações: PPGH, 2010. p.1119 – 1138.

CRUZ, RITA DE CASSIA ARIZA DA. Patrimonialização "Do Patrimônio": ensaio sobre a relação entre turismo, "patrimônio cultural" e produção do espaço. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 31, pp. 95 - 104, 2012.

DALMO, Vieira Filho, Dalmo. "Notas Para o Estudo das Primeiras Praças e Implantações Urbanas de Santa Catarina". s/d.

_____. "Notas Para O Estudo Da arquitetura Religiosa Tradicional Brasileira". s/d.

DELPHIN, Carlos Fernando de Moura. O Patrimônio natural no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELI, Gilson (org.). Patrimônio cultural e ambiental. São Paulo: Annablume, 2009.

DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Centros Históricos: evolução de paradigmas e desafios futuros, 2005.

DIAS, Camila Baptista. Escravos e Senhores: as relações socioeconômicas no interior da Freguesia de Nossa Senhora do Bonsucesso de Piratininga (1670-1730). Monografia de fim de curso apresentada ao Departamento de História da UFF. Niterói, 2006.

DIEGUES, Antônio C. S. Pescadores, lavradores e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1984.

EDMUNDSON, William. A história da caça das baleias no Brasil: do peixe real a iguaria japonesa. 1 ed. - Barueri, SP: DISAL, 2014.

DURAN, Leandro Domingues. Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo. Tese de Doutorado Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial. São Paulo, Edições Melhoramentos/Edusp. 1969.

_____ Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial. XIV Coleção da Revista de História. São Paulo, 1958.

_____. Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial (notas prévias de um trabalho em preparo). Revista de História, São Paulo, ano 8, n.32, p. 415-462, out-dez 1957.

_____. Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial (notas prévias de um trabalho em preparo). Revista de História, São Paulo, ano 9, n.33, p. 149-175, 1958.

_____. Trabalho Livre e Trabalho Escravo. Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1973.

ESTADO DE SANTA CATARIANA. Decreto 2296, 25 de junho de 1998, tombamento da Igreja São Joaquim em Garopaba-SC.

_____. LEI Nº 5846, de 22 de dezembro de 1980. Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do estado e dá outras providências. Disponível em http://www.leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-5846-1980-santa-catarina-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-cultural-do-estado-e-da-outras-providencias acesso em 10/08/2014.

FARIAS Vilson Francisco de. De Portugal ao Sul do Brasil-500 anos – História, Cultura e Turismo – Florianópolis: ed. do autor, 2001.

_____. A Freguesia de enseada de Brito Evolução Histórica-Demográfica no Período de 1778 a 1807. UFSC. 1980.

_____. Vultos Históricos da Freguesia da Enseada de Brito. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, nº 5, 1984. p. 192 - 212.

FALCON, Francisco José Calazans. A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada – São Paulo: ática, 1982.

FAZENDA, José Vieira. Iluminação a azeite de peixe das Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, toma 89, vol. 143, p. 387-389, 1921.

_____. Baleias. Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 88, vol. 142, p, 445, 1920.

FERREIRA, A. B. H. "Novo dicionário da língua portuguesa". 2ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986.

FLORENTINO, Manolo e Fragoso, João Luís Ribeiro. O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – Iphan, 2005.

_____, Maria Cecília L. O patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ\IPHAN, 1997.

FRAGOSO, J. L. R. (Org.); GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.); BICALHO, M. F. (Org.). O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVII. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREITAG, Bárbara. A Revitalização dos Centros históricos das Cidades Brasileiras Caderno CRH, Salvador, n. 38, p. 115-126, jan./jun.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA - FCC. Diretoria do Patrimônio Cultural. Processo de tombamento estadual nº 0373, de 12/07/1994, referente à Igreja São Joaquim de Garopaba, Rua Raul Machado, Florianópolis, SC. [Acervo arquivistico do órgão].

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Ed. Nacional. São Paulo, 1982.

GALVÃO, Manuel do Nascimento da Fonseca. Notas Geográficas e Históricas sobre Laguna, desde sua fundação até 1750. Desterro: Typ. De J.J.Lopes, 1884.

GAROPABA. Lei 309, de 30 de março de 1990. Lei Orgânica do Município de Garopaba. Disponível em www.garopaba.sc.gov.br acesso em 02/12/2014.

_____. Lei Complementar 1468 de 29 de outubro de2010. Revisão da lei municipal n° 257/87 que institui o código de obras do município de Garopaba. . Disponível em www.garopaba.sc.gov.br acesso em 02/12/2014.

_____. Lei Complementar 1463, de 29 de outubro de/2010. Institui o plano diretor municipal, estabelece objetivos, diretrizes e instrumentos para as ações de planejamento no município de Garopaba e dá outras providências. Disponível em www.garopaba.sc.gov.br acesso em 02/12/2014.

_____. Lei Complementar 1465, de 29 de outubro de/2010. Dispõe sobre o zoneamento do uso e ocupação do solo do município de Garopaba, e dá outras providências. Disponível em www.garopaba.sc.gov.br acesso em 02/12/2014.

GONÇALVES, J. R. S. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.

GONÇALVES, José. R. S. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. (orgs.) Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 19-29.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Alicerces da Memória - Florianópolis: Tempo Editorial, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Decreto 2996/1998, Tombamento da Igreja São Joaquim em Garopaba-SC.

GOUVÊA, Maria de Fátima. "Redes de Poder na América Portuguesa - o caso dos Homens Bons do Rio de Janeiro, cá. 1790-1822." Revista Brasileira de História, São Paulo, Volume 18, n. 36, 1998.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HARO, Martins Afonso Palma de (org.). Ilha de Santa Catarina; relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: ed. da UFSC/ Lunardelli, 1990.

HÜBENER, Laura Machado. O Comércio da Cidade do Desterro no Século XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

ICOMOS. Carta de Veneza. Veneza: 1964. Disponível em: http://www.icomos.org.br\Carta_de_Veneza_1964.pdf. Acesso em 15\12\2014.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional - Carta de Petrópolis, 1987.

IPHAN /pró-memória. Restauração e Revitalização de Núcleos Históricos: Análise face à Experiência Francesa. Seminário sobre Restauração e Revitalização de Núcleos Históricos, 1978. Brasília, 1980. 76 p.

IPHAN, Cartas patrimoniais: Recomendação Paris. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 05/12/2015.

JÚNIOR CAIO, Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. 23ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

_____. História Econômica do Brasil. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

LOPES, Jose Lupércio. Palhoça: Notícia estatístico descritiva. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Florianópolis, 1940. AFONSO, João. Mar de Baleias e de Baleeiras. Angra do Heroísmo, 1998.

_____, Jose Lupércio. Monografia do Município de Palhoça. Florianópolis, liv. Cysne, 1919.

LACOMBRE, Américo J. Baleias e armações. Digesto Econômico, São Paulo, n. 30, p. 68-72, 1947.

LAYTANO, Dante. Corografia da Capitania de Santa Catarina. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 245, p. 1959.

LE GOFF, Jaques. História e Memória. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

MATOS, Enio de Oliveira. Arquidiocese de Florianópolis: Preservando sua memória, 1996.

MATTOS, Jacinto Antônio de. Colonização do Estado de Santa Catarina: Dados Históricos e Estatísticos - 1640-1916. Florianópolis, "O Dia", 1917.

MEIRINHO. Jali. Organização Politica e Administrativa da Vila de Nossa Senhora do Desterro no século XVIII. In Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina, 4 a 7 de setembro de 1996. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 1977.

MELVILLE, Herman. Moby Dick. São Paulo: Abril Cultural. 1972.

MENDES, Luís - Movimento de patrimonialização e a emergência de novas procuras de nobilitação rural. Revista Portuguesa de Estudos Regionais. Nº 20, 2009.

MENDONÇA, Leila Lobo de. Reflexos da cidade: A Iluminação Pública na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2004.

NARDI, Letícia. Centro Histórico de Paranaguá**:** Uso sentidos na cidade contemporânea. Projeto para Exame de Qualificação. Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2011.

MENEGUELLO, Cristina. O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos. Patrimônio. In: Revista Eletrônica do IPHAN. nov-dez, 2005.

_____, Cristina, A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Arquitextos, 2000.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. Para Uma Política Arqueológica da SPHAN. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 22, p. 206 -209 1987.

NEU, Márcia Fernandes Rosa. Porto de Imbituba-SC: de armação baleeira a porto carbonífero (da gênese à crise). Dissertação de Mestrado em Geografia. UFSC, 1999.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos, Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional, Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.233-255, jul. 2008.

_____. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. ANTITESES, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. - dez. 2014.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

O ESTADO. "Igrejas serão tombadas e haverá exposição"1998.13 e 14 de junho p. 11.

PACHECO, L. M. Entre "nativos" e os de "fora": estudo etnográfico sobre nuanças identitária no Centro Histórico de cidade litorânea no sul do Brasil, Garopaba/SC. 2010, 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

PALAZZO JR., J. T. & CARTER, L. A. A Caça de Baleias no Brasil. Porto Alegre: AGAPAN, 1983.

PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 70, p. 83-204, dez. 2004.

PENNA, Clemente Gentil. Escravidão, Liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas décadas de escravidão (1850-1888). Dissertação de Mestrado UFSC, Florianópolis, 2005.

PEREIRA, Julia Wagner. O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação, 2009.

PEREIRO, Xenardo. (2006): Património cultural: o casamento entre património e cultura, em ADRA n.º 2. Revista dos sócios do Museu do Povo Galego, pp. 23-41.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. "Patrimonialização e transformação das identidades Culturais (2003): in "Patrimonialização e transformação das identidades culturais", in Portela, J.". e Castro Caldas, J. (coords.): Portugal Chão. Oeiras: Celta editora, 2003.

PESSOA, José; PICCINATO, Giorgio. Atlas de centros históricos do Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

PIAZZA, Walter. A colonização de Santa Catarina. Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1988.

_____. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.

_____. A Igreja em Santa Catarina: notas para a sua história. Florianópolis, Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

_____. Dicionário Politico de Santa Catarina. Florianópolis; Edição da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 1985.

_____. Açorianos em Santa Catarina (Freguesia de N. Senhora do Rosário de Enseada de Brito. Separata do "Anuário Catarinense", 1953, n 6. Florianópolis, 1953.

QUEIRÓS, Filipa. Reabilitação de Centros Históricos. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2007.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Contexto, 2001.

RUIZ, José Castillo. Hacia uma nueva definición del Patrimonio Histórico? PH Boletin 16. p. 101-106, 1996.

SÁ, Luiz de F. Almeida e. Armações da pesca da baleia. Revista do Instituto Histórico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo 62, p. 1900.

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

SALGADO, Graça (coord.). Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil (1550-1627). Editora Itatiaia, 1982.

SANTA CATARINA. Leis e decretos, etc.. Decreto n. 6 de 7 de março de 1890. Creando o Municipio de Garopaba e elevando a Freguezia à condição de Villa. Coleção de Leis do Estado de Santa Catarina 1850 – 1890.

_____. Lei 231, de 3 de maio de 1846. Autoriza a instalação da Freguezia de São Joaquim de Garopaba. Coleção de Leis e decretos 1840 – 1848.

SCIFONI, Simoni. Os diferentes significados do patrimônio natural. Diálogos, 2006.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SILVA, Augusto da. O governo da ilha de Santa Catarina e sua terra firme: território, administração e sociedade (1738 – 1807). – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

SILVA, Célia Maria e. Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: UFSC, 1992.

SILVA, José Gonçalves dos Santos. Subsídios para a história da província de Santa Catarina. Florianópolis: IHGSC, 2007.

SILVA, Sandra. Siqueira da. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. Revista Aurora, ano V, n. 7, p.106-113, jan. 2011.

SIMONSEN, R.C. História Econômica do Brasil (1500-1820). 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 5ª ed., 1937.

SIMÃO, M. C. R. Preservação do patrimônio cultural em cidades. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. v. 1. 128p.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Editora Nacional, 1971.

TAUNAY, Affonso E. Notícias Praticas da Costa e Povoações do Mar do Sul. In: Em Santa Catharina Colonial. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

TOLLENARE, L. F. de Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818, Bahia: Livraria Progresso Editora, 1956.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Carta de Veneza, 1964.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Recomendação de Nairóbi, 1976.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Educação - Carta de Washington, 1987.

UNESCO. Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972.

UNESCO. Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003. Disp. em: http://unesdoc.unesco.org/imegens/0013/001325 /132540por.pdf). Acesso em 4/11/2015.

VALENTIM, Manoel. História de Garopaba da Armação Baleeira a Comarca. Garopaba, 2007.

_____. Garopaba do passado e do presente. Garopaba, 1994.

VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. Metis: história & cultura – vol. 7 n 13 p. 13-31, jan./jun. 2008.

ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Revista Brasileira de História, 2006.

_____. Patrimônio e memória. UNESP, 2009.

ZIMMERMANN, Fernanda. O Funcionamento da Armação da Lagoinha: Hierarquia do Trabalho e o Controle dos Escravos na Caça à Baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825). Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC, 2006.

_____. De Armação Baleeira A Engenhos de Farinha**:** Fortuna e Escravidão em São Miguel da Terra Firme – SC: 1800-1860. UFSC. 2011.

ZIMMERMANN, Fernanda & MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti, Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Relatório Final PIBIC/CNPq. Florianópolis: UFSC, 2004.

ANEXOS

Anexo I

Inventário da Armação de Garopaba 1816

Pág. 1

Inventário de todos os bens de raiz moveis, (?) , e escravatura da Real Armação de São Joaquim de Garopaba feito por ordem da Real Fazenda , conforme a Avaliação dos avaliadores neste mencionados_____ A saber avaliação dos Mestres Pedreiros Francisco Gonçalves (?), João Gomes (Garcia) Mestres Carpinteiros Joaquim José? Dos Santos e (?) Teixeira Brasil

Bens de Raiz

Capella

Huma Capella com 35 palmos de frente 60 de fundo até o (?) 32 ? de pé direito com huma capella Mor de 20? palmos de largo, 36 de fundo e 27 de pé direito com Cemitério, tudo construido de pedra e cal, com huma sacrestia ao lado, levantada sobre pilares com frontaes de tijolo calculada pela obra de Pedreiro_____ 1: 118$800

Pela obra de carpinteiro relativa a mesma_____ 255$820 Total 1:374$620

Caza d'Vivenda

Huma Caza edificada sobre o tope de hum morro com 57 palmos de frente, e 67 de fundo com a frente da parte do Mar de Sobrado por onde tem hum paredão de 190 palmos de frente 13 de alto e 4 de groço construida de Pedra e Cal dividida em 2 Sallas, 5 quartos, 3 varandas, hum Armazen por baixo

Pág. 2

com sua cozinha ao lado, e mais 3 quartos de frontaes de tijolo tudo cercado com hum Paredão de Pedra Seca de 50 braças que cerca a Caza pela parte do mar para conter as aguas calculada pela obra de

Pedreiro_____ 1959$000

Pela obra de Carpinteiro relativa a mesma_____ 473$000 Total: 2432$000

Armazem

Huma caza immediata ? A caza de vivenda q serve de Armazem com 30? palmos de frente, 60 de fundo de 10? de pé direito levantada sobre pilares com frontaes de tijolo calculada pela obra de Pedreiro_____ 150$000

Pela obra de Carpinteiro relativa a mesma_____ 49$000 Total 199$000

Caza do Hospital

Capelão, Cirurgião e Botica

Hum prolongo de cazas com 100 (160?) palmos de frente, 3772 de fundo e dividida 3 cazas formado com paredes de Pedra e cal pilares e frontaes de tijolo com huma varanda e 2 cozinhas calculadas pela obra de

Pedreiro _____1459$000

Pela obra de Carpinteiro relativa a mesma_____ 267$000 Total 1726$000

Caza do Engenho de fregir Baleas

Huma caza com 97 palmos de frente, 180 de fundo e 18 de pé direito levantada sobre pilares e frontaes de Tijolo com parede de Pedra e cal até altura do (?) com 16 fornalhas para Caldeiras calculadas pela obra do

Pedreiro_____ 2:517$000

Pela obra de Carpinteiro relativa a mesma_____484$000 Total: 3:001$000

Pág. 3

Caza de Tanques

Huma caza com 50 palmos de frente, 78 ? (178) de fundos, 10 de pé direito levantada (?) para cima em pilares e frontal de Tijolo repartida em 4 Tanques de Pedra e Cal com 16? (10) palmos de frente calculada pela obra de

Pedreiro_____ 3:05$000

Pela obra de Carpinteiro relativa a mesma_____ 295$000 Total : 3:346$000.

Senzallas dos Escravos

Hum prolongo de cazas com 300 palmos de frente, 30 de fundo, e 12 de pé direito levantada sobre pilares e frontaes de Tijolo repartida em 10 cazas calculadas pela obra de Pedreiro_____ 955$000

Pela obra de Carpinteiro relativa a mesma_____ 129$700 Total: 1:084$700

Cazas d Feitores

Hum prolongo de Cazas com 224 palmos de frente, 30 de fundo levantado sobre pilares e frontaes de Tijolo (?) (?) dentro de pao a pique repartida em 10 Cazas e calculada pela obra de Pedreiro_____ 539$700

Pela obra de Carpinteiro relativa a mesma_____ 168$700 Total: 708$460

Companhas das Baleeiras

Hum prolongo de Cazas com 180 palmos frente 31 de fundo, e 10 de pé direito levantada sobre pilares e frontaes de Tijolo repartido em 8 Cazas com (?) de pao a pique calculada pela obra de

Pedreiro_____ 432$100

Pela obra de Carpinteiro relativa a mesma_____ 100$780 Total 529$880

Pág. 4

Paredes e Caes d Pedra

Seca que serve de amparar as Companhas, facilitar o embarque (?) (?) esfolar as Balêas

Hum paredão de pedra seca que ampara as Companhas com 140 palmos de comprido 8 de alto 4 (11?) de groço (?) a palmos (?) fazem dezessete braças, 105 palmos calculado em _____ 50$000

Hum paredão de Pedra Seca q ampara (?) Companhas da parte do Morro com 190 palmos de comprido, 10 de alto 11 de groço, q fazem 30 braças e 100 palmos cubicos calculado em _____56$400

Hum paredão de Pedra Seca da parte de Mar q ampara o Caminho do Morro em q se acha a Caza de Vivenda, com 130 palmos de comprido 8 de alto, 11 (4 ou 1) de groço q fazem 16 ½ braças, e 35 Palmos cubicos, calculado em_____ 48$200

Tres Caes ou Rampa de Pedra Seca onde se acha hum Cabrestante, e 3 Sarilhos (?) para esfolar Balêas com 136 braças, 100 palmos cubicos calculado em_____ 309$000

Hum Caes, ou Rampa de Pedra Seca q serve de (?) embarque das lanchas? Da Pesca com 40 braças, calculado em 100$000 Total: 563$600

Cazas Cobertas d Palha

Huma Caza levantada sobre Esteios de

Pág. 5 pao e com paredes de pao a pique que serve de Carpintaria coberta de Palha calculada em _____ 19$200

Huma Caza levantada sobre Esteios com parede de pao a pique coberta de Palha de recolher madeiras calculada em _____ 20$000

Huma Caza com 160 palmos de frente 110 ? de fundo levantada sobre Esteios com paredes de pao a pique coberta de Palha, que serve de Engenho de fazer Farinha calculada em _____ 60$000

Obras d Carpintaria

Huma Roda de Ralar Mandioca, 1 Prensa? 3 Copes ? E 4 Gamellas _____ 12$000

Huma Maffonia????? _____ 10$000

Dous Cascos _____ 9$000 Total: 31$000

Avaliação dos Mestres Ferreiros, Francisco Antonio Fernandes, Vicente Pereira Pinto, feita nas Caldeiras, e mais Ferrajem.

Caldeiras

Arrobas

1 Caldeira _____ 53_____21

4_____212_____

3_____162_____

4_____220_____

1 (?)_____

total: 13_____ 647 _____21 a libra _____1:658$000

Fateixas

Pág. 6

Ferrajem da Pesca e mais uzos

200 Arpoes uzados _____ 640 128$000

30 Ditas inferiores_____320 9$600

38 Lanças uzadas_____1280 48$640

33 Facas da Chacesta??? uzadas__ 240 7$920

4 Ditas de açougue uzadas_____480 1$920

12 Ditas decima da Baleia uzadas___0 5$760

16 Ditas inferiores _____240 3$840

33 Ganchos da Chaçosa? __20 $660

10 Bombas? De Ferro uzadas 54 @? __60 3$240

6 Facoes das lanchas_____480 2$880

33 Machados_____640 21$120

7 Facoes Roçadores? _____4$480

10 Enchadas_____720 7$200

10 Ditas inferiores_____240 2$400

1 Par de Algemas_____$480

2 Vassouras de Ferro? Velhas_____ $240

1 Lima ? Braçal _____2$560

1 Dita pequena_____$640

1 Braço pequeno de Balança_____2$240

1 Grilhão ….

Soma total: 318$820

Pág. 7

Ferramenta d Tanoeiro

Differentes ferramentas que contém 1 Bigorna, 2 Malhos, 2 Chaves?

Ferramenta de Calafate

Ferramenta de Carpinteiro

Ferramenta de Pedreiro

Pág. 8

Cobre e Latão

Cascaria

Lanxas e Canôas

3 lanxas com mais de meio uzo (?) de concerto com 44 palmos de comprido e 9 ½ de Boca _____ 122$000

1 Dita com (em) uzo com 51 palmos de comprido, 10 de boca_____ 75$000

Pág. 9

Somão continuão ? As Lanchas e Canôas _____ 197$00

2 Canôas velhas do Corte das Baleas_____8$000

1 Dita (?) (?) _____2$000

2 Ditas meio velhas q só servem de guardar mantimentos 1$600 208$600

Trapixes

Madeiras

Trem da Ribeira, e massame

Pág. 10

Generos

2 Arrobas e 16 (caixas?) de Arcos dobrados de Ferro _____ 3:200 8$000

3 Arcos de Pipa_____400 1$200

1 Arroéla ? Uzada _____$1200

3 Cocos de beber agua_____30 $090

2 Candeias de Graveto?_____100 $200

4 Duzias de Facas (Caixas) de pezo ? _____560 2$240

4 Caixas ? De fio de Algodão_____240 $960

2 Das de fio mais groço_____200 $400

40 Laços de Brim? Novos para (?) _____400 16$000

20 Dos de (?) velhos_____160 3$200

20 Garrafas para vinho_____80 1$600

1 Funil de Folha? _____$320

Pág. 11

Somão e continuam os Generos_____34$330

1 (?) de Amolar (?) (?) _____1$280

1 Dita de moer tintas? _____4$000 39$610

Vellas das Lanxas

Botica

Differentes Remedios q se achão (?), Vidros, Lambique, Almofaria, Pezos, e Medidas_____ 50$720

Alfaias da Capella

Pág. 13

Plantas

120 pés de Laranjeiras_____200 24$000

60 Ditos de Café_____200 12$000

150 Touceiras de Bananeira_____1000 15$000

Lenha

50 Medidas de lenha para Pesca 800_____40$000

Terras

324 Braças de Têrra de Fronte com 1:500 de fundo _____1:100 900$400

50 Ditas de dita com 1:500 de fundo onde se achão edificadas as Cazas da fabrica. 50$000
1 Ponta de Terras q compranhese ? O quadro de 350 braças onde estão colocadas as Cazas dos Feitores, Carreira das Lanchas, resguardo? Do porto. _____820 287$000

Pág. 14
Escravatura

1. Affonço Calunge (Cassange ou Cabinda) Falqueijador, Cortador do Açougue, quebrado_ 66_ 38$400
2. Antonio Angola, Carpinteiro, quebrado____45_ 51$200
3. Anastacio Mina, Mestre de Azeite_____55_ 60$000
4. Antonio Pesqueiro? Pequeno? Gancheiro? Copo (?) 33 _ 57:600
5. Antonio Moçambique? Novo, Chacoteiro? __43 80$000
6. Antonio Benguella Grande? Remeiro? _____40 100$000
7. Antonio Benguella Comprido? Remeiro? ____45 100$000
8. Benedito Mina, Chacoteiro, quebrado _____53 38$400
9. Cazemiro Mina, Cortador decima da Baleira __60 51$200
10. Clemente Angola, Barbeiro? Baleeiro?_____60 40$000
11. Caetano Benguella de Todo o Serviço _____53 80$000
12. Domingos (?) Mestre de Azeite e carpinteiro __61 80$000
13. Domingos Congo, Calafate, e Cortador decima da Baleia__55 128$000
14. Eugênio Mina, Cortador da Praya_____55 80$000
15. Francisco Canhaviassa? Chacoteiro_____65 51$200
16. Francisco Baleeiro, Patrão de Lancha, quebrado_____60 57$600
17. Francisco Benguella, Tanoeiro, Doente do peito_____55 100$000
18. Francisco Moquiranje?? gancheiro_____65 32$000
19. Florencio Chambá? Chumbá? Mestre de Azeite_____67 50$000
20. Fortuozo? Benguella Remeiro_____40 115$200
21. Gonçalo Angola, gancheiro_____35 100$000
22. João Angola Dito (gancheiro)_____50 80$000
23. João Congo, Mestre de Azeite_____53 64$000
24. João Antonio, remeiro? _____50 80$000
25. Joaquim Facões? Remeiro e gancheiro, quebrado_____50 51$200
26. João de Nabá? Mina, Cortador decima da Baleia _____ 71 15$000?
27. Ignacio Mina Chambá? Curvado? Pela sintura _____73 10$000

28. João Benguella Gordo remeiro e chacoteiro _____43 100$000
29. João Balundo? Baleeiro? Novo, dito _____45 100$000
30. Joaquim Congo, Mestre de Azeite_____40 100$000
31. João Crioulo, Pedreiro e doente de Erizipela_____40 60$000
32. Joaquim Benguella Comprido Remeiro e Reumático___59 38$400
33. Jozé Ganguella? , remeiro e gancheiro_____45 100$000
34. Jozé Camundá, Calafate _____59 80$000
35. João Benguella, Marinheiro remeiro _____47 80$000
36. João Maria?, remeiro _____45 100$000
37. João Angola Cabeleirio? Gancheiro _____50 75$000
38. Luiz Crioulo deTodo o serviço e quebrado _____65 25$000
39. Lourenço Benguella, Remeiro _____45 100$000
40. Matheus Benguella, chacoteiro _____70 50$000
41. Manoel Cadombe?, Patrão de lancha, quebrado_____68 32$000
42. Manoel Mutué, Pedreiro e cortador decima da Baleia___50 102$400
43. Paulo Moquimbula?, remeiro, e quebrado _____60 57$200
44. Sebastião Mina, chacoteiro _____70 16$000

Escravos Sem Valor

45. Estevão Crioulo Aleijado _____70
46. Francisco Mina cego_____75
47. Jozé de Souza Chato – Decrépito_____79
48. João Ambaca quebrado _____73
49. Jozé Paquetti quebrado_____71
50. Joaquim Domingues, Asmatico_____60
51. Luiz Mina Botão Decrépito_____80
52. Manuel Benguella doente de huma Ernea_____47
53. Pedro Cebalhos_____ Decrépito 75

Total da escravaria: 3:002$600

Suplemento da Fábrica de Imbituba avaliado pelas pessoas neste mencionadas

Bens de Raiz

Huma caza q serve de Engenho de Fregir Baleas com 74 palmos de frente 132 de fundo 12 de pé direito levantada sobre pilares e esteios de Pao com algumas paredes de Pedra e Cal e Frontal de Tijolo com 12 Fornalhas para Caldeiras calculada pela obra de pedreiro 1516$400
Pela obra de Carpintaria relativa a mesma 236$800 Total 1:753$200

Caza de Tanques
Huma caza com 37 palmos de frente, 92 de fundo e 12 de pé direito levantada do pavemento para cima sobre pilares e frontaes de Tijolo dividida em 2 Tanques com 16 palmos de fundo como huma Meia Agua ao lado do mesmo comprimento, e 13 palmos de largo levantada sobre pilares e esteios de Pao calculada pela obra de Pedreiro 1:264$00
Pela obra de Carpinteiro relativa a mesma 166$ 120 Total: 1:430$120

Caza de Vivenda
Hum prolongo de cazas com 102 palmos de frente e 26 de fundo repartido em 3 cazas levantada sobre esteios de Pao com as paredes de frente de Tijolo calculada pela obra de Pedreiro _ 121$700
Pela obra de Carpintaria relativa a mesma 102$560 Total: 234$260 (cálculo errado)

Cazas d Feitores
Huma caza com 44 palmos de frente, 35 de fundo, 10 de pé direito levantada sobre pilares de Tijolo e Esteios de Pao com as paredes exteriores de Tijolo dividida em 2 Cazas calculada pela obra de Pedreiro 76$420
Pela obra de Carpinteiro relativa a mesma 25$100 Total: 101$ 520

Senzallas dos escravos
Hum prolongo de cazas com 125 palmos de frente, 35 de fundo, 10 de pé direito levantada sobre pilares de Tijolo e Esteios de pao dividida em 4 cazas com hum Cano no meio para despejo das aguas calculadas pela obra de
Pedreiro_____ 238$400
Pela obra de Carpinteiro relativa a mesma_____ 44$600 Total: 283$000

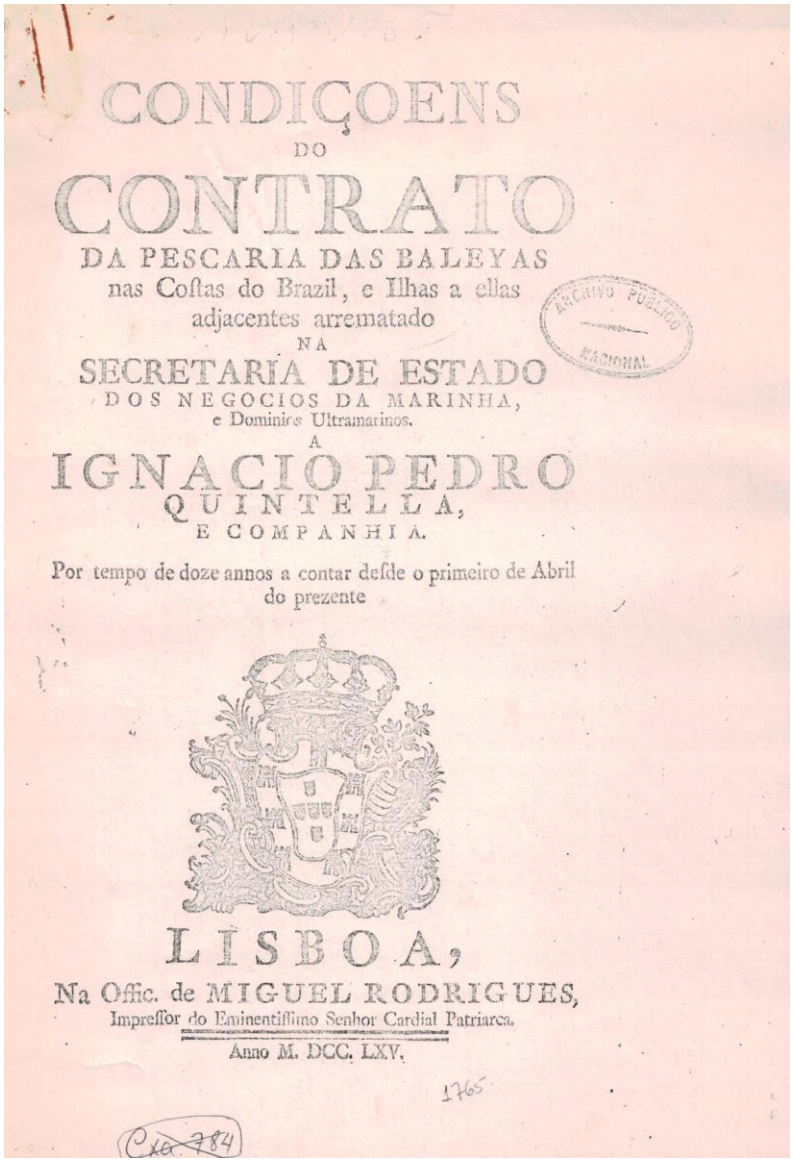
Companhas das Baleeiras

Huma caza com 80 palmos de frente 32 de fundo 10 de pé direito levantada sobre pilares e repartida em 2 cazas, tudo com paredes de pao a pique calculada pela obra de Pedreiro_____82$000

Pela obra de Carpintaria relativa a mesma 34$000 Total: 116$000.

Anexo II

CONTRATO DA PESCARIA DAS BALEIAS DO PERÍODO 1789 A 1801.



CONDIÇOENS
DO
CONTRATO
DA PESCARIA DAS BALEYAS
nas Coſtas do Brazil, e Ilhas a ellas
adjacentes arrematado
NA
SECRETARIA DE ESTADO
DOS NEGOCIOS DA MARINHA,
e Dominios Ultramarinos.
A
IGNACIO PEDRO
QUINTELLA,
E COMPANHIA.

Por tempo de doze annos a contar deſde o primeiro de Abril
do prezente

LISBOA,
Na Offic. de MIGUEL RODRIGUES,
Impreſſor do Eminentiſſimo Senhor Cardial Patriarca.
Anno M. DCC. LXV.

ARQUIVO PÚBLICO NACIONAL

1765

Cx 784

CONDIÇOENS

Com que o dito Ignacio Pedro Quintella, e Companhia, tem arrematado o Contrato da Peſcaria das Baleyas nas Coſtas do Brazil, e Ilhas a ellas adjacentes.

I.

QUe arremataõ o Contrato da Peſcaria das Baleyas no Rio de Janeiro, Bahia, Ilhas de Santa Catharina, S. Sebaſtiaõ, Santos, e S. Paulo, por tempo de doze annos, que teraõ principio em o primeiro de Abril do prezente anno, por preço em cada hum delles de oitenta mil cruzados livres para a Fazenda Real.

II.

Que o preço do dito Contrato ſerá pago aos quartéis, naõ principiando eſtes a pagar-ſe ſe naõ depois de paſſado hum anno; em fórma que o pagamento do primeiro quartel ha de ſer feito no primeiro dia do ſegundo anno deſte Contrato, ſeguindo-ſe ſucceſſivamente o pagamento dos mais quartéis de tres em tres mezes improrrogaveis.

III.

Que S. Mageſtade attendendo com tudo á neceſſidade que ha de evitar nas operaçoens deſtas Fabricas toda a interrupçaõ, e a que os productos dellas ſe vem apurar a eſte Reino; ſe ſervirá de ordenar aos Provedores da Fazenda das reſpectivas Capitanias; que no cazo naõ eſperado, em que por algumas demoras de pagamentos ſe haja de fazer execuçaõ, a ſuſpenda no eſtado do Brazil, dando conta da divida a S. Mageſtade pela Secretaria de Eſtado competente, com os documentos que qualifiquem a divida, para com elles ſe haver neſte Reino pelos bens dos proprios Contratadores.

IV.

Que durante o tempo dos ditos doze annos ſe naõ poderá levan-

levantar por peſſoa alguma, nem ainda por parte da Fazenda Real, Fabrica alguma da Peſcaria das Baleyas na Coſta do Brazil, ou em qualquer outra parte dos Dominios de Portugal.

V.

Que nos ditos doze annos poderáõ elles Contratadores fazer Peſcaria de Baleyas, e innovar Armaçoens em qualquer Coſta, ou Mar dos Eſtados do Brazil.

ARQUIVO PUBLICO NACIONAL

VI.

Que elles Contratadores ſeráõ obrigados a procurar, e mandar vir donde bem lhe parecer Meſtres peritos, que ſaibaõ purificar melhor o azeite das Baleyas, para ſervir nas Fabricas do ſabaõ, e nas das lans, e para os cortumes dos couros; e que ſaibaõ ſeparar o eſpremacete mais puro, e criſtalino para o uzo das boticas, e preparar o que ficar para a Fabrica das vellas; e tambem extrahir o Ambar, e o modo de ſe conſervar; e todas as deſpezas de transportes para eſta Cidade, paſſagens para o Brazil, e os ordenados dos ditos Meſtres, ſeráõ feitos por elles Contratadores á ſua cuſta.

VII.

Que todas as Fabricas, que actualmente ſe achaõ eſtabelecidas nos referidos Pórtos do Brazil, ſeráõ tomadas para a Fazenda Real por huma juſta avaliaçaõ; para cujo embolſo manda S. Mageſtade applicar a terça parte do rendimento deſte Contrato por tantos annos quantos baſtem para a extinçaõ da divida; e ſe obrigaõ elles Contratadores a deixar tudo no bom eſtado em que lhes for entregue; para o que nas Provedorias da Fazenda reſpectivas ſe faraõ com toda a clareza os inventarios neceſſarios, e havendo diminuiçaõ pagarem o ſeu valor.

VIII.

Que elles Contratadores ſe obrigaõ a fazer os mais Tanques, e Fabricas, que ſe julgarem precizas; e poderáõ de novo levantar em qualquer parte da Coſta do Brazil as Fabricas, e Armazens que neceſſarios forem, comprando os Terrenos, ſendo de particulares; ou dandoſe-lhe gratuitamente,

ſe forem da Fazenda Real, ſem que eſta conceſſaõ ſe eſtenda á de ſesmarias prejudiciaes, e inadmiſſiveis, e que findo o tempo do ſeu Contrato, ficaráõ as ditas Fabricas edificadas de novo, e ſuas pertenças com ſeis eſcravos cada huma, que ſeráõ os melhores Meſtres que houver, pertencendo á Fazenda Real; pagando eſta a terça parte do preço em que no fim do Contrato forem avaliadas as ditas Fabricas, e Eſcravos.

IX.

Que ſendo S. Mageſtade ſervido pôr as ditas Fabricas em arrematação, ou adminiſtração, quem dellas tomar conta ſerá obrigado a ficar com os mais Eſcravos pela avaliação, a qual ſempre ſerá feita em attenção aos officios que exercitarem; e os materiaes, que ſe acharem em ſer dos que elles Contratadores tiverem mettido para fornecimento das Fabricas, lhes ſeráõ pagos pelo juſto valor da avaliação em attenção ao eſtado em que eſtiverem quando ſe entregarem.

X.

Que no fim deſte Contrato os novos Contratadores, que houverem de entrar nelle, naõ ſeráõ obrigados a receber mais azeite que o que lhe for precizo para o Eſtanco do Rio de Janeiro, e para o conſumo dos mais Pórtos da America, em quanto lhes naõ chega o da ſua Peſca; e o que receberem pagaráõ a eſte Contrato por metade do preço que for coſtume vender-ſe por junto em pipas; e todo o mais azeite, que eſte Contrato a eſſe tempo tiver, ſerá licito ajuſtar-ſe á convenção dos novos Contratadores; e naõ ſe ajuſtando aſſim no preço, como no tempo do pagamento, ſerá licito a elles Contratadores transportallo a eſta Corte, e nella vendello, ou navegallo para Reinos Eſtrangeiros; e de nenhuma ſorte vendello na America, ou Ilhas, debaixo das penas de contrabando; e o meſmo ſe praticará com o actual Contrato.

XI.

Que para augmento das meſmas Fabricas, e maior ſegurança da Fazenda Real, naõ poderáõ elles Contratadores, ou ſeus Socios ſer executados por acçoens particulares naquel-

la parte, que competir ao intereſſe, que tiverem no rendimento das meſmas Fabricas; e igualmente ſe naõ poderáõ fazer pinhoras, ou execuçoens nos bens communs deſta ſociedade, nem menos nas Fabricas, Eſcravos, e inſtrumentos a ellas pertencentes: Salva porém S. Mageſtade os acredores de cada hum dos Socios o direito de fazerem penhora nos intereſſes eventuaes de cada hum delles, para o tempo em que os meſmos intereſſes ſe liquidarem pela ſociedade em fórma mercantil, e ſem alguma outra fórma judicial, ou exame dos livros da meſma ſociedade no fim do ſeu Contrato, e depois de ter com elle eſpirado o privilegio que agora lhes concede S. Mageſtade.

ARQUIVO PUBLICO NACIONAL

XII.

Que para maior utilidade da Fazenda Real, e delles Contratadores lhes concede S. Mageſtade a faculdade de que poſſaõ erigir Tanques neſta Corte á ſua cuſta para accommodaçaõ dos meſmos azeites, para o que ſe lhes dará lugar acõmodado; e no fim deſte Contrato ſe lhes pagaráõ os meſmos Tanques por ametade do preço porque entaõ forem avalliados.

XIII.

Que S. Mageſtade concede a elles Contratadores, que os Navios, e mais Embarcaçoens que tranſportarem o meſmo genero por gyro dos Pórtos do Brazil para eſte Reino, depois de ſerem vizitados gratuitamente, paſſem via recta dos meſmos Navios para os Tanques do Contrato ſem pagar emolumentos alguns, e reduzindo-ſe os Direitos a ametade do que até agora pagava por entrada, e nada por ſahida; eſtendendo-ſe eſta graça da meſma fórma aos que o transportarem para as Ilhas dos Açores, ou Madeira.

XIV.

Que a elles Contratadores ſerá permittido fabricar os Navios, e Embarcaçoens, que forem mais proprios para a navegaçaõ dos generos do meſmo Contrato: Que poderáõ fazer navegar Navios ſoltos, ſem ſerem obrigados a irem incorporados nas Frotas para transportarem os effeitos do refe-

rido Contrato; e deſta Cidade ſahindo ao menos tres mezes antes da Frota ſahir della, poderáõ carregar comeſtiveis, e molhados da Praça, e faraõ elles Contratadores prezente ao Tribunal da Junta do Commercio deſtes Reinos, e ſeus Dominios, o eſtar o Navio prompto, para que a meſma Junta mande diſtribuir a carga pelos cõmerciantes da Praça, que a quizerem carregar. E naõ poderáõ carregar outra alguma fazenda mais que as ferramentas, e mais generos precizos para fornecimento das ſuas Fabricas: Nem do Brazil transportarem para eſta Cidade mais que os effeitos produzidos das meſmas Fabricas; em obſervancia do que ſeráõ para iſſo vizitados os Navios nos Pórtos donde partirem, e aonde chegarem, pelos Officiaes para iſſo determinados por S. Mageſtade, debaixo das penas eſtabelecidas contra os que navegaõ fóra de Frotas, e fazem contrabandos.

XV.

Que elles Contratadores faraõ Relaçaõ do numero das Peſſoas que devem empregar nas Fabricas, e peſca das ditas Baleyas, a qual ſeraõ obrigados a aprezentar ao Governador, ou Capitaõ General do Territorio aonde pertencer, para examinarſe com effeito as ditas peſſoas ſaõ neceſſarias para as referidas Fabricas, e peſca; de ſorte que nem com pretexto dellas ſe tirem Soldados do Real ſerviço, ou ſe dem privilegios aos particulares com fraude dos Adminiſtradores das ſobreditas Fabricas, nem ſe falte ao ſerviço dellas.

XVI.

Que neſta Corte, nem Porto algum deſte Reino ſe poſſa introduzir azeite de Balea, ou de Peixe, ou de outra qualquer qualidade, naõ ſendo de Oliveira, menos que naõ ſeja o das Fabricas delles Contratadores: E na Alfandega deſta Cidade, ou em outra qualquer deſte Reino, e Ilhas, ſe lhe naõ dará deſpacho algum, antes ſerá confiſcado o que vier a eſte Reino depois de paſſado hum anno pela primeira vez, e pela ſegunda a peſſoa que o intentar introduzir incorrerá nas penas impoſtas aos que mettem fazendas de contrabando para o que ſe expediráõ as ordens neceſſarias; iſto ſe entende debai-

xo

xo das duas declaraçoens ſeguintes: Primeira, que ſerá obrigado a vender o azeite que ſe houver de conſumir no Reino pelo preço de mil e quinhentos reis cada Almude: Segunda, que eſte privilegio ſe entenderá fornecendo elles Contratadores o azeite neceſſario das ſuas Fabricas; porque faltando eſte, dará S. Mageſtade licença para entrar de fóra o que for precizo.

ARQUIVO PUBLICO NACIONAL

XVII.

Que ſuccedendo falecer elle Caixa antes do tempo completo deſte Contrato, ou algum dos ſeus Socios, Adminiſtradores, ou Procuradores, paſſará logo a poſſe do dito Conto, naquella parte aonde falecer, aos ſegundos nomeados na Eſcritura da ſociedade, ou procuraçaõ, que ſerá feita com eſta clauzula, e naõ ſe intrometteráõ os Provedores da Fazenda Real a fazerem ſequeſtros, ou ſegurança alguma para pagamento da Fazenda Real, e paſſará a Adminiſtraçaõ ao ſegundo expreſſado na Eſcritura, ou Procuraçaõ: Igualmente naõ poderá intrometter-ſe o Juizo dos Auzentes em couza alguma pertencente a eſte Contrato ainda quando nelle interéſſe peſſoa que pelo ſeu falecimento toque a arrecadaçaõ dos ſeus bens ao dito Juizo.

XVIII.

Que elles Contratadores gozaráõ de todos os privilegios concedidos pelas Ordenaçoens do Reino aos Rendeiros das rendas Reaes, naõ eſtando derogadas em parte, ou em todo, e ſe lhes dará pelos Governadores reſpectivos, e mais Miniſtros de Juſtiça, e Fazenda toda a ajuda, e favor licito, e juſto para as cobranças das dividas deſte Contrato, que ſeráõ feitas executivamente como Fazenda de S. Mageſtade durante o tempo delle, e mais hum anno depois delle ſer findo.

XIX.

Que elle Caixa, e ſeus Socios ſe obrigaõ ao preço, e Condiçoens do dito Contrato, hum por todos, e todos por hum, como iguaes correos debendi, para que a Fazenda Real poſſa haver o ſeu pagamento, e a obſervancia das ditas Condiçoens por aquelle, ou aquelles de todos elles Socios, que melhor parecer

recer aos reſpectivos Executores, ſem innovaçaõ, ou renuncia; variando de huns para os outros até inteira ſatisfaçaõ da meſma Fazenda Real: E porque naõ he juſto que ſique gravado o Socio, ou Socios que ſatisfizerem á Real Fazenda naquellas porçoens, com que os outros deviaõ concorrer, e a que ſe obrigaõ; ſerá S. Mageſtade ſervido ordenar, que em ſimilhantes cazos aquelle Socio que tiver ſido executado pela Real Fazenda, cobre, e ſe embolſe das porçoens dos outros Socios pela meſma via de execuçaõ, que lhe ficará competindo contra os Socios devedores, taõ ampla, e effectiva, como a da Real Fazenda; o que ſe entenderá igualmente para haver dos ditos Socios as dividas que procedem dos ſupprimentos do coſteamento do referido Contrato.

XX.

Que poderáõ tirar dos mattos mais vizinhos ás ditas Peſcarias lenhas, arcos, aduellas para as Pipas, e tudo o mais neceſſario; pagando-a a ſeus donos pelos dividos preços.

XXI.

Que lhes ſerá licito mudar, ou abolir qualquer das Armaçoens antigas, ſe a experiencia lhes moſtrar, que eſtaõ eſtabelecidas em lugares improprios, ou ſeja pela má eleiçaõ dos fundadores, ou porque a mudança dos tempos as faça deſconvenientes, e inuteis.

XXII.

Que por naõ ſeguir o abuzo que até agora ſe tem praticado no dito Contrato em navegar o azeite de todas as partes para o Rio de Janeiro, fazendo alli depozito delle até muitas vezes ſe perder, e arruinar; ſerá licito navegallo da Ilha de Santa Catharina, ou de outra qualquer Armaçaõ em direitura.

XXIII.

Que peſſoa alguma, ou Miniſtros naõ poderáõ embaraçar os Peſcadores das Baleyas, e mais peſſoas que ſe occuparem no ſerviço do dito Contrato, com o pretexto de lhe ſer devedor, e ſó poderá embargar, ou penhorar na maõ dos Adminiſtradores até ametade das ſuas ſoldadas.

XXIV.

XXIV.

Que naõ poderá peſſoa alguma aproveitar-ſe das Baleyas que vaõ dar á coſta, nem para o roubo da barba, nem para dellas fazerem azeite, com pena de pagarem duzentos mil reis para o Contrato.

XXV.

Que da meſma ſorte nenhuma peſſoa poderà apenar, ou embargar as Embarcaçoens do ſerviço do Contrato, nem demorar o deſpacho dellas para os Pórtos de ſeu deſtino.

ARCHIVO PUBLICO NACIONAL

XXVI.

Que elles Contratadores ſaõ informados que a maior parte dos Peſcadores das Baleyas, ſaõ peſſoas libertinas, e ociozas, que muitas vezes duvidaõ ir para as Armaçoens, que ſe lhes determina, adiantandoſe-lhes dinheiro, que muitas vezes ſe perde, lhes ſerá licito a elles Contratadores requerer prizoens contra os ditos, e mandallos ir debaixo dellas para as Peſcarias que lhes parecer; e mandando o Governador da Relaçaõ, ou indo deſta Cidade por ordem de S. Mageſtade alguns dos criminozos condemnados aos trabalhos publicos, ſe empregaráõ no ſerviço das meſmas Fabricas de utilidade commua: Sendo os Adminiſtradores obrigados a ter nelles o maior cuidado, trazendo-os em ferros, tendo a faculdade de terem cazas fortes para os ſegurarem, e as armas neceſſarias para os cohibirem no cazo de faltarem á ſujeiçaõ, que aos ditos ſeus Feitores devem ter, como eſcravos da pena.

XXVII.

Que algumas peſſoas vaõ ſituar Tavernas nas vizinhanças das Armaçoens com o fim de ſe utilizarem com os vicios deſtes homens, dando com iſſo motivo a ſe acharem perturbados nas occaſioens em que he neceſſario ir para o Mar, naſcendo muitas vezes levantamentos, e deſordens, em que ſe faz precizo o auxilio Militar para ſalvar as vidas dos Feitores: Será prohibido a toda a peſſoa ter Tavernas nas ditas vizinhanças das Armaçoens deſde o principio da Peſca até o fim da meſma; e que por huma parte ſe ordenará aos Governadores

dores de S. Paulo, e Ilhas de Santa Catharina, que dem aos Feitores todo o auxilio, e ainda Militar, de que neceſſitarem; e por outra parte aos Governadores das Relaçoens, que dado o crime de deſobediencia ſeja ſentenciado verbal, e ſummariamente pelos Autos, e Informaçoens que chegarem formadas pelos Miniſtros, ou Juizes dos lugares mais vizinhos, ſendo eſtas remettidas com os Réos.

XXVIII.

Que indo áquelle Porto algum Navio de Guerra ſolto em occaſiaõ, que os Contratadores tenhaõ Barba para remetter, lhes ſerá permittido carregalla no dito Navio, pagando a S. Mageſtade o frete de tres mil e duzentos reis por fardo, como até-agora ſe pagava aos Navios Mercantes, ſendo-lhes precizo laſtro, e naõ mais que aquelle pezo que regularmente compete aos Navios de Guerra.

XXIX.

Que elles Contratadores ſe obrigaõ a dar o azeite neceſſario na Cidade do Rio de Janeiro, Villa de Santos, S. Sebaſtiaõ, Ilha de Santa Catharina, e Cabo Frio, pelo preço, e medida actual, ſem alteraçaõ alguma.

XXX.

Que da meſma ſorte ſe obrigaõ a dar o azeite neceſſario á Cidade de Pernambuco, e da Bahia, pelo preço actual; com tanto porém, que como as Armaçoens das ditas Cidades ſe achaõ gravemente damnificadas, e a Peſca daquella parte diminuta, lhes fica ſendo neceſſario o transporte do azeite do Rio de Janeiro para o conſummo da terra; termos em que deve ſer arbitrado pela Camera da Bahia, como até-agora ſe tem praticado, em quanto as Peſcarias daquella parte naõ produzirem o azeite neceſſario para o conſummo das ditas duas Capitanías; porque logo que chegar a produzillo, ſe praticará nellas o meſmo que agora ſe eſtipula para o Rio de Janeiro.

XXXI.

XXXI.

Que em attençaõ ao grande dezembolſo que elles Contratadores ſaõ obrigados a fazer para o coſteamento do Contrato, augmento de Fabricas, e fornecimento dellas, lhes mandará S. Mageſtade aſſiſtir annualmente com a quantia de cem mil cruzados pela repartiçaõ do Donativo, que ſe cobra na Alfandega do Rio de Janeiro, e vem para eſta Cidade, por náõ ter lá applicaçaõ; de cuja quantia faraõ elles Contratadores a S. Mageſtade prompto pagamento pelo rendimento dos meſmos effeitos que chegarem a eſta Corte para onde ſe navegaõ.

ARCHIVO PUBLICO NACIONAL

XXXII.

Que para a execuçaõ deſtas Condiçoens, e de tudo o que for a bem do Contrato, e dos projectos delles Contratadores, requereráõ ás Juſtiças de S. Mageſtade; e em particular, para tudo como dito fica, lhes nomea o meſmo Senhor as Mezas da Inſpecçaõ no Rio de Janeiro, e na Bahia, para Conſervadores deſte Contrato; e para fazerem executar as ſuas Condiçoens.

XXXIII.

E por quanto elles Contratadores faraõ grande ſerviço a S. Mageſtade com o augmento, e regular eſtabelecimento deſte Contrato, e ainda aos Vaſſallos deſta Coroa nos differentes ramos de trafico, que delle lhe rezultaõ: Será S. Mageſtade ſervido tomar debaixo da ſua Real, e immediata Protecçaõ o meſmo Contrato para lhe facultar todas as providencias, que pelo decurſo deſte eſtabelecimento lhe forem uteis, e precizas; concedendo-lhes a graça de lho reprezentar immediatamente pela Secretaria de Eſtado. Lisboa, o primeiro de Fevereiro de 1765.

Ignacio Pedro Quintella.

Balthezar dos Reys.

Joſé Alvares Bandeira.

Antonio dos Santos Pinto.

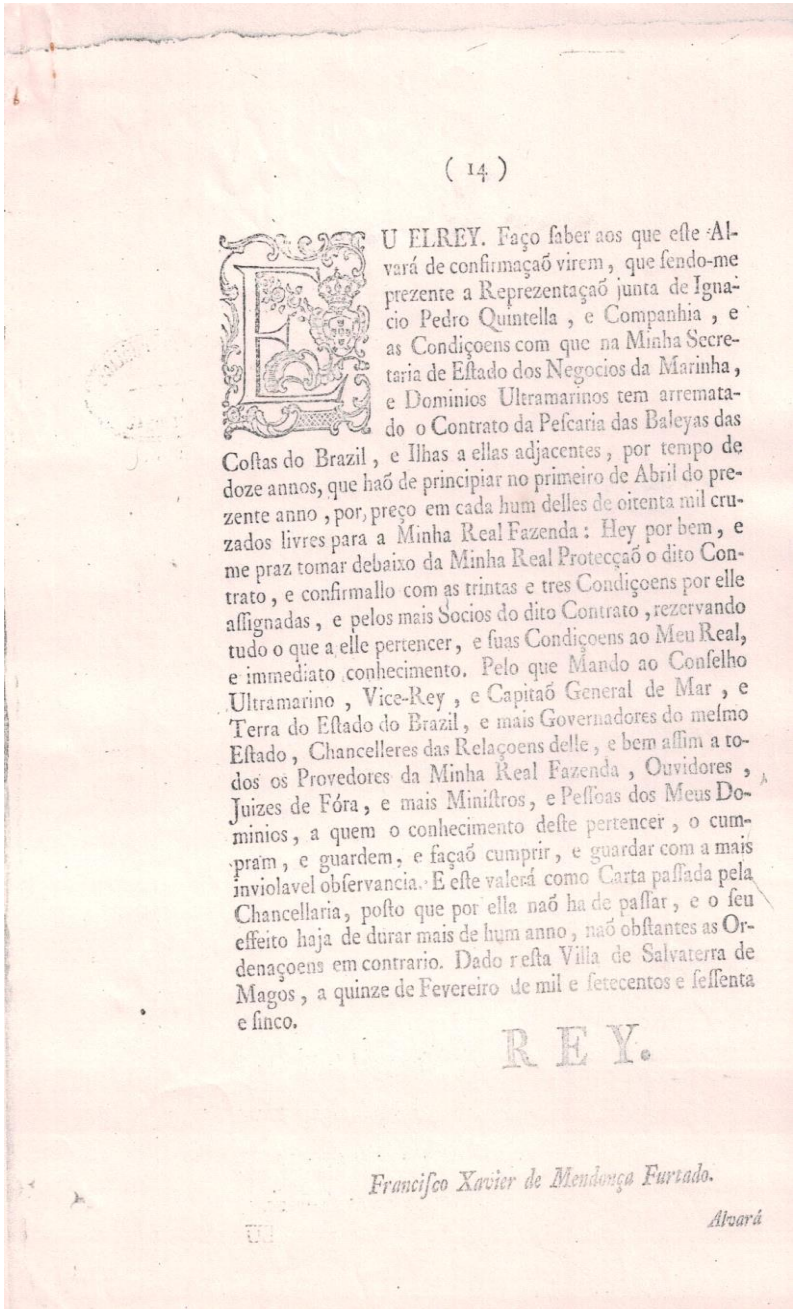
Franciſco Joſé da Fonſeca.

Joaõ Fernandes de Oliveira.

Domingos Dias da Silva.

Franciſco Peres de Souza.

EU



(14)

EU ELREY. Faço saber aos que este Alvará de confirmaçaõ virem, que sendo-me prezente a Reprezentaçaõ junta de Ignacio Pedro Quintella, e Companhia, e as Condiçoens com que na Minha Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos tem arrematado o Contrato da Pescaria das Baleyas das Costas do Brazil, e Ilhas a ellas adjacentes, por tempo de doze annos, que haõ de principiar no primeiro de Abril do prezente anno, por preço em cada hum delles de oitenta mil cruzados livres para a Minha Real Fazenda: Hey por bem, e me praz tomar debaixo da Minha Real Protecçaõ o dito Contrato, e confirmallo com as trintas e tres Condiçoens por elle assignadas, e pelos mais Socios do dito Contrato, rezervando tudo o que a elle pertencer, e suas Condiçoens ao Meu Real, e immediato conhecimento. Pelo que Mando ao Conselho Ultramarino, Vice-Rey, e Capitaõ General de Mar, e Terra do Estado do Brazil, e mais Governadores do mesmo Estado, Chancelleres das Relaçoens delle, e bem assim a todos os Provedores da Minha Real Fazenda, Ouvidores, Juizes de Fóra, e mais Ministros, e Pessoas dos Meus Dominios, a quem o conhecimento deste pertencer, o cumpram, e guardem, e façaõ cumprir, e guardar com a mais inviolavel observancia. E este valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella naõ ha de passar, e o seu effeito haja de durar mais de hum anno, naõ obstantes as Ordenaçoens em contrario. Dado nesta Villa de Salvaterra de Magos, a quinze de Fevereiro de mil e setecentos e sessenta e sinco.

REY.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Alvará

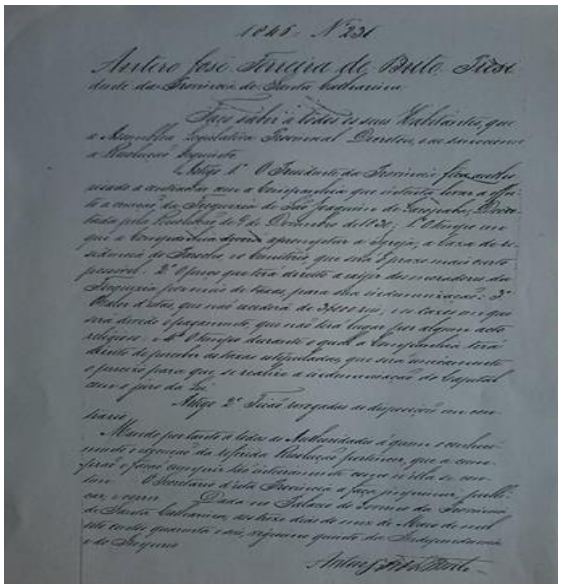
Fonte: Arquivo Nacional Caixa 360.

Anexo III

Localização de Garopaba no Mapa do Brasil e de Santa Catarina

Anexo IV

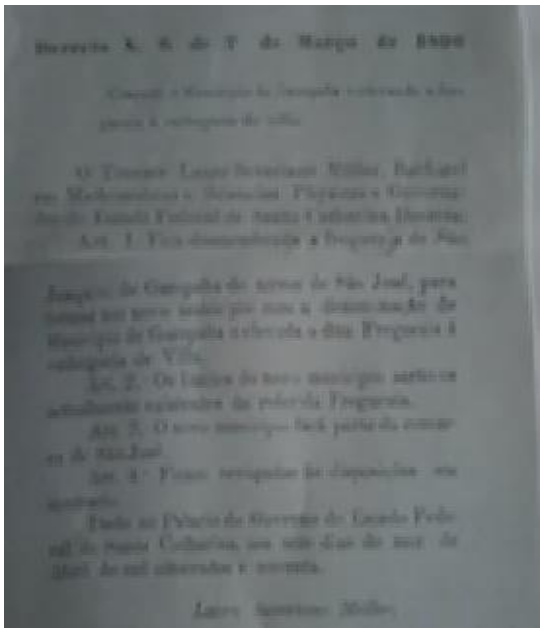
Lei 231 Autoriza a instalação da freguesia de Garopaba.



Fonte: Arquivo Público de Santa Catarina

Anexo V

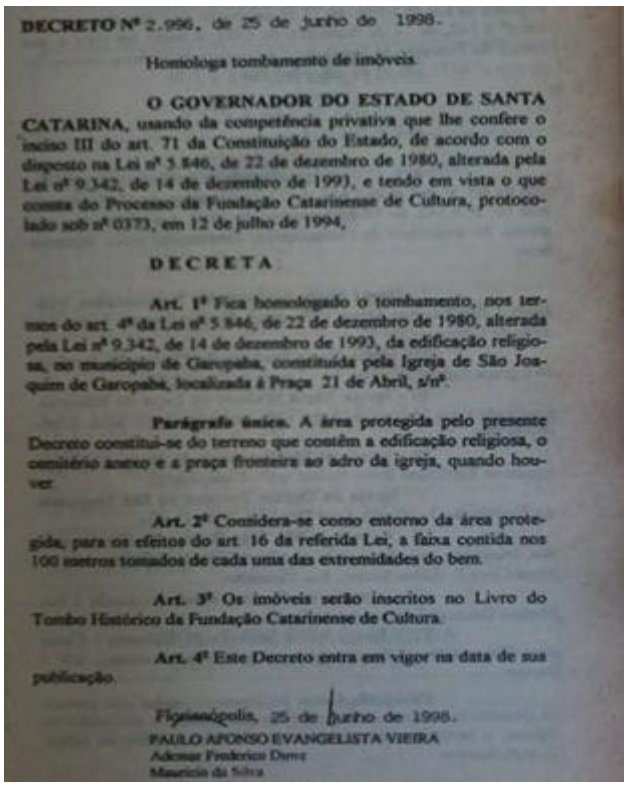
Decreto 06 de 7 de março de 1890.



Fonte: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Anexo VI

Decreto 2996, de 25 de junho de 1998.



DECRETO Nº 2.996, de 25 de junho de 1998.

Homologa tombamento de imóveis.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência privativa que lhe confere o inciso III do art. 71 da Constituição do Estado, de acordo com o disposto na Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº 9.342, de 14 de dezembro de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo da Fundação Catarinense de Cultura, protocolado sob nº 0373, em 12 de julho de 1994,

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o tombamento, nos termos do art. 4º da Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº 9.342, de 14 de dezembro de 1993, da edificação religiosa, no município de Garopaba, constituída pela Igreja de São Joaquim de Garopaba, localizada à Praça 21 de Abril, s/nº.

Parágrafo único. A área protegida pelo presente Decreto constitui-se do terreno que contém a edificação religiosa, o cemitério anexo e a praça fronteira ao adro da igreja, quando houver.

Art. 2º Considera-se como entorno da área protegida, para os efeitos do art. 16 da referida Lei, a faixa contida nos 100 metros tomados de cada uma das extremidades do bem.

Art. 3º Os imóveis serão inscritos no Livro do Tombo Histórico da Fundação Catarinense de Cultura.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 25 de junho de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Ademar Frederico Dorr
Mauricio da Silva

Fonte: ALTHOFF (2008).